

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELLE MOREIRA MAIA

VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS:

Uma análise dos impactos da sociabilidade capitalista no cotidiano laboral dos velhos trabalhadores aposentados (re) ingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG.

Juiz de Fora
2017

DANIELLE MOREIRA MAIA

VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS:

Uma análise dos impactos da sociabilidade capitalista no cotidiano laboral dos velhos trabalhadores aposentados (re) ingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, a Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Berta Moljo

Juiz de Fora
2017

*Dedico esse trabalho a todos aqueles que
tiveram a **empatia** de sonhá-lo junto comigo.
Recebam a minha sincera gratidão!*

AGRADECIMENTOS

Agradecer com palavras torna esta construção e a trajetória que aqui foi percorrida em algo muito comedido. Trata-se de um turbilhão de emoções e sensações que só quem as vivencia é capaz de enxergar o seu precioso e multifacetado conjunto de determinações.

Quanto a essa vivência, seja ela direta ou indireta, quero iniciar meus agradecimentos aquele que devemos toda honra e glória, meu amigo Jesus. Obrigada por ter me confiado essa oportunidade. Obrigada pelas respostas imediatas nos pedidos de socorro, mas principalmente, pelos momentos de silêncio. Obrigada por simplesmente acreditar e conceder. Peço apenas, que permaneça agraciando os meus dias com a tua presença, pois ela me basta.

Agradeço ao Tiago, meu companheiro, amante, amigo, confidente, namorado, noivo e Marido. Estar com você é inenarrável. Tenho que agradecer ao Senhor pelo simples fato de você existir e tê-lo confiado a mim. Eu te amo e te respeito.

Agradeço aos meus familiares pela presença em minha vida de perto ou de longe, pelo empenho em tudo o que fizeram por mim e para mim, sem medir esforços, buscando me proporcionar incentivo e força. Em especial, minha mãe, Guerda, pelo carinho, pelos momentos que compartilhamos e apoio, sem os quais tudo se tornaria mais difícil.

A todos os meus queridos amigos, o meu pesar, sinto muito pelas ausências e presenças curtas e apressadas durante essa trajetória. Compreendam que sempre estive unida a vocês pelo meu coração e pensamento. Obrigada pelo estímulo e orações. Em especial, os irmãos do Parque ABC.

Agradeço aos meus companheiros de turma do mestrado pelas discussões e o compartilhar de experiências tão plenas e ao mesmo tempo tão ricas. Obrigada pelas amizades, em particular, o quarteto, por estarem sempre disponíveis, a superarem qualquer dificuldade juntas.

O meu agradecimento especial à minha orientadora, Carina, pelos saberes compartilhados, pela generosidade como esclareceu minhas indagações. Obrigada pelas trocas intelectuais estabelecidas nos nossos diálogos, pela sua paciência, o seu respeito e o apoio incondicional durante este tempo. Com você aprendi mais do que conteúdos em livros, aprendi sobre a vida.

Agradeço a minha banca de qualificação e mestrado, composta pela Profa. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra e pela Profa. Dra. Estela Cunha de Saléh, pela disponibilidade e por terem aceitado participar dessas etapas do mestrado. Saibam que através desses momentos,

nos quais compartilharam seus conhecimentos, trouxeram elementos incentivadores e contribuições de grande relevância para este trabalho.

Como não agradecer aos velhos trabalhadores que prontamente se dispuseram a participar da pesquisa que, inclusive, desde o início, tornou-se Nossa e sem os quais a realização deste estudo não seria possível. Confiro a eles, o mérito deste trabalho e a todos os velhos trabalhadores, acreditando que tenha contribuído de alguma forma para compartilhar sua trajetória laboral “em si” e também o contexto na qual essa se insere.

Novamente, obrigada Deus, por se fazer tão presente em minha vida e por ser o único que foi, é e sempre será.

A Pedra

*O distraído, nela tropeçou,
O bruto a usou como projétil,
O empreendedor, usando-a construiu,
O campônio, cansado da lida,
Dela fez assento.
Para os meninos foi brinquedo,
Drummond a poetizou,
Davi matou Golias...
Por fim;
O artista concebeu a mais bela escultura.
Em todos os casos,
A diferença não era a pedra.
Mas o homem.*

(Antônio Pereira Dias Neto)

*Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim
decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou
lutar; porque descobri, no caminho incerto da
vida, que o mais importante é o decidir.*

(Cora Coralina)

*Life is what happens to you while you are busy
making other plans.*

(John Lennon – Beautiful Boy)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetivou compreender e analisar as motivações que estão fundamentando a decisão do velho trabalhador aposentado em se manter no mercado de trabalho e que a particularidade desses sujeitos estão inseridos, em meio à realidade comum àqueles que necessitam vender a sua força de trabalho, principalmente no que tange as necessidades de ordem econômica, que, em muitos casos, passam a ser o fator determinante nesse processo de reingresso no mercado de trabalho. Assim, trata-se de compreender o processo de envelhecimento da classe trabalhadora, especialmente, em relação às mudanças ocorridas no perfil demográfico, em que houve uma diminuição da população, acompanhada do seu *superenvelhecimento* (CAMARANO, 2014^a) e *feminização da velhice* (NASCIMENTO, 2000). Como aporte teórico será apontado que as transformações sustentadas na reestruturação produtiva e na ideologia neoliberal estão gerando metamorfoses no mundo do trabalho e que, em consequência, atingem toda a estrutura familiar e seus membros, incluindo, nesse processo, o velho trabalhador aposentado. Este último, inclusive, perante a realidade atual, tem exercido cada vez mais o papel de pessoa de referência da família, contribuindo para a reprodução de seus membros e estabelecendo novas formas de apoio intergeracional. A metodologia aplicada para a análise dos dados foi do tipo qualitativa, por entender que, dessa forma, a riqueza da subjetividade dos entrevistados seria preservada. Em suma, refletir acerca da reprodução social na sociedade capitalista direciona refletirmos acerca do processo de envelhecimento humano, sobretudo, da classe trabalhadora que envelhece. O que se percebeu com os resultados apresentados é que esses sujeitos são homens e mulheres que lutam por sua sobrevivência e de seus familiares, sendo submetidos às exigências da dinâmica capitalista, ainda que aposentados, assim como todo o conjunto dos trabalhadores.

Palavras-chave: Classe Social. Mercado de trabalho. Processo de envelhecimento

ABSTRACT

This paper intends to comprehend and analyze what are the motivations for the reasons behind older retired worker's decision about his staying on working life. Also, it is aimed to intend which particularities those people have, mainly, about the financial circumstances, as it could be a determinant factor to step back into working life. This is about to comprehend the aging process of working class, including the occurred relationship about changes on demographic profile of this people, which experience a population decline, at the same time that is an super aging (CAMARANO, 2014a) and feminization (NASCIMENTO, 2000). This older retired worker, in this new reality, has been doing, more and more, the role of reference in the family, and he contributes to the reproduction of family members and, also, he establishes new ways of support between generations. The methodology used in this analysis was qualitative, because this way the interviewed subjectiveness is preserved. About the results, they showed that older retired workers are, indeed, in front of new job conceptions and organizations. However, in many cases, they do not have the conscience of this new structure. It has been clear of the results is that those people are men and women who struggle for survive, in a life period of, in other ways, should be about rest from a working life

KEYWORDS: Social class. Working life. Aging Process

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Identificando os velhos trabalhadores entrevistados, através dos itens: sexo, idade, escolaridade e situação conjugal..... 136
- Quadro 2: Composição familiar dos velhos trabalhadores entrevistados..... 138
- Quadro 3: Síntese entre a composição familiar dos velhos trabalhadores, a pessoa de referência da família e a direção da necessidade de coabitação. 143
- Quadro 4: Síntese do salário recebido pelo benefício previdenciário e da atividade atual, bem como que da situação trabalhista atual. 157
- Quadro 5: Relação entre as atividades no início da carreira, a idade desse início, as profissões em que se aposentaram e as atividades exercidas atualmente. 167
- Quadro 6: Como avaliavam a situação da atividade no início de suas trajetórias laborais. ... 172

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Distribuição percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em Domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões – 2013.....	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD – Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA - Lei Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

PEA – População Economicamente Ativa

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIA – População em Idade Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNEA – População Não Economicamente Ativa

PSD – Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães

SESC – Serviço Social do Comércio

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. VELHICE: UMA CATEGORIA COMPREENDIDA ENQUANTO UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.....	19
1.1. Do velho à “terceira idade”: uma análise da relação entre o processo de envelhecimento e o uso de nomenclaturas para designar a velhice.....	20
1.2. Particularidades Nacionais: o cenário brasileiro frente às tendências atuais de envelhecimento populacional	36
1.3. Uma breve análise do panorama social: o âmbito social transformado em retrocesso para o benefício de poucos.	46
1.4. A institucionalização do direito à aposentadoria e as investidas contemporâneas contra as leis previdenciárias.	59
2. CENÁRIO ATUAL: A VELHICE DOS TRABALHADORES APOSENTADOS EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	77
2.1. Reflexões conceituais sobre classe: uma análise da sociedade capitalista atrelada à divisão social em classes.....	77
2.2. A Velhice do trabalhador: o processo de envelhecimento dos trabalhadores delimitado pela condição de classe.....	94
2.3. Reestruturação produtiva: as transformações investidas no modo de produção capitalista em prol de sua manutenção.	103
2.4. O mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva: os desdobramentos para a conformação da classe trabalhadora.	112
3. INDO AO ENCONTRO DOS NOSSOS SUJEITOS: UMA APROXIMAÇÃO À REALIDADE SOCIAL DOS VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS (RE) INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO DE JUIZ DE FORA/MG.	122
3.1. Metodologia: as respectivas etapas do processo de coleta de dados e a apresentação do nosso universo amostral.	123
3.2. Análise dos dados coletados na pesquisa de campo.....	132
3.3. Identificando os sujeitos da Pesquisa:	133
3.4. Trajetória laboral e os determinantes da participação do velho trabalhador aposentado no mercado de trabalho.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS	192

INTRODUÇÃO

A dissertação ora proposta tem por objeto fundamental de investigação o velho trabalhador aposentado (re) ingresso no mercado de trabalho do município de Juiz de Fora/MG, a partir do qual se buscou discursar e compreender os porquês que estejam cooperando para essa manutenção ou reinserção após a sua aposentadoria. Assim, partimos do pressuposto de que as motivações que determinam esse (re) ingresso são resultados da dinâmica capitalista que atinge não apenas o velho trabalhador, mas todo o conjunto dos trabalhadores.

Este estudo, portanto, busca romper com discursos que associam esse (re) ingresso a concepções individuais que são apartadas da dinâmica social, ao mesmo tempo em que prioriza, em sua análise, a condição de classe como fundamento analítico primordial para compreendermos o processo de envelhecimento destes sujeitos e a condição em que estes estão chegando à velhice.

Compete destacar que o interesse pelo estudo do processo de envelhecimento da classe trabalhadora é resultado de experiências que foram sendo vivenciadas durante a minha graduação em Serviço Social, suscitadas por meio de disciplinas que proporcionaram um primeiro contato com a produção acadêmico-científico sobre o tema e através de pesquisas com o público envelhecido da população. Ainda nesse período, a partir de atividades curriculares e produções teóricas, pude desenvolver a percepção quanto às semelhanças e particularidades inerentes dessa categoria, resultando no estudo desenvolvido no meu trabalho de conclusão de curso intitulado: “Velhice e Trabalho: Uma análise a partir da realidade dos idosos aposentados de Juiz de Fora/MG” (MAIA; VARGAS; TAVARES, 2013). Recentemente, estas indagações e conhecimentos ganharam novo aporte teórico-crítico-analítico por meio do estágio de docência realizado através do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na disciplina: Laboratório “Envelhecimento e Políticas Públicas”, sob orientação da Prof^a. Dr^a Sandra Hallack Arbex.

Contudo, foi a partir da minha inserção profissional¹, no ano de 2013, que houve a oportunidade de uma aproximação e amadurecimento da temática, sobretudo através dos atendimentos, quase diários, ao público de 60 anos ou mais. Desse modo, mediante todas as

¹No Centro de Referência em Direitos Humanos/ CRDH, uma Organização Não Governamental (ONG) que atende todos os segmentos da população com demandas bem diversificadas e não necessariamente vinculadas a violação de direitos (que era o objetivo da instituição), mas que recebem o devido direcionamento. Dentre eles estão: crianças, jovens, mulheres, velhos, público LGBT, população em situação de rua, representantes de instituições privadas, de instituições públicas, escolas municipais e representantes de outras localidades.

experiências até aqui acumuladas, tanto quanto todo o contato privilegiado com o público-alvo dessa dissertação (velhos trabalhadores) foram amadurecidas as percepções até então fomentadas sobre a concepção do processo de envelhecimento. A velhice, portanto, passa para uma dimensão enquanto resultado de um processo que não é estático não podendo ser equalizada nos moldes pré-estabelecidos pela sociedade capitalista.

Foram essas experiências pessoais que possibilitaram o meu crescimento humano-profissional, e dentro dessa seara uma questão se interpunha com mais frequência em relação às demais por mim observadas: o fato de o velho trabalhador contribuir com a reprodução material e/ou afetiva de seus familiares em concomitância ao seu (re) ingresso no mercado de trabalho, ainda que aposentado.

Assim, os questionamentos passaram a ser formulados na busca pela compreensão do papel que esses indivíduos têm desempenhado na estrutura familiar, principalmente, quanto à provisão socioeconômica de seus membros, bem como sob quais condições de trabalho estavam sendo submetidos e se tinham percepção crítica-reflexiva acerca da realidade na qual estavam inseridos. De tal modo, após orientações, pesquisas de cunho bibliográfico voltadas para o estudo desse público e da velhice, pude observar que: segundo dados do IBGE (BRASIL, 2013) a pessoa envelhecida tem recebido função de destaque nas configurações familiares, em que indivíduos de 60 anos ou mais são considerados a pessoa de referência² da família no domicílio.

Logo, delimitamos o objeto de estudo visando compreender, através da ótica dos velhos trabalhadores aposentados, os fatores que os levam a (re) ingressar no mercado de trabalho e sob quais aspectos os argumentos levantados teriam relação com o papel exercido por eles no seio familiar. Um dos pressupostos desta pesquisa está na concepção de que em meio às transformações no mercado de trabalho e diante das novas configurações familiares, o conceito do velho, enquanto uma pessoa exclusivamente dependente e vulnerável, tem sido gradualmente modificado, sendo substituído, na atualidade, por uma percepção desse sujeito enquanto provedor da reprodução material e/ou afetiva dos membros de sua família.

De acordo com Aerosa e Bulla (2008), pesquisas apontam que o velho trabalhador, apesar de sua idade, mantém a condição de provedor da estrutura familiar, em uma situação que pode estar associada, dentre outros fatores, às dificuldades dos jovens em se inserirem no

²“Concernente aos dados estatísticos que identificam o idoso como provedor é importante a verificação do método utilizado pelo censo (2000) para individualizar e quantificar tal fato social. A pesquisa estatística parte da indicação pelos moradores do domicílio da “pessoa de referência” no ambiente domiciliar, o que envolve a percepção de quem é o maior responsável, não apenas pela manutenção financeira, mas como a “referência do domicílio”, o que envolve uma imagem não de fragilidade ou dependência, mas de autoridade, respeito e outros aspectos positivos” (SANTANA; LIMA, 2012, p. 184).

mercado de trabalho, resultando na sua permanência na casa dos pais e/ou parentes; os índices de desemprego; o retorno dos filhos adultos com ou sem seus companheiros; e as maternidades e paternidades sem constituição de um novo núcleo familiar ou unidade doméstica, o que interfere na forma como as famílias se apresentam, resultando em novos arranjos familiares. “Este idoso, cada vez mais, está redistribuindo sua aposentadoria ou pensão entre os seus familiares (pessoas que vivem com ele e, que não estão conseguindo se sustentar)” (AEROSA; BULLA, 2008, p. 1).

Uma redistribuição que ocorre de fato, pois no Brasil, os rendimentos das pessoas de 60 anos ou mais, estão exercendo um papel significativo nas rendas das famílias, em que esses trabalhadores têm transferido seus rendimentos aos parentes, que em muitos casos, nem sequer residem no mesmo domicílio que o idoso.

Para um aprofundamento teórico acerca da situação daqueles que, para sobreviver, necessitam permanecer trabalhando, realizei a continuidade do levantamento bibliográfico através de vários autores que se dedicaram e ainda se dedicam ao estudo do processo de envelhecimento e da velhice da classe trabalhadora. Também foram considerados os estudos analíticos das transformações societárias e os seus rebatimentos no que tange o mundo do trabalho, o Estado brasileiro e à conformação desta classe. Esse trabalho também teve uma etapa na qual foi realizada a revisão do referencial disponível em livros, dissertações, sites, artigos de seminários, congressos, jornais, anais, censos, relatórios, diagnósticos e em revistas que tratam destes temas.

Em um segundo momento, realizei uma pesquisa empírica visando atender o principal objetivo desta dissertação, sendo que o âmbito da pesquisa ficou concentrado em instituições que ofertam programas municipais de atendimento e/ou tinham vínculo com o perfil de trabalhador selecionado, além de empresas que também os apresentavam no seu quadro de funcionários. Depois de um levantamento prévio dessas instituições e empresas, por meio de consultas a sites, sindicatos e contato via telefone, formalizamos a participação dos trabalhadores de uma empresa do ramo da metalurgia, do Centro de Convivência do Idoso “Dona Itália Franco” e de um sindicato na área de confecções.

Por conseguinte, visando responder o objetivo proposto foi estabelecida a necessidade de problematizarmos um conjunto de categorias que envolviam, diretamente, a velhice do trabalhador aposentado e, desse modo, estabelecemos uma (re) construção teórica que resultou na estruturação dessa dissertação em três capítulos, a saber: O primeiro capítulo é dedicado a compreensão do processo de envelhecimento, ao debate acerca da categoria velhice. Propõe, ainda, uma reflexão teórica sobre o assunto e dos determinantes

socióhistóricos a ela atrelados, desde as suas abordagens iniciais até suas interpretações contemporâneas, dentre as quais se assume nomenclaturas diferenciadas, como é o caso dos termos “velho”, “idoso”, “terceira idade”, “melhor idade”.

O termo “velho”, ao longo a dissertação, será usado de forma taxonômica, sem nenhum juízo de valor ou conotação pejorativa, designando não somente os participantes da pesquisa, mas também toda a população envelhecida. Essa utilização partiu da compreensão de que esses velhos são sujeitos percebidos de forma tanto coletiva quanto individual, perpassados por um processo de natureza histórica-social que não pode ser restringido a admissão de nomenclaturas estereotipadas e estanques que insistem em designá-los de maneira uniforme. Pois, conforme Beauvoir (1990, p. 20) “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural” (BEAUVOIR, 1990, p. 20).

Esse resgate do panorama histórico-social da categoria velhice, além das configurações atuais por ela assumidas, se tornou fundamental para a construção desse trabalho. Principalmente, devido às mudanças no perfil sociodemográfico da população, que gera desafios consideráveis para a sociedade, especialmente aos setores ligados às políticas e serviços públicos como são os referentes à Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social).

Nesse sentido, empreendi durante o primeiro capítulo, uma análise do processo que resultou na implementação da previdência social, compreendida como um direito legítimo alcançado pelos trabalhadores (mesmo que de forma insatisfatória, no que tange o valor dos benefícios). Porém, devido à forma como a previdência tem sido apresentada, corre o risco de ser afetada frente as variadas alterações que estão sendo pautadas em diversos argumentos, dentre os quais, a mudança no perfil demográfico da população se torna premente.

Como observa Camarano (2014), o contexto atual da população brasileira, presencia-se baixos níveis de fecundidade³, que estão resultando em um envelhecimento populacional acelerado. Segundo a autora, isso demonstraria que no final do século XX “a fecundidade brasileira já havia atingido níveis abaixo do de reposição, o que leva a se acreditar que a dinâmica da população brasileira caminha para uma quarta fase, caracterizada pela diminuição da população e pelo seu superenvelhecimento” (CAMARANO, 2014a, p. 22).

³“O *Baby Boom* foi mais curto que o esperado; não durou mais que duas décadas. A partir dos anos 1970, a fecundidade iniciou um processo de queda acelerada e sustentada, acompanhada pela contínua redução da mortalidade, que, hoje, beneficia mais a população em idade avançada. A taxa de fecundidade total passou de 6,2 filhos por mulher para 1,7, entre 1950 e 2012, alcançando valores mais baixos do que garantiria a reposição da população (2,1 filhos por mulher)” (CAMARANO, 2014a, p. 15, grifos da autora).

Compreender essas alterações no perfil demográfico da população, em concomitância ao período em que vem ocorrendo um substancial ataque à área social e seus programas, projetos, políticas e serviços, devido às medidas assumidas pelo Estado, em uma espécie de sucateamento da administração pública comandado pelas investidas neoliberais, se torna fundamental.

Destaca-se, ainda, as transformações que o sistema de seguridade social passou, no caso brasileiro, a partir da década de 1990, em que houve um processo de contrarreforma baseado nas prerrogativas da nova dinâmica do capital. Atualmente a sociedade brasileira vivencia transformações sob a lógica da ideologia neoliberal somada ao processo de reestruturação produtiva, em que o capital assumiu sua forma mais perversa e manipulatória controlando “todos” os passos do Estado Monopolista, além de implementar novas formas de exploração sob a palavra de ordem *flexibilidade*, em que extinguiu direitos trabalhistas e sociais duramente conquistados. Uma realidade que irá incidir diretamente sobre os nossos sujeitos da pesquisa, destacando aqui, o ataque, no contexto atual, ao direito à aposentadoria que vem suscitando debates expressivos e manifestações constantes de toda população.

O segundo capítulo será dedicado ao resgate das mudanças ocorridas no âmbito da produção capitalista, no que tange a compreensão dos determinantes socioeconômicos presentes no cotidiano dos sujeitos da pesquisa em meio a uma crise de proporções mundiais que resultou em metamorfoses no mundo do trabalho, incidindo sobre a classe trabalhadora como um todo. Trata-se de uma reestruturação produtiva, que modificou, tanto as formas de produção, quanto de gestão do trabalho, em escala mundial, com a inserção massiva de novas tecnologias, gerando uma economia de trabalho vivo, e em contrapartida, uma intensificação da exploração daqueles que já se encontram no mercado, isto é, para aqueles que estão empregados, ao mesmo tempo que o desemprego atinge proporções estruturais.

Essas transformações são denominadas de transformações societárias (NETTO, 1996)⁴ e afetam diretamente o mundo do trabalho, bem como a totalidade social em si. Destaca-se, portanto, a relevância de tal debate no processo de envelhecimento do trabalhador, que inserido em condições históricas concretas, é afetado continuamente por tais mudanças.

Logo, será em meio a essas transformações que ocorrerá o debate quanto a conformação da classe trabalhadora na atualidade, dado que, foi assumida essa categoria

⁴Cabe observar que, no transcorrer desse trabalho irei tratar das transformações que vem ocorrendo no capitalismo contemporâneo e seus respectivos impactos para a população envelhecida.

como um dos recortes basilares deste estudo sendo oportuno, assim como foi realizado com a categoria velhice, apresentar os fundamentos que permitiram a aplicação dela nesta análise.

Compete destacar, que nesse contexto, esta classe tem sido afetada de forma generalizada, tanto em sua subjetividade quanto em sua organicidade, como demonstrado por Antunes (2005, p. 191) ao afirmar que a mesma “fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais”, dificultando a articulação de seus sujeitos contra as ofensivas desenfreadas por parte do Estado e do capital sobre os seus direitos. Nessa perspectiva, frente às formas assumidas pelo sistema capitalista, dominado pelo capital financeiro, busquei compreender de que maneira o binômio formado pela reestruturação produtiva e o ideário neoliberal está contribuindo para que os sujeitos desta pesquisa (re) ingressem no mercado de trabalho, após suas aposentadorias e a quais condições estes estão sendo exposto.

Ao evidenciar a condição de trabalhador assalariado dos velhos aposentados, em que eles, assim como o conjunto dos trabalhadores, enfrentam meios de trabalho definidos pela acumulação flexível, sofrendo pressões da desregulamentação e da precarização das relações trabalhistas já fragilizadas, “demonstra” que o pertencimento a uma classe cria rebatimentos diretos no processo de envelhecimento e na velhice desses sujeitos.

Ainda será importante abordar, ao longo do capítulo, a noção de que as desigualdades experienciadas ao longo da vida produtiva, daquele que pertencente à classe trabalhadora, também são vivenciadas após a aposentadoria, determinando a forma como se encontra na velhice. O que significa afirmar, que não podemos analisar a categoria velhice dissociada da dinâmica do sistema capitalista e seus efeitos para a vida do trabalhador. Desse modo, nosso propósito foi o de caracterizar o processo de envelhecimento da classe trabalhadora como algo que está atrelado intrinsecamente à dinâmica da sociedade capitalista e como vem se apresentando no que se refere às mudanças no mundo do trabalho e no âmbito social/estatal.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa empírica, em que uma análise aprofundada acerca dos trabalhadores, objeto da pesquisa é realizada, com base nos dados empíricos, recolhidos através de entrevistas que abordam a escolaridade, a composição familiar, questões relacionados a aposentadoria, a atividade atual, a processos de (de) valorização presentes nessas relações e como estes trabalhadores realizaram a construção da categoria trabalho durante suas vidas. Compreender como estes aspectos se manifestam no cotidiano dos entrevistados, além de confrontar se o pressuposto inicial, acerca do velho trabalhador aposentado como pessoa de referência das famílias, vinha se sustentando e se esse comprometimento, bem como questões objetivas de sobrevivência ligadas ao trabalho, estaria diretamente relacionado ao (re) ingresso deste sujeito no mercado de trabalho.

Reserva ainda a este capítulo a descrição do percurso metodológico utilizado durante esse estudo, o que possibilitou a caracterização do universo da pesquisa e uma reflexão acerca do processo de coleta de dados em meio às empresas, instituições e sindicatos do município de Juiz de Fora/MG que possuíam vínculo com o velho trabalhador aposentado. Para isso, realizei algumas considerações acerca dos fatores motivadores do (re) ingresso destes sujeitos no mercado de trabalho e a situação ocupacional atual de forma geral, sendo que ao final elaboramos uma breve síntese da análise exposta durante o capítulo.

Por último, nas Considerações Finais, foram analisadas a correspondência entre todo o referencial teórico construído e os relatos dos entrevistados, obtidos por meio da pesquisa empírica, possibilitando uma análise relacional e imbricada do objeto deste estudo, mais precisamente sobre as motivações atribuídas ao reingresso do velho trabalhador aposentado no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG.

O estudo, buscou através das construções realizadas contribuir para a análise das condicionalidades e das relações de trabalho nas quais os velhos trabalhadores estão submetidos na atualidade, bem como ampliar a discussão dos determinantes de ordem socioeconômico concernentes ao processo envelhecimento do trabalhador; estendendo o universo de conhecimento acerca da realidade social no qual estão inseridos e, conseqüentemente, as suas respectivas demandas. Pois, para além das necessidades particulares dos velhos trabalhadores, as demandas que os envolvem, são de um todo, do conjunto dessa classe.

1. VELHICE: UMA CATEGORIA COMPREENDIDA ENQUANTO UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.

Neste capítulo será feito um resgate histórico-social da categoria velhice; esboçando uma (re) construção teórica e dos determinantes expostos na construção sócio-históricos a ela atrelados. Isso se fez necessário, pela presença, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, de termos referenciais àqueles que envelhecem (velho, pessoa envelhecete e velhice). Essa utilização parte da compreensão desta categoria enquanto um processo socialmente construído, vivido de forma homogênea (questões relacionadas a idade avançada), e de forma heterogênea (em que cada indivíduo vivencia situações próprias e singulares de acordo com sua realidade). Percepção que é bem diversa dos termos assumidos genericamente, na atualidade, para designar esse período da vida (terceira idade, melhor idade), visto que, tais termos tendem a pressupor uma mudança semântica para “disfarçar e tentar transformar” a realidade dos (atuais e futuros) indivíduos integrantes desta categoria.

Este capítulo ainda abordará o processo que resultou no surgimento destas nomenclaturas, buscando realizar uma reflexão acerca dos elementos presentes no transcurso da sociedade capitalista que possibilitaram esse surgimento. Desde a origem das noções de velhice até a atual definição, caracterizada pela terceira idade, que envolve, significativamente, o envelhecimento contemporâneo, especialmente no que tange a tendência de reduzir seus fenômenos a elementos uniformes. Por fim, será feita uma breve análise das particularidades nacionais frente às tendências mundiais de envelhecimento populacional e dos desafios que este vem gerando, sobretudo, aos setores ligados a Seguridade Social. Isso se dá em um em um contexto em que ocorrem transformações na administração pública e as investidas contemporâneas contra as leis previdenciárias.

1.1. , Do velho à “terceira idade”: uma análise da relação entre o processo de envelhecimento e o uso de nomenclaturas para designar a velhice.

Definir a velhice, enquanto categoria, ainda que pareça algo simples, é um processo complexo, cheio de determinações que pressupõe o reconhecimento das suas mais diversificadas características, ou seja, “a imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória. Importa observar que através dos diversos testemunhos, a palavra ‘Velhice’ [...] é uma certa categoria social mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias” (BEAUVOIR, 1990, p. 109). Desse modo, é oportuno destacar que tanto a categoria velhice, quanto o processo de envelhecimento a ela relacionado devem ser analisados a partir de sua totalidade, que abrange tantos fatores de ordem biológica, quanto de ordem sócio-histórico-cultural. E, embora, estejam vinculados, na maior parte das vezes, aos fenômenos biológicos, seus significados são formados em meio a valores culturalmente construídos, passando, portanto, por constantes modificações.

Portanto, a velhice e o processo de envelhecimento podem ser compreendidos como uma construção histórico-social envolta pelas relações de produção e reprodução social, para além de um processo biológico e natural. Assim, tal como é para Simone de Beauvoir (1990, p. 20), “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural”.

Como observa Cunha (2008) por mais que o fator biológico seja um dos elementos basilares fomentadores ao se buscar respostas acerca do processo de envelhecimento, as reflexões não podem ficar a ele restritas, como se esse processo tivesse um desenvolvimento linear, que pragmaticamente passa de uma etapa à outra, uma vez que se trata de algo muito mais complexo. Segundo Teixeira (2008, p. 22), “paralelamente à evolução cronológica e ao declínio biológico, coexistem fenômenos de natureza biopsíquica, social e econômica, importantes para a configuração das diferentes formas de envelhecer”. Por isso, não há como caracterizar imutavelmente ou uniformemente algo que é construído de forma diversa em cada sociedade, cultura ou período histórico. O envelhecimento não pode ser concebido como um processo homogêneo, como tenta convencer as discussões suscitadas pelos documentos criados pelo poder público, uma vez que, “a forma de envelhecer vai depender do sexo, do

local de moradia, das condições de saúde e, principalmente da classe social em que a pessoa esteja inserida”⁵ (BENEDITO, 2009, p. 32)

Ao se analisar as condições materiais de “(re) produção social”⁶ da velhice do trabalhador há certos aspectos que tornam essa categoria um processo vivenciado de forma singular, ou seja, distintamente por cada indivíduo. Essa percepção fica ainda mais evidente quando se, por exemplo, a questão de gênero, sob a qual homens e mulheres envelhecem de forma bem distinta. Contudo, existe também uma forma universal, compreendida por uma concepção “homogeneizada” que perpassa a todos os sujeitos da sociedade.

Segundo Motta (2000) quando a análise é pela perspectiva de idade/geração, ser jovem ou ser velho significa uma experiência vivida, de um lado, homogeneamente e quando a análise é pela perspectiva do gênero ou da classe social dos sujeitos em cada grupo etário, se torna heterogênea. Cabendo salientar que, a perspectiva de gênero a trajetória de vida de homens e mulheres, como construção social e cultural, vem determinando diferentes representações e atitudes em relação à condição de ser velho (a).

A velhice, portanto, não pode ser considerada como algo estático, dado, mas como o resultado irreversível e inevitável de um processo. Deve-se compreender, assim, que estamos nos referindo ao *processo de envelhecimento* apreendido enquanto um elemento integrante da sociedade, construído socialmente e não uma etapa isolada do ser (BEAUVOIR, 1990).

Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

Em um resgate teórico, acerca do estudo do processo de envelhecimento, se pode constatar que em muitas dessas produções a análise reflexiva quanto a presença da *segmentação* do curso da vida em estágios por meio dos quais os integrantes das sociedades foram sendo inseridos e associados a um tipo de comportamento e determinações que os rotulava – e ainda os rotulam - adequando-os aos seus grupos etários. Na pretensão de compreender os aspectos de sociabilidade, nos diferentes contextos e nas distintas sociedades,

⁵ Quanto a essa última distinção na forma como se vivencia o processo de envelhecimento e a velhice, o item 2.2 deste estudo irá trazer um maior aprofundamento.

⁶ A utilização do conceito de reprodução social está em consonância com Iamamoto (2009), que se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista, ou seja, a reprodução da totalidade da vida social, que abrange não somente a vida material e o modo de produção, mas inclusive, o modo de vida, os valores, as práticas, as formas de consciência social por meio das quais os homens criam seus posicionamentos e tomam suas decisões.

a antropologia tomou para si a forma como a vida é periodizada e como são estabelecidas as relações entre as faixas etárias. Assim, a análise das categorias e grupos de idade tornaram-se elementos essenciais das etnografias preocupadas em dar conta dos tipos de organização social, dos meios de controle dos recursos públicos e das “representações sociais” (DEBERT, 1999).

Por conseguinte, ao tratar da periodização da vida e das relações intergeracionais, sob a ótica da antropologia, o processo biológico toma proporções culturais, elaborado representativamente por rituais que marcam os limites entre as idades por meio das quais os indivíduos passam (DEBERT, 1999). Ainda de acordo com a autora, para apreender as mudanças ocorridas na sociedade, novos recortes foram sendo propostos, visando dar conta da heterogeneidade das experiências no interior de grupos que eram definidos por meios de grandes conceitos homogeneizadores, como o caso de classe social. Destaca-se assim, os recortes de idade e gênero⁷.

A diferença entre as idades está presente em todas as sociedades, enquanto uma necessidade da vida social, sendo que, da mesma forma como o desempenho de determinada atividade envolve as capacidades físicas, o acúmulo de vários conhecimentos abarca o preenchimento de determinados papéis sociais, cuja obtenção consome tempo e implica uma progressão etária (DEBERT, 1999).

Em seu estudo sobre infância, Ariés mostra como essa categoria foi construída a partir do século XIII, alargando a distância que separava as crianças dos adultos. Na França medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto; a partir do momento em que sua capacidade física permitisse, em idade relativamente prematura, participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente a criança passou a ser tratada como problema específico (DEBERT, 1999, p. 43).

O historiador Ariés (1978), possibilitou a inovação do estudo de uma etapa da vida enquanto uma construção social, partindo da análise da infância como um período distinto da idade adulta. Para o autor, a infância tem características específicas, com valores e comportamentos determinados, fruto das transformações no âmbito familiar e da

⁷ Sobre esse recorte de gênero, esse subitem se valerá das colocações de Motta (1999), acerca das dimensões de gênero e idade/gerações enquanto elementos fundantes da análise da vida social, que manifestam relações básicas, por onde se entrelaçam subjetividades, identidades e se engendram trajetórias. A reflexão da velhice segundo a categoria gênero será mais explorada no subitem 1.2, com questões sobre a feminização da velhice. Essa construção se faz necessária, pois, no âmbito deste estudo, não será feita uma reflexão aprofundada da categoria gênero, dado que, não está no escopo principal do estudo. Contudo, ainda assim, essa análise tem grande relevância, sendo articulada em diversos momentos ao longo dessa pesquisa.

diferenciação entre os espaços públicos e privados, resultando nas relações de intimidade e privacidade dentro da família. Esses estudos tornaram-se propulsores para que outros grupos etários fossem estudados, como é o caso da velhice.

Debert (1999 *apud* MEYER FORTES, 1984) afirma que a forma como as pessoas se agrupam em função de sua geração é absolutamente distinta daquela que as agrupam em função do seu estágio de maturidade e de sua idade cronológica. Assim, o uso das idades cronológicas, típico das sociedades ocidentais, é considerado um dos mecanismos elementares de atribuição a: *status* (maioridade legal), a definição de papéis ocupacionais (como a entrada no mercado de trabalho) e a formulação de demandas sociais. “Enquanto as gerações são geradas na família, as idades são institucionalizadas política e juridicamente” (DEBERT, 1999, p. 49).

Essa “cronologização da vida” (DEBERT, 1999), passou de um momento sociocultural, no qual a institucionalização da vida em etapas, categorias etárias não era relevante na organização das funções sociais dos indivíduos, para um elemento de caráter fundamental, em quase todas as esferas da sociedade, na mesma proporção que se tornou um tipo de identificação entre os sujeitos. Compete destacar, que essas delimitações do curso da vida foram iniciadas durante o século XIX ganhando um perfil mais uniforme entre os grupos etários no século XX. Para tanto, devem ser percebidas enquanto uma construção de caráter social, econômica e política, resultado das relações estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade (DEBERT, 1999).

Uma das razões que levaram a essa “cronologização da vida” social está relacionada as mudanças de natureza estrutural, que de um lado são representadas pela evolução das forças produtivas, em que se destaca a passagem da economia de base familiar, para a que tem como referência o mercado de trabalho. E de outro, ao papel do Estado Moderno, que é a instituição por excelência a orientar o curso da vida, ao passar para a esfera pública questões que eram restritas a esfera privada e familiar (DEBERT, 1999).

Um dos exemplos dessa institucionalização político-jurídico das idades que gera uma padronização etária da população e passa a orientar países quanto à elaboração de seus serviços e políticas, foi a definição feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que concebe a pessoa idosa como aquela com 60 anos ou mais, se residir em países subdesenvolvidos e 65 anos ou mais se residir em países desenvolvidos. Definição esta que, no caso brasileiro, está presente, dentre os vários documentos criados pelo poder público, na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Em todas as sociedades há a presença da segmentação do curso da vida em idades, regulamentando a inserção de cada indivíduo em determinados papéis, mas essa inserção não é a mesma em todas as sociedades. “A institucionalização do curso da vida, [...], não significou apenas a regulamentação das sequências, [...] também a constituição de perspectivas e projetos, por meio dos quais os indivíduos orientam-se e planejam suas ações, individual e coletivamente” (DEBERT, 1999, p. 52).

A velhice refere-se a uma categoria social, assim como o infante, o jovem e o adulto, em que, como divisões de poder, estas categorias podem ser alvo de manipulação que reflete os interesses e valores vigentes em uma determinada época e marcam todo o processo de envelhecimento ao longo da vida. Além de produzir valores e alterações conforme dispõe determinado período sócio-histórico, como foi o desenvolvimento das forças produtivas (DEBERT, 1999).

De tal modo, a institucionalização do curso da vida e a padronização de certas etapas são formadoras de valores e significados para determinados períodos e faixas etárias, passando a integrar dimensões do mundo familiar, do trabalho e organizando a sociedade no que tange às políticas públicas, ao sistema educativo, produtivo, bem como o mercado de consumo.

Contudo, cabe destacar que esta periodização acaba por reduzir o processo de envelhecimento a uma etapa, que passa a ser atingida, no sentido de se alcançar determinada idade, em uma homogeneização da categoria velhice, como se indivíduos com determinada idade passassem pelas mesmas experiências de vida. Isso fica evidente ao se ressaltar a dificuldade na definição da categoria velhice, em que os indivíduos são, ao mesmo tempo e contraditoriamente, semelhantes e diferentes, em que idades aproximadas não são garantidoras de características constituintes similares e nem de qualidade de vida (MOTTA, 2007).

Por ora, retornando as mudanças advindas com a transformação das forças produtivas e pelo Estado Moderno, serão associadas as construções de algumas das representações que marcaram significativamente as concepções e os meios de gestão do envelhecimento na sociedade moderna. Principalmente no que tange ao surgimento das nomenclaturas para designar a velhice em que, “uma importante imagem do envelhecimento que se constituiu a partir daí tem-se aquela da desvalorização da pessoa que envelhece” (CUNHA, 2003, p. 190).

Já na França do século XIX a questão da velhice se apresentava fundamental para caracterizar aqueles indivíduos que não possuíam condições materiais de manter-se, sendo considerados inclusive como indigentes. Algo que era bem diverso daqueles que detinham

certo patrimônio que, por sua vez, dispunham de determinada posição social e respeito (PEIXOTO, 2007).

Esse recorte social da população de mais de 60 anos foi acompanhado de locuções diferenciadas para tratar cada grupo de pessoas da mesma idade: designava-se mais corretamente como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto os que o possuíam eram em geral designados como idosos (*personne âgée*) (PEIXOTO, 2007, p. 71)⁸.

A velhice desse período, então, passa a ser vinculada apenas à parcela detentora da força de trabalho, que com o declínio da força física passava a ser definidas como velhos. “A representação social da velhice é, assim, bastante marcada pela inserção do indivíduo de mais idade no processo de produção” (PEIXOTO, 2007, p. 71). De tal modo, a velhice dos trabalhadores estaria vinculada a uma situação de invalidez, ou mais precisamente, na incapacidade de produzir.

Peixoto (2007) afirma que, esse período foi marcado por grande parte da população urbana de 60 anos ou mais não possuir um rendimento fixo, como pensão ou salário. Os estudos sobre a época ainda revelam as condições miseráveis da população velha, em que a maioria tinha dependência direta dos filhos ou das instituições de assistência pública, sendo inclusive um século marcado pela construção dos asilos.

Observa-se também que raramente esses indivíduos eram chamados de idosos, seja no discurso oficial, seja em certos textos sociológicos, salvo quando se tratava do conjunto da população de mais de 60 anos. Os termos “velho” e “velhote” podem ou não estar carregados de conotações negativas, mas quando isso acontece são empregados para reforçar uma situação de exclusão social (PEIXOTO, 2007, p. 72).

Por se tratar de uma sociedade que atribui valor aos indivíduos a partir de sua inserção no processo de produção, sendo dispensados aqueles que forem incapazes de responder aos ditames do capital, os velhos passam a ser percebidos como sem valor devido ao afastamento deste processo. A aposentadoria⁹ passa a ser o marco social de suas velhices, em uma etapa relacionada, sobretudo, a estigmas de improdutividade. Ser ou não produtivo tem tamanha influência na construção social que

⁸ Grifos da autora.

⁹ Compete ao próximo item uma breve análise do processo que culminou na institucionalização desse direito, bem como as iniciativas contemporâneas assumidas pelo Estado e o capital frente a desconstrução da aposentadoria.

do mesmo modo que a participação do jovem no mercado de trabalho assinala como adulto responsável (e sua assunção social formal ao público), um dos momentos cruciais da passagem da maturidade à velhice dá-se com a aposentadoria (reenvio do trabalhador ao privado e à inatividade oficial) (MOTTA, 2007, p. 227).

Sob essa linha de raciocínio, se destaca o que Debert (1999) observou nas sociedades modernas à partir da segunda metade do século XIX, em que a velhice era tratada como uma etapa da vida marcada pela decadência física e a ausência de papéis sociais. Todavia, compete ressaltar que, embora o avançar da idade, enquanto um processo repleto de perdas e dependência seja encarregado de associar a velhice a um conjunto de imagens negativas foi também um elemento crucial para que fossem legitimados os direitos sociais desses sujeitos, como a aposentadoria, que será abordada neste trabalho.

Partindo da reflexão analítica recortada dos fenômenos de uma realidade exposta em uma sociedade exclusivamente capitalista compete, novamente, observar a influência que a ideologia do trabalho e a apologia da produtividade acarreta para a compreensão dessas categorias, dando inclusive um significado de deterioração às pessoas por meio da aposentadoria. Assim, se aposentar “simboliza a perda de um papel social fundamental – o de indivíduo produtivo -, passando a ser sintoma social de envelhecimento” (PEIXOTO, 2007, p. 74).

De acordo com Peixoto (2007), no Brasil, o uso negativo do termo velho seguiu processo similar ao da França, sendo, porém, mais recente, datando dos anos de 1960, demonstrando como tem pouco tempo que o objeto velho é estudado no país. Logo, ainda que existam outros termos para designar a velhice, a denominação que mais se utilizava, até esse período, para referir-se a pessoa envelhecida era o termo “velho”.

Os ecos vindos da Europa sobre a mudança da imagem da velhice chegam às terras brasileiras no final da década de 60 e, como na França, certos documentos oficiais, bem como a grande maioria das análises sobre a velhice, recuperam a noção idoso (*personne âgée*). É claro que este termo sempre fez parte do vocabulário português, entretanto, não era palavra de muito uso. Ainda que o termo idoso não fosse muito empregado, observa-se que as ambivalências já são fortes: velho e idoso podem se confundir, mas idoso marca um tratamento mais respeitoso, como *personne âgée* praticado na França (PEIXOTO, 2007, p.78).

Percebe-se, portanto, que o termo velho tem se restringido a uma conotação negativa, voltado para se referir a pessoa envelhecida pertencente a classe trabalhadora e carrega consigo, explicitamente, as marcas do envelhecimento e do declínio biológico. Dessa forma,

surtem incentivos para a mudança de nomenclatura e adoção destas por parte das instituições estatais que resultaram em uma outra representação das pessoas pertencentes a esse segmento populacional.

Mas isso não significa a implantação de uma política social voltada especificamente para a velhice. Trocam-se apenas as etiquetas. Doravante, a categoria idoso invade todos os domínios e o termo “velho” passa a ser sinônimo de decadência, sendo banida dos textos oficiais” (PEIXOTO, 2007, p. 79).

De acordo com a autora, utiliza-se assim, o termo idoso para referir-se aos indivíduos que possuíam certo “status social”, vinculado a condição financeira ou por exercerem atividades que são valorizadas pela sociedade. Logo, o termo estaria ligado diretamente às relações sociais de produção, que toma por referência a distinção entre aquele que tinha sua capacidade produtiva diminuída com o avançar da idade, os tidos como velhos e aqueles que não se associavam a esse termo, buscando serem apartados desse sentido e da decadência a ele associada. Nas colocações de Debert (1999):

Nascidos nas últimas décadas do século XIX, são o que se chama de “geração do progresso”. Nasceram na época das *lâmpes à huile* e viram os americanos chegarem à lua. Não tinham a atitude dos velhos contemporâneos de negação da morte, mas pensavam: “morremos, mas jamais envelhecemos”. Demonstravam horror à velhice dos pais que, a partir de uma certa idade, já não desciam escadas porque não havia elevador para conduzi-los de volta a casa. Convenceram-se de que poderiam viver a velhice sem incômodos e essa era uma questão exclusivamente de vontade. [...] Não havia, por isso, nenhuma razão para a aposentadoria, para o abandono das posições de prestígios e poder ocupadas ao longo da idade adulta (DEBERT, 1999, p. 77)¹⁰.

Para tanto essa expressão tomará propensão a partir dos anos 1960 passando a ser utilizada em várias publicações e documentos oficiais sucedendo o termo velho e velhote. Possibilitando, inclusive, difundir as pessoas envelhecidas com maior prestígio e respeito frente à sociedade. Dessa forma, no que tange à realidade brasileira, podemos observar que a adoção desta nova nomenclatura foi bem recebida, sendo admitida até a presente data por vários marcos regulatórios voltados a este público e nas demais esferas que o envolve (PEIXOTO, 2007).

Sob influência dos documentos franceses, o termo velho passa a ser substituído pelo termo idoso, nos marcos regulatórios, ao referir-se à pessoa envelhecida. No Brasil, devido a

¹⁰ Grifos da autora.

particularidades próprias da realidade nacional, o termo velho ainda é utilizado, juntamente com o termo idoso, em que o primeiro designa os velhos da classe trabalhadora e o segundo, para aqueles da classe burguesa¹¹ (PEIXOTO, 2007).

Assim, ao tratar dessas nomenclaturas ou termos classificatórios, se refere a um cenário representativo que tende a construir e propagar socialmente uma concepção do que seja o processo de envelhecimento, bem como a categoria velhice. Por conseguinte, como analisou Debert (1999), as décadas de 1960 e 1970, são um marco para a discussão da velhice, em que a mesma ganha visibilidade social, tornando-se alvo do discurso gerontológico¹² no que ficou denominado como a “socialização do envelhecimento”. Deste modo, em decorrência de vários fatores, a velhice passa a ser compreendida enquanto problema social, em que destacamos a institucionalização e universalização da aposentadoria que incidiram sobre os setores econômicos (empresas), com o Estado passando a responsabilizar-se por todo esse contingente populacional e não mais às categorias profissionais específicas.

Portanto, os esforços e análises sobre o envelhecimento foram, de forma geral, voltados para o custo financeiro por ele gerado, estabelecendo a relação entre a população ativa e aquela que saiu do mercado de trabalho. Além de serem a base do discurso dos *experts* em administração pública e em gestão das caixas de aposentadorias ao calcular os impostos e as cotizações dos gastos com as pensões (DEBERT, 1999).

Ademais, a gerontologia tenderá a voltar seu foco para o processo de envelhecimento populacional enquanto problema nacional. Logo, não seriam reflexões direcionadas a melhores condições de vida para o velho pobre em que haja benefícios adequados às suas necessidades; e muito menos a oferta de condições de acesso que acompanhasse o avanço das idades, posto que, se buscou a delimitação dos problemas que o crescimento dessa população idosa traz para a vida social (DEBERT, 1999).

De tal modo, ainda no que concerne esta abordagem gerontológica na discussão da velhice se incorpora a cultura do consumo, em que há a difusão de uma desconstrução das imagens negativas associadas ao envelhecimento. É uma busca por uma inversão de valores

¹¹ Elemento discutido no Item 2.1 deste estudo.

¹²“No Brasil, pesquisar associações de gerontologia era, até muito recentemente, identificar a oposição entre médicos geriatras, gerontólogos e cientistas sociais que, contra o determinismo biológico dos primeiros, empenhavam-se em mostrar que a velhice é uma construção sociocultural. Essa é ainda a tônica do discurso dos gerontólogos especialistas nas áreas de humanidades, quando apresentam as diferenças que os separam dos geriatras. Entretanto, na prática de uns e outros, essa oposição perde sentido. Os geriatras – e também outros especialistas em áreas de medicina voltadas para problemas que têm uma relação especial com o envelhecimento, como a medicina ortomolecular e especialidades afins – radicalizaram a ideia de construção social [...] Geriatras e gerontólogos transformaram-se em agentes ativos na proposta de práticas, crenças e atitudes a indicar que a eterna juventude é um bem que pode ser por todos conquistado” (DEBERT, 1999, p. 33).

que pudesse estabelecer uma nova imagem da velhice, agora voltada para elementos de caráter positivo.

Nessa concepção, existiram dois ângulos que devem ser considerados ao se tratar desse processo de difusão do envelhecimento positivo no interior do discurso gerontológico. De um ponto de vista, ocorre a denúncia da “conspiração do silêncio”, referida por Simone de Beauvoir (1970) ao tratar da resposta social direcionada a velhice nas sociedades modernas, diante da situação de vulnerabilidade a que eram expostos os velhos. E de outro, a defesa de uma possível *mudança* caso se houvesse adaptação a uma nova forma de se conduzir a vida (DEBERT, 1999).

Desse modo, se consolida esta nova forma de condução da vida, que se fundamenta pelo uso da expressão “terceira idade”, usada, atualmente, por várias áreas de conhecimento para se referir as pessoas envelhecidas. Criada na França, ainda no ano de 1970, país no qual os primeiros gerontólogos brasileiros se formaram, “é uma expressão que, recentemente, popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro” (DEBERT, 1999, p. 138).

Assim, se torna fortalecida a “dissociação” entre a aposentadoria e a velhice, que agora envolve níveis diferentes de aspirações e consumo, ampliando um mercado com nicho específico, principalmente para as camadas médias¹³, que tem uma ampliação do trabalho assalariado através dessas novas abordagens, empenhadas em alocar o tempo dos aposentados. Esses últimos passam a ser percebidos como fonte de recursos financeiros inexplorados, desarticulando a aposentadoria como forma de assegurar somente a velhice dos mais pobres. “Um contingente cada vez mais exigente e mais jovem de aposentados será objeto da ação das agências que se especializam na gestão da aposentadoria” (DEBERT, 1999, p. 59).

Nela, as idades não são mais marcadores pertinentes de comportamentos e estilos de vida. Uma parafernália de receitas, envolvendo técnicas de manutenção corporal, medicamentos e novas formas de lazer, é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres mais velhos. Meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa não são interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice, mas estágios

¹³Segundo Alves (2009), a tão mencionada “classe média” é utilizada erroneamente em discursos que ora estão transformando-a em algo que é meramente vinculado a capacidade de consumo, ora abstando-a da condição de proletariedade, representada pelos pequenos e médios proprietários. O autor enfatiza que proletários são todos aqueles “alienados da propriedade dos meios de produção da vida social” (ALVES, 2009, p. 107). Assim, por mais que estes pequenos e médios capitalistas sejam detentores de certa propriedade, não possuem os meios de produção da vida social, uma vez que esta é regida pelo “capital oligopólico”, o que nos possibilita afirmar que, de determinada maneira a classe média seja alienada de tal propriedade vinculando-se a “condição de proletariedade”. Clarificando a afirmativa, o autor atenta para o fato de que “a ideia de propriedade pressupõe a ideia de controle” (ALVES, 2009, p. 108), controle esse que está em posse do grande capital.

apropriados para a concretização de sonhos adiados em outras etapas da vida (DEBERT, 1999, p. 19).

Ainda que as pesquisas realizadas nas últimas décadas tenham elevado o estudo sobre o tema (velhice) a dimensões complexas, o discurso atual permanece demarcado por dois modelos antagônicos de se pensar o envelhecimento: o primeiro aponta para a situação de pauperização e abandono a qual o velho é relegado, assim como do papel da família ao arcar com esta situação. Sendo que, neste modelo, os estereótipos negativos da velhice ganham, de certa forma, propensões significativas relacionando-os ao período de afastamento devido a doença e a pobreza. Já o segundo, apresenta os velhos como seres ativos, cheios de possibilidades de enfrentar os desafios cotidianos de forma original, contrapondo-se aos estereótipos relacionados à velhice. Modelo, que inclusive, rejeita a velhice por compreender que o sistema etário não é um marcador considerável quando nos referimos as experiências (DEBERT, 1999).

A imagem que projetam é ora a de uma sociedade cujas formas de controle se fundamentam cada vez mais na idade cronológica, ora a de que caminhamos para uma situação em que as diferenças de idade tendem a ser apagadas e a velhice é, sobretudo, uma questão de autoconvencimento (DEBERT, 1999, p. 74).

A velhice, portanto, se transformou em tema privilegiado, voltado, especialmente, aos desafios enfrentados pela sociedade brasileira pelo seu crescimento. Além disso, também ocorreu a socialização de sua gestão, que por muito tempo foi restrita à esfera familiar e privada, se tornando uma questão pública. Esta “gestão”, se fez relacionada com a expansão do capital, particularmente depois dos anos 1970, para áreas que até então não eram mercantilizadas.

No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilo de vida inadequado. O declínio inevitável do corpo, o corpo que não responde às demandas individuais, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade (DEBERT, 1999, p. 227).

Ocorre, desse modo, uma propagação dessa nova forma de se conduzir a vida, que tem por ferramenta elementar a disseminação midiática de jargões defensores da juventude e

repreendedores daqueles que “*não*” querem envelhecer de forma ativa e saudável¹⁴. Ideologias que servem para ocultar as desigualdades de classes, determinante da situação a qual o indivíduo chega a velhice e que não são restritas ao mero consumo ou condução de sugestões do bem viver.

Ainda chama a atenção a dificuldade em se reconhecer como velho, dado que, se por um lado tem relação direta com essas nomenclaturas, por outro envolve o fato de que o processo de envelhecimento é algo gradativo e mutável que não ocorre diretamente, mas se dá ao longo do percurso da vida dos indivíduos, em que a velhice é percebida primeiro pelos outros. Além disso, o seu reconhecimento, se torna difícil, por ainda associarem à velhice as decadências de caráter físico, mental, social e, não as divulgadas sabedoria e experiência (MOTTA, 2007).

Portanto, perante essa imagem da velhice repleta de negatividades, “os que têm saúde e de certa forma se sentem participando do cotidiano (...) não se consideram velhos. Não se querem enquadrados no modelo cruel. Reconhecem que a velhice existe, mas não é aquilo que está neles. Velho é sempre o outro” (BELO, 1990 *apud* MOTTA, 2007, p. 228).

A questão da velhice como autoconvencimento é crucial, por que contém uma carga pesada de negatividade política e existencial, na medida em que adjudica ao indivíduo toda responsabilidade pelos problemas que possa estar enfrentando como idoso e que são, na maioria, de caráter social e cultural, como as limitações econômicas (baixa aposentadoria) e a exclusão dos espaços de participação. Isso dificulta ao indivíduo a percepção de lutar por seus direitos de cidadania (BELO, 1990 *apud* MOTTA, 2007, p. 229).

De acordo com Debert (1999), existem dois desdobramentos intrínsecos das artimanhas criadas pela sociedade capitalista para o enfrentamento da crise econômica e o aumento do público velho: a mercantilização e a re-privatização da velhice. Logo, o primeiro, torna a velhice alvo de serviços, produtos e novos setores especializados na *terceira idade*. São pessoas, que tem sido, cada vez mais, alvo dos segmentos do mercado, se tornando rentáveis para o capital. Trata-se de indústrias farmacológicas, tratamentos estéticos e de entretenimento (lazer, viagens, shows, teatros, bailes) voltados à lucratividade sobre os velhos que possuem poder aquisitivo ou não, desde que consumam. Além da criação de centros de convivência, faculdades, clubes, escolas, cursos profissionalizantes e programas e projetos

¹⁴ Como se o processo de envelhecimento fosse uma escolha, um fator opcional e não uma construção que perpassa toda a vida dos sujeitos que sobrevivem a todos inseridos na sociedade. Para compreender os determinantes do processo de envelhecimento e da velhice em si, vide item 2.2 deste estudo.

ministrados nas três esferas do governo para facilitar o acesso à gratuidade e benefícios, como é o caso do “Viaja Mais Melhor Idade”¹⁵ do Ministério do Turismo.

No Brasil, proliferam, na última década, os programas voltados para os idosos, como as “escolas abertas”, as “universidades para a terceira idade” e os “grupos de convivência de idosos”. Estes programas¹⁶, encorajando a busca da autoexpressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaço para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente e indicam que a sociedade brasileira é hoje mais sensível aos problemas do envelhecimento (DEBERT, 1999, p. 15).

Cabendo destacar que as organizações consideradas pioneiras na promoção desses programas no país são: o SESC (Serviço Social do Comércio), a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e as Universidades para a Terceira Idade, iniciando suas atividades no interior de universidades como a Puccamp (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), envolvendo atualmente várias outras universidades públicas e privadas (DEBERT, 1999). Em suma, os programas estão sendo criados sob o viés que busca “resgatar a dignidade do idoso, reduzir os problemas da solidão, quebrar os preconceitos e estereótipos que os indivíduos tendem a internalizar. Trata-se de valorizar o cidadão de mais idade, criando espaços para o lazer, mas também “o ‘treinamento no exercício da cidadania’, como gostam de dizer, com entusiasmo, seus promotores” (DEBERT, 1999, p. 162).

De tal modo, registra-se na atualidade ações dos sujeitos que não se identificam a partir do trabalho e do posicionamento que esse imputa na sociedade capitalista, mas as caracterizações mediante os níveis de consumo. Netto (1996) chega a observar tamanha ocorrência do consumismo denominando-a de “cultura do consumo”, sendo representada pela aquisição de bens materiais de forma indiscriminada que acaba por acarretar na assimilação da imediatividade mercantilizada como a própria realidade. Por conseguinte, se oculta a essência do sistema capitalista entre oprimidos e opressores¹⁷, em que por se encontrarem repletos de atividades e sucumbidos por tais serviços, esses velhos, enquanto sujeitos, têm

¹⁵“O Viaja Mais Melhor Idade é uma iniciativa do **Ministério do Turismo** para facilitar a inclusão no mercado de viagens das pessoas com mais de 60 anos, aposentados e pensionistas. Descontos, condições especiais e serviços personalizados proporcionaram a esse público a chance usufruírem dos benefícios da atividade turística”. Apresentação do projeto exposta no site do Ministério do Turismo. Maior esclarecimento. Disponível em: <<http://www.viajamais.gov.br/vm/> <http://www.viajamais.gov.br/vm/>>. Acesso em: 10 de mar de 2017.

¹⁶“No Brasil, os programas para a terceira idade têm mobilizado, sobretudo o público feminino. A participação masculina raramente ultrapassa os 20%, e o entusiasmo manifesto pelas mulheres na realização das atividades propostas contrasta com a atitude de reserva dos homens. Essa desproporção tem preocupado os estudiosos dos programas, que apontam, com razão, os limites das explicações que se reduzem a constatar que as mulheres vivem mais do que os homens. Além disso, no movimento dos aposentados, a razão dos sexos se inverte” (DEBERT, 1999, p. 139).

¹⁷Exposição realizada no item 2.1 deste estudo.

prejudicada a possibilidade de refletirem acerca de suas reais condições. E, enquanto permanecer a forma com que o trabalho é realizado no modo de produção capitalista, será dificultoso o processo de valorização do indivíduo de qualquer faixa etária, de suas necessidades e de ter um tempo *livre* que possibilite a liberação e emancipação do ser.

O capitalismo redefine o sentido de “utilidade”, ao qual tudo deve-se conformar, tanto para as coisas, quanto para as relações e as pessoas, definindo como o que é vendável, lucrativo; lógica a qual os seres humanos devem ajustar-se, provando sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consigam se adaptar. Assim, o ser humano só interessa como força de trabalho, fonte de mais-valia e de valor, ou como consumidor, o que explica as situações de desvalorização social do trabalhador que envelhece, e de pseudovalorização de outros, tanto por determinantes culturais, relações entre gerações, quanto por processos materiais de existência, sob a lógica do capital (TEIXEIRA, 2008, p. 56).

A análise de Debert (1999) destaca que essa propagação do consumismo articulada à reprivatização da velhice, responsabiliza os indivíduos pelo custeio de suas necessidades, transformando os problemas da velhice em questões a serem contempladas pela própria pessoa envelhecida. Compreender, portanto, que essa “reprivatização da velhice”¹⁸ concretiza “um projeto político mais amplo de enfraquecimento da esfera pública na qual necessidades e direitos que foram antes consagrados como temas públicos estão sendo remetidos à esfera privada e individual” (CUNHA, 2003, p. 195). Assim, responsabiliza-se a pessoa envelhecida pelo seu próprio cuidado e bem-estar através de um jogo manipulatório que cria novas práticas sociais e nomenclaturas para abordá-las, como se estas fossem questões que envolvessem apenas uma escolha ou opção individual e não necessidades socialmente determinadas pelo sistema capitalista.

Cada indivíduo é responsável pela adoção de estratégias para prevenir a decadência física e psicológica associada à velhice. Portanto, aqueles que não se empenham em desenvolver uma nova carreira, participar de atividade de lazer, etc. são considerados seres problemáticos que necessitam de motivação. Essas novas representações associadas à velhice, criam novos estereótipos como o do velho inativo, bem como ajudam a difundir a ideia de que não existem mais limites à experiência sócio-cultural do homem o que, no extremo, leva ao entendimento de que a morte pode ser revogada (CUNHA, 2003, p. 194).

¹⁸ Associa-se aqui, o que Yazbek (1995) denominou de “re-filantropização” das respostas à questão social, que trata da retomada de ações filantrópicas no trato a proteção social, através de ações destinadas aos indivíduos “descobertos” pelo Estado, devido à precarização, à focalização das políticas sociais ou pelo processo de descentralização. Referindo também as pessoas que não possuem condições de arcar com estes serviços sociais e assistenciais, e que passaram pelo processo de privatização e descentralização (chamado ideologicamente de publicização de serviços no âmbito do mercado, restando ao terceiro setor a iniciativa de atendê-los).

É como se a propagação de manuais e a cultura do consumo fossem capazes de garantir uma reprodução social da vida de forma satisfatória. O que se percebe, atualmente, é que a agenda social alinha com um envelhecer positivo, em que são oferecidas oportunidades contínuas, prezando pela renovação do corpo, da identidade e autoimagem, acaba por encobrir os problemas que são comuns nas idades mais avançadas (DEBERT, 1999).

Entretanto, nessa reformulação, mais do que a criação de etapas intermediárias de envelhecimento, o que parece estar em jogo é a produção de uma nova forma de reprivatizá-la: a promessa de que - com esforço pessoal, com a adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas - a velhice possa ser excluída do leque de preocupações dos indivíduos e a sociedade (DEBERT, 1999, p. 191).

Constitui-se, assim, novas formas de gestão do envelhecimento com discursos que influenciam diretamente na maneira como a sociedade atual vem construindo suas “representações sociais” da velhice. E, conseqüentemente, é uma lógica que funciona dentro do sistema capitalista, que parece criar a noção de realidade estanque, mas fragmentada em *segmentos*¹⁹ da população, a qual deve zelar pelos seus próprios interesses por meio de um discurso individualizante. Entretanto, como salienta Cunha (2008) devemos compreender que estas formas representativas irão influenciar as próximas gerações, nas quais o público mais jovem terá que planejar o seu futuro e o da velhice.

Muito embora se reconheça que os idosos tenham demandas específicas, diferenciadas tanto por idade quanto por sexo, para se alcançar *uma sociedade para todas as idades*, como preconizado pelas Nações Unidas, uma política para a população idosa deve estar inserida numa política de desenvolvimento sustentável, objetivando aumentar o bem-estar de toda a população. Os idosos não vivem isolados e o seu bem-estar está intimamente ligado ao da sociedade como um todo (CAMARANO, 2002, p. 1, grifos da autora).

Por conseguinte, como ressalta Teixeira (2009), as formas contemporâneas de responder à “problemática social” do envelhecimento acabam por ocultar a centralidade do

¹⁹ O fato de que será no capitalismo monopolista que a intervenção do Estado sobre o social ocorrerá através de uma fragmentação e parcialização da questão social, dentre as quais podemos evidenciar políticas e ações direcionadas a certos *segmentos* da população como: crianças, jovens, mulher e os aqui estudados velhos. Isso procede, pois se caso fosse tratada como uma problemática gestada de uma totalidade processual específica, escancararia a sua fundamentação concreta (à relação antagônica entre capital e trabalho), e isso iria de encontro aos interesses da ordem burguesa. Dessa forma, as expressões da questão social foram “recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 2007, grifos do autor).

envelhecimento do trabalhador e, conseqüentemente, as formas de conduzir as necessidades desse público, Trata-se de ações privatistas que abarcam as mais variadas modalidades de atenção aos cidadãos velhos vinculados, principalmente, à filantropia, as organizações não-governamentais, as empresas cidadãs e as demais iniciativas da sociedade civil (financiadas ou não pelo Estado), que passam a ser definidas como inovadoras no cuidado com a população envelhecida. “Contudo, a rigor, elas são corolários das tendências mais amplas de *privatização* de serviços, na sua dimensão mercantil, ou na filantropização daqueles serviços aos mais pobres ou no individualismo dos modelos de intervenção social” (TEIXEIRA, 2009, p.71)²⁰.

Não é por acaso que tais iniciativas surjam da filantropia empresarial, uma vez que essas ações são direcionadas de acordo com seus interesses, os quais contemplam a desconstrução de direitos e que agora se encontram no âmbito do voluntariado e da ajuda mútua. Tais programas são submissos a uma lógica que autorresponsabiliza os sujeitos pelo seu bem-estar físico e mental, bem como por suas condições materiais e sociais. Por conseguinte, reafirmam a cultura privatista no trato de suas necessidades sociais, demonstrando ser uma espécie de mecanismo opressor do capital sobre o tempo livre dos indivíduos, cujo planejamento permanece alienado e regido pelas imposições reprodutivas do capital que internalizam nos próprios indivíduos os comportamentos e sentimentos considerados oportunos de cada faixa etária (TEIXEIRA, 2009).

Conclusivamente, para além do processo de “descronologização” do percurso da vida que vem fomentando a “desconstrução da categoria velhice”, é possível ver em Motta (1994) as considerações sobre os diversos momentos históricos das sociedades, em que cada um possuiu o próprio significado das etapas que constituem a vida dos indivíduos, sejam elas: infância, juventude, maturidade e velhice. Sem mencionar que são atribuídas funções a cada grupo de idade na divisão social do trabalho e respectivos papéis no seio familiar. Atribuições que, como observa a autora, não remetem apenas aos aspectos biológico ou cronológico das possíveis aptidões, mas a relações que foram construídas em um percurso histórico que é essencialmente dinâmico.

Em síntese, buscou-se, neste item, analisar a velhice enquanto uma categoria social historicamente construída, que adquiriu terminologias diferenciadas durante o seu transcurso histórico. Para tanto, foi dado destaque ao fato de que a categoria se tornou alvo de discursos e estudos de uma pluralidade de especialistas que a transformaram em objeto de saber

²⁰ Grifos da autora.

científico. Além disso, conforme observado há uma perpetuação de investidas por parte dos *experts* em negar a velhice, que ao mesmo tempo em que se colocam contra o acesso irrestrito ao direito inerente à categoria, usam os índices do crescimento demográfico para explorar novas formas de consumo e estilo de vida, além empregam as novas nomenclaturas de maneira indiscriminada.

A caracterização dos determinantes sócio-históricos do processo de envelhecimento, bem como das abordagens contemporâneas que vêm sendo adotadas para designá-lo e suas respectivas consequências tornam a compreensão do processo eficaz, fugindo das falácias que as novas nomenclaturas ensejam. Entender, portanto, que esses homens e mulheres fazem parte de uma trama complexa e dinâmica, que perpassa desde o envelhecimento físico até as experiências pessoais de cada um, é o que permite que sejam capazes de definir a si mesmo e suas experiências de envelhecer.

1.2. Particularidades Nacionais: o cenário brasileiro frente às tendências atuais de envelhecimento populacional

O estudo e a preocupação quanto ao envelhecimento da população, seja em âmbito nacional ou mundial, foi sendo delineando ao longo de décadas e se tornou objeto de várias áreas de conhecimentos por meio de produções teóricas, pesquisas e intervenções profissionais. Refere-se a um amplo debate movido por necessidades²¹ distintas de acordo com determinado período sócio-histórico.

Até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada (...) Todas as civilizações conhecidas caracterizaram-se pela oposição entre uma classe exploradora e classes exploradas. A palavra velhice representa duas espécies de realidade profundamente diferentes, se considerarmos esta ou aquela. O que falseia as perspectivas é que as reflexões, as obras, os testemunhos que concernem à última idade sempre refletiram a condição dos eupátridas: só eles falam e, até o século XIX, só falam de si mesmos (BEAUVOIR, 1990, p.261).

²¹Cabe ressaltar que tais necessidades não são ou não foram apresentadas diretamente pelo segmento envelhecido da população, mas pelo temor das esferas estatais e empresariais que receavam quanto aos desdobramentos ou propriamente ditos prejuízos que essa parcela envelhecida poderia acarretar ao sistema produtivo e aos cofres públicos.

A discussão acerca do envelhecimento da população e o desenvolvimento de um país estiveram constantemente atrelados a duas respectivas visões, em que uma era voltada para uma percepção negativa e a outra para uma percepção positiva, na qual a primeira manteve-se predominante em relação a segunda. “Parece que a predominância desta visão negativa independe do regime demográfico – se a população cresce muito ou pouco -, pois a composição etária passou a ser o cerne da questão” (CAMARANO, 2014c, p. 71)

Ainda de acordo com a autora, uma das visões negativas em relação ao envelhecimento da população está associada ao aumento dos gastos públicos. Pois, o que se percebe é que a preocupação, fundamentalmente, está condição das transferências de recursos e nas demandas por políticas públicas, uma vez que se muda o perfil da população, se impõe, também, novos desafios para o Estado, a sociedade e a família (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014a). Atualmente, o que se vivencia é um momento no qual se tornou perceptível a presença e o crescimento da população envelhecida, manifesta tanto no âmbito mundial, quanto nacional e municipal.

No caso do envelhecimento, a maior preocupação está no seu ritmo acelerado nos países em desenvolvimento e na Ásia. Estes estão envelhecendo antes de resolverem as suas necessidades sociais básicas como educação e saúde. Foi a mesma preocupação com relação ao crescimento populacional elevado destes países que trouxe de volta a relação população-desenvolvimento para o debate; debate este que continua mantendo a mesma visão de população como problema (CAMARANO, 2014a, p. 69).

Observa-se, ainda, no contexto atual, baixíssimos níveis de fecundidade²², que estão resultando em um envelhecimento populacional acelerado. Esse fenômeno vem ocorrendo desde o final do século XX, em que “a fecundidade brasileira já havia atingido níveis abaixo do de reposição, o que se leva a acreditar que a dinâmica da população brasileira caminha para uma quarta fase, caracterizada pela diminuição da população e pelo seu superenvelhecimento” (CAMARANO, 2014a, p. 22). Logo, essa redução da população articulada ao envelhecimento, pode ser considerada como fatores novos ao longo da história, visto que o Brasil até esse período era considerado como um país de jovens.

O termo acelerado está se referindo ao curto período de tempo em que se apresentaram estas duas mudanças, resultado de um fenômeno demográfico que se manifestou a partir da década de 1970, contribuindo diretamente para o aumento da população envelhecida e a

²²“A fecundidade continuou no seu processo de queda, atingindo níveis de sub-reposição. Cresceu o percentual de famílias que optaram por não ter filho. A maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças” (CAMARANO; FERNANDES, 2014, p. 117).

expectativa de vida desse público. Conclusivamente, entende-se que as pessoas estão vivendo mais, enquanto que, e ao mesmo tempo, tem nascido menos pessoas.

Esse envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, mas que exhibe respectiva particularidade se analisado sob a forma como tem se apresentado entre os países. Isso porque, nos países tidos por desenvolvidos, este envelhecimento ocorreu de forma gradativa durante décadas, porém, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, esse envelhecimento se deu de forma acelerada, mas sem o acompanhamento do desenvolvimento econômico. “Em duas décadas e meia, a partir de agora, será cumprido um percurso que os países demograficamente maduros demoraram mais de um século para fazer” (TAFNER; BOTELHO; ERBISTI, 2014, p. 539).

A proporção no número de velhos aumentou, e vem aumentando, consideravelmente nos últimos anos. Os acessos aos serviços públicos não evoluíram na mesma proporção e nem atendem satisfatoriamente a toda população. O que se deseja destacar aqui é que as sociedades em desenvolvimento não garantem condições de vida melhores a sua população em nenhuma das etapas de suas vidas, quiçá a um público em específico.

No que diz respeito ao Brasil, foi constatado que o país enfrenta um processo de envelhecimento que avança de forma expressiva. No início do século XX, um indivíduo vivia em média 33 anos; no ano de 2017 a expectativa de vida gira em torno de 78 anos. Ou seja, no que corresponde aos números de velhos, o país apresentou 2 milhões, em 1950, passando a 6 milhões, em 1975 e para 15,4 milhões, em 2002, demonstrando, ao final desse período, um aumento de 700%. A estimativa é que em 2020 a população de velhos no Brasil chegue a 32 milhões. Esse envelhecimento ocorre no mundo todo e proporciona aumento das diferenças dentro da categoria, como um todo (FERNANDES; SANTOS, 2007).

A esperança de vida dos homens mais pobres foi de 65,9 anos, valor semelhante ao encontrado para os homens ucranianos, 65,3 anos em 2010. Já a dos homens mais ricos foi de 77,8 anos, próxima à de um austríaco ou francês, 77,7 e 77, 8 anos, respectivamente. Entre as mulheres pobres, a esperança de vida estimada foi de 73,3 anos ligeiramente mais elevado do que a das mulheres indonésias, 72, 6 anos. Já as mulheres do último estrato apresentaram uma expectativa de vida de 82, 4 anos, igual a das mulheres alemãs e da Nova Zelândia e mais elevada do que a das mulheres portuguesas, 82,1 anos (United Nations, 2011). Estas comparações permitem que se tenha uma ideia sobre a magnitude da desigualdade na esperança de vida ao nascer no Brasil (CAMARANO *et al* 2014, p. 256).

De acordo com dados do IBGE²³ (2015) a população de 60 anos ou mais residente por grandes regiões, representa 29.374.000 de um total de 204.860.000 (em números absolutos), ou, 14,3% da população brasileira. Sendo que, aproximadamente, 55,9% dessas pessoas de 60 anos ou mais, são mulheres e 44,1% são homens. Cabendo observar que, de acordo com o “Diagnóstico Socioeconômico da População Idosa de Juiz de Fora” (UFJF/ 2012), o município que é campo empírico dessa pesquisa, segue a mesma tendência nacional de envelhecimento, com uma população de 516.247.000 habitantes, dos quais 70.288.000 são de pessoas envelhecidas, correspondendo a 13,62% de sua população. Além de que, a realidade municipal segue a mesma tendência nacional de *feminização* da velhice, visto que o número de mulheres consideradas idosas ultrapassa o de homens.

Ainda conforme o IBGE²⁴, os dados demonstram que as 5 (cinco) Unidades de Federação com maiores números relativos de pessoas residentes de 60 anos ou mais seriam: o Rio Grande do Sul com (17,7%), seguido por Rio de Janeiro com (17,6%), São Paulo com (15,3%), Santa Catarina (15,2%) e Minas Gerais com (15,1%). Esses índices do processo de envelhecimento da população, demonstrando quais estados apresentam maior número de habitantes com idade igual ou superior a 60 anos, podem estar vinculados ao fato de que esses estados também se destacam no Ranking de Desenvolvimento Humano no Brasil. Isso porque, estudos do desenvolvimento humano e das desigualdades internas dos municípios, estados e regiões metropolitanas do país no ano de 2010, demonstraram que: São Paulo (0.783), Santa Catarina (0.774), Rio de Janeiro (0.761), Rio Grande do Sul (0.746) e Minas Gerais (0.731) estavam entre os 10 (dez) estados na faixa de alto desenvolvimento humano²⁵.

Para os demógrafos que estudam as alterações na estrutura etária do Brasil, a *feminização* da velhice é um processo evidente nos últimos tempos. Como apresentado através dos dados, a população envelhecida é consideravelmente feminina, fazendo com que a razão de sexo/população vá diminuindo ao longo dos anos. O que se percebe é que além das mulheres apresentarem expectativa de vida maior que a dos homens, ou seja, uma maior longevidade, elas também vem apresentando um contingente maior em relação a eles (NASCIMENTO, 2000). Essa expectativa de vida das mulheres é mais elevada do que a dos homens, “considerando os dois diferenciais de renda e por sexo, pode-se concluir que, em

²³ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, tabela 1.1. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

²⁴ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, tabela 1.3. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 de fev de 2017.

²⁵ Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 17 de fev de 2017.

2010, uma mulher do estrato de renda mais alta podia esperar viver 16,6 anos a mais que um homem do estrato de renda mais baixa” (CAMARANO *et al.*, 2014, p. 256).

Existem, portanto, diferenciações importantes que devem ser frisadas quando se dedica a analisar o processo de envelhecimento, dentre as quais foi exposto o critério de idade e aqui se destaca a categoria referente ao gênero. Logo, é preciso compreender que homens e mulheres têm percepções diferentes quanto a ser velho e ter uma velhice bem-sucedida, em que valores diversos são associados a esses conceitos, por serem formulados a partir de manifestações e experiências de vida distintas.

Essa diferenciação pode ser observada, explicitamente, no processo que resulta na passagem dos indivíduos da categoria dos ativos para a dos inativos, classificados como velhos. A ideologia do trabalho e ter de suportar a diminuição dos recursos, são fatores que, na grande maioria dos casos, como um drama, ocasiona sérias consequências, tanto psicológicas, quanto morais, sobretudo para os homens.

As mulheres vivem mais tempo: são os grandes velhos solitários que constituem a camada mais desfavorecida da população. Mas no conjunto a mulher idosa adapta-se melhor que seu marido à sua condição. Dona-de-casa, mulher doméstica, sua situação é a mesma que a dos camponeses e dos artesãos de outrora: para ela, trabalho e existência se confundem. Nenhum decreto exterior interrompe brutalmente suas atividades. Estas últimas diminuem no momento em que os filhos tornados adultos deixam da casa. Essa crise, que se produz, geralmente, muito cedo, muitas vezes a perturba. De qualquer modo, entretanto, não fica inteiramente ociosa; e seu papel de avó lhe traz novas possibilidades (BEAUVOIR, 1990, p. 324).

No que tange as relações deste cenário de feminização da velhice e a heterogeneidade apresentada pelos arranjos familiares, Barros (2006), chama atenção para a reflexão acerca da velhice das mulheres. Elas, hoje, vivem a situação de estarem entre pais longevos e filhos (jovens adultos), mais dependentes, em uma realidade que cada vez mais tem se tornado comum e que afeta continuamente a geração atual.

Nesta perspectiva, a organização da família deve levar em conta a posição da mulher no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. As transformações contemporâneas nas relações familiares apresentam um quadro de mudanças e de permanências onde coexistem valores tradicionais e modernos, sobretudo na família urbana, que é um espaço tenso de relações hierárquicas, por um lado, e por outro, espaço de socialização de indivíduos (BARROS, 2006, p. 126)

De tal modo, articula-se a este cenário, especialmente em relação aos arranjos domiciliares²⁶ brasileiros, outras mudanças, dentre as quais: a fecundidade de sub-reposição, o aumento das coabitações, dos domicílios unipessoais e o aumento de famílias chefiadas por mulheres, ainda que na presença de seus cônjuges (CAMARANO *et al.*, 2014).

Assim, como pode ser observado na tabela a seguir, os dados do IBGE (2013) referente ao tipo de arranjo domiciliar com pessoas de 60 anos ou mais de idade mostram que: (30,6%) moram com ou sem cônjuge e filhos com 25 anos ou mais. Seguidos dos casais sem filhos (26,5%) e (15,1%) de arranjos unipessoais. Os últimos são: (10,7%) dos que residem com ou sem cônjuge, mas sem filhos e com outros parentes e/ou agregados; (9,8%) dos domicílios com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade e (7,2%), em que a pessoa de 60 anos ou mais está na condição de outro parente e/ou agregado.

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar (%)					
	Unipessoal (1)	Casal sem filhos (2)	Morando sem filhos e com outros (3)	Morando com filhos e/ou com outros (4)		Outros (6)
				Com filhos menores de 25 anos (5)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	15,1	26,5	10,7	9,8	30,6	7,2
Norte	12,0	19,3	12,5	16,9	30,4	8,8
Nordeste	13,2	21,4	13,0	13,0	32,6	6,8
Sudeste	15,7	27,7	9,7	7,9	31,7	7,3
Sul	16,9	33,5	8,9	8,4	25,0	7,3
Centro-Oeste	16,2	28,1	11,5	8,1	29,0	7,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluído pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico.

(1) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados.

(2) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados.

(3) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos.

(4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade.

(5) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade.

(6) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 1: Distribuição percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em Domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões – 2013.

²⁶Por arranjo familiar assume-se o mesmo entendimento que das autoras: o arranjo domiciliar, assim como é assumido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico da População Idosa de Juiz de Fora (UFJF, 2012) os arranjos domiciliares do município demonstram que (38,7%) dos domicílios são compostos por idosos que residem com filhos e/ou outro parente; seguido por (27,7%) de casais com filhos e/ou parentes; de (20,1%) casais que moram sozinhos e apenas (14,4%) de idosos que moram sozinhos.

Essas recentes configurações familiares abarcam as famílias mais extensas, ampliadas em combinações novas e a coexistência de várias gerações, ainda que não vivessem no mesmo domicílio. O que pode remeter a novos aprendizados de convivência, mediante a presença da solidariedade familiar ou de novas formas de conflitos, bem como que a ampliação das chefias femininas através das frequentes diferenciações segundo as várias classes sociais²⁷, faixas etárias, etnias e gênero (MOTTA, 2000).

Evidencia-se, desse modo, que as mudanças nos arranjos familiares são marcadas pela presença das trocas intergeracionais. Esse novo modelo tem um formato no qual vem se destacando o velho trabalhador aposentado como uma pessoa dinâmica, capaz de ser contribuinte economicamente para o sustento familiar e até mesmo a pessoa de referência econômica da família.

Por fim, e importante, essa percepção: *os seculares ciclos da vida modificando seu desenho tradicional*, (o que venho designando como “reinvenção de fases”), com a saída mais tardia, ou nunca, dos filhos, da casa dos pais; manutenção ou retomada de chefia, e/ou papel principal de provedor (a), dos mais velhos, pais e avós; maternidades e paternidades precoces, “informais”, sem constituição de novo núcleo famílias ou unidade doméstica; retorno de filhos adultos – sós ou acompanhados – à casa dos mais velhos (principalmente das mais velhas), por força de separações; precariedade de emprego ou desemprego (MOTTA, 2000, p. 4, grifos da autora).

Por conseguinte, compete salientar que as configurações familiares da atualidade têm se estabelecido, em grande parte, devido aos desdobramentos da esfera do trabalho para com os trabalhadores. Em muitos casos, estes não têm condições adequadas no mercado de trabalho ou nem sequer conseguem se inserir nele, e, por isso, vem recorrendo à solidariedade familiar e as coabitações entre várias gerações, dentre as quais destacamos as chefiadas²⁸ pelas pessoas envelhecidas (MOTTA, 2000).

Para tanto, ainda no que concerne o cenário atual frente as tendências de envelhecimento populacional, pode-se destacar que um dos grandes desafios do novo regime

²⁷ Categoria que será desenvolvida no Capítulo II dessa dissertação.

²⁸ Discussão fundamentada no Item 2.2 dessa dissertação.

demográfico está associado à esfera produtiva, visto que, a força de trabalho está diminuindo e, também, envelhecendo. Assim, “o desafio vem do fato de a força de trabalho ser o segmento responsável pela maior parte da produção econômica do país. A sua dinâmica, portanto, tem consequências importantes para a economia” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 377).

Isso pode resultar em desequilíbrios no mercado de trabalho, dificultando o financiamento da Seguridade Social e a provisão de cuidados com o público de idade avançada. E, no intuito de diminuir o impacto que essas mudanças causam na economia, percebe-se o movimento de inserção das mulheres e dos velhos na população economicamente ativa (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b,).

Na década seguinte (2020 - 2030), a queda da fecundidade deverá resultar numa redução da demanda por postos de trabalho para cerca de 380 mil anuais. A partir daí, a oferta de força de trabalho deverá diminuir em termos absolutos. Isso significa que, para manter o atual nível de atividade observado em 2010 no período compreendido entre 2030 e 2050, cerca de 400 mil novas pessoas anualmente deverão estar dispostas a fazer parte das atividades econômicas. Isto poderia ser feito mediante a redução da mortalidade da população masculina jovem, o aumento da participação feminina e com a saída mais tarde do mercado de trabalho (CAMARANO, 2014b, p. 194).

Dentro desse novo contexto demográfico, estas questões se tornam importantes a serem debatidas, principalmente, porque no que tange a participação feminina, existem indícios de que o crescimento apresentado desde 1960 tem sofrido um decréscimo, que pode ser compensado pelo aumento da escolaridade das mulheres, em curso, resultando na manutenção do crescimento dos índices de atividade delas. Quanto à participação da população envelhecida, existe uma tendência de saída precoce observada em quase todo o mundo, concomitante ao aumento das expectativas de vida e melhoria de forma geral nas condições de saúde (CAMARANO, 2014b).

Camarano (2014a) alerta que o grupo etário que deverá apresentar taxas de crescimento constantes será o de 60 anos ou mais, sendo que, por outro lado esse grupo também tende a envelhecer, isto é, vem crescendo o contingente considerado muito idoso, com 80 anos ou mais. Esse subgrupo poderá quadruplicar, passando de aproximadamente 3 milhões no ano de 2010, para cerca de 13 milhões em 2050. As implicações dessas tendências estão para além do crescimento da demanda por benefícios previdenciários e assistenciais, visto que outros serviços também sofrerão maior pressão como é o caso da saúde. “Além disso, o aumento da população muito idosa acarretará um crescimento da demanda por

cuidados, além de melhorias e adaptações nas condições de habitação, segurança pública, transporte, entre outros (CAMARANO, 2014b, p. 195)”.

Contudo, o fato de a população brasileira ter envelhecido e de predominarem causas de morte vinculadas a doenças crônico-degenerativas não significa que os responsáveis pela elaboração das políticas públicas necessitem centralizar o foco de atenção das ações em saúde unicamente nos grupos de idade avançada, em que predominam estas doenças, isto é, “demografia não é destino” (CAMARANO, 2014b) ao contrário, admite-se que a população deva ser a finalidade última de qualquer política pública. “Portanto, o futuro da sociedade brasileira não será determinado apenas pela antecipação das mudanças no tamanho e na distribuição etária de sua população. “Escolhas e decisões políticas deverão ser feitas considerando essas mudanças (CAMARANO, 2014b, p. 199).

E é sob essas mudanças que alguns discursos vêm sendo firmados, demonstrando certa preocupação com os desdobramentos futuros que este fenômeno da longevidade e o aumento da população envelhecida poderão resultar aos cofres públicos, principalmente, ao financiamento das políticas sociais. Desse modo, surgem propostas de mudanças e/ou reformas institucionais para que o país se ajuste a esta nova realidade e garanta a manutenção dos serviços conquistados para as gerações futuras. O que se percebe é que o regime demográfico das sociedades sempre foi motivo de apreensão para o Estado e o pensamento dominante, seja ele crescente ou reduzido, no que tange ao desenvolvimento econômico de um país. Assim, se nos primórdios as preocupações resultaram da situação de miserabilidade da velhice de muitos, nas últimas décadas do século XX até os dias atuais, têm sido mobilizadas pelo fenômeno demográfico referente à longevidade e suas possíveis implicações para os âmbitos econômico, político, cultural e social.

Esse pensamento leva à rotulação do envelhecimento populacional e ainda pressupõe a sua longevidade como obstáculo para os países em desenvolvimento. Ao que os governos desses países insistem em implementar ações homogeneizadoras através de políticas generalistas que tendem a agir de forma superficial na realidade desses sujeitos, além de estimular e propagar um envelhecimento saudável frente à dinâmica mercadológica (do tipo consumista, para aqueles que possuem condições de tê-lo) eximindo o Estado de suas obrigações.

Acerca da proporção destas mudanças há perspectivas de uma reversão na tendência de crescimento da população, em direção a diminuição do seu número absoluto, principalmente da população jovem, não foi bastante para remover o receio de uma explosão populacional, será, no entanto capaz de solucionar seus problemas estruturais. Por

consequente, seria por meio do senso comum que o crescimento da população pressiona pelos serviços na área da educação, da saúde, da habitação, da previdência e afeta de forma negativa o meio ambiente (CAMARANO, 2014b).

A crítica, porém, à esta visão a aponta como simplista, por não agregar as oportunidades específicas que estas mudanças no cenário demográfico podem promover para as sociedades. Consequentemente, o reconhecimento de tais oportunidades, “acarretadas pelo dividendo demográfico, pela urbanização, pelo aumento da escolaridade, pelas mudanças na composição da força de trabalho, pelo novo papel social da mulher, entre outras, ainda é pouco difundido, o que resulta em políticas públicas ineficazes ou incompletas” (CAMARANO, 2014b, p.197).

Demografia não é um destino. Ao longo da História, pode-se observar que as mudanças demográficas sempre criaram desafios importantes para as sociedades. Mas a sociedade sempre fez opções políticas para adaptar a elas. Ou seja, as mudanças demográficas em si mesmas não são boas nem ruins; boas ou ruins são as maneiras que a sociedade escolhe para lidar com elas. Ainda, segundo Friedland e Summer (2005), um maior crescimento econômico pode facilitar essas decisões, na medida em que mais recursos estarão disponíveis, mas a sua distribuição dependerá sempre de uma decisão política (CAMARANO, 2014b, p. 199).

Portanto, ao ser este estudo dedicado à reflexão do processo de envelhecimento, sobretudo, ao da classe trabalhadora e as desigualdades sociais que ela enfrenta, não se pode deixar de analisar as formas contemporâneas sobre as quais vem se apresentando este processo, dando enfoque, neste item, a questão do crescimento da população envelhecida e seu “superenvelhecimento” com a presença do fenômeno da longevidade. São fatores que tem sido motivo de discussão quanto à oferta de serviços públicos, em um momento, que o pouco que resta para ser chamado de público, não tem sequer conseguido garantir o acesso da população. Logo, torna-se imprescindível salientar que, o crescimento dessa população vem ocorrendo em pleno período de mudanças na dinâmica capitalista, que por sua vez assola diretamente a classe trabalhadora e vem resultando em perdas cruciais para a população de direitos socialmente conquistados.

1.3. Uma breve análise do panorama social: o âmbito social transformado em retrocesso para o benefício de poucos.

Ao analisar o cenário atual, é importante destacar que muitas das mudanças e desdobramentos experimentados na contemporaneidade são resultados do esgotamento da dinâmica capitalista em torno da década de 1970, que cadenciaram o investimento do capital em mudanças no âmbito da produção e também no âmbito do Estado, resultando em consequências severas para a classe trabalhadora. Compreende-se, portanto, que as mudanças ocorridas na sociedade capitalista estão relacionadas não apenas à dimensão econômica, mas, a fatores de ordem ideopolítico. Logo, o regime capitalista buscou novas formas de gestão e produção que lhe assegurassem a acumulação, nem que para garanti-las tivesse que modificar, não somente o processo produtivo, como o próprio papel exercido pelo Estado. Isso acarretou na reconfiguração de suas funções e na incorporação de formas de administração gerencial.

A conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra-mercado, tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do *WelfareState* em vários países e a resultante macroscópica social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordismo” desvestiu a pele do cordeiro” (NETTO, 2001, p. 47, grifos do autor).

Portanto, surgem estratégias para superar a crise do período que vão procurar meios ligeiros para a reversão dessa situação e o retorno à acumulação, através da reestruturação da produção e acompanhada pelo seu elemento ideológico, o neoliberalismo, que reconfiguraram o papel do Estado. Este último avançou movido pela defesa de que o comprometimento sociopolítico assumido pelo Estado-de-Bem-Estar²⁹, que durante o período taylorismo/fordismo assegurou diversos benefícios em caráter de seguridade social aos

²⁹Para BEHRING (2008) o conhecido Estado-providência ou Estado Social é uma forma de organização pública que coloca em destaque o Estado, enquanto regulador da promoção social e econômico. Este seria o principal regulador da vida social, política e econômica de um país, atuando em conjunto com empresas privadas e sindicatos, envolvido com a defesa do desenvolvimento do mercado, porém sob os seus comandos e acompanhados das políticas públicas, a fim de proteger os interesses da população. Ao Estado de bem-estar social competia a oferta de direitos e serviços públicos a toda população, instituindo o conceito de cidadania. Ele se desenvolveu, principalmente, nos países europeus, na década de 1930, contemplando os interesses dos defensores da social democracia. No Brasil ocorreu uma tentativa de implementação dos modelos de bem-estar social, entre as décadas de 1970 e 1980, que acabou se convertendo a um viés assistencialista. Assim, seguiram o crescimento das características típicas do país, desigualdade social e os índices de pobreza, que nos governos seguintes até os dias atuais, passa a ser regido pelo modelo neoliberal, que investe superficialmente em políticas sociais e nas demandas da população.

trabalhadores dos países centrais, se tornou inconciliável com a lógica capitalista, terminando assim, o acordo firmado entre acumulação e equidade social.

Para os defensores do ideário neoliberal, a crise do Estado de bem-estar social foi fruto dos excessivos gastos públicos com o âmbito social que resultaram em uma “singela problemática administrativa” da qual o desenlace se restringiria a um redimensionamento de suas funções, principalmente, no que concerne a intervenção estatal na economia e seus investimentos na área social. Por conseguinte, os esforços do Estado deveriam voltar-se para a viabilização dos meios que garantissem a livre competição e circulação de capitais de tal forma que as únicas ações reguladoras admissíveis seriam as do mercado. Defendiam assim, a atuação do Estado em determinados setores e em um grau mínimo necessário de intervenção, pois a compreendiam como inibidora das liberdades do mercado. “Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 227).

O ideário neoliberal pode ser caracterizado como um plano de grande caráter político-ideológico voltado aos interesses do capital, que viu na crise da política de bem-estar social a ocasião propícia para sua implementação e expansão. “O neoliberalismo surgiu como uma resposta à degradação do Welfare State, tendo como norteador que o mercado é o único sistema capaz de resolver todos os problemas da humanidade” (BENEDITO, 2009, p. 5).

O “**projeto/processo neoliberal**” constitui a **atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital** – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolveram no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: **ofensiva** contra o trabalho (atingindo as lei de direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “**reestruturação produtiva**” e “**(contra) reforma do Estado**” (DURIGUETTO; MONTANO, 2010, p. 193, grifos dos autores).

De acordo com Behring (2008), foi apoiado nas justificativas dos *déficits* públicos, do quadro inflacionário e na necessidade de buscar um equilíbrio econômico, que o neoliberalismo se propagou como uma única alternativa para reverter o quadro de crise, baseado na defesa de um mercado com liberdade absoluta e menos Estado Social, o redirecionamento do fundo público para o empresariado e o rompimento com os preceitos do *Welfare State*³⁰ e suas coberturas sociais. Observa-se deste modo, que a responsabilização do Estado de bem-estar social pela crise que se estabelecerá nada mais foi do que uma estratégia

³⁰Denominação em inglês para Estado de bem-estar social.

para programar uma reforma no papel assumido pelo Estado e justificar a adoção das medidas de cunho neoliberal.

Cabe destacar que, como é de praxe, as realidades experimentadas pelos países desenvolvidos, em sua maioria quase que absoluta, difere da dos países em desenvolvimento, sendo que elementos de várias naturezas culminam para que essa situação aconteça. Logo, o ajuste ocorreu de formas distintas em cada país, levando-se em consideração: o período em que fora implementado, a esfera econômica, a estrutura dos Estados, o nível de consolidação das coberturas sociais e os fatores de ordem política.

Nos países latino-americanos, percebidos como em desenvolvimento, estas formas de intervenção diferenciaram-se consideravelmente dos países de capitalismo avançado, nos quais houve efetivamente a aplicação do modelo do Estado de bem-estar social. Dessa maneira, as experiências nos países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, foram demarcadas por desproporcionais formas de acesso a esses direitos e benefícios, associadas às precárias estruturas de proteção social e em um período no qual o desenvolvimento industrial do país corroborou com a intensificação das múltiplas expressões da questão social e suas explícitas desigualdades.

Para tanto, contribuindo para os meios propícios a consumação de um ajuste econômico e de levar o neoliberalismo ao senso comum, foi elaborado por instituições financeiras (como o BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o FMI – Fundo Monetário Internacional) e congressos internacionais (como o Consenso de Washington³¹), documentos que integravam uma relação de medidas a serem seguidas e que acabaram recebendo a adesão de diversas nações em troca de apoio político e econômico. O Brasil foi um dos países que aderiram a esse Consenso, juntamente com outros países da América Latina, que implementaram o ajuste no fim da década de 1980 e início da década de 1990.

Particularmente no que se refere ao Brasil, a implementação do ideário neoliberal ocorreu no princípio da década de 1990, período no qual o regime ditatorial instaurado desde 1964 (até 1985) há pouco fora extinto. Tal extinção aconteceu fundamentalmente por causa da crise econômica do capitalismo brasileiro e, especialmente, pelo retorno dos movimentos sociais e das forças democráticas à arena política, em que defendiam os interesses das massas e lutavam pela incorporação de suas demandas nas ações governamentais.

³¹ O consenso de Washington foi um documento elaborado por John Williamson no sentido de normatizar e difundir a conduta neoliberal entre as nações em desenvolvimento, principalmente as da América Latina. Foi criado em 1989, e tanto o FMI quanto o governo americano usaram esse documento em sua doutrina neoliberal (SCHNEIDER, 2008).

Todavia, cabe destacar que mesmo com essa transformação do regime militar para o civil e, principalmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, não houve no Brasil uma reforma efetivamente política que desse concretude a formação desse aparato legal. O que aconteceu foi que esses movimentos permitiram que à área social e ao sistema de proteção social se configurassem em *um pacto social* que, pela primeira vez no país, apontava para a construção de um possível “Estado de bem-estar social”.

O nosso *pacto social* aconteceu, contraditoriamente, no mesmo período em que ocorreram os processos de questionamentos a intervenção estatal. De tal modo, a conquista da Constituição Federal de 1988, conformada pelos setores democráticos depois da ditadura vai ser substituída, na década de 1990, por medidas que lhe são totalmente adversas a fim de adequar-se à globalização financeira (MONTÃO, 2008). Fato interessante, dado que se trata de um país onde políticas sociais não seguiram um caráter universalizante, consequentemente, não houve gastos considerados excessivos, ainda assim a defesa para a mudança no papel do Estado foi mantida sustentada na defesa do “ônus” que tais políticas geravam a esfera estatal.

O argumento (*ideológico*) foi o contrário: não se mostrou o novo projeto (econômico-político) como causa da (contra) reforma do Estado; apontou-se a burocracia, ineficiência e corrupção do Estado como as supostas causas para sua reforma. Assim, se o “culpado” é o Estado burocrático, a sua reforma seria aceita e proclamada! Se a inoperância do Estado é a Constituição de 1988, sua reforma se tornaria necessária e impostergável (MONTÃO, 2008, p. 41, grifos do autor).

Segundo Behring (2008), a Constituição Federal 1988 torna-se, assim, alvo de duras críticas, chegando a ser apresentada como atrasada e pródiga em gastos da verba pública. Nesse sentido, desprezou-se, significativamente, a Seguridade Social, no que foi identificado pela autora como uma contrarreforma³² do Estado através de medidas conservadoras e regressistas que visavam a sua reorganização e sua adequação aos preceitos do capitalismo mundial. A Constituição Federal é, então, acusada de “um novo populismo patrimonialista” que promoveu um surpreendente “engessamento do aparelho estatal” (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 20-21). É possível dizer, assim, que de forma inaugural na história do capitalismo, a palavra *reforma* não correspondeu ao seu significado, o de um conjunto de mudanças com

³²“Mesmo que o termo *reforma* seja apropriado pelo projeto em curso no país ao se auto referi, partirei da perspectiva de que se está diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica” (BEHRING, 2008, p. 128).

vista a ampliação de direitos. “A partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma (s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 227, grifos dos autores).

No que tange a realidade brasileira, as políticas neoliberais foram implementadas inicialmente no Governo de Fernando Collor de Mello (que presidiu de 1990 à 1992), em resposta ao cenário de crise que vinha perdurando desde o período do “milagre econômico”³³. Um cenário no qual se presenciava índices inflacionários elevados, o aumento da dívida externa e o aumento das desigualdades sociais, sobretudo, devido à má distribuição de renda e sua concentração nas mãos de poucos (BEHRING, 2008).

O Governo passa a implementar e executar diversas medidas de base neoliberal visando uma contrarreforma econômica que redirecionou as ações do Estado e as articulou aos seus princípios. As mudanças partiram da síntese de medidas estipuladas pelo Plano Collor, também conhecido como Plano Brasil Novo, que tinham por objetivo o combate à inflação proveniente dos mandatos anteriores. Analisando sucintamente, podemos afirmar que se tratou de medidas impopulares, conduzidas por políticas fiscais e econômicas voltadas para a estabilização monetária (BEHRING, 2008).

Porém, ainda que o Plano tenha conseguido equilibrar as finanças e aumentar a receita pública, a sua abertura comercial e a “reforma” administrativa possibilitaram o aumento do desemprego e as perdas patrimoniais que estavam implícitas nas medidas adotadas e que vinham insatisfazendo a elite rentista. De tal modo, depois de dois meses do lançamento, o Plano tinha fracassado e o país entrava em uma recessão profunda (BEHRING, 2008). A partir daí, ocorre o abandono aos pressupostos defendidos pelo Plano, que reorienta a política econômica de forma recessiva, restringindo crédito e a política salarial. Logo, surge o Plano Collor II que “orientou-se definitivamente pelo rumo da ortodoxia liberal, com cortes nos gastos públicos, um novo ‘tarifaço’ e uma reforma financeira” (BEHRING, 2008, p. 150). Coloca-se desse modo, as denominadas “reformas estruturais” que dão início as temidas privatizações e abertura do comércio entre os portos.

Contudo, mesmo que o governo tenha obtido certo êxito ao tentar conter a inflação não houve confiança suficiente para que o mesmo mantivesse legitimidade para continuar; resultando em um novo fracasso, agora do Plano Collor II. A proposta foi derrotada, então, pela falta de adesão dos setores, em que é possível destacar os equívocos presente no

³³Período de crescimento econômico elevado que teve duração no Regime Militar, dos anos de 1968 a 1973.

documento que difundiu a nova política industrial, dentre os quais: o desconhecimento da dimensão da economia brasileira e de seu padrão de industrialização baseado na expansão do mercado interno. Utilização descontrolada das importações como meio de controlar os preços, o desprezo quanto às perspectivas empresariais de investimento e o estímulo à concorrência desvantajosa entre os segmentos industriais, que padeciam sem investimento técnico-educacional voltada a qualificação. Além, da evidente despreocupação com os níveis de emprego (BEHRING, 2008).

Assim, a política econômica nos dois anos de governo Collor pautou-se por uma adequação destrutiva ao reordenamento mundial. Não houve qualquer ação mais ousada em relação ao problema do endividamento, sem o que é impensável uma perspectiva de investimento e de crescimento, somando elementos ao processo de desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, em especial da capacidade do setor público (BEHRING, 2008, p. 152).

No que tange ao Estado, Behring (2008) afirma que as reformas realizadas por Collor tiveram algumas semelhanças com o conjunto de medidas que iriam ser tomadas através do Plano Diretor criado em 1995, com a reorganização das funções do Estado tendendo para a sua redução. Também foi observado que o discurso de denunciar os privilégios dos marajás que se apresentava como cerne da crise do Estado, não condizia com o viés extremamente clientelista e patrimonialista que levaram o governo a derrota por meio do *impeachment*. Logo, é possível inferir que o âmbito da assistência social foi pautado nestas formas de enfrentamento as refrações da questão social e que era envolvida por escândalos, inclusive por parte da primeira-dama quando esta estava à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), ainda é importante “recordar que Collor vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, demonstrando pouca disposição de implementar o conceito de seguridade social preconizado na Constituição” (BEHRING, 2008, p. 154).

Esse cenário político vinculado à reestruturação produtiva e à abertura comercial causadores de altas taxas de desemprego, teve desdobramentos nocivos aos movimentos sociais dos anos de 1980, especialmente, no que concerne a sua desmobilização. Um enfraquecimento social de proporções tão severas que levou os estudantes, chamados de “caras pintadas”³⁴, a se tornarem os propulsores pelo *impeachment* de Collor (BEHRING, 2008).

³⁴ Movimento de significativa relevância, mas que esteve aquém da densidade e adesão popular como foi à luta pelas eleições diretas de 1984.

O governo Collor foi marcado substancialmente pelo histórico processo de *impeachment*, ocorrido após dois anos de mandato, assim como pelos escândalos e constantes oscilações do mercado que resultaram no reverso do que havia sido proposto, gerando uma crise hiperinflacionária. Um governo no qual, as políticas neoliberais deram seus passos iniciais, restringindo o avançar do conjunto de medidas democráticas instituídas na Constituição de 1988. Foi devido ao processo de *impeachment* que Collor foi substituído por seu vice, Itamar Franco (1992-1994), assumindo a presidência em uma grave crise econômica e complexo cenário, em que se apresentavam a latente discordância entre as respostas do Estado e as demandas da sociedade. O então presidente, buscou recompor a articulação política de forma ampla, para que pudesse obter condições de governabilidade diante do modo como foi posto no poder (BEHRING, 2008).

Em resposta à crise política foram estabelecidas alianças entre os partidos e a articulação com o segmento conservador do poder se estabeleceu entorno de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que na época já era responsável pelo Ministério da Fazenda, quando lançou o Plano de estabilização da economia por meio da nova moeda: o Real.

Dessa forma, será no próximo governo de Fernando Henrique Cardoso (eleito por dois mandatos consecutivos, no período de 1995 – 2002) que ocorrerá o movimento de efetiva implementação do neoliberalismo e substancial contrarreforma do Estado, guiados pelas anteriormente mencionadas instituições financeiras. Embora, em seu mandato tenha sido controlada a inflação do governo anterior, com a consolidação do Plano Real, foi através de outro plano que aconteceram as respectivas reformas.

Assim, em 1995 foi elaborado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira o *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado*, o qual a própria nomenclatura já apresentava sua destinação, referia-se a uma relação de medidas que seriam tomadas para a contrarreforma do Estado brasileiro. Os postulados internacionais das instituições financeiras se efetivaram na política econômica do governo FHC ao utilizar-se do *Plano Real* como meio para a estabilização monetária e o primeiro passo em direção à uma efetiva abertura do mercado brasileiro para o capital internacional. Sendo, inclusive, articulada a reforma do Estado com a devida redução na sua atuação em alguns setores (privatizações) e nos fundos públicos voltados para o financiamento das políticas sociais (MONTÃO, 2008).

Para Behring (2008), a evidência dos efeitos prejudiciais dessas políticas está na relação entre o desfinanciamento e a ineficiência das ofertas em contrapartida às demandas da população que eram expressivamente maiores. Trata-se de um período, no qual o âmbito

social passa a ser restringido ao âmbito econômico e o mercado passa a cobrir as áreas em que o estado atuava de forma incipiente.

Os discursos difundidos pelo governo na época, como foi descrito, afirmavam que a Constituição de 1988 era paternalista e responsável por ampliar o déficit público. Foi assim que a política social perdeu grande parte de seus recursos frente a um período marcado por uma crise fiscal e a disputa pelo fundo público. “Dessa forma, o governo brasileiro, no que refere à proteção social, somou-se ao “pensamento único” difundido em nível internacional” (BEHRING, 2008, p. 162-163, grifos da autora).

Inicia-se ainda, a *publicização* sob a desculpa de envolver a participação da sociedade nos processos de controle social, reintegrando a democracia e a cidadania, além da gestão em serviços sociais e científicos. Porém, na realidade, trata-se de uma denominação ideológica referida à “transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (conjunto de “entidades públicas não-estatais”, mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado” (MONTÃO, 2008, p. 45, grifos do autor). O autor enfatiza, ainda, que nada mais seria do que uma privatização dos serviços e fundos públicos, voltada para uma perspectiva das políticas sociais de forma contributiva e desuniversalizante, o que colaborou para a sua perda enquanto direito.

Assim, a gestão e prestação de serviços sociais e assistenciais, a partir do processo de privatização e descentralização (chamado ideologicamente de “publicização”), se autonomizam dos controles e mecanismos democráticos existentes (mesmo que limitados e insuficientes) no âmbito estatal: contratos temporários, inexistência de concursos públicos abertos e obrigatórios, seguindo critérios técnicos e de carreira profissional, inexistência de licitações públicas, inexistência de controles sociais sobre os gastos e recursos, garantia de continuidade dos serviços, entre outros processos (MONTÃO, 2008, p. 46, grifos do autor).

Logo, a implementação desta contrarreforma no que importa a publicização apresenta-se, por um lado, na redução dos custos no âmbito social, possibilitando um ato que desonera o capital de suas responsabilidades e no qual não se busca genuinamente um melhor desempenho da esfera pública, mas uma “verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão” (MONTÃO, 2008, p. 47). E, por outro lado, transfere estes serviços da esfera do direito público para a esfera do acesso privado, sendo controlados pela lógica gerencial das empresas e não da prestação de serviços e assistência social.

Em síntese, o projeto político de (contra) reforma do Estado do governo FHC persegue a desregulação (“flexibilização”) da acumulação, abrindo fronteiras, desvalorizando a força de trabalho, cancelando (total ou parcialmente) os direitos trabalhistas e sociais, desonerando o capital e desresponsabilizando-o da “questão social” (MONTÃO, 2008, p. 48, grifos do autor).

Sem dúvida, que essas mudanças implementadas na realidade socioeconômica do país geraram influências diretas para o cotidiano e os postos de trabalho³⁵. Em uma época marcada pelo desemprego, com uma abertura comercial que incentivava a modernização industrial e que contribuiu para a economia de trabalho vivo, ao mesmo tempo em que privilegiava a máquina em detrimento da admissão de trabalhador. Além disso, a reorganização do Estado colaborou para que os índices negativos fossem alimentados e marcassem o ano de 1996 (BEHRING, 2008).

Montão (2008) observa que a reforma estabelecida nos anos de 1980, denominada como neoliberal, se tratava de uma ação minimizadora do Estado e que buscava o total controle da economia pelo mercado, agindo em prol da superação da crise fiscal. Sob essa perspectiva, a aliança neoliberal tinha seus esforços voltados as “reformas orientadas para o mercado (liberalização comercial, privatização, desregulação)” (MONTÃO, 2008, p. 43).

Todavia, para Bresser Pereira as reformas proporcionadas por ele e o governo FHC no início dos anos 1990 passaram longe dessa lógica neoliberal, por se tratar de uma *Reforma Gerencial* (da qual o Brasil foi um dos maiores precursores). Sua proposta era fomentada em uma aliança “social-liberal”, na qual o Estado deveria ser mais competente e passaria por uma (re) construção com o intuito de complementar as ações do mercado e suas respectivas falhas.

Contudo, como afirma Montão (2008) o que Bresser Pereira designa por “Reforma Gerencial” nada mais foi do que uma continuidade do “ajuste estrutural macroeconômico” defendido pela aliança neoliberal. Assim, suas ações demonstraram uma nítida continuidade dos ajustes fiscais que estavam em andamento, se adaptando aos interesses econômicos e financeiros desse ajuste. “Estamos, portanto, frente a um programa de “reforma administrativa” que se depreende da política econômica e nela se insere. Longe de se tratar de uma “reforma técnica”, ela é política e subordinada às questões econômicas” (MONTÃO, 2008, p. 45, grifos do autor).

³⁵ “Registrou-se um aumento de produtividade da indústria, mas esta foi a produtividade dos sobreviventes. A perda de postos de trabalho, por sua vez, não foi compensada pelo setor de serviços e muito menos pelo setor público, jogando milhões de pessoas na informalidade e até no crime organizado, em nítido avanço na década de 1990” (BEHRING, 2008, p. 160).

Bresser Pereira assegurava que uma das principais dificuldades do Estado envolvia a sua “falta de governança”, que se associava à crise fiscal e à inoperância estatal, principalmente pela burocratização e sobrecarga das ações estatais proveniente da Constituição Federal de 1988, em que são reafirmados o clientelismo e patrimonialismo tidos como traços da administração pública do país (MONTÃO, 2008). Ou seja, visando uma maior eficiência do aparelho estatal é adotado a sua atuação mínima e definida a “transformação dos serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social” (BRESSER, 1998 *apud* MONTÃO, 2008, p. 45), em outras palavras, é a *publicização*.

Desse modo, o *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado* quer e preconiza a privatização desenfreada de serviços e direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Tais serviços passam a ser executados de forma cada vez mais expressiva pelo setor privado e organizações não-governamentais que estabeleceram uma relação de mutualidade entre a esfera estatal e os denominados prestadores de serviços.

Montão (2008) adverte que, para amparar os déficits deixados pelo Estado, parcelas significativas de respostas as expressões da questão social foram sendo de um lado privatizadas e transferidas para o mercado, quando são lucrativas, transformando-as em mercadoria e evidenciando o processo de “re-mercantilização dos serviços sociais” (MONTÃO, 2008, p. 197). E de outro lado, direcionados para o denominado terceiro setor³⁶ que podem vender ou ofertar de forma gratuita tais serviços sociais mediante os convênios de parceria com o Estado.

Conclusivamente evidencia-se uma desconstrução do que seja direito à cidadania e universalidade no acesso aos serviços com o desfinanciamento da proteção social e das respectivas políticas sociais, uma vez que, segundo a ideologia neoliberal, foram os gastos sociais os grandes responsáveis pela crise fiscal do Estado e sua ineficiência. Dessa forma, as políticas sociais e as intervenções no âmbito social sofreram significativo impacto com a desresponsabilização do Estado e a transferência de suas obrigações para as instituições não estatais, resultando em um “profundo retrocesso social em benefício de poucos” (BEHRING, 2008, 22).

³⁶Segundo Duriguetto e Montão (2010), essa forma setorialista de apreender a realidade alimenta uma discussão do social que compreende o Estado, o mercado e a sociedade civil desarticuladamente, dando elementos mistificadores para se entender o real. Vivencia-se, portanto a utilização conceitual rotineira de uma terminologia que restringe as organizações e ações da sociedade civil ao terceiro setor. Sendo que, o que o que tem sido chamado de “terceiro setor”, nem é terceiro e nem é setor. Refere-se a **ações** que expressam **funções** a partir de valores.

Ocorre deste modo, um processo no qual ao invés de haver o debate da função social de resposta à questão social, que vai sendo assumida por essas organizações e pelos valores a elas atrelados, preocupa-se particularmente em saber tais empresas podem dar tal resposta. Fenômeno que produz não apenas a setorialização da realidade, mas uma respectiva despolitização do fenômeno em si e do debate no seu entorno (MONTÃNO, 2008).

Compete, assim, destacar que as formas como tem sido respondida as demandas da população, atualmente, são expressivamente realizadas através de serviços focalizados que agem de acordo com as repartições da população em certos *segmentos* como: crianças, jovens, mulheres, adultos e os aqui estudados velhos, e vem implementando políticas sociais com viés seletivo, emergencial, assistencialista e sob a chancela da transferência de renda, em que o direito à cidadania vem sendo substituído por um atestado de pobreza. As respostas à questão social neste contexto são envolvidas pela denominada dualidade discriminatória, em que ocorrem as ofertas de serviços de melhor qualidade para os sujeitos que tem condições de acessá-los via mercado, tendo, para tanto, recursos financeiros, e os de qualidade inferior ou até mesmo nulos para aqueles que demandam acesso gratuito (BEHRING, 2008).

Portanto, observa-se que essa contrarreforma do Estado deu seus passos iniciais com o Governo Collor (1990 – 1992) e teve sua consolidação alcançada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) com o desempenho das ações intervencionistas de Bresser Pereira, em uma ação que culminou na desproteção do trabalhador com a perda de direitos e conquistas já manifestos na Constituição de 1988. Essas investidas, de certa forma, prosseguiram nos Governos seguintes, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), nos dois mandatos do Governo Dilma Rousseff (2011– 2016) e no Governo Michel Temer³⁷ (2016 - aos dias atuais), ainda que tenham ocorrido mudanças significativas e prósperas em comparação aos governos anteriores. As políticas dirigidas aos agora classificados como excluídos não têm nem sequer a “formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência — conforme seu próprio discurso pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria extrema)” (NETTO, 2012, p. 428, grifos do autor).

A pobreza está sendo entranhada na convivência diária. De tal modo, que os impactos destrutivos promovidos pelas alterações que estão em andamento no capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos sobre a população empobrecida, estão presentes no

³⁷ Michel Temer era o até 2016 o vice-presidente, que assumiu as atribuições presidenciais após a presidente titular Dilma Rousseff ser destituída, devido a um processo de *impeachment* instaurado pelo senado no dia 12 de maio de 2016. Compete salientar que, se vivencia, na atualidade, a impopularidade do governo Temer, que tem sido comparado à sua antecessora, Dilma Rousseff, no período em que foi aberto o processo de *impeachment* e ao governo de Fernando Collor de Mello quando este também estava para sofrer tal processo.

desemprego estrutural, no trabalho precarizado, terceirizado e instável, nos que se tornaram não empregáveis e supérfluos ao capital, na debilidade latente no âmbito da saúde, na moradia insalubre e desconfortável, na alimentação insuficiente, na educação de má qualidade, na fadiga, na ignorância, na resignação, na revolta, na tensão e no medo (YAZBEK, 2012, 35). Nesse contexto são associadas as fragilidades das lutas sindicais e a dificuldade de defesa na esfera do trabalho. Um cenário no qual em meio a essa realidade, é sempre surpreendente “o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la” (YAZBEK, 2012, p. 295).

Esse cenário afeta diretamente as condições de vida e de trabalho, em uma radicalização das desigualdades e retração das lutas sociais, associada a intensificação do trabalho que acirra a competição entre os próprios trabalhadores e incide sobre a capacidade de organização e mobilização dos mesmos em defesa de seus direitos (IAMAMOTO, 2009a). Convém recordar que essas políticas e serviços públicos expostos referem-se aos direitos conquistados historicamente por meio de mobilizações da classe trabalhadora, as quais foram incorporadas pelo Estado como fator de obrigatoriedade em assegurar a manutenção e reprodução da força de trabalho de forma ampla e planejada.

Cabe uma breve ressalva também, para o papel que o Estado ocupa em relação à reprodução da força de trabalho:

A sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora na sociedade capitalista dependem fundamentalmente do salário que o trabalhador recebe em troca da venda de sua força de trabalho no mercado (...) Diante do crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital, sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital. Diante dessa lei da acumulação, o Estado, em seu “papel de árbitro das relações de classe”, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só por meio de legislação específica (...) como pela prestação de serviços básicos de organismos estatais, para-estatais ou privados, regulados por intermédio de políticas sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 99-100).

Contudo, na lógica atual, esse papel do Estado em “assumir tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho” tem se apresentado de forma bem distante da proposta inicial, em que o Estado perdeu sua essência de “árbitro das relações de classes” e vem favorecendo a elite e os interesses dominantes, deixando que “prestação de serviços básicos de organismos para-estatais ou privados” assumam o seu lugar ou sejam tratados como mercadoria (não podendo passar por nenhuma regulação, além do próprio mercado).

Os indicadores sociais apontam para uma piora na situação dos países que aderiram ao ajuste neoliberal com o crescimento das taxas de desemprego e pobreza. O sistema gera as condições para a precarização do trabalho e da infraestrutura pública, viabilizando formas potenciais, para que, ao mesmo tempo, e, pela mesma via, intensificassem as desigualdades e os antagonismos que se apresentam intrinsecamente ligados à maximização da questão social. “Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam” (IAMAMOTO, 2001, p. 71).

Ao contrário do que prega a ideologia neoliberal, a economia capitalista não funciona sem a intervenção do Estado, pelo contrário, a mesma continua incidindo seus desmandes a ele, principalmente, no âmbito da pesquisa e da investigação. Desse modo, o real objetivo do capital nessa minimização volta-se imprescindivelmente para a diminuição de suas funções “coesivas”, ou seja, aquelas que envolvem a satisfação de direitos sociais (NETTO; BRAZ, 2008, p. 227).

Assim, o que pretendem os capitalistas e seus representantes “nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 227, grifo dos autores). Somando-se a isso, o fato de que “o capital, ao invés de voltar-se para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia” (IAMAMOTO, 2014, p. 141).

Definido assim, ainda é importante salientar que a realidade social carece de ser compreendida enquanto uma totalidade de fenômenos que se imbricam. Portanto, as reflexões e interpretações que foram construídas nessa unidade não devem ser concebidas como elementos isolados, uma vez que a crise no modo de produção capitalista, que acarretou na reestruturação do capital, está intimamente ligada ao ajuste neoliberal, que por sua vez resume o ataque indiscriminado contra o trabalho, a contrarreforma do Estado e a reformulação do processo produtivo.

O que se pretende insinuar é que a mundialização financeira sob suas distintas vias de efetivação unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratados pelos intelectuais como se fossem isolados ou autônomos: a “reforma” do Estado, tida como específica da arena política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a questão social, reduzida aos chamados processos de exclusão e integração social, geralmente circunscritos a dilemas da eficácia da gestão social; à ideologia neoliberal e concepções pós-modernas, atinentes à esfera da cultura (IAMAMOTO, 2014, p. 114, grifos da autora).

Assim, frente ao cenário até aqui exposto quanto a reorganização das funções exercidas pelo Estado, se faz necessário refletir acerca da influência que essas mudanças acarretam na Previdência Social da atualidade. Partindo da compreensão de que se trata de um direito assegurado pelo poder público e que como acontece com os sujeitos dessa pesquisa, beneficia a muitos trabalhadores que ao longo de sua jornada laboral contribuíram para que lhes fosse consagrado esse direito, mas que no contexto atual também vem lidando com as investidas desse processo de contrarreforma instaurado sobre o Estado.

O que se presencia são discursos favorecedores dessas “reformas” sobre os serviços da previdência, fortalecendo o setor privado, através da promoção e divulgação da ineficiência desse direito, que inclusive vem sendo citado como detentor de expressivos déficits orçamentários, que são usados como desculpas para dificultar o acesso de seus contribuintes aos respectivos benefícios.

1.4. A institucionalização do direito à aposentadoria e as investidas contemporâneas contra as leis previdenciárias.

Refletir sobre as formas contemporâneas em que se apresentam o cotidiano laboral do velho trabalhador aposentado, bem como que as formas de acesso a direitos e serviços públicos, é se deparar com a importância do resgate, ainda que sucintamente, da trajetória histórica que culminou para que fosse instituído, o que hoje é compreendido como direito à aposentadoria. Direito esse que, também, tem sido alvo das transformações ensejadas pelo capital no avanço do desmonte das conquistas no âmbito social e trabalhista.

Para entender o quadro atual, é necessário, primeiro compreender como a criação da aposentadoria está relacionada ao desenvolvimento capitalista. Como que, historicamente, o trabalho assalariado construiu uma relação indissociável com o último estágio da vida. Trata-se, portanto, de associar a aposentadoria ao marco social da velhice, em uma relação direta com a substituição de gerações no mercado de trabalho (DEBERT, 1999).

Portanto, já no final do século XIX, na Europa, os velhos trabalhadores eram banidos de seus empregos e ficavam à mercê da própria sorte. Desse modo, ainda que com resistência, as coletividades se viram obrigadas a se encarregar dessa situação, surgindo, assim, as primeiras ações públicas de proteção da pessoa, e que, ao mesmo tempo, demarcaram a

incapacidade para o trabalho. “O Estado fixa a idade em que o trabalhador tem direito a uma aposentadoria; essa idade também a que os empregadores públicos e privados escolhem para despedir seu pessoal, e, portanto, a idade em que o indivíduo passa da categoria dos ativos à dos inativos” (BEAUVOIR, 1990, p. 276).

Consequentemente, a aposentadoria consagrou à velhice uma cobertura como um sinal da incapacidade de trabalho, decorrente da interrupção involuntária dos vínculos desses trabalhadores com o mercado de trabalho. Cabendo destacar que os primeiros sistemas de aposentadorias que foram adotados nos países ocidentais destinavam rendas suplementares e não substitutiva aos salários, cada vez mais irrisório dos trabalhadores mais velhos ainda ativos (SIMÕES, 2000).

Embora fosse considerado moral e justo assegurar proteção ao trabalho que gastou as forças de sua vida num empreendimento de interesse coletivo, a velhice ainda não adquirira as dimensões de um problema social à parte, nem era objeto de um conjunto de intervenções públicas específicas, estando envolvida nas várias modalidades de pobreza resultantes da incapacidade para o trabalho (SIMÕES, 2000, p. 35-36).

Velhice e invalidez aplicavam-se, assim, a todos aqueles que não podiam mais providenciar meios para a sua subsistência através do trabalho. Sendo, a invalidez associada à velhice, como característica definidora dessa, em que, inclusive, essa ideia era reforçada por profissionais da saúde (médicos) e das ciências (biologia) voltando-se para o irreversível declínio físico e mental ocasionado pela idade avançada (SIMÕES, 2000).

Contudo, essa noção de invalidez associada à velhice teria, ainda, outra implicação, nem tão aparente, mas demarcada pela sua importância. Trata-se do fato de que, a aposentadoria foi uma forma de retirar os velhos trabalhadores da população ativa, garantindo que os empregadores se desprendessem desses trabalhadores e direcionando a sua manutenção aos cuidados do Estado. “Sob esse aspecto, o sistema de aposentadorias representou um importante instrumento para as estratégias patronais de gestão da mão-de-obra” (SIMÕES, 2000, p. 36).

Ao longo do século XIX essa associação entre a perda da capacidade de trabalho e inatividade foi um elemento de estímulo para que a aposentadoria fosse legitimada como um período no qual a sobrevivência dos cidadãos caberia ao Estado, em que acentua o seu caráter como regulador e administrador da propriedade social, fundamentado no seguro social. “ao cumprir a função primordial de preservar as classes trabalhadoras da destituição social, a generalização do seguro contribuiu decisivamente para que o assalariamento deixasse de ser

uma condição provisória e indigna e passasse a constituir um *status*, definido e estabilizado, na moderna sociedade industrial” (SIMÕES, 2000, p. 34, 35, grifo do autor).

Nos Estados Unidos, os regimes de aposentadorias criados ligaram-se aos interesses dos empregadores em organizar o trabalho segundo as teorias tayloristas³⁸ de aumento da produtividade. Assim, a gestão da força de trabalho passou para uma nova esfera de gerentes/administradores cujos esforços estavam voltados para a maximização do lucro da empresa. De tal modo, os princípios de gerência dessa força mão-de-obra direcionavam-se à minimização da quantidade de força de trabalho despendida na fabricação de um determinado produto, sendo que mantê-la em suas ocupações representava uma irracionalidade econômica (SIMÕES, 2000).

Nesse sentido, passa a existir uma nova modalidade de envelhecimento profissional, que é associada à inadaptação aos níveis de produção exigidos e às novas condições de trabalho, bem como à produtividade declinante. Em consequência disso, cresce entre os industriais o interesse pela aposentadoria dos velhos trabalhadores, uma vez que enxergavam nela, a possibilidade de livrarem-se da responsabilidade de prover emprego e renda a estes indivíduos (SIMÕES, 2000).

Há uma estreita vinculação entre as preocupações públicas com a aposentadoria e as formas de discriminação dos trabalhadores idosos. (...) As demandas do patronato em favor da instituição de regimes de aposentadoria, como um meio de se desfazer dos trabalhadores mais velhos, associaram-se a formas de discriminação etária da força de trabalho que estabeleceram critérios baseados na idade cronológica para definir momentos de ingresso, promoção e saída do mercado de trabalho (SIMÕES, 2000, p. 37).

Todavia, as iniciativas não podem ser reduzidas à consolidação de intenções malignas do patronato em aumentar sua produtividade e a exploração da força de trabalho ou ainda considerar a aposentadoria apenas como um instrumento disciplinador das classes trabalhadoras. Isso porque, é incontestável que a aposentadoria contribuiu para o fortalecimento à fidelidade ao emprego, uma vez que, “a garantia de um rendimento para os dias da velhice era um forte motivo para que o trabalhador visse como um risco o abandono da condição de assalariado, já que este agora lhe oferecia uma segurança futura, contra incertezas do trabalho independente” (SIMÕES, 2000, p. 38).

A concretização desse direito foi realizada por meio dos questionamentos frente às formas de exploração da força de trabalho gestados entre as diferentes classes francesas e, inclusive, sustentados dentro de frações da própria classe dominante. Desse modo, os

³⁸Elemento que será desenvolvido no Capítulo II dessa dissertação.

conflitos travados na França no final do século XIX, envolvendo a criação da primeira caixa nacional de aposentadorias, referiam-se a uma forma de denunciar as condições insalubres às quais a classe trabalhadora era submetida. Havia, ainda, que se considerar o temor de uma ascensão revolucionária contra os interesses da autocracia conservadora em deter o poder político da burguesia industrial (LÉNOIR, 1989 *apud* SIMÕES, 2000, p. 37). Até a Segunda Guerra Mundial, os sistemas de aposentadorias adotados nas sociedades ocidentais industrializadas não eram universalizados, ou seja, a seguridade não contemplava a todos dentro das fronteiras nacionais, bem como os benefícios compreendiam rendas suplementares e não em caráter de substituição aos salários cada vez mais irrisórios dos velhos trabalhadores (SIMÕES, 2000).

Contudo, no período pós-guerra, o seguro social altera sua base assistencial, contemplando todos os cidadãos, dentro das fronteiras nacionais, por meio do Relatório de Beveridge³⁹ que fará uma análise técnica dos problemas e métodos da previdência social praticados até então, além de indicar propostas de reformulação do sistema exercendo influencia determinante na discussão internacional sobre política social (SIMÕES, 2000).

Esse plano voltava-se para a universalização dos sistemas de seguro compulsório com uma unificação administrativa e ações do Estado junto à manutenção do emprego. Sua distinção, em relação as propostas anteriores, estaria ligada diretamente a essa cobertura universal concedida a todos cidadãos, independentemente de sua situação profissional. Em essência, portanto, estava a intenção de assegurar a todos esses cidadãos um mínimo de bem-estar social, enquanto um direito universal explícito, propondo, inclusive, benefícios que deveriam ter valor fixo calculado mediante o princípio do grau “mínimo nacional” de subsistência que envolvia contribuições de valor igualmente fixo (SIMÕES, 2000).

Sob essa perspectiva, a seguridade social tornou a aposentadoria em um direito universal do trabalho, consolidando as aspirações dos trabalhadores acerca da garantia de uma subsistência na velhice e pelo descanso no final da vida. A seguridade deveria abarcar todos os trabalhadores, instituindo uma solidariedade efetiva entre todas as categorias profissionais, do mesmo modo que garantiria a proteção contra o conjunto de riscos que pudessem afetar a capacidade laboral desses indivíduos em proverem sua sobrevivência e a de seus familiares (SIMÕES, 2000).

³⁹O Relatório de Beveridge, de 1942, do Britânico William Beveridge (1879-1963), foi um plano que continha propostas de reformas amplas no âmbito da seguridade social, auxiliando inclusive para que surgisse o WelfareState inglês.

Nesses regimes de aposentadoria, portanto, a solidariedade entre as categorias passaria a significar uma “solidariedade intergeracional”, redefinindo a velhice como um período de “inatividade remunerada” (GUILLERMARD *apud* SIMÕES, 2000, p. 40). Além de que, esses regimes contribuiriam para que esse “contrato” entre as gerações fosse compreendido enquanto algo que diz respeito a interesses e valores coletivos mais abrangentes e não restrito à pessoa de idade avançada. Da mesma maneira, proporcionariam a ampliação dessa solidariedade entre as gerações do âmbito familiar ou comunitárias, para o âmbito do trabalho e para o Estado-nação. “O contrato intergeracional tornou-se um elo fundamental do contrato social entre capital, trabalho e o Estado nas sociedades ocidentais” (KOHLI *apud* SIMÕES, 2000, p. 41).

Esse passo foi de grande relevância, ainda mais quando as formas desumanas por meio das quais os velhos trabalhadores eram tratados, até então, são analisadas, além de suas consequências para a realidade desses indivíduos. Essa realidade é exposta ao se perceber que da idade média até o século XVIII, os velhos explorados como mão-de-obra eram poucos, uma vez que tanto nos campos, quanto nas cidades, os trabalhadores morriam jovens e os que sobreviviam ficavam restritos aos cuidados de seus familiares, que geralmente não possuíam condições de sustentá-los, recorrendo à caridade pública ou privada. Além do mais, no século XIX, com a revolução industrial, estes recursos foram até mesmo recusados, destinando esses trabalhadores à própria sorte. Dessa forma, durante sua juventude e maturidade as classes dominantes não lhes concederam o que era necessário para reproduzir sua vida e assim, uma vez consumido eles os abandoavam de mãos vazias (BEAUVOIR, 1990).

A classe dominante assistia com indiferença a esses dramas: seus esforços para socorrer os velhos pobres foram sempre irrisórios. A partir do século XIX, esses velhos tornaram-se em numeroso, e ela não pôde ignorá-los. Para justificar sua selvagem indiferença foi obrigada a desvalorizá-los. Mais que o conflito das gerações, foi a luta de classes que deu à noção de velhice sua ambivalência (BEAUVOIR, 1990, p. 263).

Logo, a atenção dedicada à problemática da velhice dos trabalhadores envolveu o período no qual ela se tornou alvo das intervenções estatais, marcadas aqui pela ascensão da aposentadoria. De tal modo, é reconhecido que não foi devido exclusivamente ao aumento demográfico desta população que Estado e Capital se “sensibilizaram” com a sua causa, mas, a partir, da incorporação da situação de miserabilidade vivenciada pelos velhos trabalhadores excluídos do processo produtivo nas pautas dos movimentos operários. As intervenções estatais no âmbito social foram envolvidas pelas manifestações sociais e ascensão do

proletariado, enquanto sujeito político, que voltou seus esforços ao reconhecimento por parte do Estado das mazelas por eles enfrentadas e suas respectivas reivindicações.

A problemática social do envelhecimento do trabalhador foi tematizada pelas lutas operárias no início do século XX, principalmente nos países europeus, e graças às lutas de classes e às alterações na correlação de forças favoráveis às negociações, pactos e acordos entre classes, deram origem a significativas políticas públicas nos *trinta anos gloriosos*. Essas lutas foram responsáveis pela problematização do envelhecimento do trabalhador, rompendo com a dimensão privada com que foram tratados pela família, filantropia, benemerência, caridade religiosa, dentre outras (TEIXEIRA, 2009, p. 70, grifos da autora).

Contudo, ainda que a relação entre velhice e invalidez/dependência tenha sido um dos grandes propulsores para que fosse criado o direito à aposentadoria e as leis previdenciárias, aquela contribuiu, também, para que a velhice fosse compreendida como uma categoria política. Logo, o aposentado deve ser entendido como um sujeito, que para além da (in) capacidade para o trabalho, é detentor de direitos e serviços sociais garantidos de forma legítima, os quais podem ser reivindicados enquanto representante de uma categoria⁴⁰.

No que tange a realidade brasileira, até as primeiras décadas do século XX, no período de 1920, a questão social⁴¹ havia sido ignorada pelos representantes do poder. Todavia, a partir da resistência e luta da classe trabalhadora, ocorreu o seu destaque, enquanto desdobramentos da relação capital e trabalho. “Resultado de inúmeras greves e de lutas por melhores condições de vida e de trabalho, a questão social passa, então, a ser reconhecida como legítima e emergem respostas públicas, através de legislações trabalhista, sindical e previdenciária” (TEIXEIRA, 2008, p. 149).

Diversos fatores de ordem sócio-histórica pertencentes à realidade brasileira marcaram o processo de formação do que hoje é chamado de previdência. É importante ressaltar que as formas iniciais de proteção social e trabalhista foram direcionadas a determinados segmentos da classe trabalhadora, com a denominada “cidadania regulada”, a qual contribuiu para uma ampliação das fragmentações dentro dessa classe e a exclusão dos segmentos mais pobres.

⁴⁰Discussão realizada no item 1.1 desse Capítulo.

⁴¹A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (...). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 66, grifos da autora).

Assim, foi formada a associação do que seria a cidadania e o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, através da inserção profissional no mercado de trabalho e desde que em ocupações que fossem reconhecidas por lei. “Essa forma de enfrentamento da questão social formaliza o estatuto de “cidadania” para determinados segmentos sociais, e atribui a categoria de subcidadão a todos aqueles que são pobres ou não têm sua atividade laboral reconhecida pela legislação trabalhista” (TEIXEIRA, 2008, p. 149), restringindo-os a já presente esfera privada (por meio das ações filantrópicas).

Em relação aos modelos previdenciários criados, o sistema brasileiro apresenta uma extensão de princípios de cobertura universal bem recente, tendo se mantido por um esquema de caráter hierárquico entre grupos e categorias em relação a acessos diferenciais à quantidade e qualidade de serviços e benefícios. “Em lugar de centralidade no princípio da solidariedade intergeracional, voltado potencialmente a todos os cidadãos pertencentes à comunidade nacional, verifica-se no Brasil a centralidade no vínculo contributivo como meio legítimo de acesso a benefícios e serviços previdenciários” (SIMÕES, 2000, p. 57).

O que existe é um padrão de proteção social, por meio de políticas públicas e de amparo aos trabalhadores, caracterizado pela forma fragmentada ou antecipada junto às demandas sociais com a finalidade de minar os movimentos classistas e a possível formação de sujeitos políticos externos ao espaço de controle do Estado, o que resulta na transformação de direitos em concessões. Trata-se de elementos que irão marcar este período histórico enquanto mecanismos direcionados para bloquear a consciência de classe e fragmentá-la (TEIXEIRA, 2008).

A constituição das políticas sociais públicas tem como pré-condição a problematização de necessidades sociais em cena pública, exceto nas ditaduras (um período longo da história brasileira) que se antecipam às demandas, mas mesmo assim ampliam as políticas sociais, buscando legitimação ao regime de exceção, de modo a evitar que as lutas sociais eclodam na cena pública (TEIXEIRA, 2008, p. 151).

Cabe salientar que uma das formas de respostas do Estado as demandas sociais são essas políticas sociais, em que a estratégia de segmentação das demandas, a tecnocratização e despolitização das questões político-econômicas seriam fatores comuns no Brasil e não somente nele, mas em todos os estados capitalistas, sejam eles periféricos ou não (TEIXEIRA, 2008). Outro revide à questão social pelo Estado era exercido, principalmente, através do binômio assistência e repressão. Sendo classificado como caso de intervenção

policial e um meio de repreender os “delinquentes e subversivos” que insistiam em promover algazarras na sociedade impossibilitando a manutenção da ordem.

Ainda por um longo período, as formas assumidas para responder as manifestações da questão social eram restritamente civis e de natureza privada. Todavia, no ano de 1930 instauram-se novas ações em relação a estas manifestações, especialmente no que se refere aos direitos na esfera do trabalho. De tal modo, a partir dos direitos sindicalistas, trabalhistas e previdenciários, ocorre uma regulação da relação capital/trabalho fundamental à expansão da acumulação, abrindo canais de negociação que seriam mediados pelo Estado (TEIXEIRA, 2008). Quanto ao envelhecimento, os que eram contemplados seriam os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, deixando desprotegidos e a mercê da atenção familiar e/ou filantrópica os que nessa condição não se encaixassem.

A aposentadoria, tal como assumida pelo Estado, é, nos dias de hoje, fruto de questionamentos e reivindicações quanto a quem deveria responsabilizar-se pelos velhos trabalhadores que já não estavam mais inseridos no mercado de trabalho. Destes questionamentos que transcenderam a velhice da esfera privada para a esfera pública, nasceram as formas embrionárias do sistema previdenciário que responsabiliza o poder público frente aos trabalhadores envelhecidos, progredindo até o modelo vigente que contempla toda à classe trabalhadora.

No Brasil não foi diferente e o país criou a primeira lei de aposentadoria em 1923, com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) que ficou conhecida como Lei Eloy Chaves⁴². Porém, compete destacar que estas Caixas de Aposentadorias não contemplavam toda a classe trabalhadora, sendo que, até este período, as aposentadorias dos trabalhadores eram sujeitas as políticas de cada empresa, que através destas caixas, comprometiam-se em sustentar seu empregado e sua família futuramente, em troca de uma quantia de sua renda mensal enquanto estivesse ativo (DEBERT, 1999).

Em seguida, o contexto de 1930 a 1950 foi marcado por muitas conquistas com a ascensão política da classe trabalhadora, o que contribuiu para a criação de alguns ministérios e a Consolidação das Leis do Trabalho que passaram a abarcar categorias profissionais em âmbito nacional. Contudo, ainda se excluía o trabalhador rural e o remetia a filantropia em sua aposentadoria.

⁴²“A importância atribuída à Lei Eloy Chaves como início da moderna Previdência no Brasil sustenta-se principalmente em dois argumentos: o de que ela marca uma guinada na postura liberal do Estado brasileiro frente aos problemas trabalhistas e sociais, e o que seus princípios serviram de base para grande parte do conjunto de normas previdenciárias criadas posteriormente” (SIMÕES, 2000, p. 60).

Um período em que, se por um lado, estabeleceu a previdência social (1933) enquanto política pública através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), por outro, tinha a oferta dos serviços de proteção social agindo em caráter residual associada a um poder público que atuava de forma subsidiária. “É importante notar, porém, que a prevalência dessa modalidade estatal não eliminou de pronto a versão “privada” concorrente, configurada nas CAPs. Institutos e Caixas conviveram ainda por vários anos” (SIMÕES, 2000, p. 66).

A década de 1960 foi marcada pelo período de ditadura militar, mais precisamente o golpe militar⁴³, que representou um período de grande retrocesso e repressão dos movimentos sociais, organizações, revolucionários e/ou qualquer manifestação contrária aos ditames da ordem vigente. Todavia, foi criado, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) extinguindo os institutos de aposentadoria e corroborando para a unificação do sistema previdenciário.

Posteriormente, com a Constituição de 1967, já se começa a falar da previdência “nos casos de velhice”, ficando garantidos os atendimentos de saúde, certos benefícios pecuniários e pensões, porém dentro da esfera contributiva. Sendo que, aos demais, prevalecia a assistência filantrópica, mediante o atestado de pobreza, em que se destaca os serviços de assistência promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de 1963. “Quando a velhice passa de uma questão filantrópica e privada para a esfera pública a perspectiva dominante de sua inclusão em direitos é por meio da incorporação do direito do trabalhador e não por meio do direito da pessoa envelhecida” (FALEIROS, 2008, p. 9).

É ao longo dessa década que ocorreu a problematização da questão da velhice, ao mesmo tempo em que ela sofreu com a inexistência de políticas sociais específicas. O que ocorria, quando se tratava dos velhos, eram intervenções parciais, compensatórias, marcadas pela ausência de equipamentos adequados e de uma equipe profissional qualificada. “As poucas iniciativas tinham por objetivo a manutenção biológica do idoso, o que está intimamente relacionada à ideologia de que a velhice é um problema médico-social” (CUNHA, 2008, p. 75).

Já nos anos 1970⁴⁴, ainda sob o vigente regime militar, outras conquistas foram alcançadas, dentre elas: a regulamentação da aposentadoria por velhice pelo INPS entre

⁴³O Golpe Militar tratou-se de a tomada do poder pelas forças armadas, em um explícito golpe de Estado estabelecendo a ditadura militar. O regime ditatorial foi instaurado no Brasil a partir de 1 de abril de 1964, encerrando o governo do até então presidente João Goulart, durando até 1985, quando Tancredo Neves foi eleito indiretamente como o primeiro presidente civil desde a instauração do regime.

⁴⁴“Nos anos 70, o sistema previdenciário expandiu-se incorporando outros segmentos da população: trabalhadores rurais (1971), empregados domésticos (1972), autônomos (1973), deficientes e idosos abandonados (1974), e produtores rurais (1974 – 1975)” (SIMÕES, 2000, p. 81).

homens de 65 anos e mulheres de 60 anos, bem como o decreto de lei que estabeleceu a Renda Mensal Vitalícia de 50% do valor do salário mínimo para os maiores de 70 anos, que tivessem contribuído. Foi quando, também, aconteceu a criação do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), que proporcionou, finalmente, a integração dos trabalhadores rurais à previdência social. Outra conquista foi a criação do Ministério da Previdência Social desvinculado do Ministério do Trabalho, marcando o afastamento das questões da previdência e da aposentadoria dos interesses específicos das empresas e dos sindicatos. Este último por sua vez, perde vínculo com a questão da aposentadoria e passam a concentrar-se nas questões voltadas, sobretudo, aos trabalhadores ativos (DEBERT, 1999).

Como o período de 1968 a 1975 foi marcado por um momento de muitas críticas ao sistema ditatorial, pela efervescência dos movimentos sociais, dos sindicatos e amplas manifestações populares, os velhos começaram a se organizar, presenciando muitas dessas ações e apoiando os espaços de problematização do envelhecimento. A década de 1970, no Brasil, passa a demarcar o momento em que a problemática do processo do envelhecimento será compreendida como questão pública sendo incorporadas as preocupações sociais (FALEIROS, 2008).

Na década de 1980, com a substancial mobilização de atores sociais em ações coletivas, representados pelos movimentos sociais e as associações dos trabalhadores, estando organizados nas suas mais diversas categorias é que foi proporcionado o ambiente para reforçar as discussões quanto à valorização da pessoa envelhecida, influenciando, inclusive, na fomentação de uma seção na Constituição Federal de 1988 que versasse acerca dos direitos desse público. A Constituição, nesse momento, representou a democratização da sociedade, ainda que atípica da realidade brasileira, assentando os direitos fundamentais e específicos da pessoa idosa (FALEIROS, 2008).

Ao alterar “o paradigma residual/corporativo anterior para um paradigma institucional/estatal de garantia de direitos” (FALEIROS, 2008, p. 10), presente significativamente na seguridade social que, então, passa a contemplar a saúde como acesso gratuito e universal; a previdência social de forma contributiva e a assistência social acessível a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. “Ao instituir esses direitos, a sociedade brasileira, ainda que tímida e fragilmente, reconhece a condição peculiar que envelhecem e, principalmente, institui a questão da velhice como pauta definitiva das lutas legítimas pela plena cidadania” (CUNHA, 2008, p. 78).

O país passa a incorporar a temática do envelhecimento, garantindo, na Constituição, vários direitos aos cidadãos velhos, em que passam a ser percebidos enquanto pessoas capazes

de se organizar e lutar pela legitimação de suas respectivas demandas. Uma significativa mudança nos padrões até então defendidos, que compreendiam a velhice como inútil, reclusa, apática, conformada e o “do idoso assistido para o idoso ativo, do idoso improdutivo (...) do idoso cuidado exclusivamente na família para o idoso protegido pelo Estado e pela sociedade, do idoso marginalizado para o idoso participante” (FALEIROS, 2008, p. 11).

A ascensão dos movimentos sociais dos idosos e em prol desses e de suas reivindicações por políticas sociais vão marcar as décadas de 1980 e 1990, havendo a incorporação do envelhecimento na agenda pública como problema social e político expressivo. A transformação do envelhecer, em tema privilegiado, envolveu tanto a questão da reviravolta demográfica mundial com o surgimento do fenômeno da longevidade, quanto das pressões exercidas pelo “movimento de aposentados e pensionistas, as diversas organizações da sociedade civil, dos organismos internacionais [...] sob a influência da Gerontologia Internacional [...] cuja orientação influenciará o modo de interpretar a problemática do envelhecimento e as políticas sociais” (TEIXEIRA 2008, p. 171).

Dentro desse contexto, a mobilização das associações de aposentados e pensionistas pela *Luta dos 147%* fez com que as associações ganhassem visibilidade enquanto representantes legítimas das reivindicações deste público, de forma autônoma das centrais sindicais e dos sindicatos. “Aposentados saíram às ruas em passeatas e manifestações. A causa mobilizou a opinião pública e os parlamentares de tal forma que mesmo os governistas acabaram se posicionando contra o governo” (DEBERT, 1999, p. 168).

Na prática, em todo o País, além do recurso ao judiciário, os aposentados foram às ruas e às praças em passeatas e outras manifestações públicas, multiplicaram as entrevistas aos órgãos da imprensa, do mesmo modo como já se tinham organizado eficientemente em *lobby* no Congresso no período da constituinte. Todos sabem da vitória no caso dos 147% da Previdência, mas é importante assinalar que os aposentados em movimento transformaram-se ao longo dessas lutas em fator definitivo de visibilidade e de mudança na imagem dos idosos no Brasil. A imprensa documentou abundantemente essa trajetória até alcançar o registro histórico, pela *Folha de S. Paulo*, em 1992, de que a vanguarda política do País, naquele momento, era constituída pelos idosos (MOTTA, 2015, p. 217-218, grifos da autora).

Ainda na década dos anos 1990, é promulgada a Política Nacional do Idoso, Lei de nº 8842, que amplia consideravelmente os direitos da pessoa envelhecida, assegurando proteção social articulada à concepção de cidadania e à reformulação do conceito de velhice. Também foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que posteriormente,

disponibilizará o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS)⁴⁵, com uma renda de um salário mínimo a velhos e deficientes que não possuem condições de proverem sua subsistência ou tê-la provida por seus familiares.

O sistema de proteção social ao velho trabalhador surgiu, a princípio, na esfera privada, devido à necessidade de amparar aqueles que não tinham condições de trabalhar, contemplando apenas certas categorias da grande massa de trabalhadores. Se, antes, poderia ser compreendido enquanto uma política emergencial, agora é parte integrante do tripé da seguridade social, além da saúde e assistência, obtendo o status de direito, mediante a conquista dos movimentos e organizações da classe trabalhadora. Essa forma de cobertura das necessidades vivenciadas por esse público seria uma explícita intenção de combate à pobreza na velhice e de manter o idoso no mesmo patamar de renda que trabalhadores produtivos⁴⁶, ou seja, uma forma de garantir-lhes a mesma dignidade que os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho.

A previdência social, levando em consideração todos os processos entorno da preocupação quanto à sobrevivência dos velhos trabalhadores, mediante a forma histórica como foi administrada, esteve sempre resignada ao patronato e/ou à família e raramente ao Estado. Por isso, a luta pela regulamentação e gestão da aposentadoria foi acompanhada por diversas outras transformações na sociedade, principalmente, quanto ao modo de se apreender o envelhecimento populacional, assim como que o respectivo direito de ser assistido quando afastado do mercado de trabalho em virtude da idade avançada. A previdência é um direito do trabalhador mediante filiação obrigatória e contribuição realizada por este durante a vida, tendo por finalidade a garantia de sua sobrevivência à partir da sua retirada do processo produtivo, normalmente ocorrido na invalidez ou na velhice. Os benefícios previdenciários pagos aos contribuintes preveem a cobertura por motivo de doença, invalidez, idade avançada e morte, na qual esta última estabelece uma pensão aos herdeiros do segurado. No que concerne à aposentadoria as regras criadas, sobretudo, devido ao fenômeno da longevidade, são voltadas para que o velho trabalhador, ao buscar o acesso a esses direitos, tenha cumprindo suas requisições.

Com as reformas da Constituição (Emenda Constitucional nº20, de 1998, e a Emenda Constitucional nº41, de 2003) foi extinta a aposentadoria por tempo de serviço, e só é concedida no regime geral aos trinta e cinco anos de contribuição se homem e trinta anos de contribuição, se mulher. A

⁴⁵ Este benefício está ligado diretamente ao âmbito da Assistência Social, que é prestada a qualquer indivíduo que dela necessitar, independentemente de contribuição.

⁴⁶ Com o rendimento de um salário mínimo vigente à época do benefício.

aposentadoria por idade é concedida ao homem aos 65 anos e à mulher aos 60 anos com período de contribuição. Aos inscritos antes de 24 de julho de 1991, a contribuição deverá chegar a, no mínimo, 180 meses, em 2011, numa tabela progressiva de transição (FALEIROS, 2008, p. 12).

É nesse sentido que é criado o Decreto-Lei nº 9786 de 1999 que estipula o fator previdenciário. Esse fator leva em consideração a expectativa de vida dos indivíduos segurados, buscando meios de retardar a aposentadoria dos contribuintes. Dessa forma, quanto menor for a idade da aposentadoria, menor é o benefício. Também, foi estabelecido um teto máximo para a previdência social, seja ela privada ou pública (FALEIROS, 2008).

De tal modo, é oportuno destacar que os governos têm se preocupado cada vez mais com questões vinculadas à longevidade do que com as motivações vinculadas à retirada da esfera produtiva, tendo no fator previdenciário um meio de retardar o requerimento da aposentadoria. Nesse contexto, o que se vê é que a quantia recebida por meio das aposentadorias, não corresponde as expectativas dos seus segurados, deixando de atender o objetivo para que fora criada: o de garantir aos aposentados uma remuneração similar aquela que recebiam quando estavam empregados. Se a luta pela implementação da aposentadoria envolveu diretamente a situação de miserabilidade em que os velhos trabalhadores se encontravam, a luta do século XXI envolve a reavaliação do valor remunerado aos aposentados, por não mais suprir suas necessidades básicas, pois em sua maioria, corresponde a um salário mínimo. Quanto a este fator, associa-se o retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria ou até mesmo a ininterrupção da atividade exercida, que se torna uma forma de garantir a sobrevivência ou de melhorar a condição econômica em que esse trabalhador e a sua família se encontra.

Uma coisa é fato, a mudança no padrão demográfico, sobretudo, com o significativo crescimento na proporção de pessoas velhas, em escala mundial, denota, por um lado, o progresso alcançado pela humanidade frente à almejada longevidade. E por outro lado, apresenta vários desafios quanto ao sistema de proteção social, em que países como o Brasil, intensamente desiguais, não têm possibilitado formas dignas e garantidoras do exercício aos direitos de toda a população.

Soma-se ainda, as medidas implementadas a partir da década de 1990, através de uma reestruturação produtiva⁴⁷ e ideais neoliberais que vão incidir diretamente sobre as conquistas adquiridas por todos os trabalhadores, ganhando força nas décadas seguintes. Logo, ambos avançam desenfreadamente na conjuntura atual, demonstrando um cenário no qual o Estado

⁴⁷Próximo Capítulo terá como destaque está discussão.

age de forma incipiente e à partir de ações isoladas, por meio das mercantilizações e privatizações, inclusive da Previdência Social, o sucateamento de serviços, a responsabilização dos indivíduos por suas condições e o constante e já banal direcionamento para o acesso através da experiente filantropia.

Sendo assim, representam um desmonte da estrutura anterior aqui descrita, que mesmo frágil no que se refere à garantia de proteção social tinha uma capacidade integradora e garantia de direitos mínimos de cidadania, permitindo elos de sociabilidade, sobretudo, na provisão da família. Este movimento de mercantilização e privatização das políticas sociais, além de colocar um significativo contingente populacional em uma situação material e simbólica marginal, uma vez que desestrutura as identidades e formas de vida construídas com base na importância do trabalho, também desqualificam, esvaziam e destroem instâncias e projetos coletivos (CUNHA, 2003, p. 198).

Assim, usando desse discurso os últimos governos (Collor, Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma e Temer) passaram a justificar os déficits apresentados pela seguridade social aos cofres públicos, deslocando os direitos sociais para a esfera privada e destituindo o Estado enquanto meio garantidor da efetivação destes direitos. No contexto atual, no que diz respeito à velhice do trabalhador e o direito à aposentadoria, o fenômeno da longevidade ganhou papel de destaque quanto aos déficits da Previdência Social e tem sido alvo de crescentes preocupações. Para tanto, as justificativas destes déficits passam, dentre outros fatores, pelo crescimento significativo na procura por benefícios previdenciários, que agora, levando em consideração esta longevidade, serão recebidos por mais tempo.

É claro que esse aumento na expectativa de vida terá rebatimentos sobre as arrecadações do sistema previdenciário, ainda mais, levando-se em consideração a redução no número de crianças e jovens de até 24 anos entrando no mercado de trabalho, em contrapartida a um quantitativo maior de pessoas se aposentando. Um outro fator que incide sobre esse déficit deve ser atribuído à realidade econômica atual do país frente ao desemprego estrutural, em que a massa de trabalhadores encontra-se cada vez mais envolta pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, tendendo a não contribuir para a previdência social.

Outras questões, além da crise no mercado de trabalho são e devem ser avaliadas enquanto os reais motivos que causaram a situação na qual o sistema se encontra, dentre elas se destaca os valores exorbitantes recebidos por uma minoria, em que se encaixam os políticos, os magistrados, os militares, assim como os recursos repassados da previdência para financiar projetos do governo dirigidos a outros setores.

Até o presente momento, o cidadão que queira ter o direito à aposentadoria integral poderá se encaixar nos seguintes casos: comprovar, junto ao INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), o tempo mínimo de contribuição de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres, independentemente de sua idade. Ou pleitear a aposentadoria por idade, na qual deverá comprovar o tempo de contribuição mínimo exigido (que varia de 11 a 15 anos dependendo do tempo em que se filiou à Previdência Social), correlacionado à idade que é de 65 anos para homens e 60 para mulheres, ou, a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional que estipula a idade de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres.

Contudo, reformas estão em pauta no atual governo Michel Temer, que vem tornando a efetivação do direito à aposentadoria em uma nova luta cheia de tropeços e obstruções. Destaca-se aqui, a PEC 287/2016⁴⁸ que está dependendo da aprovação no Congresso Nacional e que defende o fator da idade mínima para se aposentar, estipulando tempo de contribuição mínimo de 25 anos e *idades iguais* (de 65 anos) para homens e mulheres. Essa proposta desconsidera literalmente a divisão de gênero do trabalho, que entende que as formas de acesso desiguais a direitos e condições de trabalho, além dos casos de muitas mulheres que realizam jornadas duplas, ou seja, dedicam-se as atividades fora (ligadas ao seu emprego) e dentro de suas casas (cuidados doméstico e familiar), merecem tratamento diferenciado.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 2005, p. 108-109).

Para entender melhor as mudanças propostas com essa PEC, basta observar que um trabalhador com 65 anos que desejar se aposentar com 100% do seu vencimento precisará contribuir por cerca de 49 anos. Assim, se esse trabalhador começou a contribuir aos 20 anos, e não interromper essa contribuição nem um único mês, só conseguirá a aposentadoria integral aos 70 anos de idade.

⁴⁸BRASIL, 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211909090909091>> Acesso em: 15 de fev de 2017

A PEC, ainda, ataca as pensões, dado que, o beneficiário não poderá acumular aposentadoria e pensão, tendo que escolher entre as duas. E, no caso do recebimento da pensão por morte, o valor recebido pelo beneficiário corresponderá a 50% da aposentadoria do trabalhador, mais 10% por dependente, podendo, inclusive, ser inferior a 1 (um) salário mínimo.

O atual governo Michel Temer e seus representantes da Câmara dos Deputados e do Senado aprovaram uma proposta de emenda constitucional que estipula um teto para os gastos públicos, PEC 241 ou PEC 55⁴⁹, congelando os investimentos e as despesas do Governo Federal por até de 20 anos. No que se refere a Seguridade Social, o governo busca um meio de destruir o legítimo direito do trabalhador de se aposentar.

Nas sociedades modernas, os trabalhos são menos penosos do que no passado, na medida em que exigem menos força muscular; mas a aceleração das cadências, somada à extrema divisão das operações, aumenta o desgaste. Eu disse que essa degradação não está naturalmente ligada à senescência, mas sim ao regime do trabalho: nem por isso pode se deixar de afirmar que, enquanto esse regime não for transformado, é preciso defender o direito dos velhos trabalhadores ao descanso (BEAUVOIR, 1990, p. 339).

Não se pode negar que o caráter das políticas de atenção aos velhos cidadãos e a maneira como são conduzidos os discursos políticos e sociais possui papel crucial na forma como a sociedade contemporânea tem construído suas representações sobre o processo de envelhecimento e a forma como esse próprio público o faz. Assim como, “servirão como referência fundamental para o modo como os mais jovens irão planejar o seu futuro e o futuro da velhice” (CUNHA, 2003, p. 196).

Atualmente, é possível afirmar que, tanto a aposentadoria, quanto a categoria velhice passaram por um processo de ressignificação, em que a primeira é percebida enquanto um direito conquistado ao longo de anos dedicados ao trabalho, por meio da qual o trabalhador se assim ansiar e tiver condições, encerra suas atividades laborais. Sendo, a segunda a representação de uma etapa da vida na qual a aposentadoria recebida proporciona a realização de sonhos, idealizações e momentos de lazer através do mercado de consumo e do *slogan* de um envelhecimento ativo.

O entendimento desse momento referencial acerca do envelhecimento é central para que se perceba o giro promovido na contemporaneidade pelas chamadas novas imagens e sensibilidade em torno do envelhecimento,

⁴⁹ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html> Acesso em: 15 de fev de 2017

marcadas, sobretudo pela ideia de Terceira Idade. É nesse contexto em que a velhice é desvinculada da aposentadoria e ligada a novas possibilidades que se colocam socialmente os mecanismos para sua “reprivatização” e, pois, para o questionamento da aposentadoria como direito a ser assegurado pelo Estado (CUNHA, 2003, p. 193).

Nessa perspectiva, a categoria velhice deixa de ser compreendida como uma construção histórico-social-cultural para reduzir-se simplesmente a uma “condição” individual. Assim, configuram-se novas imagens e caracterização da velhice, que se torna uma base fomentadora de discursos que reduzem a realidade demográfica ou de ordem econômica às transformações socioculturais nas relações entre as gerações e a imagem social do envelhecimento.

Contudo, esses discursos que buscam trocar as condições socialmente construídas por nomenclaturas ou conceitos podem ser concebidos em qualquer sociedade, mesmo uma não capitalista. Porém, no caso brasileiro, as disparidades econômicas acabam por não permitir que o velho trabalhador desfrute desse período com absoluta qualidade, pois, eles se encontram alijados desde a sua inserção no mercado de trabalho a grande parte das condições materiais e sociais de sobrevivência.

De tal modo, por mais que a sociedade pregue valores para que a velhice seja concebida de forma homogênea e estereotipada, predomina ainda no Brasil diferenças cruciais nos acessos aos bens e serviços públicos que acirram as desigualdades entre as classes e, conseqüentemente, em como os brasileiros chegam na velhice.

Em síntese, os dados do PNADs mostram um grande contingente de trabalhadores idosos em estado de pobreza, dependente dos recursos públicos para a própria reprodução e de sua família, ainda inserido em atividades produtivas, em que o trabalho é contínuo no ciclo da vida, não podendo ser interrompido, dada a pobreza da família, com baixos rendimentos, mesmo trabalhando, chefiando suas famílias, com maior incidência de analfabetismo funcional e de problemas de saúde. Essas são as condições que peculiariza o envelhecimento dos trabalhadores (principalmente, os mais pobres), no Brasil (TEIXEIRA, 2007, p. 9).

Por conseguinte, se a conquista destes direitos possibilitou a saída de muitos da situação de miserabilidade contribuindo para o status de “cidadão” e o auxílio na renda familiar, eles ainda estão aquém de possibilitar uma velhice digna a estes trabalhadores.

Uma característica particular da situação destes trabalhadores brasileiros seria a sua permanência no sistema produtivo devido aos baixos rendimentos provenientes de suas aposentadorias e da concentração de renda nas mãos de poucos. Envelhecer para o trabalhador

na ordem do capital é ter seu tempo de vida subordinado ao trabalho, ainda que aposentados, sendo submetido as exigências de sobrevivência da dinâmica capitalista (TEIXEIRA, 2007).

Este breve resgate histórico das medidas de proteção social destinadas à velhice do trabalhador, sobretudo, na realidade brasileira, envolve substancialmente o objetivo contemplado neste estudo. A questão previdenciária influi diretamente sobre o cotidiano dos sujeitos dessa pesquisa e dos futuros velhos trabalhadores do país. No contexto atual, vivencia-se um momento no qual a luta adquiriu natureza reversa, visto que, se no início deste item ficou demonstrado que antes se lutava para se ter o direito a Previdência Social que contemplasse a toda a classe, hoje devido as investidas do grande Capital e do Estado, luta-se para que ele seja preservado.

A velhice, portanto, foi colocada enquanto uma categoria e, assim, como o envelhecimento, é algo que se constrói no transcorrer de um processo contínuo e histórico-social. Por isso, também foi importante refletir acerca do uso de nomenclaturas que deram origem aos seus significados e definições até o período atual, em que se mantém a tendência de reduzi-la a fenômenos uniformes. Outro ponto abordado foi que a associação entre essa categoria e a aposentadoria é perpassada pela noção de invalidez, a qual se aplicava a todos os que não podiam prover sua subsistência por meio do trabalho, mas que na atualidade tem sido investida a desvinculação entre esse momento do “fim do trabalho” e a “última etapa da vida”. Por fim, se tornou relevante, frente ao cenário político-econômico atual, compreender os desafios que o envelhecimento populacional está ocasionando, principalmente quando as medidas governamentais estão ensejadas em atacar os direitos dos trabalhados, flexibilizando as leis previdenciárias.

2. CENÁRIO ATUAL: A VELHICE DOS TRABALHADORES APOSENTADOS EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.

Partindo da compreensão de que o nosso objeto de estudo envolve, diretamente, o reingresso ou a manutenção dos velhos trabalhadores aposentados ao mercado de trabalho é essencial à análise das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, que vem repercutindo diretamente sobre a configuração e conformação da classe trabalhadora no cenário atual. Logo, os itens deste capítulo terão por finalidade discursar acerca dos meios investidos pelo capital junto à organização do processo produtivo e a gestão da força de trabalho presentes na ascensão dos padrões flexíveis de produção.

2.1. Reflexões conceituais sobre classe: uma análise da sociedade capitalista atrelada à divisão social em classes.

O entendimento da categoria classe social possibilita apreender a divisão social em classes e as disparidades concernentes a sociedade capitalista. Desse modo, sempre existiu formas de estratificação social, ou seja, de ramificação das pessoas em respectivos grupos, que eram envolvidos por questões políticas, econômicas, religiosas, hereditárias, assim como pela função exercida (até as profissões) por estas pessoas no seio da sociedade. (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010).

O termo classe destaca-se por remeter ao fator econômico, demarcado pelo papel ocupado no processo produtivo ou no mercado, mais precisamente na divisão entre proprietários e despossuídos dos meios de produção. Em “*O Manifesto Comunista*” (1999) de Marx e Engels, há colocações que auxiliam na apreensão de como se estrutura a sociedade, mesmo que ao fazer tal análise, as circunstâncias sócio-históricas existentes, tenham que ser levadas em consideração. Logo, a partir dessa observação, se destaca que as análises da sociedade podem ser assentadas por meio das classes fundamentais, ou seja, os burgueses e os proletários, que não são conformados pelo consumo, renda ou fatores hereditários, mas pela função exercida na produção de riqueza.

Segundo os autores, a história de todas as sociedades, até mesmo as de hoje existentes, referem-se à história da luta de classes.

Homem livre e o escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX; ENGELS, 1999, p. 7).

De acordo com Marx e Engels (1999), historicamente, as sociedades eram estruturadas e divididas em classes distintas, “uma escala graduada de condições sociais” (MARX; ENGELS, 1999, p. 7). Assim, a sociedade burguesa (sociedade capitalista), que sucedeu a sociedade feudal, não teria superado os antagonismos de classe, pelo contrário, ela teria simplificado esses antagonismos e introduzido novas características no que tange as classes, as condições de opressão e as formas de lutas. “A época da burguesia – caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1999, p. 8).

Essas classes fundamentais que são tidas pela divisão antagônica entre os burgueses e os proletários, apresentam uma dinâmica complexa em que suas frações se aglutinam ao seu entorno, por meio das quais são estabelecidas as lutas de classes. Deste modo, tem-se uma arena de enfrentamento entre estes dois grandes blocos, em uma lógica interdependente, na qual os capitalistas (burgueses), detentores dos meios de produção, necessitam dos trabalhadores (proletários) para obterem e apropriar-se da mais-valia. Já este, por sua vez, possuidor apenas de sua força de trabalho, é obrigado a vendê-la, para assim obter meios de subsistência expressos no correspondente monetário, salário⁵⁰, recebido por seu trabalho. Essa seria a centralidade da contradição de classe na sociedade capitalista e seu modo de produção que é determinada por essa polarização.

A categoria classe, em seu significado pleno, só aparece na sociedade burguesa, sendo analisada através das relações de produção, e determinada pela função ocupada no modo de produção. “A sociedade burguesa é, a rigor, a única sociedade social propriamente dita no sentido de maior divisão do trabalho social e intensidade objetiva dos laços sociais” (ALVES, 2009, p. 95).

⁵⁰“Mas o que a classe trabalhadora entrega ao capitalista? Entrega-lhe, diariamente, o valor de uso de sua força de trabalho – o trabalho de uma jornada, que não só reproduz o valor de todo o capital adiantado mas cria novo valor, o que se materializa em mercadorias que são propriedade do capitalista, por ele vendidas no mercado. Mediante a sucção do trabalho, o capital não só se produz como capital, mas se *reproduz*: a mais-valia criada se converte em meios de consumo da classe capitalista e em capital adicional empregado em nova produção, em novo meio de exploração do trabalho assalariado. A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência” (IAMAMOTO, 2009a, p. 47, grifos da autora)

O conceito de classe social surgiu em Marx e Engels enquanto cerne de sua proposta de estudo das sociedades modernas, tendo como reflexão inicial a constatação política de que competia ao proletariado o papel principal na luta pela emancipação, caracterizando-o como uma nova força política. Quando criaram o manuscrito da *Ideologia Alemã* (1999), os autores se utilizaram do conceito de classe, sobretudo, para determinar os termos da mudança aplicada pela burguesia nas sociedades modernas, que foi conformando-a gradualmente às suas nuances em um contexto repleto de divergências de interesses entre a classe burguesa e a nobreza feudal. Assim, Marx e Engels, teriam reconhecido a atuação revolucionária que a burguesia desempenhou ao longo da história, sendo que através dessa atuação foi aberta a possibilidade para o surgimento de outra classe: o proletariado (MATTOS, 2007).

A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade [...] Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as em numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal (MARX; ENGELS, 1999, p. 10-11).

Embora existam outras matrizes de utilização do conceito de classe social, foi a partir das propostas criadas por Marx e Engels, em 1840, que as ciências sociais inseriram classe ao seu conjunto analítico e mesmo quando divergiam do marxismo nele tiveram a referência fundamental na discussão acerca do uso do conceito (MATTOS, 2007). Marx e Engels buscavam explicar os fundamentos da estrutura social do capitalismo ao criar uma perspectiva de análise através da questão de classe, relacionando-a ao processo de divisão social do trabalho. Evidenciando que, a classe na perspectiva de fenômeno social apenas se constitui “em oposição aos interesses de outra(s) classe(s) e, portanto, tomando consciência de seu lugar social – o que podia ser o ponto de partida para um projeto político de transformação -, buscavam estabelecer as bases de uma teoria da dinâmica social” (MATTOS, 2007, p. 35).

Ao se descrever o que seria o termo classe, a partir da posição ocupada no processo produtivo, é preciso observar que ele não se limita à variável econômica, ou seja, pelo grupo de pessoas que se encontram em uma situação semelhante, uma vez que não se refere somente a “condição objetiva de existência”, mas ao “sentido pleno de sujeito histórico-coletivo” (ALVES, 2009, p. 81). Dessa forma, o lugar ocupado na divisão social do trabalho, o aspecto econômico torna-se um determinante importante, mas não exclusivo da condição de classe,

pois, envolve, também, a tomada de consciência dessa posição e de terem a capacidade de se organizar contra outra classe.

Portanto, pertencer a uma classe envolve a forma objetiva, em seu sentido economicista, de lugar ocupado no modo de produção, distinto do termo classe social que envolve o pertencimento subjetivo articulado ao grau de consciência de classe. É oportuno destacar que a terminologia classe social só deve ser aplicada quando houver consciência de classe. Seria o processo de catarse, transcendendo as individualidades a uma perspectiva coletiva, de classe “em si” à classe “para si”⁵¹, superando o momento meramente econômico-corporativo pelo momento ético-político e ampliando a dimensão de suas perspectivas de lutas (ALVES, 2009).

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

Marx iria, então, retornar a essa questão do grau de consciência que as classes poderiam ou não ter, ao estudar as lutas de classe na França no período revolucionário de 1848. Sua análise demonstra uma regular mudança do espaço da luta parlamentar-partidária para o espaço da luta de classes sem reducionismos, dado que, assim como a burguesia e o proletariado, Marx passa a localizar naquela conjuntura “os camponeses, os proprietários fundiários, a pequena burguesia, o lumpemproletariado [...] montando um tabuleiro complexo e mutável conforme os embates eram polarizados pelas posições antagônicas das classes sociais fundamentais” (MATTOS, 2007, p. 36).

Nas décadas seguintes, Marx vai continuar se fundamentando nos conceitos de classes sociais e luta de classes ao analisar a realidade e a correlação de forças na Europa. Dessa forma, buscava basear sua intervenção concreta nas lutas de classes que estavam ocorrendo em sua época, dentre as quais envolveu a I Internacional e o Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães (SPD). Assim, avaliava o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores por meio do caráter político, isto é, *de classe* dos movimentos analisados

⁵¹“Em *A Miséria da Filosofia*, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si (MATTOS, 2007, p. 36, grifos do autor).

que envolviam os interesses de todos os trabalhadores contra os interesses da classe dominante (MATTOS, 2007).

Essa perspectiva de algo dinâmico presente no conceito de classe também esteve presente em outros trabalhos de Marx, voltados a estudar a natureza da divisão social capitalista em sua dimensão econômica. Discussão que esteve presente em sua crítica à economia política desenvolvida substancialmente no livro *O Capital*, mas que ficou incompleta quanto a esse conteúdo (MATTOS, 2007). A compreensão é, portanto, de que o conceito de classe, mais precisamente da categoria classe, nas colocações de Marx e Engels, não são concebidos como algo estático, pois são expostos a constantes intervenções dos processos históricos e, muito menos, podem ser restritos aos antagonismos fixados entre capital e trabalho na produção. Pelo contrário, os autores se referem a um produto da realidade social que abrange a totalidade da dinâmica capitalista e os desdobramentos que dela são criados. Seria essa dinâmica inclusive, que dividiria a estrutura da sociedade nas duas classes citadas, em que de um lado, estão os detentores dos meios de produção, a minoria, mais conhecidos como burgueses e no seu oposto, a massa explorada e detentora apenas de sua força de trabalho: o proletariado.

Novas contribuições no interior do debate marxista foram sendo produzidas proporcionando o avanço da discussão conceitual acerca das classes e da luta de classes. Logo, no que tange o século XX, Antônio Gramsci se destaca ao refletir sobre as relações de forças, nos momentos em que se constrói a hegemonia de um grupo social, que compreendido como dominante sobre os grupos dominados, interpretando a questão da consciência de classe sob o âmbito da luta política, em um sentido mais amplo, elucidando-a por meio da construção da dominação hegemônica da burguesia de seu tempo. “O revolucionário italiano procede por distinção entre uma primeira correlação de forças – que ele denomina “social”, mais diretamente vinculada às estruturas – de outra mais propriamente política, portanto consciente e de classe, no sentido de Marx” (MATTOS, 2007, 43).

Os conceitos elaborados por Gramsci sofreram significativa influência da realidade a que este vivenciava, sobretudo, por ser distinta a de Marx e não apenas pelo quesito de sua origem, mas, no que se refere ao período sócio-histórico. Para Duriguetto e Montão (2010), Marx presenciou o capitalismo em sua fase concorrencial, no século XIX, na esfera mais desenvolvida do período na Inglaterra, dedicando-se a estudar as relações de produção da sociedade burguesa. Gramsci, por sua vez, vivenciou o capitalismo monopolista, do século XX, residindo em um país da periferia europeia (a Itália), sendo um período de considerável processo de socialização da política, a qual será alvo de suas discussões. Tal socialização

estava relacionada, significativamente, pelo cenário protagonizado pelos movimentos de massa e a ascensão de sindicatos, partidos políticos, formas organizativas e representativas da época.

As elaborações teóricas de Gramsci foram criadas, em sua maior parte, no cárcere, onde se dedicou a reflexões sobre vários conteúdos referentes ao pensamento político e social que abrangeram uma análise crítica das transformações e conflitos gestados na sociedade de sua época. As inquietações do autor partiram do questionamento acerca do não cumprimento da revolução na Itália, ainda que o contexto objetivamente propiciasse meios para tal e no seu oposto gerou uma onda conservadora (o fascismo).

Sobre o processo de consciência de classe e a luta de classes, Gramsci adverte que o processo revolucionário envolve diretamente a *catarse*, pois “a luta econômica é espontânea, ou seja, nasce inelutavelmente da própria situação em que se encontra o proletário no regime burguês, mas não é em si mesma revolucionária” (GRAMSCI, 2004, p. 293). Dando exemplo da luta sindical, o autor afirma que o espontaneísmo não seria um elemento suficiente para a elevação da consciência a uma perspectiva classista, pois só a vivência ou experiência em uma determinada luta de classe não traz a consciência sobre a luta de classe. Portanto, segundo ele toda revolução envolve primeiramente um trabalho articulado aos interesses de classe, uma transcendência do aspecto meramente econômico-corporativo para o ético-político.

Para que a luta sindical se torne um fator revolucionário, é preciso que o proletariado a faça acompanhar pela luta política, ou seja, que o proletariado tenha consciência de que luta pelo socialismo. O elemento “espontaneidade” não é suficiente para a luta revolucionária: ele jamais leva a classe operária a superar os limites da democracia burguesa existente. É necessário o elemento “consciência”, o elemento “ideológico”, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações sociais em que o operário vive, das tendências fundamentais que operam no sistema dessas relações, do processo de desenvolvimento que a sociedade sofre pela existência em seu seio de antagonismos inelimináveis, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 293-294).

Daí a necessidade dos conceitos do autor como; *intelectuais tradicionais ou orgânicos*. Um possibilitador desse processo, em que o primeiro se trata de uma determinada instituição ou grupo social, mas que não se liga diretamente a uma classe (como as igrejas). E o segundo, sujeitos que se colocam junto a um projeto de classe, tanto da classe trabalhadora⁵², buscando

⁵² Compete uma breve ressalva, pois nesta dissertação quando as relações sociais forem analisadas na sociedade capitalista serão relacionadas com o envelhecimento humano. Além disso, ao buscar compreender a realidade dos sujeitos, mais precisamente, a classe trabalhadora que envelhece, foi feita uma opção pelo uso de uma

meios de estabelecer uma (contra) hegemonia, quanto da classe burguesa, na qual difunde seus valores e buscam a manutenção contínua de seus interesses (sua hegemonia). Sendo que, todos contribuem para a efetivação desse processo ao educar e organizar uma classe (GRAMSCI, 2004).

Assim, uma classe que almeja ser dirigente tem que conquistar os tradicionais, por terem um peso político relevante para a luta e formar seus intelectuais orgânicos. Se junta a eles, o *partido político* enquanto instrumento decisivo na luta pela hegemonia.

O partido pode e deve, em seu conjunto, representar esta consciência superior; de resto, se não fizer isso, não estará à frente das massas, mas em sua retaguarda; não as dirigirá, mas será arrastado por elas. Por isso, o Partido deve assimilar o marxismo [...] a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória (GRAMSCI, 2004, p. 294, 297).

Nessa perspectiva, existem três momentos acerca do processo de formação da consciência. Um primeiro, que envolve a etapa econômico-corporativo, que é restrita ao âmbito das necessidades imediatas. Um segundo, que apresenta a consciência um pouco mais madura, em que os indivíduos apresentam um sentido de cooperação em suas ações, sem que, no entanto, excedam o plano das necessidades imediatas (econômicas). E um terceiro, no qual esse grupo atinge a plena maturidade de sua consciência, frente o alcance da consciência de classe que possibilita a unificação das lutas em prol de fins que superam as determinações econômicas (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010).

A conceituação de Sociedade Civil (GRAMSCI, 2004), também é elemento substancial na análise da consciência de classe e a luta de classes. Segundo Duriguetto e Montão (2010), o autor teria vivenciado uma complexificação das relações de poder e de organização deste, que propiciaram meios da criação de uma nova esfera da realidade social atribuída por ele à sociedade civil.

O Estado em Gramsci (2004) “é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 45). O mesmo será composto, assim, pela *sociedade política*, um conjunto de aparelhos burocráticos e coercitivos do Estado voltados à dominação de uma classe por meio da coerção, que são: as forças militares, judiciárias, administrativas, dentre outros. E a *sociedade civil*, mais conhecida como

categoria para denominar os sujeitos objetos da pesquisa denominando-os como parte da categoria classe trabalhadora, visto que, há um recorte de classe nesse estudo que abrange o fato de que esses indivíduos não deixam de ser trabalhadores durante a sua velhice, mesmo que inativos.

“os aparelhos privados de hegemonia”, nesse espaço “se confrontam os diversos projetos de sociedade (o que lhe permite visualizar a ampliação estatal), percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal” (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 45).

Esse espaço seria o local onde ocorrem as adesões voluntárias a organismos sociais que apresentam interesses diversos da classe que o compõe, bem como é o espaço onde ocorrem as lutas de interesses das classes a fim da manutenção ou obtenção da hegemonia por meio da direção política, intelectual, moral e ideológica sobre a sociedade. São compostas por organizações como: as igrejas, os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, as associações, os parlamentos, os meios de comunicação, dentre outros. A sociedade civil seria, assim, um elemento mediador entre as relações de produção e a organização do Estado, promovendo dessa forma o convencimento. Contudo, Gramsci (2004) não elimina os antagonismos e conflitos presentes nestes processos de convencimento e o consenso entre aqueles que dominam, é a busca por manter sua ideologia dominante e os dominados, que não sendo passivos a essa situação, organizam-se em oposição a ela. Gramsci seria um dos exemplos da tradição crítica do materialismo histórico e de como no transcorrer do século XX “novas contribuições deste campo fizeram avançar o debate conceitual sobre classes e luta de classes” (MATTOS, 2007, p. 43).

Ao elucidar sobre as contribuições dos historiadores para o debate do conceito de classe social, Mattos (2007) cita as colocações de Edward Thompson no prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*⁵³ que apresentaria definição de classe dando ênfase na dimensão cultural. Por conseguinte, essa categoria deve ser compreendida como uma relação histórica, de formação sociocultural e não uma coisa. Segundo Mattos (2007), Thompson buscou articular, ainda que em uma análise de um contexto histórico específico, “a relação entre as determinações materiais da experiência de classe com os elementos culturais [...] envolvidos no processo de articulação de identidades constituintes da consciência de classe” (MATTOS, 2007, p. 45).

De acordo com Thompson (2011), classe seria um fenômeno histórico, construída no cotidiano, em que a sua conformação acontece através de um processo entre as relações humanas e os desdobramentos históricos. As contribuições do autor geraram grande debate, uma vez que, nem ele reconhece a classe como uma estrutura ou categoria estática, mas como algo que acontece. Mais precisamente, segundo seus conceitos, as relações de produção

⁵³Conforme indicação bibliográfica.

determinam, de certa forma, o pertencimento a uma classe, mas, o mesmo também, é possibilitado pelas experiências que o sujeito vivencia no dia-a-dia.

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura (THOMPSON, 2011, p. 9-10, grifo do autor).

Na publicação “*Revolution again! Or shut your ears and run*” encontra-se boa parte, se não toda a discussão de Thompson sobre classe, enquanto um processo e relação, e não uma categoria estática que define a si mesma tanto quanto é definida, em que a consciência se constrói quando se identifica interesses comuns e opostos aos de outra classe. (MATTOS, 2014). Assim, como que as relações de produção em que os homens nascem, ou entraram contra sua vontade, devem ser compreendidas como uma experiência de classe, a consciência de classe abrange a forma como essas experiências são consideradas em relação a manifestações culturais. Como Thompson afirma:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2011, p. 10).

Quanto ao conceito de experiência, as análises de Thompson buscavam uma associação entre o modo de produção e a consciência, dedicando seus esforços a discutir o cerne da consciência, da mesma maneira que seus condicionantes e constituintes sob os aspectos culturais e valores morais. “Manifestando, portanto, como princípio de análise a conexão entre as relações de produção e a consciência de classe, através da mediação da experiência” (MATTOS, 2007, p. 46). Compete destacar que, experiência estaria ausente nas teses em que a teoria declarada como “marxista” aproximava-se do idealismo e do determinismo. “Por isso, tais teses seriam incapazes de apreender de que forma os homens

“fazem sua própria história”, embora em condições que não são por eles escolhidas” (MATTOS, 2007, p. 46).

De acordo com Thompson (2011), a consciência de classe envolveria, assim, as experiências “vivida” e “percebida”, em que a primeira remete a realidade cotidiana da classe (interesses comuns entre as diversas categorias) e a segunda, seria aquela em que o indivíduo se identificaria no outro, se unindo em prol de interesses comuns (identificação da oposição de interesses contra outra classe). “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 2011, p. 12). Mas o autor adverte que:

Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. [...] a classe é uma relação, e não uma coisa [...] “Ela” não existe, nem para ter interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste (THOMPSON, 2011, p. 10-11, grifo do autor).

Definitivamente, Thompson buscou resgatar a questão da determinação, afirmando que existe uma concomitância entre a manifestação das relações produtivas específicas em todos os sistemas e extensões da vida social. Originando-se da confirmação marxiana elementar da determinação da consciência social pelo ser social, ele a reposiciona em formas definidas, contestando a associação habitual entre “ser social” e “econômico” ou “base”, restabelecendo o significado do conceito de modo de produção, em que suas relações de produção e seus distintos correspondentes devem ser apreendidos como um todo (MATTOS, 2007). Assim, o conceito de classe social pode ser entendido enquanto a unidade de sujeitos que identifique interesses comuns, entre as mais variadas categorias profissionais. Sendo a luta de classes uma organização de cada classe em oposição aos interesses de outra classe, que lutam entre si em favor dos próprios interesses.

Logo, no que tange essa organização, ou seja, *classe para si*, Duriguetto e Montão (2010) irão destacar a dimensão da vida cotidiana, em razão dela possibilitar certo tipo de consciência, perpassada por elementos que vão, desde as formas de inserção, até a compreensão da realidade, tendo esta última como elemento determinante dessa consciência por estar ligada diretamente a vida dos sujeitos. Assim, como afirma Antunes (1996 *apud* DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 99) “é impossível compreender a questão da

consciência de classe [...] se não se considerar que trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel”.

De tal modo, para Duriguetto e Montão (2010) a consciência de classe está atrelada às lutas de classes sendo percebida, enquanto instrumento reivindicativo dos trabalhadores, como condição para que reivindicações pontuais atinjam o âmbito de projeto revolucionário.

Diferentemente do “senso-comum” e da “consciência-em-si”, procura-se e compreender as causas dos fenômenos, numa visão de totalidade. Os interesses imediatos e individuais, ou até de grupos, cedem espaço aos interesses de classes (...) Para Marx, o conhecimento crítico da realidade, que se pretenda orientado para a transformação social deve ser radical, ir às raízes, desvendando os fundamentos do MPC (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 110-111).

No âmbito deste trabalho, portanto, a utilização das categorias vida cotidiana e cotidiano não foi feita de maneira indiscriminada, pelo contrário. O trabalho tem como pressuposto o pensamento em Heller (1985) que afirma que o cotidiano seria a “vida de todos os dias”, além das formas de se pensar as condutas morais, determinismos éticos, a consciência relacionada à arte, religião e ciência que perpassam o domínio não-cotidiano, referindo-se a elementos primordiais na concepção da *vida do homem inteiro*.

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloque em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e respectivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 1985, p. 17-18, Grifos da autora).

Como é definido direta e ricamente pela autora, a vida cotidiana é a que os homens se apresentam de forma particular e ao mesmo tempo genérica, sendo dividida em duas naturezas de atividades tidas por cotidianas e as não-cotidianas. Dessa forma, a primeira estaria relacionada as questões objetivas, e a segunda “subjetivas”, numa lógica a qual ambas estariam condicionadas ao que ela denominou de vida do homem inteiro.

Compreendendo sob outro aspecto, basta saber que para Heller (1985) a formação dos homens tem seu início nos domínios da vida cotidiana, uma vez que, eles se inserem na realidade que precede a sua existência tendo que se adequar a costumes, normas, modos de

convivência, à utilização das coisas, objetos, “*sinônimo da assimilação das relações sociais*” (HELLER, 1985, p. 19). Assimilação essa que abarca desde os atos naturais e necessários, como nos alimentar, até as ações impostas por essa realidade, como o uso de garfo e faca durante as refeições.

Assim, Heller (1985) teria abordado que as atividades tidas por cotidianas são relacionadas à existência desses homens, bem como estão direcionadas à satisfação de suas necessidades imediatas; ao passo que as não-cotidianas seriam as atividades ligadas a reprodução das relações sociais, que envolvem ações genéricas. Sendo essas últimas voltadas a objetivações que transcendam a cotidianidade, o que possibilita a passagem, de certa forma restrita, da particularidade para o humano-genérico, resultando em um processo crítico permeado de várias etapas das atividades não-cotidianas.

As determinações da vida cotidiana vão influenciar na leitura e interpretação dos sujeitos, levando-os a ter suas percepções direcionadas a perspectiva da singularidade, enquanto indivíduos únicos restritos a uma percepção sob o prisma humano-genérico. Destacando ainda que a formação dos sujeitos teria como partida a vida cotidiana, em que por meio dela torna-se possível apreender as relações e os vínculos entre o âmbito econômico-social e a vida social (HELLER, 1985).

Esse pensamento se coaduna com o que Marx (2008) afirmou acerca dessas relações, em que expressam determinado modo de vida que estão presentes na forma de se viver e trabalhar na sociedade capitalista. Assim, acerca dos processos emancipatórios da classe trabalhadora, que envolve a formação de sua consciência, a reflexão deve ser relativa ao fato de que os sujeitos sociais são perpassados pela reprodução dessas relações sociais, ou seja, elas determinam toda a estrutura da sociedade. Portanto, o modo de produção material configura as demais esferas da vida em sociedade, sob a perspectiva de totalidade, nos âmbitos social, político e intelectual. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

A formação da consciência é estabelecida pelos fundamentos e desdobramentos do modo de produção capitalista dentre os quais se encontram as contradições e antagonismos entre as classes que geram impedimentos práticos e intelectuais a essa formação (MARX, 2008). Analisar, assim, esses obstáculos práticos e intelectuais às lutas emancipatórias é o que direciona a reflexão acerca dos determinantes da vida social, através da materialidade que a fundamenta e que acarreta nos processos de alienação; aumentando a necessidade de entendimento acerca da discussão de Marx sobre o conceito de alienação (RANIERI, 2006).

De tal modo, existem na vida cotidiana processos de alienação que por ela são nutridos e se tornam empecilhos ao processo de consciência de classe, ou seja, aos que são voltados a uma apreensão da realidade no seu aspecto crítico e direcionados à transformação do instituído. Apresenta-se, assim, o outro lado da vida cotidiana em que tais processos de alienação se estabelecem conformando o conjunto das relações sociais de produção. Esses impactos incidem sobre a consciência de classe e tornam sua constituição cada vez mais complexa, cujo determinantes vivenciados pelos sujeitos em seu cotidiano laboral, como foi a inclinação dessa pesquisa, a aproxima junto aos empecilhos impostos a organização da própria classe.

Resgatando o preconizado por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), sobre estudo da ordem do capital, compreendemos que a alienação é uma das categorias primordiais no que se refere à análise das relações sociais de produção. O livro demonstrou, inclusive, a ligação entre trabalho e alienação na sociedade capitalista, em que aquele se torna alienado. Ainda sobre essa alienação, ao ser inserida no processo produtivo, causando desdobramentos que vão desde a esfera produtiva as relações sociais, como um todo, fato que incide concretamente sobre a formação da consciência das classes.

Portanto, o trabalho na sociedade capitalista é apropriado de tal maneira que se torna a essência da alienação. Isso porque, buscando meios de manter o desenvolvimento do sistema capitalista, a classe burguesa volta-se constantemente para práticas organizativas que moldam aos seus interesses as esferas produtivas, suas relações e todas as demais relações sociais que se encontram presente na sociedade (MARX, 2004).

Para Antunes (1999), na sociedade capitalista o trabalho tido por fonte criadora e criativa, fonte onde ocorre a realização do ser social, perde o seu sentido e assume outras determinações, dado que nesta sociedade ele fica restringido a mero meio de subsistência. Conseqüentemente, no capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no processo de trabalho, pelo contrário desgasta-se, “não se reconhece, mas se nega” (ANTUNES, 1999, p. 125). Compreendendo assim, o trabalho como uma atividade compulsória e forçada, da qual se visa apenas obter um meio que satisfaça suas necessidades fora dele.

Cabe destacar que, a partir do momento que se tem essa produção e os produtos passam a ser apropriados por outra classe que não aquela que o produziu, tem-se o estranhamento⁵⁴. Assim, no que se refere ao trabalhador, além do estranhamento do produto

⁵⁴«Temos que, já de início, sublinhar que, na obra de Marx, diferentemente da forma trabalhada e consagrada pela bibliografia que tratou do tema, existe uma distinção entre alienação (Entäußerung) e estranhamento (Entfremdung): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o

do seu trabalho, fundamento do trabalho alienado, concebido através da propriedade privada, também lhe é estranhado o ato produtivo, não possuindo o controle dessa atividade, que deixa de ser algo ontológico para torna-se um ato puramente mecânico. De tal modo, através desse trâmite conflituoso, entre apropriação e expropriação, se estabelece nada mais do que aquela divisão entre os proprietários do meio de produção e os despossuídos deste meio.

Contudo, alienação e estranhamento devem ser analisados cuidadosamente, visto que, o primeiro fenômeno cria o segundo e influencia na relação do homem com a natureza, e dos homens consigo mesmo e com os outros homens. A superação da alienação pressupõe, antes, a superação do modo alienado como é realizado o trabalho na sociedade capitalista. Nas colocações de Ranieri (2006) é possível compreender melhor essa distinção entre alienação e estranhamento na obra de Marx:

Em outras palavras, pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação de trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento (RANIERI, 2006, p.1, grifos do autor).

Na sociedade contemporânea a conseqüente alienação da relação social estabelecida entre os próprios homens, assume a forma de uma relação entre coisas, pois não há a percepção dos fundamentos do modo de produção. Assim, conseqüentemente, a engendrada sociedade capitalista direciona para a esfera social os mesmos determinantes fetichizados da esfera produtiva (no que era relação entre homens, torna-se relação entre coisas), transformando, assim, as relações entre os homens, ou seja, os indivíduos e a comunidade agora estão coisificados.

Estas formas contemporâneas que apresentam o ato laborativo (trabalho) possibilita desvendar, em uma perspectiva crítica, os elementos que incidem e dificultam a formação da classe trabalhadora em “*classe para si*”, uma vez que, estamos diante das transformações que afetam diretamente a vida dos trabalhadores incidindo, não somente, sobre a esfera produtiva, mas também, e, expressivamente, na esfera da reprodução material e social dos indivíduos.

autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem” (RANIERI, 2006, p. 1).

Cabe, ainda, destacar que a construção de uma alternativa de superação da alienação está intrinsicamente ligada à superação do trabalho, em sua face alienada, mantida pelo modo de produção capitalista, ou seja, para superar a alienação deve-se superar, necessariamente, esse modo de produção.

Para tanto, algumas análises da sociedade contemporânea vêm defendendo determinado distanciamento e depreciação quanto aos conceitos de classe social e sua correlacionada luta de classes, em um procedimento tomado ao ponto de questionar sua legalidade analítica para a compreensão de tal sociedade e até mesmo sua inadequação frente a qualquer estudo de uma realidade histórico social (MATTOS, 2007). Contudo, no caso reverso, há uma significativa relevância de ambos os conceitos quanto à apreensão da realidade social, seja a passada ou a atual, visto que estamos diante da velha divisão social entre os explorados e os exploradores, em que a nova diversidade da classe trabalhadora deve ser compreendida nos marcos da luta de classes (MATTOS, 2007).

No fundo, por mais sofisticados que tais analistas se proclamem e por mais distante que a maioria pretenda se colocar do marxismo chamado ortodoxo, seus pressupostos de análise são os mesmos que derivam mecanicamente das determinações estruturais (mudanças econômico-tecnológicas), o comportamento social dos grupos sociais. Trata-se aqui do economicismo [...] Por isso recorreremos à afirmação da dimensão ampliada da reprodução do capital, que gera um desenho das classes sociais e de seus conflitos muito mais amplo do que simplesmente o originado nos locais de trabalho (MATTOS, 2007, p. 53)

Desconsiderar a categoria classe social compete ao mesmo que “*renunciar a uma episteme crítico-transformadora*” (ALVES, 2009, p. 95, grifos do autor), uma vez que na perspectiva marxiana tal categoria é algo moderno, atrelado à mudança histórica e sua transformação social. Considerando para isso que a classe do proletariado é o ser social a quem compete a tramitação da revolução socialista, indo de encontro aos preceitos capitalistas.

A utilização da expressão *classe-que-vive-do-trabalho* busca, assim, afinar o conceito marxiano de classe trabalhadora aos contextos da realidade atual. A partir da sua reestruturação produtiva adquiriu-se novos sentidos complexos e diversificados, que passaram a abarcar, de forma ampliada, todos aqueles que necessitam de vender sua força de trabalho, sendo agregado, por meio da condição de assalariado, sejam eles considerados “produtivos” ou não. (ANTUNES, 2005; MATTOS, 2007)

A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, que utilizamos nesta pesquisa, tem como primeiro objetivo conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Quando tantas formulações vêm afirmando a *perda da validade* analítica da noção de classe, nossa designação pretende *ênfatizar o sentido atual da classe trabalhadora*, sua *forma de ser*. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreende sua *efetividade* sua *processualidade e concretude* (ANTUNES, 2005, p. 101, grifos do autor).

Uma análise da sociedade atual perpassa, necessariamente, questões quanto as formas limitadas de apreender uma realidade tão complexa como a sociedade capitalista. Isto se deve, principalmente, no que tange as classificações do que seja categoria, classes e classe social, tratadas como unívocas. A primeira pode ser compreendida como a classificação das profissões, a segunda seria a unificação das categorias, mediante a posição ocupada no processo produtivo e, por último, o pertencimento de classe, forma consciente e crítica de compreender a sociedade, reconhecendo-se como trabalhador, bem como identificando em outras categorias os demais trabalhadores.

Essa é a compreensão, portanto, da importância analítica da divisão social em classes no período atual, no qual o capital intensifica sua face manipulatória sobre a classe trabalhadora, que devido às mudanças⁵⁵ apresentam-se mais complexificada, heterogeneizada e fragmentada. Fatores que vão se apresentar enquanto influência direta e constante sobre os âmbitos da produção e reprodução social dessa classe e, sobretudo, no processo de formação de sua consciência “*em si*” à classe “*para si*” (ANTUNES, 2005).

Compete uma breve ressalva, por entender, nesta dissertação, que ao ser analisado as relações sociais na sociedade capitalista, é feita uma reflexão acerca do envelhecimento humano, principalmente ao buscar compreender a realidade dos sujeitos, mais precisamente: a classe trabalhadora que envelhece. Dessa forma, como no item 1.1 optou-se pelo uso de uma categoria para denominar os sujeitos, também, assim, foi feito nesse item com o uso da categoria classe trabalhadora, pois há um recorte de classe nesse estudo que abrange o fato de que esses indivíduos não deixam de ser trabalhadores durante a sua velhice, mesmo que inativos.

Dessa forma, procurou-se elucidar o que se compreende sobre a categoria classe social e sob quais embasamentos foram utilizados para realizar o recorte deste estudo, do mesmo modo que foi feita a (re)construção teórica da categoria velhice e do processo de

⁵⁵ Essas mudanças serão exploradas mais aprofundadamente nos próximos itens do trabalho.

envelhecimento. O entendimento, portanto, de que o processo de formação da consciência de classe tem sua gênese nas relações sociais e no modo de produção capitalista, os quais são envolvidos por um processo dialético e contraditório que vão determinar concretamente a vida dos sujeitos, internalizando em si os valores e concepção de mundo que tendem a ocultar as bases desse sistema firmada na relação entre explorados e exploradores.

2.2. A Velhice do trabalhador: o processo de envelhecimento dos trabalhadores delimitado pela condição de classe.

Os Homens fazem sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.

(MARX, 1999, p. 42)

A velhice deve ser compreendida como uma etapa pertencente a um processo que é construído socialmente e sobrevém a todos os indivíduos, independente da classe social a que pertença. Contudo, é necessário compreender que para os aqueles da classe trabalhadora esta etapa se apresenta com visíveis desigualdades sociais, expostas durante toda sua vida. Por isso mesmo, não é possível analisar este processo dissociado da dinâmica do sistema capitalista e de suas consequências para o cotidiano do trabalhador.

Ao analisarmos as condições materiais de produção e reprodução social da velhice do trabalhador nos deparamos com as particularidades que tornam essa categoria um processo singular, vivenciado distintamente por cada indivíduo e como é um dos focos deste estudo, de acordo com o pertencimento a uma classe social. Assim, a problemática do envelhecimento, enquanto cenário de significativas precarizações e contradições, perpassadas ao longo de uma vida toma novos contornos quando analisada através da condição de classe.

Ser velho corresponde a “uma situação vivida em parte, homoganeamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração” (MOTTA, 1999, p. 191). As categorias gênero e classe social constituem as expectativas e estruturam a ação social, o que as tornam elementos fundamentais na interpretação das trajetórias de vida trilhadas socialmente por homens e mulheres. A vida social, assim, é perpassada por conjuntos de relações, que articuladas dinamicamente, lhe

conferem significado, em que os mais determinantes desses conjuntos de relações seriam as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. (MOTTA, 1999). Todavia, mesmo que cada um desses conjuntos represente uma dimensão básica da vida social, nenhum deles consegue abranger sua complexidade se for analisado isoladamente, principalmente por serem “co-extensivos, isto é, recobrem-se parcialmente uma à outra” (MOTTA, 1999, p. 193).

Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes (MOTTA, 1999, p. 193).

Essas categorias relacionais são decisivas e analiticamente fundamentais, e são abarcadas dentro do escopo biossocial, em que o sexo, a idade e a cor estão presentes na cultura e no corpo como gênero, geração e etnia. “Somente a classe, categoria social sobre determinante, refere-se apenas ao social, mas não deixa de ser um coletivo – teórico, político e da prática – que se corporifica em homens e mulheres de diferentes idades e raças” (MOTTA, 1999, p. 193).

Para analisar a condição socioeconômica atual do velho trabalhador não pode deixar de considerar que a categoria classe é um elemento de grande teor analítico, por fazer parte da dimensão estruturante da vida desses sujeitos, constituindo-a e conferindo-lhe sentidos específicos (MOTTA, 1999). A análise da velhice sob essa perspectiva conduz a um sentido de que a condição de classe, é o fator central na exposição da problemática do envelhecimento. Para uma sociedade em que o trabalho envolve desdobramentos socioeconômicos e o pertencimento a uma classe, interfere e cria distinções no processo de envelhecimento dos indivíduos (TEIXEIRA, 2009).

Exemplo disso seria o fato de que a forma como é exercido esse trabalho (ocupações no sistema produtivo) pode gerar no trabalhador o adiantamento do processo de depreciação natural da sua capacidade laboral, bem como condená-lo a uma desvalorização social, por não estar inserido no mercado de trabalho; essas condições acabam por, alienar e sujeitar toda a classe trabalhadora aos ditames do sistema produtivo. A classe, por sua vez, é reduzida, “a um objeto destituído de qualidades e necessidades, principalmente, quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas” (TEIXEIRA, 2009, p. 64)

Assim, é possível perceber uma explícita ligação entre a forma como se vivencia a velhice e o lugar ocupado no processo produtivo, bem como que as relações sociais a ele subjacentes. Por isso, analisar o processo de envelhecimento do trabalhador no contexto atual auxilia na desmistificação e revelação da abordagem superficial que é empreendida ao tratar dessa temática que busca acobertá-la não somente de suas respectivas desigualdades, mas do drama do envelhecimento para os trabalhadores (BENEDITO, 2009).

Fala-se em drama, pois é a classe trabalhadora “a protagonista da tragédia no envelhecimento⁵⁶” (TEIXEIRA, 2008, p. 33), dado que são indivíduos impossibilitados de ter uma reprodução social repleta de condições e acessos na ordem do capital, sobretudo, quando são descartados por essa ordem. De tal modo que, “não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais” (TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

Percebe-se esse hiato quando um grupo pequeno e um grupo “intermediário” de idosos tem condições materiais e acesso a meios de prolongar a vida de forma saudável, gozando de tempo livre e, com isso, reorienta as referências do envelhecer. Em outra direção, na classe trabalhadora, parte significativa de suas frações depende diretamente dos serviços sociais ofertados pelo Estado, com demandas ignoradas, sendo obrigados a se reinserir ou se manter no mercado de trabalho ainda que na velhice, sob condições insalubres, informais, mas de grande necessidade devido à carência dos seus recursos (TEIXEIRA, 2007, p. 1-2).

Dessa forma existem duas classes fundamentais de velhos, sendo uma composta de trabalhadores que vendem e/ou venderam sua força de trabalho em troca de salário, e outra

⁵⁶ Haddad (1986, p. 42) foi a propulsora desta expressão ao se referir sobre a questão da velhice do trabalhador. A autora considerou que a classe trabalhadora seria a protagonista da “*tragédia do fim da vida*” perpassada pelos representantes dessa classe devido às condições de exploração a que foram submetidos durante suas vidas. Vide referência bibliográfica.

com velhos pertencentes aos chamados burgueses, os detentores da propriedade privada dos meios de produção. Assim, essa distinção dos indivíduos pelo recorte de classes sociais, seria um dos “elementos capazes de revelar a heterogeneidade das experiências, em grupos definidos através de categorias homogeneizadoras, como é o caso da velhice” (DEBERT, 1999, p. 88).

Por conseguinte, os velhos trabalhadores aposentados são aqueles que, por não deterem a riqueza socialmente produzida, vêm lutando pela sobrevivência de cada dia, junto com seus familiares empobrecidos. Além disso, também enfrentam o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, sendo arrebatados pelos ditames do capital. Situações que impedem que essas pessoas promovam os cuidados e o sustento dos membros de sua família, submetendo o velho “à pobreza, à dependência dos recursos públicos e privados, ao abandono, às doenças, etc.” (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

O que ocorre é um duplo e articulado processo no que se refere a problemática social do envelhecimento do trabalhador. De um lado, envolve os determinantes materiais que impossibilitam a sua reprodução social sem o auxílio de familiares e da sociedade, levando em conta a expropriação dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. E de outro, os determinantes de natureza cultural que são originados das ideologias dominantes, que atribuem a esses indivíduos estereótipos que os desvalorizam, principalmente quando perdem a rentabilidade para o capital (TEIXEIRA, 2007).

Na periferia do sistema capitalista essas condições objetivas são exponenciadas e agravadas. A superexploração do trabalho, com a combinação de formas de mais-valia absoluta e relativa, com as discrepâncias entre os rendimentos do trabalho e do capital, aliada à debilidade estrutural organizativa dos trabalhadores, têm implicações na problemática do envelhecimento do trabalhador, porque este é obrigado a um dispêndio de força superior ao que deveria empregar normalmente, provocando assim, seu esgotamento prematuro acelerado com a intensificação do trabalho e com sua remuneração abaixo do valor ou não compatível com os rendimentos de produtividade que promovem seu empobrecimento (relativo ou absoluto) dificultando sua capacidade contributiva para a previdência social (TEIXEIRA, 2007, p. 4).

O envelhecimento não se constitui, então, em uma problemática social devido a fatores de ordem física, fisiológica ou biológica. E, por isso, não pode ser entendido como uma condição que atinge a todos de forma unívoca e independente da dinâmica capitalista. Em sua outra face, o envelhecimento é percebido enquanto problemática social, sobretudo, para as classes trabalhadoras que são detentoras apenas de sua força de trabalho e destituídas até

mesmo do controle de seu tempo de vida. Observa-se, assim, determinações impostas pela sociedade capitalista que projeta desigualdades, vulnerabilidades, desvalorizações e degradações sociais, principalmente com o avançar da idade e o desgaste da força de trabalho (TEIXEIRA, 2007).

O envelhecimento do trabalhador é, em sua gênese, uma expressão da questão social⁵⁷. Tal fato confere centralidade à problemática do envelhecimento do trabalhador que procede do movimento real, em que a classe trabalhadora torna-se protagonista da tragédia⁵⁸ do envelhecimento devido à impossibilidade de uma vida plena e de sentido na ordem do capital (TEIXEIRA, 2009).

Tal perspectiva leva-nos a priorizar a condição de classe como elemento central no detalhamento da *problemática social* do envelhecimento, sob a prevalência de um tipo de sociedade regida pelo trabalho abstrato que condena o trabalhador, não só a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, por exclusões pelo critério de idade, pela desvalorização social, pela pobreza, mas também, antes de tudo, condena-o a uma depreciação social que atinge toda essa classe, alienada e submetida às forças cegas da produção, sendo reduzida a *força material de produção* a um objeto destituído de qualidades e necessidades, principalmente, quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas (TEIXEIRA, 2009, p. 64, grifos da autora).

Essa abordagem do envelhecimento do trabalhador envolve os determinantes que a constitui como problemática social na ordem do capital, a partir dos quais padece, não somente o velho trabalhador, mas toda classe trabalhadora, agora reduzida à coisa material. De tal modo, são vulnerabilidades sociais que atingem a massa de trabalhadores, especialmente, àqueles que perderam o valor de uso para o capital em virtude da sua retirada do mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2009).

Atualmente os países, de forma geral, enfrentam um fenômeno demográfico com o aumento da população envelhecida. Porém, essa maior longevidade não vem acompanhada de condições dignas para o envelhecimento da classe trabalhadora. Além disso, esse contexto

⁵⁷ A categoria questão social se constituiu, no eixo articulador, de todas as expressões dessa problemática social do envelhecimento do trabalhador que demanda formas de respostas do Estado e da sociedade. Essa perspectiva de análise implica desvendamento, tanto das condições materiais (estruturais e de classe), sob a lógica do capital que engendram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social e outras manifestações da questão social, ou seja, a ditadura do trabalho morto sob a forma de capital (comercial, industrial, financeiro) e a regência do trabalho assalariado, aviltante e alienado, tanto como fonte de valor e de degradação social quanto na reconstituição das lutas sociais qual um dos elementos constituintes da questão social, da capacidade de resistência dos trabalhadores, de lutas que problematizam necessidades sociais, ou a não satisfação delas, por atingirem um coletivo e serem efeitos de estruturas geradoras de desigualdades sociais e de acesso restrito a bens e a serviços (TEIXEIRA, 2009, p. 65).

⁵⁸ Como afirmou Haddad (1986).

apresenta-se por um retrocesso social devido à ofensiva aplicada pelo capital sobre a produção. E, no âmbito ideopolítico, em que se sobressaem as ações contra a dimensão pública, além dos modos de enfrentamento das expressões da questão social. Realidade na qual, os determinantes da realidade social do envelhecimento dos trabalhadores, continuam sendo reproduzidos, só que agora de forma ampliada e por meio das novas formas de exploração, precariedade no trabalho e a desconstrução do que era compreendido como proteção social (TEIXEIRA, 2009).

Existem indicadores sociais de que esse trabalhador permanece respondendo aos efeitos do modo de produção capitalista, resultando na sua manutenção ou reingresso no mercado de trabalho, mesmo após sua aposentadoria. Dentre as motivações de ordem socioeconômicas há: a queda dos rendimentos de suas aposentadorias e pensões, a escolaridade, o sexo e a idade que são ligados diretamente às condições das ocupações e ao valor final dos salários, os dispendiosos e diversos gastos provenientes da idade avançada que envolve, sobretudo, serviços ligados à saúde, o aumento das despesas devido a permanência e/ou retorno dos filhos a casa dos pais e a presença de parentes e/ou agregados na família. Além do papel exercido pelo velho trabalhador na estrutura familiar, correlacionado a busca constante pela obtenção do seu sustento e o de sua família, muitos deles exercem o papel de pessoa de referência econômica na família fazendo com que sua renda seja redistribuída entre seus familiares.

Logo, por não terem condições de se manter, seja por desemprego ou insuficiência nos rendimentos, pelo adiamento da saída da casa ou até mesmo o retorno a elas, faz com que os parentes (filhos, netos, agregados) estejam recorrendo cada vez mais ao suporte dos velhos trabalhadores e, quando esses últimos não conseguem manter suas famílias com sua renda (aposentadoria, pensão ou benefício) buscam meios de manter-se ou reingressarem no mercado de trabalho. “Os filhos passam, assim, a dependentes dos pais mais velhos. As famílias com idosos estão em melhores condições econômicas, o que significa que são menos pobres relativamente” (BARROS, 2006, p. 125).

De acordo com Camarano (*et al* 2004) as mudanças ocorridas no perfil das famílias e o crescimento das trocas intergeracionais estão ligadas ao cenário de desemprego estrutural devido à crise instalada no mercado de trabalho e sua expressiva competitividade, que assola os trabalhadores e os mina de possibilidades, levando-os a buscar suportes através dos rendimentos de seus familiares. E, nos domicílios em que residem pessoas envelhecidas, essas trocas e a direção dos apoios/contribuições vão dos mais velhos para os mais jovens, mesmo em famílias que não residem na mesma casa.

Camarano e Fernandes (2014) afirmam que no período de 1980 a 2010 o total dos rendimentos, composto pela renda de cada membro da família, demonstrou que a maior parte das contribuições vinha do “chefe”⁵⁹, independentemente do sexo. Contudo, nos anos estudados, essas contribuições diminuíram de (73%) para (58,6%), respectivamente, sendo que essa redução foi maior nas famílias chefiadas por homens. Em contrapartida, ocorreu o aumento dos rendimentos dos cônjuges femininos, ratificando a importância da renda das mulheres no orçamento familiar. Além disso, destacam-se, também, a redução das contribuições dos filhos nas famílias chefiadas por essas mulheres. Sobre a representatividade das famílias chefiadas por mulheres

Dependendo da classe social e dos arranjos familiares, ser velha pode significar viver em pobreza, ou até na miséria, mesmo para aquelas originalmente de classe média, por tratar-se de uma geração de escassa participação no mercado de trabalho e, portanto, com poucos recursos pessoais de sobrevivência. Pode significar também, falta de companheiro ou solidão mais frequentes devido ao maior número de viúvas, ao crescente número de separadas, ou de solteiras com filhos, mulheres chefiando famílias que nunca se constituíram “completas”. Ao mesmo tempo, não raro são arrimos de família dos filhos adultos (MOTTA, 1999, p. 210).

A permanência no sistema produtivo desses trabalhadores envelhecidos não seria algo surpreendente, uma vez que, devido as escassas condições de sobrevivência em que se encontram, e a perda de sua utilidade para o capital, vão sendo pressionados a tentar se manter ou se reinserir no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2007). Somado a isso, pode-se destacar as situações de preconceito enfrentadas pelos velhos trabalhadores por meio dos critérios de seletividade ministrados pelo capital, dentre as quais se encontram a lógica estereotipada do “jovem produtivo” em detrimento do “velho improdutivo”, bem como a possibilidade de remunerar dois profissionais, ainda que sem experiência, no lugar de um veterano.

Entre as dificuldades apresentam-se o preconceito com relação ao trabalho exercido por esses sujeitos, que “embora tenham mais experiência profissional que os mais jovens, têm mais dificuldades de acompanhar as mudanças tecnológicas, as taxas de absenteísmo no trabalho são mais elevadas devido a morbididades, tem menos força física etc.” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 399).

Desse modo, os velhos trabalhadores vão sendo substituídos e, assim como muitos da classe trabalhadora, passam a ser condenados a meios de trabalhos informais e limitados a condição de sobrevivência. Realidade confirmada pelas estatísticas da Pesquisa Nacional por

⁵⁹ No âmbito deste trabalho, chefe é a pessoa de referência na família.

Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, já que, os dados demonstraram que a proporção de pessoas de 60 anos ou mais ocupadas, na semana de referência, em trabalhos informais era de: (69%) do total de ocupados desse grupo de idade, sendo de (66%) para homens e (74,1%) para as mulheres.

Em síntese, os dados do PNADs mostram um grande contingente de trabalhadores idosos em estado de pobreza, dependente dos recursos públicos para a própria reprodução e de sua família, ainda inseridos em atividades produtivas, em que o trabalho é contínuo no ciclo da vida, não podendo ser interrompido, dada a pobreza da família, com baixos rendimentos, mesmo trabalhando, chefiando suas famílias, com maior incidência de analfabetismo funcional e de problemas de saúde. Essas são as condições que peculiariza o envelhecimento dos trabalhadores (principalmente, os mais pobres), no Brasil (TEIXEIRA, 2007, p. 9).

Sob outro aspecto, a posse de um benefício previdenciário não fundamenta necessariamente a saída do mercado de trabalho, dado que a legislação brasileira possibilita o retorno ou a manutenção do trabalhador na atividade econômica sem que o mesmo receba alguma penalidade. Apesar dessa abertura que a legislação brasileira possui, o índice de participação nas atividades econômicas dos homens de 50 anos ou mais tem apresentado uma queda significativa, demonstrando, inclusive, uma saída mais cedo dessas atividades, sem necessariamente uma correspondente entrada na aposentadoria⁶⁰. Em seguida, sobre a participação das mulheres de 50 anos ou mais nessas atividades, em que foi verificado um aumento no período de 1982 a 2008, e a sua diminuição entre 2008 e 2012 (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b)

Ao realizar tal análise, as autoras afirmam que essas reduções das taxas de participação dos velhos, envolvem outras motivações além da idade e das condições de saúde, na decisão de sair. Isso porque, a quantidade de indivíduos no domicílio teria um peso considerável para a permanência dos homens e seria insignificante para as mulheres. Assim, os estudos da realidade brasileira apontam que a renda do trabalho tem uma influência determinante na permanência no mercado de trabalho para os homens aposentados, pois embora a condição de chefe de domicílio afete ambos os sexos, é o homem, como cônjuge ou companheiro, que se deixa influenciar mais (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b).

⁶⁰ “O que se observa entre os homens brasileiros não é apenas uma aposentadoria precoce, mas também uma parcela crescente deles que deixa o mercado sem se aposentar. Pergunta-se se esses homens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estão aposentados por falta de um histórico de contribuições e/ou estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhe a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho e/ou se aposentarem” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 397).

Já os padrões de saída bem como o de mortalidade são bastante diferentes. Embora vivam mais que os homens, as mulheres saem da atividade econômica e se aposentam mais cedo que eles [...] Isso, porque as saídas são explicadas, também, pela nupcialidade e pela fecundidade e não apenas pela legislação previdenciária e/ou alguma incapacidade para o trabalho (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 386).

Assim, distintamente dos homens, as mulheres encaram a aposentadoria como uma saída do mercado de trabalho. Porém, isso também pode ser justificado pela sua menor participação na atividade econômica e pelo fato da maior parte delas se aposentar por idade. Além disto, os fatores determinantes para a participação feminina no mercado de trabalho são diferentes dos masculinos, uma vez que, “os contratos tradicionais de gênero estabelecem que o homem é o provedor e a mulher a cuidadora dos membros dependentes. Nesse caso, a posse ou não de um benefício da pensão por morte pode ter impacto na decisão da mulher permanecer no mercado de trabalho” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 382).

Conclui-se, assim, que a realidade demográfica não tem se traduzido na maior permanência dessa faixa etária na população economicamente ativa (PEA)⁶¹. Mas os índices que, inclusive, se apresentam em escala mundial, mostram que a proporção de pessoas com 65 anos ou mais participantes do mercado de trabalho é baixa em praticamente todo o mundo. Em consequência disso, a literatura sobre o tema é escassa (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b).

Logo, ainda que a realidade atual envolva a redução da manutenção ou reinserção dos aposentados em atividade no mercado de trabalho, será estudada aqui, a parcela não desprezível da PEA idosa, composta por aposentados que, devido a múltiplas determinações da sociabilidade capitalista, ainda se mantêm vinculados ao mercado.

Em 2012, estes constituíam aproximadamente 20% da PEA idosa do país, respondendo por 21,8% da PEA masculina e 17,1% da feminina. A tendência, mostrada no gráfico 13, para o período compreendido entre 1981 e 2012, para os homens, foi de crescimento entre 1981 a 1998, quando atingiu a maior proporção, 31,3%, e de decréscimo a partir de então. O valor

⁶¹ “PEA ou força de trabalho: é composta pela população de 15 anos de idade ou mais que está inserida no mercado de trabalho. Isto é, a parcela da PEA que está ocupada ou a procurando trabalho. (...) PEA ou população em idade de trabalhar; é composta por toda a população com 15 anos idade ou mais e compreende a população apta a exercer uma atividade econômica. Isto é, compreende a população economicamente ativa (PEA) e a população não economicamente ativa (PNEA). Vale ressaltar que, em muitos países, se consideram as idades de 65 ou 70 anos como limites superiores da PEA. No caso das estatísticas brasileiras, não há limite superior de idade” (RAMOS *apud* BARBOSA, 2014a, p. 274).

encontrado para 2012 foi bastante semelhante ao de 1990. As mulheres experimentaram um crescimento similar. A proporção comparável cresceu até 1999, quando atingiu o valor de 23,2%. Embora as mulheres aposentadas participem menos da PEA que os homens, as diferenças nas duas proporções têm se reduzido (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014b, p. 393).

Verifica-se que o Brasil apresenta uma realidade na qual o velho trabalhador participa de forma expressiva na economia do país, como indicam os dados acima, uma parte significativa da PEA idosa seria composta por aposentados que retornam ao mercado de trabalho, sendo que no ano de 2012 estes representavam entorno de 20% da PEA idosa do país, correspondendo a 21,8% da PEA masculina e 17,1% da feminina.

Velhos trabalhadores que estão se tornando “chefes” de família, representados, também, por mulheres, as quais em suas velhices estão assumindo o papel de provedoras de sua estrutura familiar, em um contexto em que a renda do velho trabalhador tem uma função expressiva na contribuição dos rendimentos das famílias. Presencia-se, assim, famílias fundamentadas na convivência intergeracional, em um formato de co-residência, em que os velhos trabalhadores tornaram-se a pessoa de referência de seus núcleos familiares e os meios de transferência de apoio social e econômico de seus membros.

Logo, é fato que nem todas as discussões acerca do processo de envelhecimento estiveram voltadas para a centralidade do velho, enquanto trabalhador pertencente a uma classe que, assim como ele, sofre com os desafios impostos na atualidade pelas metamorfoses no mundo do trabalho. Atualmente, a velhice da classe trabalhadora é perpassada por desigualdades sociais devido ao caráter excludente da dinâmica capitalista que, inclusive, produz a divisão dos indivíduos em classes sociais antagônicas, incidindo na condição em que estes vivenciam o processo de envelhecimento e chegam a velhice.

Conclui-se que, os sujeitos aqui referenciados, velhos pertencentes a classe trabalhadora, não se encaixam nos moldes propagados pelas novas nomenclaturas devido as condições a que foram submetidos durante toda a sua vida até o momento atual, onde os mesmos estão rodeados pela coexistência de várias gerações sob sua responsabilidade, demandando seu apoio e o tendo como referência socioeconômica. Portanto, se desmistifica discursos a-classistas acerca da velhice que insistem em generalizá-la e consigo o processo de envelhecimento, visto que, cada sujeito envelhece sob determinações particulares e coletivas (as apresentadas neste item e no item 2.1 pela posição de classe).

2.3. Reestruturação produtiva: as transformações investidas no modo de produção capitalista em prol de sua manutenção.

O objeto de estudo desta dissertação envolve diretamente a análise das motivações que levam o velho trabalhador aposentado a se manter ou reingressar no mercado de trabalho, e, portanto, não é possível deixar de destacar o caráter dessas mudanças e sua relação com o mundo do trabalho. Outra preocupação é, também, mostrar um panorama geral das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, principalmente, no que tange a sua organização e gestão.

Para tanto, compete salientar que:

O processo de produção, quaisquer que sejam as suas características históricas, é um processo que se reinicia permanentemente, já que a sociedade não pode prescindir da produção de consumo. A *reprodução é a continuidade do processo social de produção*, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo *se renova, se cria e recria de modo peculiar*. As condições de produção são, portanto, as de reprodução (IAMAMOTO, 2009a, p. 46).

A produção seria uma atividade social, em que os homens estabelecem certos vínculos e relações de caráter mútuo ao produzir e reproduzir os meios de vida e de produção. Relações por meio das quais os homens realizam uma ação transformadora da natureza, compreendida aqui pela produção. Logo, essas mesmas relações são estabelecidas em condições históricas determinadas, em que os elementos da produção associam-se de modo específico. Compreende-se que, a produção social seria fundamentalmente histórica (IAMAMOTO, 2009a).

O processo capitalista de produção apresenta uma forma historicamente determinada, por meio da qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência; um processo por meio do qual, se reproduz, simultaneamente, princípios e representações que demonstram tais relações e as condições materiais em que se produzem, ocultando o antagonismo que as permeia. “Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social” (IAMAMOTO, 2009a, p. 30).

As mudanças ocorridas nas últimas décadas junto ao processo de produção capitalista direcionam o entendimento de como os seus resultados e influências vêm afetando todas as

dimensões da vida social. Nesse sentido, a produção social transcende a esfera produtiva, impactando nas relações sociais, que são aqui percebidas enquanto relações entre pessoas (IAMAMOTO, 2009a).

Sobre fato de o processo de produção se reiniciar permanentemente como é a realidade que estamos vivenciando na atualidade, Marx (1999) já havia alertado que, distintamente dos processos de produção anteriores, o regido pela burguesia só pôde existir através de uma constante transformação nos instrumentos e nas relações de produção, bem como, e, conseqüentemente, em todas as relações sociais. Nessa dinâmica, a busca incessante pela produção de lucros e de consumo fará com que ocorram contínuas crises no modo de produção capitalista.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía pelo contrário, a primeira condição de existência das classes industriais anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX; ENGELS, 1999, p. 12).

Logo, no que corresponde a dinâmica do modo de produção capitalista vigente, mais conhecida em sua forma flexível de acumulação, é possível identificar que essa dinâmica passou por um processo de reestruturação produtiva ao longo da década de 1970, causando rebatimentos diretos para a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005). Nesse contexto, é que se insere o capitalismo contemporâneo, que compreende o período entre os anos de 1970 aos dias atuais, em que destacamos a inserção massiva de novas tecnologias⁶² voltadas para o aumento das taxas de lucros, que vão gerar um estímulo à economia de trabalho vivo e contribuir para o aumento do índice de trabalhadores tidos como exército industrial de reserva⁶³ (NETTO; BRAZ, 2008).

⁶² “Como o objetivo da produção é a obtenção de mais-valia, da maior lucratividade possível, ao capitalista só restam duas alternativas: ou aumentar a jornada de trabalho fazendo crescer o tempo de trabalho excedente materializado (mais-valia absoluta) ou mantendo uma dada jornada de trabalho, aumentar a produtividade do trabalho mediante o emprego de meios de produção mais eficazes, que permitam reduzir tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria e aumentar, conseqüentemente, o tempo de trabalho excedente da jornada de trabalho (mais-valia relativa)” (IAMAMOTO, 2009b, p. 57).

⁶³ Termo criado por Karl Marx para caracterizar esse exército que é composto por uma massa de desempregados que possibilita ao capitalista pressionar os salários para níveis inferiores, uma vez que, quanto maior a oferta de mão-de-obra, proporcionalmente menor será o seu preço. Esse exército, ao mesmo tempo em que resulta da acumulação capitalista, é, também, elemento indispensável para a sua continuidade, sendo desse modo ineliminável da dinâmica capitalista (NETTO; BRAZ, 2008).

O estágio do capitalismo que precedeu o atual, e contribuiu para a implementação do modo de produção contemporâneo, foi o regido pelo binômio fordismo/taylorismo, entre o final da década de 1945 à década de 1970, período em que nasceram grande parte dos sujeitos dessa pesquisa. Esse binômio rendeu significativa transição na indústria capitalista, sendo administrado no referido período pelo “cronômetro e a produção em série e de massa” (ANTUNES, 1999, p. 16).

O Fordismo, criado por Henry Ford em 1914, existia através da produção em grande escala e de produtos mais homogêneos, enquanto, o Taylorismo, de Frederick Taylor, controlava os tempos e movimentos através de seu cronômetro, além da fragmentação das funções e a “separação entre elaboração e execução no processo de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 17). É dessa forma, com vistas ao aumento da produtividade, que houve uma intensificação no ritmo e na divisão do processo de trabalho, além da incorporação de “novas tecnologias e os conhecimentos científicos” (DURIGUETTO; MONTÃO 2010, p. 157).

Portanto, de modo peculiar o trabalhador restringia-se a uma única atividade e não a todo o processo de trabalho como no antigo processo produtivo, ocorrendo a denominada “padronização do trabalhador” (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 160), em que ele é destituído de toda forma de organização e controle desse processo.

Esse binômio predominou na grande indústria capitalista sendo considerado por diversos economistas como “os anos dourados” (NETTO; BRAZ, 2008), em razão dos resultados econômicos nunca antes vistos. Assim, o modelo garantiu sobrevivência durante trinta anos, tendo uma importante participação do Estado, através das ideias de John Keynes, como meio amenizador de seus possíveis prejuízos, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora tinha substanciais vitórias em suas lutas.

O Estado, nesse período, incorporou novas funções, influenciado pelas políticas keynesianas, que defendiam sua intervenção direta na relação capital-trabalho, com vistas à promoção do desenvolvimento da economia, do pleno emprego e, por conseguinte, das esferas do mercado. Esse caráter assumido pelo Estado e suas formas de intervenção durante esse período, ficou conhecido como Welfare State⁶⁴ ou Estado de bem-estar Social.

Essa foi uma era de legitimação para o Estado, que passa a atuar para além da coerção, incorporando interesses sociais e garantindo a reprodução da força de trabalho; isso acontece sem, em contrapartida, deixar de atender aos interesses do capital. Na realidade, o que ocorre é uma desoneração do capital de sua responsabilidade para com a preservação da força de

⁶⁴ Elemento que foi analisado no item 1.3 deste estudo.

trabalho, devida as ações do Estado que passará a ofertar serviços públicos à toda população. Portanto, o Estado deveria fornecer garantias aos trabalhadores, ainda que incipientes, visando à promoção de meios que possibilitassem a produção e o consumo em massa. Quanto a este último, o lucro naquele período dependia da venda de mercadorias em grandes proporções, “efetivamente, se o fundamento é produzir cada vez mais, é necessário vender cada vez mais” (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 159).

Essa intervenção estatal na relação entre capital e trabalho não proveio de um agir espontâneo, e sim resultante da pressão exercida pelas forças democráticas do movimento operário e sindical resistentes ao fascismo e defensoras dos interesses da classe trabalhadora. Deste modo, com temor das proporções da atuação dessas formações democráticas e das ideias socialistas a elas atreladas, os capitalistas tangenciaram a ação do Estado para a incorporação das demandas desse público. Cenário presente inclusive, nos países aos quais já teria sido realizado um movimento de repressão a tais ideias com o intuito de minar a influência dessas correntes esquerdistas (NETTO; BRAZ, 2008).

O Estado a serviço dos monopólios viu-se obrigado a tomar, ainda que debilmente, medidas de caráter social protetor. O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos *direitos sociais* – que, juntamente com os *direitos civis e políticos*, constituem a “cidadania moderna” (Marshall, 1967). A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi à consolidação de *políticas sociais* e a ampliação de sua abrangência na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) (NETTO; BRAZ, 2008, p. 206, grifo dos autores).

O *Welfare State*, durante esse período, pode ser compreendido como uma espécie de *pacto social* entre as classes sociais, pois suas políticas e as experiências realizadas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população está intrinsecamente ligado a ele (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010). Porém, foi na transição entre as décadas de 1960 e 1970 que esse regime de produção, sustentado no tripé, taylorismo, fordismo e keynesianismo, apresentou sinais de desgaste resultando em uma nova⁶⁵ crise no modo de

⁶⁵ Como destacamos no início desse item: “O modelo de produção capitalista contém em seu cerne a capacidade de encontrar os meios de manutenção e reprodução das condições que permitem a sua perpetuação, por isso desde a sua origem até os dias atuais este sistema econômico social teve várias expressões traduzidas: capitalismo manufatureiro, capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista, etc., cada fase desta com características e aparências diferenciadas, no entanto, tendo embutido na sua essência o real objetivo provocador dessas transformações, ou seja, a acumulação de riqueza através da exploração humana” (BENEDITO, 2009, p. 3).

produção capitalista. Fenômeno que só ocorrerá no Brasil a partir da década de 1990, devido a particularidades de ordem sócio-histórica de sua formação (ANTUNES, 2005).

O colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80 por conta da crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizam a retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estrutura do mercado de trabalho inaugurada ainda nos anos 80 (POCHMANN, 2002, p. 71).

Esse modelo que, no período pós-guerra, foi tido como estratégia para impulsionar a produção capitalista e gerar muitos proventos, já não atendia mais aos ideais expansionistas do capitalismo, necessitando de meios ligeiros para uma reorganização no processo produtivo. No fim dessa era, o que se presenciou foi a queda na taxa de lucro, o declínio do crescimento econômico, o endividamento dos estados nacionais, a elevação dos preços e o consequente aumento do desemprego, referindo-se, sobretudo, a uma crise de superprodução das mercadorias que era realizada de forma rígida e em grande escala. “Dada à abrangência e intensidade da *crise estrutural*, o capital vem procurando responder por meio de vários mecanismos, que vão desde a expansão das atividades especulativas e financeiras até a *substituição* ou *mescla* do padrão taylorista e fordista de produção” (HARVEY 1992 *apud* ANTUNES, 2005, p. 189). Como uma das consequências desse declínio, o capital implementou um intenso processo de reestruturação, buscando recuperar o ciclo produtivo e ao mesmo tempo repor o seu projeto de dominação.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005, p. 31, grifos do autor).

Surgem, desse modo, medidas capitalistas em resposta à crise que irão reorganizar desde o âmbito da produção até o ideopolítico de dominação, agindo de forma articulada para restabelecer a dinâmica produtiva e seu grau de acumulação. Essas medidas são: a

reestruturação produtiva, a financeirização⁶⁶ do capital e o ideário neoliberal. A primeira delas vai gerar profundas alterações no modelo de organização e gestão do processo produtivo, bem como que nas ações do Estado. Transfigurando a acumulação, antes qualificada como rígida, em uma acumulação flexível e resultando em consequências nefastas para a vida dos trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2008).

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1998, p. 140).

Estas formas de reorganização baseada na acumulação flexível, representadas através das experiências da Terceira Itália, da Suécia e outras regiões, tiveram grande repercussão, cabendo ao modelo toyotista ou modelo japonês, (surgido na empresa automobilística Toyota), o meio determinante para que despontasse um investimento tecnológico na esfera produtiva e para que sua dinâmica se propagasse em escala mundial (ANTUNES, 1999). A adesão a esse modelo produtivo se deu, respectivamente, pelas necessidades de o trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo; da necessidade de as empresas responderem à crise financeira com o aumento da produção, sem aumentar a quantidade de funcionários e a necessidade de se produzir o essencial no menor tempo possível (ANTUNES, 1999).

Assim, se formou uma política de atenção a mercados específicos, manifestadamente distintos da indústria fordista. Uma vez que, essa acumulação toyotista é conduzida por demandas específicas, substituindo a produção em massa pela produção segundo a demanda. Trata-se da produção de mercadorias diversificadas que atendam a multiplicidades de ordem cultural e regional em que os produtos devem chegar aos mercados prontos e direcionados ao consumo (ANTUNES, 1999).

⁶⁶Segundo Duriguetto e Montão (2010), a queda das taxas de juros dos investimentos nos setores da produção e comércio, possibilitou o fortalecimento da esfera de circulação sob a forma de capital dinheiro, esse por sua vez “é remunerado através dos juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão) e não é investido na produção” (Idem, p. 186, grifos da autora), sendo fonte constante de riqueza dos capitalistas rentistas. Mediante as afirmações dos autores é possível observar que essa disposição a financeirização do capitalismo na contemporaneidade tem se mostrado de forma expressiva, contribuindo para a mitificação de suas reais fontes, dado que as formas de rendimentos advindos dela, sejam elas, rentista ou especulativa, não persistiriam com a extinção de um componente que à primeira vista está oculto, mas realiza papel fundamental na essência desses rendimentos; trata-se aqui da esfera da produção.

Apresentam-se, então, um dos elementos que difere esse modelo produtivo do que o antecedeu. O fordismo que tem nos recursos financeiros os meios que determinam sua produção, diverge profundamente do toyotismo, em que esse papel é atribuído ao consumo. Portanto, será o consumo o fator determinante para fundamentar o que será produzido. “Para atingir este objetivo ao invés de se ter uma indústria que produza tudo – da escolha da matéria-prima à finalização do produto – se faz necessário que se descentralize a produção, ou para ser compatível com a palavra de ordem é preciso que se flexibilize a produção adotando a terceirização” (BENEDITO, 2009, p. 5).

Presencia-se, assim, um movimento do desenvolvimento capitalista no qual essa reestruturação produtiva se tornará referência, atingindo proporções mundiais e substituindo o modelo fordista. Logo, há a inserção de novas tecnologias e sistemas de produção no processo produtivo, em que se destaca as formas organizacionais baseadas no *just-in-time* e *Kankan* em que o primeiro envolve a busca pela produção no melhor tempo possível, articulado ao segundo, que gerenciava a lógica de que a produção envolve a *priori* a venda de um produto, ou seja, só se repõe um produto após sua venda, fugindo, assim, dos desperdícios. A era dos “*estoques mínimos*” (ANTUNES, 2005).

Ainda no que concerne a questão dos desperdícios, destaca-se o princípio da automação/autoativação que visa o desenvolvimento de adequações no processo produtivo que inviabilizem, cada vez mais, o surgimento de fatores contrários à lucratividade (como os defeitos de fabricação). Essa é uma das formas de gestão do processo produtivo e do trabalho, que irá significar um novo padrão de racionalização para ambos, incidindo, significativamente, sobre a força de trabalho.

Essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. [...] O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam a mencionar uma “terceira revolução industrial” ou ainda, uma “revolução informacional” – de fato, a *base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos* (NETTO; BRAZ, 2008, p. 216, grifo do autor).

Como afirma Antunes (1999), a inserção de novas tecnologias possibilita o aumento no controle do processo produtivo e a plena extração da mais-valia (trabalho excedente da força de trabalho), incorporada a uma dinâmica tecnológica organizada e de forma avançada, na qual “das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados

de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente” (HARVEY, 1992 *apud* ANTUNES, 1999, p. 22).

Na lógica atual, o chamado mundo do trabalho sofre profundas mudanças de ordem estrutural, especialmente, com o processo de flexibilização e com a transferência das regulamentações (econômicas, políticas, sociais) para o âmbito do mercado. E, ao contrário do que fora defendido no seu processo de implantação, os resultados das experiências de flexibilização do mercado de trabalho não têm demonstrado a ampliação dos postos de trabalho. “Observa-se, ao contrário, o crescimento da precarização dos empregos e dos níveis de pobreza” (POCHMANN, 2002, p. 47).

Logo, para Mattos (2007), o contexto atual é permeado por uma avassaladora globalização e intensificação produtiva, que se mantém por grandes integrações e transações comerciais, sejam elas nacionais ou internacionais, sendo que essas últimas seriam permeadas, principalmente, pelas formas descentralizadas de produção, de expansão e de automação em todo esse processo.

O trabalhador nessa lógica passa a ser substituído pela máquina, o que resulta na substituição do trabalho vivo (operário) pelo trabalho morto (maquinário) e, conseqüentemente, a diminuição nas contratações, sobretudo, na área industrial. Como consequência ocorrerá a extração de maior quantidade de trabalho de uma quantidade reduzida de trabalhadores ocupados, resultando em uma lucratividade expressiva para o capitalista que passa a economizar com a admissão de mão-de-obra (ANTUNES, 1999).

A partir desse fenômeno o que há é o crescimento da força de trabalho excedente frente às ocupações ofertadas pelo capital, visto que a mesma é um produto da acumulação e ao mesmo tempo uma condição para que essa se efetue (IAMAMOTO, 2009). Ou seja, “importa marcar que, quanto maior é o crescimento econômico, isto é, a acumulação, maior também é o contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho; e tanto maior é o exército industrial de reserva. Este cresce ao crescer a riqueza social” (IAMAMOTO, 2009, p. 61-62).

Surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de “serviços” (vale dizer, um neoproletariado “pós-moderno” com estatutos sociais precários) (ALVES, 2000, p. 67).

O cenário que se coloca é esse sistema de flexibilização do trabalho gera um aumento do desemprego e oferta abundante de força de trabalho, que passa a ser descartada a qualquer

momento, sem que isso traga agravos significativos para o empregador. Por conseguinte, o capitalista tem à sua disposição, um número elevado desse contingente em relação a demanda produtiva, podendo, assim, ofertar oportunidades e remunerações de acordo com seus critérios, em que a quantidade de empregos se sobressairá a qualidades desses novos postos de trabalho. Dado que, “pouco interessa, portanto, a qualidade das ocupações geradas” (POCHMANN, 2002, p. 21).

Fato que corrobora com a compreensão em que o capitalista compreende o trabalhador enquanto um meio trivial de obtenção de mais-valia. Isso se deve ao fato de que “para a classe capitalista a fonte de seu lucro não provém de expropriação da vida humana da classe trabalhadora, mas, sim, de um mero mecanismo de mercado: comprar mais barato e vender mais caro” (IAMAMOTO, 2009, p. 62). Já o trabalhador, possuidor apenas da sua força de trabalho, busca adequar-se as transformações do sistema produtivo, submetendo-se a elas e arriscando-se na instabilidade e precariedade do mercado de trabalho.

Ainda sobre esse contexto, de acordo com Antunes (1999), houve a expansão do “setor de serviços” que admitiu e vem admitindo uma parcela significativa de trabalhadores, abrindo possibilidades e fortalecendo um expressivo processo de terceirização do trabalho, sendo adotado em várias atividades e segmentos do mercado. Destacando aqui, o sistema público pela oferta de serviços, como é o caso das cooperativas, as crescentes Organizações Não Governamentais (ONGs), que ofertam cada vez mais serviços que deveriam ser de responsabilidade pública, e até o setor industrial, com a sua rotativa e mais facilitada contratação de pessoal.

Países que não conseguiram eliminar suas formas tradicionais de exclusão social, como o subemprego, os baixos rendimentos e a informalidade, acrescem à estas, novas formas de exclusão, como o desemprego aberto, as precarizações das condições e relações de trabalho. E, se essas condições não são devidamente encaradas, tendem a estabelecer sociedades manifestadamente separadas. A constante divisão social que se apresenta pela marginalização de parcelas consideráveis da população, vai incidir, não apenas, sobre a possibilidade de governabilidade nacional, mas, também, nos procedimentos de integração supranacionais (POCHMANN, 2002).

E é nesse período de mundialização do capital que se faz necessário refletir acerca das legítimas motivações que perpassam a manutenção ou reinserção do velho trabalhador aposentado no mercado de trabalho. Considerando, para tanto, que o modo de produção atual vem acompanhado de profundas transformações com novas técnicas que garantem uma significativa economia de trabalho vivo e uma intensificação das desigualdades sociais

resultantes de sua dinâmica. Considerando, então, que esse processo de reestruturação produtiva possibilitou meios para que fosse expandido o neoliberalismo, o que, por sua vez, alimentou possibilidades para o avanço do denominado “capital sem controles sociais mínimos” (NETTO; BRAZ, 2008), ou seja, “o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 225).

2.4. O mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva: os desdobramentos para a conformação da classe trabalhadora.

No que tange a reflexão acerca da conformação da classe trabalhadora no contexto atual, a princípio, será destacado a transição do setor industrial para o setor de serviços. Essa mudança gerou alterações significativas no mundo do trabalho, principalmente, com a presença de um segmento assalariado cada vez mais em expansão no capitalismo contemporâneo, “os trabalhadores em serviços” (ANTUNES, 2005, p. 102). Isso resultará, no que Antunes (1999) denominou de “subproletarização ou precarização do trabalho”, compreendido como um dos maiores problemas neste século. Para Antunes (2005) a utilização do termo assalariado é feita para designar, de modo ampliado, a realidade atual da classe trabalhadora. Uma classe que vem crescendo de forma imbricada ao trabalho produtivo e ao improdutivo, que são, por ela, exercidos. Desse modo, nessa noção ampliada, devem-se englobar todos trabalhadores assalariados independentemente se estes são produtivos ou não.

Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo é assalariado* e nem todo *trabalhador assalariado é produtivo*, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Isso não elide, repetirmos, *o papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo*, criador de valores de troca, do *proletariado industrial moderno* no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básica do trabalho sob o capitalismo, essa *noção ampliada* nos parece fundamental para compreensão do que é a classe trabalhadora hoje” (ANTUNES, 2005, p 102-103, grifos do autor).

Como consequência, essa subproletarização pode ser compreendida nas formas contemporâneas de contratação da força de trabalho, em que ela se apresenta cada vez mais evidente: a desregulamentação de direitos do âmbito social e trabalhistas, as mudanças nas formas de contratação (as subcontratações), a redução da sindicalização dos trabalhadores, o aumento do desemprego (agora em uma perspectiva estrutural), a diminuição dos empregos formais e de tempo integral em contrapartida de uma elevada oferta de trabalho parcial e informal⁶⁷. Sendo que, estes últimos tornaram-se realidade cotidiana na vida dos trabalhadores, significativamente, para aqueles de baixa renda, que não conseguem ocupações formais no mercado de trabalho e acabam buscando meios cada vez mais alternativos para garantir a sua sobrevivência e de seus familiares.

Apresenta-se, assim, não somente uma flexibilização do processo produtivo com as terceirizações e essas formas de subcontratação do trabalho, mas a submissão dos próprios trabalhadores que buscam se adequar às condicionalidades impostas pelo capital com vista à manter seu vínculo empregatício (isso quando o tiver). “A palavra de ordem é flexibilização tanto da produção como das relações entre capital e trabalho” (BENEDITO, 2009, p. 5).

Todo esse complexo da reestruturação produtiva, aliada as características próprias do neoliberalismo, vão impactar diretamente sobre a classe trabalhadora que se apresenta substancialmente mais fragilizada, desorganizada e dividida entre os próprios trabalhadores devido à concorrência e à escassez dos postos de trabalho.

Um cenário no qual, Netto (1996) atenta para as disputas entre os próprios trabalhadores, sustentadas pela vasta concorrência, envolvendo a relação entre os inseridos no mercado de trabalho e os excluídos deste, que suscita um processo de individualização no interior da própria classe e que se alimenta pelo aumento do desemprego estrutural. Ou conforme Alves (2000, p. 76) os “trabalhadores assalariados excedentes [...] tornam-se, por conseguinte, população trabalhadora excluída”.

Para agravar ainda mais as consequências da reestruturação produtiva para a conformação da classe trabalhadora, a dinâmica produtiva atual influenciou não somente na *dimensão objetiva* do processo de trabalho (condições empregatícias e salários), mas, sobretudo, na sua *dimensão subjetiva* (consciência de classe), através da busca constante por

⁶⁷ “Penso aqui basicamente nos trabalhadores assalariados *sem* carteira de trabalho, em enorme expansão no capitalismo contemporâneo, e também nos trabalhadores *individuais por conta própria*, que prestam serviço de reparação, limpeza etc., excluindo-se, entretanto, os proprietários de microempresas etc. Novamente, a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho. Por isso a denominamos *classe-que-vive-do-trabalho*, uma expressão que procura captar e englobar a *totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho*” (ANTUNES, 2005, p. 103, grifos do autor).

cooptar o trabalhador aos interesses do capital. Essa é uma tendência que o toyotismo apresenta; à captura da subjetividade do trabalho, envolvendo, para tanto, o trabalhador não apenas na execução das tarefas, mas em ações proativas. Uma apropriação da técnica desse operário que se faz oculta pelo um discurso que o valoriza, dando até *poderes* a estes que acabam sendo tratados com particularidade de chefia (ALVES, 2000).

Assim, no que tange as metamorfoses e crises do mundo do trabalho, evidencia-se uma situação crítica composta por uma dupla face; de um lado, atinge a objetividade e materialidade da classe trabalhadora, e, de outro, o âmbito da subjetividade (político-ideológica) do *ser-que-vive-do-trabalho*. Apresenta-se, portanto, uma diferença crucial do modelo toyotista para o modelo taylorista/fordista: a captura da consciência operária no processo produtivo, ocultando sua face manipuladora por meio de um discurso de comprometimento, colaboração e uma enganosa ascensão em relação ao demais trabalhadores (ALVES, 2000). Desta forma, o novo trabalho operário:

Converteu-se em vários ramos mais qualificados, o que se constata por exemplo, na figura do operador vigilante, do técnico de manutenção, do programador, do controlador de qualidade, do técnico da divisão de pesquisa, do engenheiro encarregado da coordenação técnica e da gestão da produção. As antigas clivagens estariam sendo questionadas pela necessária cooperação entre os trabalhadores (LOJKINE, 1990 *apud* ANTUNES, 1999, p. 53-54).

Paralelamente à tendência dos “trabalhadores assalariados de ‘colarinho branco’/ personas do capital” (ALVES, 2009, p. 93), também se assiste à desqualificação de vários setores operários que foram atingidos por transformações. Assim, uma parte apresenta a desespecialização do operário industrial procedente do regime fordista e a outra:

À massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirizados em segmentos ultra qualificados), aos trabalhadores da “economia informal”, enfim, a este enorme contingente [...] quando nele se incluem também os desempregados que alguns chamam de *proletariado pós-industrial* e que preferimos denominar de *subproletariado* moderno (ANTUNES, 1999, p. 52, grifos do autor).

Embora Marx (2012), tenha destacado que o desenvolvimento do processo produtivo contribui necessariamente para o fortalecimento do capitalista em detrimento do operariado, Alves (2000) atenta para o fato de que mais do que nunca este processo está na dependência dos trabalhadores, no que concerne sua habilidade manual e subjetividade, principalmente a

dos mais qualificados. Em contrapartida, a classe operária tornou-se, assim, mais fragmentada e diversificada, dividida entre uma minoria qualificada, composta por trabalhadores multifacetados, capazes de operar várias máquinas, “supervisores” do processo produtivo. E de outro, uma massa de trabalhadores sem qualificação, que enfrenta o desemprego em escala estrutural. “Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora ainda mais diferenciada entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.” (ANTUNES, 2005, p. 191).

Contudo, sem essa mudança no perfil do trabalhador, as possibilidades do neoliberalismo se manter seriam reduzidas. Dessa forma, se antes se requisitava um operário qualificado (no sentido de ter habilidade em determinada atividade), não pensante, pronto para executar as ordens que lhe eram incumbidas, na atualidade, tal perfil de trabalhador não é mais requisitado, uma vez que o que se busca é aquele profissional que valoriza o que faz que tenha facilidade de se adequar as várias atividades e as realize com muita destreza. Um ser pensante, que saiba trabalhar em equipe e a trate como sua família, ou seja, um trabalhador multifacetado (BENEDITO, 2009).

De tal modo, alimenta-se, nessa dinâmica, os meios para o surgimento do chamado “trabalhador polivalente” que deve possuir maior qualificação e conhecimento do processo produtivo, além de dedicar-se às várias operações e atividades simultaneamente, sem que para isso receba alguma diferença salarial. Observa-se, assim, o resultado articulado, e ao mesmo tempo dicotômico, da intensificação da exploração da força de trabalho, bem como que a redução da admissão dessa força (ANTUNES, 1999).

No entanto, mesmo com esse maior envolvimento e responsabilização dos trabalhadores na gestão do trabalho, que requisita uma multifuncionalidade e polivalência, o que se percebe é que a sociedade está diante do antiquíssimo processo de alienação (ligado ao estranhamento da mercadoria), visto que, os trabalhadores não possuem os meios de produção da vida social. Ou seja, se na concepção marxista o trabalho é percebido enquanto ponto de partida para o processo de humanização, também é manifesto que, da forma com que se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho torna-se estranho. O que deveria envolver a “finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado” (ANTUNES, 1999, p. 124).

A flexibilização da unidade, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, como os Círculos de Controle de qualidade (CQC), experimentados no Japão – em verdade uma apropriação

do *fazer e saber* do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o *estranhamento* do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite – tudo isso, feito sob um “inquestionável” domínio da “produtividade” e da “modernidade social”, acabou afetando a *forma de ser* do proletariado fabril, tradicional. A *classe-que-vive-do-trabalho* metamorfoseou-se (ANTUNES, 1999, 147-148, grifos do autor).

Compreender a complexificação presente na realidade social em que vem se baseando uma “nova divisão internacional do trabalho” (IANNI, 2004, p. 84) torna-se indispensável. É o reconhecimento de que a situação atual age não somente nas condições efetivas de organização da produção e do trabalho, mas influencia, sobretudo, as “condições e desenvolvimento da consciência social do trabalhador” (IANNI, 2004, p. 84). Deste modo, devemos considerar tais mudanças em uma perspectiva de que houve uma “metamorfose do mundo operário em operários de todo mundo” (IANNI, 2004, p. 83).

No cenário atual, a articulação entre os trabalhadores vem sendo dificultada por vários elementos, dentre os quais podem ser evidenciados o novo regime de acumulação capitalista, que divide e descentraliza a produção para regiões distintas do mundo; a introdução de novas tecnologias e a terceirização da contratação de pessoal. Em consequência disso, esses trabalhadores segmentados não estão encontrando meios relacionais de ação em suas atividades laborais. Portanto, reflete-se neste item as dificuldades de articular os sujeitos de uma classe que “*fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais” (ANTUNES, 2005, p. 191, grifos do autor).

De acordo com Ianni (2004), a globalização do capital remetida à transição do fordismo à acumulação flexível envolveu uma nova divisão internacional do trabalho e a emergência da cidade *global*, tratando de um amplo e complexo processo de globalização realizado pelo alto. Assim, os interesses e as forças de caráter socioeconômico, político e cultural foram suprimidos pelas de ordem transnacional, reproduzindo a forma pela qual foram definidas estratégias e políticas. E se é desse modo, torna-se “óbvio que as classes assalariadas em geral, e a operária em particular, são colocadas desde o início em situação desvantajosa” (IANNI, 2004, p. 78).

Por mais que, atualmente, a classe trabalhadora esteja consideravelmente maior se comparada as outras épocas da sociedade burguesa, devido à crise na ofensiva contra o trabalho, como se apresentam suas formas de organização e lutas “a mesma nunca esteve tão reduzida no sentido da efetividade política e social” (ALVES, 2009, p. 96). Se, de um lado, há o mundo do trabalho diminuto, na perspectiva do seu núcleo central, com a presença de operários que se apresentam mais qualificados e prontos a colaborar com o capital. De outro,

há um mundo do trabalho extenso “(e heterogêneo) em suas ramificações periféricas, formado pelos operários precários” (ALVES, 2000, p. 253). Dessa forma, o que acontece é uma (des) construção da classe trabalhadora, simultaneamente à instauração de um novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2000).

O contexto atual apresenta-se modificações no perfil da classe trabalhadora, em que cresce a ofensiva contra o próprio trabalho e suas formas de organização e lutas, sendo resultante da severa precarização dos empregos e do desemprego estrutural. De tal modo, “o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil recriou a discrepância entre o potencial produtivo do trabalho e a perversa concentração de renda no país” (ALVES, 2000, p. 163). Essas metamorfoses e fragmentações de classes devem ser apreendidas enquanto produto sócio-histórico da acumulação capitalista, em que o papel exercido pela reestruturação produtiva só tende a agravar as ações frente ao “enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe)” (ALVES, 2000, p. 65).

Pode-se dizer, presenciamos um processo estrutural – e acumulativo - de ofensiva do capital sobre a materialidade da classe, que repõe uma nova (e precária) sociabilidade do trabalho, fragmentária, cindida e resistente às práticas de solidariedade de classe. Surgiu, portanto, um novo (e precário) mundo do trabalho que põe provocações decisivas à prática sindical de classe no Brasil (ALVES, 2000, p. 252).

Nessa dinâmica, a reestruturação produtiva influenciou diretamente no mundo do trabalho, ocorrendo o enfraquecimento das formas organizativas da classe trabalhadora, como as de ordem coletiva, tal qual os sindicatos e os seus organismos de representação, resultando no *não* reconhecimento por parte dos trabalhadores de seu pertencimento a uma classe.

Atualmente a classe trabalhadora apresenta-se de forma complexa e fragmentada, sendo que a esse cenário soma-se a crise do sindicalismo brasileiro que vem se apresentando enquanto um dos grandes empecilhos para a organização dos trabalhadores. Ainda que não seja o propósito dessa dissertação, é possível citar que essa crise se evidencia por meio de práticas neocorporativistas, devido ao fato de que a maioria foi cooptada pelo capital, fragilizando sua postura classista e colaborando para o retraindo de suas ações. Em consequência, a classe trabalhadora está à mercê das condições impostas pelos empregadores e o sistema produtivo como um todo, além de abrir possibilidades para que com essa fragilização, Capital e Estado implementem suas ações sem maiores impedimentos. “Não é

preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da *Força Sindical*⁶⁸, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da *nova direita*, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado” (ANTUNES, 1999, p. 152, grifos do autor).

Com a crise dos anos 70, as ideias neoliberais preconizaram a desarticulação do poder dos sindicatos como condição de viabilizar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário. Essas medidas têm por fim atingir o poder dos sindicatos, possibilitar a ampliação da taxa “natural” de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre as altas rendas e favoreça a elevação das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro (IAMAMOTO, 2014, p.141, grifo da autora).

Reflete-se, assim, em consequência das investidas do capital, de seus instrumentos de cooptação, de seus fetiches, o enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos. Em um período no qual o capital intensifica sua face manipuladora, não somente no âmbito do consumo, mas, primordialmente, no ambiente do trabalho. Associada à esta noção ampliada⁶⁹ de classe trabalhadora, que abrange os profissionais de diversas categorias, inseridos em postos de trabalho com características cada vez mais insalubres e nocivas a eles.

Ocorre que a classe trabalhadora moderna é crescentemente composta por esses segmentos diferenciados, mulheres e terceirizados e ou precários (e ainda frequentemente por *mulheres terceirizadas*), que são parte constitutiva central no mundo do trabalho. Se os organismos sindicais não forem capazes de permitir a *(auto) organização das mulheres* e/ou dos/as trabalhadores/as *par time* no espaço *sindical*, não é difícil imaginar um aprofundamento ainda maior da crise dos organismos de representação sindical dos trabalhadores (ANTUNES, 2005, p. 108-109).

Esse cenário afeta diretamente as condições de vida e de trabalho, em uma radicalização das desigualdades, envolvido pela retração das lutas sociais diante de questões como o desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho, associada a sua intensificação e o aumento da jornada de trabalho que acirra a competição entre os próprios trabalhadores e incide sobre suas capacidades de organização e mobilização em prol de seus direitos (IAMAMOTO, 2009). Compete destacar que o período atual é revestido pela

⁶⁸Destaca-se, novamente, que o objetivo dessa dissertação não é aprofundar e/ou analisar a situação atual do sindicalismo brasileiro, mas como há uma reflexão acerca dos determinantes que influenciam no processo de formação da consciência da classe trabalhadora não se pode deixar de citá-la como um desses dificultadores.

⁶⁹Cabe destacar que, ao fazer referência àqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, independentemente do caráter da atividade que estejam realizando no mercado de trabalho.

investida do capital em busca de cooptar e captar a subjetividade do trabalhador. Para tanto, latente estão, também, as investidas do Estado, que articulado ao capital:

Não assistem passivos às ofensivas dos movimentos sociais e à ascensão de governos que enfrentam o poder imperialista. Governos afinados com a diretiva neoliberal vêm adotando políticas direcionadas a desativar o potencial de resistência dos trabalhadores através do dismantelamento de suas estruturas organizativas, a adoção de políticas sociais focalizadas, o incentivo à proliferação de ONG's, o fortalecimento da repressão policial e da criminalização jurídica das manifestações de protesto (DURIGUETTO; MONTÃO, 2010, p. 295).

Contudo, longe de um discurso generalista consideram-se, também, as ações daqueles organismos e sindicatos que buscam aglutinar os interesses da classe trabalhadora e lutam em sua defesa. Mesmos tendo sido alvo de investidas estatais e capitalistas que visam o seu enfraquecimento e a criminalização de suas formas organizativas, dentre as quais observamos a repressão a greves e passeatas. Diante desse cenário, encontra-se na sociedade um espaço cercado de resistências e lutas que são travadas no cotidiano e necessitam de maior organicidade para garantirem força pública. Estão se referindo a uma multiplicidade de sujeitos e formas de luta que tem uma face “oculta na diversidade de suas expressões; a de serem destituídos de toda forma de propriedade, fora sua força de trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p. 15). “Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – na sua maioria silenciada pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferentes étnico-raciais, religiosas, de gênero etc.” (IAMAMOTO, 2001, p. 71).

Ainda assim, há muito que se avançar, pois é preciso destacar o momento de despolitização do Estado, alterando seu papel social em uma quebra de noção de público. Pois, os serviços que deveriam ser apreendidos como direito passam a ser tratados como mercadoria, incidindo sobre as políticas públicas, as formas de organização social e alimentando as disputas pelo acesso entre os próprios trabalhadores.

Observa-se, ainda, um Estado redimensionado, reduzido de suas ações reguladoras que culmina na extinção de serviços públicos e na redução dos direitos sociais. O momento é permeado por um desfavorecimento para o trabalhador que está à mercê de uma superexploração do trabalho. Este sistema afeta o mundo do trabalho, sobretudo, a classe trabalhadora, que neste contexto apresenta-se mais heterogênea e complexificada e, na mesma proporção, fragilizada, com os trabalhadores envolvidos por um mercado de trabalho que

apresenta realidades ordinárias e ao mesmo tempo particulares, isso quando estão inseridos nele.

Segundo Antunes (2005), as repercussões decorrentes da mundialização e globalização do capital geram grandes metamorfoses no processo de produção do capital e repercussões no processo de trabalho, trazendo rebatimentos desafiadores para essa classe. Logo, a busca pelo entendimento destas mudanças torna-se elemento fundamental para analisarmos os desafios que vêm sendo enfrentados por esses trabalhadores no seu cotidiano social, laboral e pelas suas práticas sindicais e organizativas, em vista de articulá-los enquanto classe social.

O desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho*, nesta virada do século XX para XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de: (des) sociabilização (ANTUNES, 2005, p. 192).

Os últimos acontecimentos resultaram nas transformações e crise contemporânea do capital, bem como de seus rebatimentos frente à organização da classe trabalhadora, junto aos seus propósitos e da fundamentação das formas de se vivenciar a velhice por meio da condição de classe. E, dessa experiência é possível concluir que, ainda que alguns autores defendam o fim do trabalho, enquanto categoria central da sociabilidade atual, dado que seu lugar teria cedido, gradualmente, espaço para as ciências tecnológicas na qualidade de força produtiva. O que fica claro é que essas duas categorias (trabalho e classe social) são de extrema importância ao se analisar qualquer fenômeno da realidade social capitalista.

Assim, conforme Mattos (2007), essas novas formas de organização e gestão do processo produtivo continuam a conservar, no seu cerne, as desigualdades econômicas elementares que Marx já havia exposto em seus estudos. Trata-se da longínqua e desigual divisão entre uma minoria detentora dos meios de produção (os exploradores) e uma massa possuidora apenas de sua força de trabalho (os explorados). Em que juntas, através da produção de determinada atividade que lhes garanta as condições materiais de existência, criam e recriam as relações sociais entre si, conformando a dinâmica de toda sociabilidade capitalista.

Desse modo, foi possível compreender que o trabalho é ainda uma categoria analítica de grande relevância ao buscar apreender a realidade contemporânea nas suas mais diversas

áreas. E, de acordo com os objetivos dessa pesquisa, foi estudado como o processo produtivo capitalista influi diretamente em todos os âmbitos dessa realidade, sobretudo, nas questões socioeconômicas e no pertencimento a uma classe, influenciam, portanto, na vida dos sujeitos, no modo como envelhecem e na velhice em si. Nas palavras de Teixeira (2007, p. 1) “O envelhecimento humano nas sociedades capitalistas, em especial, na sociedade brasileira é marcado por contrastes e desigualdades sociais, dentre essas estão aquelas engendradas pela condição e posição de classe dos indivíduos expressa em sua situação socioeconômica”.

Eis, assim, que com as reflexões que tomaram corpo ao longo dos itens desse estudo, voltados as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora mediante as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na esfera pública, a partir de agora, no Capítulo III, elas ganharão visibilidade por meio da análise dos dados coletados na pesquisa empírica junto a aproximação com a realidade municipal (Juiz de Fora/MG) e no que concerne as motivações quanto à manutenção ou reingresso do velho trabalhador aposentado no mercado de trabalho.

3. INDO AO ENCONTRO DOS NOSSOS SUJEITOS: UMA APROXIMAÇÃO À REALIDADE SOCIAL DOS VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS (RE) INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO DE JUIZ DE FORA/MG.

Neste último capítulo, será feito o resgate do percurso metodológico utilizado na realização da pesquisa empírica, que como foi destacado na introdução tem o propósito de esclarecer, minuciosamente, de que modo foi se construindo a organização para a coleta dos dados e sua forma de exposição.

Entendendo que o objeto de estudo desta dissertação se refere à análise das motivações responsáveis pelo velho trabalhador, ainda que aposentado, em permanecer ou reingressar no mercado de trabalho e a relação destas com o papel exercido pelos mesmos no seio familiar. As últimas seções foram dedicadas a reflexão de diversas categorias que perpassam a discussão aqui proposta. Essas categorias se tornaram fontes imprescindíveis e sustentadoras para compreender esses velhos trabalhadores enquanto sujeitos sociais de um processo histórico-social. Como resultado, foi construído um referencial teórico sobre o processo de envelhecimento e a velhice que serviu, inclusive, de sustentáculo para a pesquisa de campo⁷⁰ estando presente nas entrevistas e na coleta de dados.

Logo, no primeiro item (3.1) desta seção foi exposta a trajetória percorrida no que tange a pesquisa empírica. Sua realização foi de crucial importância para a elaboração e execução da pesquisa, possibilitando o direcionamento quanto aos sujeitos que participariam e a maneira como ocorreria a coleta de dados.

Compete ao item seguinte (3.2), a análise dos resultados obtidos, em que se destacam os aspectos da situação ocupacional anterior à aposentadoria e depois dela, os dependentes de sua renda, o rendimento de maior importância no custeamento das despesas, se referente ao benefício ou a atividade atual, a pessoa de referência econômica do domicílio, e, também, foram analisadas as condições e relações de trabalho a que são submetidos os velhos trabalhadores aposentados no mercado de trabalho do município de Juiz de Fora/MG.

⁷⁰ “Entendemos como *campo*, na pesquisa qualitativa, como o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (MINAYO, 2007, p. 62, grifo da autora).

3.1. Metodologia: as respectivas etapas do processo de coleta de dados e a apresentação do nosso universo amostral.

Esse item irá apresentar o percurso metodológico por meio do qual foi realizada a pesquisa empírica que possibilitou a coleta de dados decisivos para a formulação deste estudo. Será explicitado os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, bem como há uma reflexão teórica sobre estes. Ainda será abordado como ocorreu a delimitação dos sujeitos da pesquisa, mostrando quais empresas se dispuseram a participar desse processo corroborando para que, finalmente, fosse estabelecido o total de entrevistados.

Com base nos pressupostos de Minayo (2007) o procedimento metodológico refere-se a algo que está para além da utilização de meras técnicas, posto que, a mesma abrange as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, a realidade e as interpretações sobre essa realidade. Desse modo, mediante essa interpretação, ficou estabelecido que a abordagem mais adequada para atender o objeto ora proposto seria a de natureza qualitativa.

Foi por acreditar nas possibilidades enriquecedoras que esse método poderia oferecer para a análise, pois se trata de uma proposta de estudo que irá lidar diretamente com elementos subjetivos apresentados pelos participantes e que são possíveis de serem coletados e examinados a partir dessa perspectiva.

Ou seja, análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 2007, p. 27).

Ainda no que concerne aos aportes metodológicos, destaca-se um instrumento que fora utilizado e que conferiu substancialidade aos objetivos buscados: a entrevista individual e semiestruturada, junto aos velhos trabalhadores aposentados que exerciam alguma atividade remunerada na cidade de Juiz de Fora/MG.

Através deste roteiro⁷¹ semiestruturado, algumas indagações foram postuladas, de acordo com critérios de maior relevância deste processo investigativo, e conseqüentemente, se procurou contemplar a discussão de algumas questões presentes no cotidiano dos sujeitos pesquisados, no que concerne a: escolaridade, tempo de aposentadoria, por qual motivo se

⁷¹ Anexo I.

aposentaram e valor de recebimento do benefício, vínculo empregatício, quanto tempo após a aposentadoria iniciou a atividade remunerada, quais motivos os levaram a exercer esta atividade, qual renda mensal deste trabalho, se mudou de atividade e o que levou a esta mudança, qual seria o recebimento principal (valor da aposentadoria em relação ao salário atual do trabalho) no custeamento das despesas mensais, se houve dificuldades em se inserir nesta atividade, como avalia a capacidade para o trabalho, questão das coabitações, adulto de referência econômica e afetiva, assim como a percepção trabalhadores quanto aos processos de segregação e exclusão presentes nesses relacionamentos e na sociedade em geral.

Compete destacar que os instrumentos de coleta de dados e as indagações aqui realizadas, não se limitam a recortes estanques ou desarticulados entre si, mas elementos facilitadores da busca pela compreensão do processo de envelhecimento da classe trabalhadora sob a perspectiva de uma totalidade vivida individual e socialmente.

Por conseguinte, a escolha por esse formato de roteiro também foi realizada propositalmente para que fosse permitida certa liberdade no transcorrer das perguntas, abrindo possibilidade para o surgimento, de ambas as partes – entrevistado e entrevistador - de questões ou temas que até então não haviam sido estipulados, mas que poderiam contribuir enriquecedoramente com o processo investigativo.

Associam-se a esse instrumento, a observação, por possibilitar apreender aquilo que não foi dito, mas que pode ser captado pelo pesquisador e que inclusive foi realizada em concomitância com a abertura do diálogo junto às questões direcionadas aos entrevistados.

O gravador também foi utilizado, visto que ele permite a análise aprofundada das falas dos entrevistados por meio da sua transcrição⁷². A opção pelo uso do gravador foi feita para que nenhum detalhe fosse desperdiçado ou perdido ao longo das falas dos entrevistados. Além disso, tornou disponível um material que possivelmente não seria captado novamente, contribuindo para que, a cada vez que fossem analisadas, novas observações fossem surgindo, sob diferentes ângulos, que na primeira vez não haviam sido percebidos.

O uso do termo *fala* está diretamente vinculado ao que Debert (1999) estabeleceu como distinção em se tratando da velhice, com os velhos em âmbito mais geral e a experiência pessoal. Dissertar acerca dos velhos em geral seria reproduzir os diversos estereótipos a partir dos quais ocorre a representação social da velhice. Contudo, falar de

⁷² “Con relación a la **transcripción**, considero que es sumamente enriquecedor que el propio investigador sea quien realice este trabajo y no lo delegue otras personas. Una de las razones que me llevó a hacer esta consideración, es la posibilidad de revivir el momento de la entrevista, y a partir de allí, capturar ángulos que no había percibido en el momento de la realización o que había considerado como secundarios. De esta manera se garantiza la fidelidad a la grabación, a lo que los sujetos dijeron o callaron, ya que era el entrevistador quien estaba en el momento de realizar la entrevista” (MOLJO, 2000, p. 10, grifos da autora).

experiência pessoal abrange uma série de atitudes, hábitos que fazem destes indivíduos um ser totalmente diferente de outro, ainda que eles considerem sua idade avançada, mas que ao mesmo tempo envolvem determinações dos membros desse grupo (DEBERT, 1999).

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de coleta de informações para as pessoas é a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (MINAYO, 2007, p. 64).

Ao trabalhar com as fontes orais, ao invés das fontes escritas, há a possibilidade de sair de uma regularidade padrão e direcionar a um processo de mudança. Trata-se de permitir apreender mais sobre os significados pertencentes a determinado assunto trabalhado, em uma dinâmica a qual as fontes escritas estariam vinculadas diretamente as questões de conteúdo, ao passo que, as fontes orais são caracterizadas pelo processo de transmissão de elementos sobre determinado assunto (MOLJO, 2000). A história oral seria uma metodologia qualitativa de pesquisa, que possibilita ampliar o conhecimento da realidade social, tendo, como um dos seus eixos, a experiência dos sujeitos. Desse modo, refere-se ao processo que busca dar evidência ao relato dos sujeitos na esfera pública, visando conhecer os significados que estes atribuem à sua experiência (a como eles vivem suas vidas).

Para tanto, compete a ultrapassar aspectos meramente descritivos, para buscar compreender os significados dos assuntos e suas histórias. Logo, não envolve desconhecer o assunto em sua estrutura, muito menos as condições materiais de existência, mas no seu inverso, implica entender como essa estrutura afeta a vida dos sujeitos e de como o mesmo produz e se reproduz nessa estrutura, através de sua própria experiência (MOLJO, 2007).

Es decir, una de las posibilidades que nos da esta metodología es la de trabajar con las personas que han vivido los procesos sociales que queremos investigar, por lo que esa “experiencia vivida” nos da una mirada peculiar que enriquecerá el proceso de investigación. Se trata de recuperar el lenguaje utilizado por los sujetos sociales lo que nos puede dar pistas sobre las formas de resistir de un pueblo, el lenguaje aparece como una forma de resistencia (MOLJO, 2007, p. 6, grifos da autora).

A escolha pelo uso da história oral fundamenta-se na busca pela captura do movimento da realidade, recuperando experiências, valores e significados. É dessa forma, a partir da história oral que seria possível desvendar os fatores, que a priori, estavam ocultos no

cotidiano desses sujeitos, mas que após seus relatos possibilitasse a compreensão das dimensões concernentes as suas práticas sociais e experiência de vida. Por meio da história oral, novas janelas são abertas, em um mundo que muitas vezes estavam escondidas por trás dos fatos que são apresentados como “alvos” ou quase “natural”, deixando passar despercebidas as experiências de vida das pessoas, seu mundo, assim como que as próprias contradições e ambiguidades (MOLJO, 2007).

Esse processo de coleta de dados, atribuído na entrevista e na captura da história oral dos sujeitos, confere resultados que são produzidos por ambas as partes envolvidas, neste caso, o entrevistado e o entrevistador. Um processo que não é construído de forma passiva, mas de forma ativa, pois os novos significados são constantemente produzidos. Deste modo, o resultado nada mais seria do que o fruto da relação estabelecida entre ambos os indivíduos, onde são interferidos aspectos de ordem objetiva, material e subjetiva.

De certo, compete salientar que não há processo de conhecimento científico-social destituído de julgamentos de valor e pressupostos políticos. Podendo concluir que, neste processo investigativo, tanto sujeitos quanto pesquisadores estão imbricados em um mesmo contexto, formando uma relação de co-partícipe, por meio da qual participam e contribuem mutuamente para esse movimento racional de busca pelo entendimento da realidade estudada.

Após esse esclarecimento quanto aos instrumentos selecionados para o processo investigativo, se faz necessário a delimitação do universo da pesquisa. E, embora, atualmente haja várias áreas de conhecimento se dedicando ao estudo do superenvelhecimento populacional, interessa, no âmbito desta pesquisa, dar evidência à parcela não desprezível (que descrita no item 2.3) da população envelhecida que retorna ao mercado de trabalho. Principalmente, os que na condição de aposentado ainda exerçam alguma atividade remunerada.

Dessa forma, os sujeitos dessa pesquisa foram os velhos trabalhadores que na condição de aposentados exercessem alguma atividade remunerada. Contudo, alguns critérios foram estabelecidos em vista de um universo heterogêneo de velhos trabalhadores.

Os critérios para a seleção dos participantes foram: a idade, ter 60 anos ou mais; a renda, um teto máximo de recebimento em torno de 5 (cinco) salários mínimos⁷³; a ausência de dependência econômica desse trabalhador para com sua família, pois o foco está em participantes que exercessem o papel de pessoa responsável economicamente ou que

⁷³Base pelo salário mínimo vigente, valor de: \$937,00.

despendia provisões a seus familiares; e, finalmente, exercer alguma atividade remunerada regularmente, independentemente de seu vínculo empregatício.

Este último critério foi de grande relevância para o avanço da pesquisa, uma vez que, grande parcela dos trabalhadores que foram indicados para participar exercia atividades muito esporádicas, sem qualquer regularidade que as caracterizassem como uma atividade remunerada, ou seja, eram indivíduos que realizavam esses atos menos de uma vez por mês, e até mesmo por um período maior, sem contar ou esperar pagamento pela realização da mesma, o que os destoava do foco desta pesquisa.

O próximo passo foi a quantificação das instituições que ofertavam programas municipais de atendimento e/ou tinham vínculo com perfil de trabalhador procurado, bem como das empresas que também os apresentavam no seu quadro de funcionários. Através, de uma pesquisa na internet, foi compilada uma relação de empresas, centros de convivências, associações e sindicatos, que a princípio demonstravam possuir contato com esses sujeitos em âmbito municipal.

Na fase do contato, estas empresas e instituições foram questionadas, via telefone e e-mail, no intuito de haver uma delimitação daquelas que possuíam tais profissionais e que tinham disponibilidade para a realização das entrevistas. Por meios desse contato, era informado o objetivo da pesquisa, o conteúdo do formulário de entrevista, a importância da participação na mesma, à prerrogativa da confidencialidade e sigilo, dando ênfase para o fato de que, a empresa que se dispusesse a participar o faria sem qualquer responsabilidade quanto o desenrolar da entrevista, fazendo parte apenas enquanto espaço para a realização da mesma, além da confirmação de que as perguntas não trariam nenhum agravo à sua dinâmica.

Foram realizados contatos com empresas de várias áreas de atuação, dentre elas: transporte coletivo, transporte de carga, transporte ferroviário, indústrias gráficas, fiação e tecelagem, metalurgia, confecções, produção e distribuição de bebidas, panificação, além de alguns sindicatos, inclusive a seccional do CRESS⁷⁴ em Juiz de Fora. Ao final desses contatos, muitos foram os empecilhos para a delimitação da amostra da pesquisa. Dentre as dificuldades de contatar as empresas, a demora no retorno do contato, a falta de uma relação quanto ao índice total de funcionários e do fato de que todo esse tramite era controlado por um único funcionário, que na maioria das vezes não tinha disponibilidade para fazê-lo,

⁷⁴“O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região é uma autarquia federal que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais. Instituído pela Lei 3.252/57, que regulamenta a profissão de assistente social, e pelo Decreto nº 994/62, hoje alterados para Lei 8.662/93, o Conselho é uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei.” Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/Menu/Institucional>>. Acesso em 20 fev 2017.

destacamos o mais significativo dos entraves, senão o maior deles, que foi a chamada “Política de Privacidade”.

Isso porque, sob essa justificativa, as empresas afirmavam estarem subjugadas por essa política que as impossibilitava de passar qualquer informação de cunho pessoal a respeito de seus funcionários. Ainda assim, foi explicado a natureza das ações da pesquisa, que, também, estava fundamentada na confidencialidade e sigilo dos dados coletados, além da garantia do anonimato sendo dificultada a associação das informações divulgadas e os relatos colhidos com as empresas e os funcionários.

Agindo sob a Política de Confidencialidade, mesmo depois das explicações, muitas empresas alegaram possuir o perfil de profissional buscado em seu quadro de funcionários, mas que estavam impedidas devido a confidencialidade dos cadastros e registros, a passar qualquer informação deles, o que impossibilitava o contato e o convite para a participação. E, quando a empresa se dispunha a contribuir com a pesquisa, havia a limitação pela própria indisponibilidade dos velhos trabalhadores aposentados que temiam serem expostos durante a entrevista.

Em se tratando dos sindicatos, todos foram atenciosos e mostraram-se dedicados a entrar em contato com as empresas para que houvesse disponibilização dos funcionários em participar da entrevista. Porém, a mesma dificuldade foi encontrada, mas com a associação de outro elemento: o tempo. A partir de depoimentos dos responsáveis pelos sindicatos foi observado que o maior agravante para o impedimento da realização das entrevistas, era a falta de tempo para que as empresas pudessem fazer a proposta a seus funcionários, do mesmo modo que, não haveria tempo hábil para que esses pudessem responder a pesquisa. Sobre as particularidades da condição social dos velhos da classe trabalhadora, o que acontece

A essas particularidades está associada a generalidade da condição da força de trabalho no capitalismo, como sua objetivação em *força material de produção*, desvalorizada, ao perder o *valor de uso* para o capital; o valor econômico do indivíduo na definição de utilidade que não considera as qualidades humanas na vida e no trabalho, mas apenas a quantidade, definida pelo tempo da produção, o tempo de trabalho ou quando os considera é para atualizar formas de subsunção do trabalho ao capital, de captura de sua subjetividade no processo de trabalho, ou de suas necessidades ricas no seu *tempo livre*, como forma de reprodução do capital pelo incentivo ao consumo e de controle opressivo do tempo de vida do trabalhador (TEIXEIRA, 2005, p. 68-69).

Deve-se mencionar ainda que o período de espera de retorno dessas empresas quanto ao número de funcionários com 60 anos ou mais aposentados e o levantamento da

possibilidade de participação deles na pesquisa, foi extremamente demorado, envolvendo inclusive, alguns meses no cronograma da pesquisa que até então não haviam sido estipulados para essa finalidade. Esse entrave pode ser justificado pelo fato de que o contato era feito com o departamento pessoal das empresas, um setor que na maior parte das vezes estava sobrecarregado de funções e trabalho, apresentando a mencionada falta de tempo para fazer a proposta junto aos funcionários.

É importante deixar claro que essa etapa do contato e compilação de entrevistados mostrou a falta de conhecimento dos dispositivos legais referentes ao segmento envelhecido da população por parte, tanto das empresas, quanto dos sindicatos. Ao ser solicitado o recorte amostral de funcionários idosos e aposentados era apresentado profissionais com 59 anos ou menos, sendo necessário esclarecer, tal como explicado nos capítulos anteriores, que a idade legal para ser considerado idoso no Brasil é igual ou superior a 60⁷⁵ anos de idade.

Contudo, essa indicação de profissionais com 59 anos ou menos deve ser analisada sob a perspectiva de que a mesma está relacionada, diretamente, a classificação etária vivida no interior do ambiente produtivo no qual o valor dos indivíduos está atrelado a produtividade e não a classificação legalmente estabelecida pelo Estado.

E, embora, sempre haja o estabelecimento de critérios para delimitação do universo da pesquisa, sempre existem elementos que podem resultar em certas modificações ou adaptações, principalmente quando chega o momento de contato com a realidade social estudada. Uma situação que também aconteceu no âmbito desta pesquisa e que obrigou a uma reavaliação quanto aos critérios selecionados, de modo que as entrevistas ocorressem, mas sem descomprometer o objetivo geral do estudo.

Dessa forma, alguns critérios acabaram por se (re) definir frente à realidade laboral encontrada. Foi flexibilizado o seguinte item: a dependência econômica. Porém, manteve-se o critério da idade, uma vez que, o foco está em sujeitos velhos, caracterizados por diversos fatores, dentre os quais se destaca o alcance a uma determinada idade. Tal posicionamento causou danos significativos à delimitação do universo da pesquisa, pois muitos, se não a maioria, dos “possíveis” participantes apresentavam idade igual ou inferior a 59 anos.

Contudo, em meio a todo esse processo até aqui desenvolvido e todas as revisões que foram estabelecidas, a aplicação das entrevistas foi feita em uma empresa no ramo da metalurgia que disponibilizou a relação de funcionários com o perfil estipulado e que

⁷⁵ Um dos marcos legais direcionados a esse público, tido por referência para essa discussão é o Estatuto do Idoso ou Lei 10.741 de 2003 (BRASIL, 2003).

demonstravam interesse em participar desse processo e, também, com a indicação do Sindicato de Trabalhadores na área de confecções de um profissional, vinculado ao mercado de trabalho, que estava interessado em contribuir com a pesquisa.

Por fim, e como fazia parte da proposta do processo investigativo, foi feito contato com a instituição referência no município na promoção de atendimento ao segmento envelhecido da população, o Centro de Convivência do Idoso – “Dona Itália Franco”⁷⁶. O atendimento à solicitação foi rápido e foram indicados os possíveis colaboradores que faziam parte do cadastro de usuários e atendiam ao perfil solicitado (velhos trabalhadores aposentados que exerciam alguma atividade remunerada).

É oportuno salientar que, o Centro de Convivência do Idoso promove atividades de substancial relevância aos velhos cidadãos do município de Juiz de Fora seguindo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) onde consta o eixo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Anteriormente conhecido como Pró-Idoso (de 1988 a 1997), o Centro de Convivência visa o aprimoramento e manutenção da autonomia, do convívio comunitário e o fortalecimento dos vínculos familiares de seus assistidos⁷⁷. Segundo informações colhidas na instituição e em sites, o mesmo conta atualmente com 2 (dois) Profissionais da Educação Física, 2 (duas) Assistentes Sociais, 1 (uma) Psicóloga, 1 (uma) Pedagoga e 6 (seis) Educadores Sociais responsáveis pelas oficinas que atendem diariamente acerca de 400 a 500 frequentadores. Estes últimos inclusive são compostos, em sua maioria, por aqueles pertencentes à classe trabalhadora que são objeto de estudo desta pesquisa.

De tal modo, ao final dos contatos, foram realizadas 11 (onze) entrevistas com o perfil de trabalhadores que contemplavam os objetivos estipulados, sendo 2 (duas) mulheres idosas e 9 (nove) homens idosos. A saber, dessas entrevistas, 6 (seis) trabalhadores foram direcionados pelo Centro de Convivência do Idoso, 4 (quatro) por meio do contato com a empresa Metalúrgica⁷⁸ e 1 (um) através da indicação do *Sindicato de Trabalhadores na área de confecções*.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.amac.org.br/servicos/idoso/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/centro-de-convivencia-do-idoso.html>>. Acessado em 20 de fev de 2017.

Disponível em: <<http://www.creasim.amac.org.br/>>. Acessado em 20 de fev de 2017.

⁷⁷ Aprofundamento vide: SILVA, M. A. M. **A Semente e o Girassol: Pró-Idoso 25 anos de História**. Juiz de Fora: Funalfa, 2013. Vide referências bibliográficas

⁷⁸ Este estudo não expôs o nome da empresa, visto que envolve diretamente o relato dos seus funcionários. Compete, então, apenas a descrição enquanto espaço de aplicação da pesquisa empírica. A companhia produz equipamentos para cozinhas industriais e conta com mais de 70 anos de atuação no município.

É importante deixar claro duas questões: a primeira refere-se ao número de participantes dessa pesquisa, uma vez que, não houve espaço para as questões quantitativas, mas a dimensão qualitativa do objeto, por possibilitar desvendar e saber mais sobre a realidade investigada. Já a segunda observação, envolve a predominância de um determinado sexo em relação ao outro. A quantidade de entrevistados homens em relação ao de mulheres fora significativamente superior. Esse último fator não foi definido previamente, pois foi aberta a possibilidade de participação indistintamente do sexo do interessado e ainda havia a questão da disponibilidade pessoal de cada entrevistado. Para tanto, esse dado está associado respectivamente aos espaços de realização da pesquisa empírica, uma vez que, dos 9 (nove) entrevistados, 4 (quatro) eram da Indústria Metalúrgica e 1 (um) indicado pelo Sindicato, ambos espaços de participação predominantemente masculino o que influencia diretamente na realidade do universo amostral.

Ficou definido somente a quantidade de participantes para que a coleta dos dados fosse realizada com propriedade de significados. Assim sendo, destaca-se a riqueza de possibilidades e conhecimento que esse processo da pesquisa empírica proporcionou, enquanto investigadora, dado que a realidade foi observada como um todo complexo e sustentado em uma relação dialética, em que seus fenômenos não são resignados ao pragmatismo.

O ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do *ciclo* se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Essa ideia também traduz delimitação do processo de trabalho científico no tempo, por meio de um cronograma. Desta forma, valorizamos cada parte e sua integração no todo. E pensamos sempre num produto que tem começo, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório. Falamos de uma provisoriedade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas (MINAYO, 2007, p.27).

O levantamento de sujeitos e da etapa investigativa, que tinham como objetivo delimitar o universo da pesquisa acabou, mas prossegue as novas reflexões e etapas desse processo que foi o contato direto com os pesquisados por meio da aplicação das entrevistas.

3.2. Análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

A análise que será apresentada nesta seção, refere-se ao compilado de todo referencial teórico e as falas dos entrevistados coletados por meio da pesquisa empírica, o que resultou em uma construção dialética e articulada destas etapas. Logo, a pesquisa empírica destaca-se pode ter possibilitado novas reflexões, que até então, não haviam sido consideradas, desfazendo os pressupostos iniciais e permitindo uma constante atualização desses questionamentos formulados no início da proposta de estudo.

Durante a interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo com os velhos trabalhadores aposentados de Juiz de Fora/MG serão utilizados, em determinados momentos, dados quantitativos a fim de que seja observado o índice de adesão da amostra da pesquisa aos dados apresentados em nível nacional e regional. Nesse momento, inclusive, haverá a exposição dos dados através de quadros e/ou gráficos que apresentem as observações constadas, mas que farão papel complementar à análise e sem intenção alguma podem ser concebidos sob um caráter estatístico ou direcionado a generalizações.

A abordagem e os dados obtidos, tanto com a pesquisa quantitativa, quanto com a pesquisa qualitativa, não são incompatíveis, dado que as mesmas não se opõem, mas, ao contrário, exercem uma relação de complementariedade. Logo, entre ambas haveria essa oposição complementar, entre as características que lhes são peculiares e que se bem trabalhadas teórica e praticamente têm a possibilidade de gerar informações enriquecedoras, um maior aprofundamento e fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2007).

A análise da relação mútua entre as falas dos entrevistados e os aspectos percebidos pelos pesquisadores serão expostos durante essa fase do trabalho, com comentários apresentados acerca das observações realizadas. O que se pretende aqui é ressaltar o fato de que esse processo se complementa expondo a totalidade que demonstra a realidade dos velhos trabalhadores aposentados que atuam no mercado de trabalho envolvido pelos determinantes da sociabilidade capitalista.

3.3. Identificando os sujeitos da Pesquisa:

A princípio, depois da tabulação dos dados, o perfil dos entrevistados será caracterizado, já realizando algumas considerações que estão relacionadas à manutenção ou reingresso ao mercado de trabalho. Esses dados foram organizados por meio dos seguintes elementos socioeconômicos: sexo, idade, escolaridade, situação conjugal, renda e estrutura familiar. Todos eles serão analisados, relacionados à realidade demográfica e, sobretudo ao mercado de trabalho. Sendo que, para melhor compreensão, a pesquisa foi dividida em assuntos que estavam direcionados aos objetivos aqui buscados e, que depois, foram reagrupados dentro daqueles elementos temáticos. Contudo, essa análise não se limita à mera caracterização, visto que abre possibilidade de os elementos serem analisados sob outros temas (o que será realizado no próximo item).

Importa salientar que os dados expostos neste item, não são de natureza quantitativa, posto que visam contribuir para a construção da análise de forma clara e objetiva contribuindo para a identificação dos sujeitos pesquisados.

Um fato que chama a atenção é, se o latente processo de feminização da velhice, for levado em consideração, este está distante do visto na pesquisa, em que foram entrevistados 9 (nove) homens e 2 (duas) mulheres. Logo, como referido anteriormente está ligado aos espaços onde se realizada a pesquisa (como a indústria e o sindicato) nos quais foi possibilitado uma amostra majoritariamente masculina

Todavia, nos estudos realizados por Camarano, Kanso e Fernandes (2014), foi feita uma análise dos índices de participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, em vários grupos etários, em que as autoras constataram que a participação da população de 50 anos ou mais, no período entre 2008 e 2012, diminuíram⁷⁹ para as mulheres, a despeito do aumento da expectativa de vida delas. Além de que, segundo as autoras, se por um lado o envelhecimento desse público contribuiu para a redução de sua participação no mercado, por outro, a própria realidade atual do mercado de trabalho também pode ter sido um dos fatores determinantes para essa queda de participação. Outra análise apresentada no estudo, diz que, além dessa menor participação feminina, em relação à masculina, as mulheres saem mais cedo do mercado de trabalho em relação aos homens, com a idade média de 59 anos.

⁷⁹Todavia, “apesar desta diminuição, em 2012, a sua taxa de participação foi duas vezes maior que a observada em 1981; 12,5% e 6.6%, respectivamente” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014, p. 394).

Em suma, os índices apresentados pela pesquisa empírica corroboram com as tendências nacionais, indicadas no item 2.2, de que para as mulheres a aposentadoria seria de fato a saída do mercado de trabalho, visto que o número mais elevado de participantes foi de homens aposentados trabalhando, em relação ao de mulheres. “Isso pode ser explicado pela sua menor participação na atividade econômica e pelo fato de que a maior parte delas se aposenta por idade” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014, p. 388).

Sobre a idade dos participantes, participaram 2 *adultos de meia-idade* (45 a 64 anos), 6 *jovens-idosos* (65 a 75 anos) e 3 *idosos-idosos* (acima de 75 anos), usando a nomenclatura de Debert (1999).

Esses dados, também, compactuam com o que foi apresentado ao longo dessa dissertação, por meio das colocações de Camarano (2014) acerca do envelhecimento da força de trabalho e da população em si, em que o público idoso também tende a envelhecer dentro do seu próprio contingente, demonstrando mudanças na estrutura etária no sentido de um superenvelhecimento.

Compete destacar que, no que tange à redução da taxa de participação no mercado de trabalho, a idade pode ser considerada a variável mais importante no que refere a essa participação, tanto de homens como de mulheres (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014). Sendo essa uma das justificativas para a diminuição atual das atividades para as mulheres e também do público envelhecido como um todo.

Quanto ao nível de escolaridade, foram identificados níveis baixos, com os seguintes dados: 5 (cinco) dos entrevistados possuem Ensino Fundamental Incompleto, variando entre o 1º ano, o 3º ano e o 4º ano. 4 (quatro) participantes declararam possuir o Ensino Médio Completo. 1 (um) entrevistado afirmou que possui o Ensino Médio Incompleto. E, apenas 1 (uma) entrevistada declarou que concluiu o Ensino Médio e que realizou duas formações complementares, sendo o Magistério e curso Técnico em Química.

Essa realidade está de acordo com o “Diagnóstico Socioeconômico da População idosa de Juiz de Fora”, realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, pois, o acesso à educação era até pouco tempo realizado de forma escassa⁸⁰, ganhando propensões e universalização do acesso em um período mais recente. Esse acesso universal da educação, inclusive, conforme já demonstrado neste trabalho, é parte das mudanças no mundo do

⁸⁰De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, 35,4 % das pessoas de 60 anos ou mais possui de 1 a 3 anos de estudos, seguindo de 25,8% sem instrução e menos de 1 ano de estudo, além de dos 21,4 % com 9 anos ou mais de estudo e os 17,4% com 1 a 3 anos. Sendo que a média nacional é de 5 (cinco) anos de estudo. (Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, tabela 3.20). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em 15 de fev de 2017.

trabalho, que solicita um trabalhador cada vez mais apto e capacitado para executar suas funções. Demonstrando nitidamente que, evoluções da ciência e da educação seguem objetivos comuns ao do modo de produção capitalista, o qual visa continuamente a associação entre o aumento da produção com a inserção de novas tecnologias e de mão de obra qualificada e a redução de seus custos, sobretudo com diminuição do gasto com força de trabalho.

Ainda de acordo com o Diagnóstico, os idosos brasileiros tiveram acesso restrito a educação formal, com a presença de taxas de escolaridade baixas entre eles, principalmente entre as mulheres. “Níveis de alfabetização considerando o sexo das pessoas idosas são diferenciados. Homens idosos, proporcionalmente, mais alfabetizados que mulheres idosas. Diferença de tratamento entre homens e mulheres no Brasil, seja no âmbito do poder público ou da família, é histórica” (CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/UFJF, 2012, p. 9).

O critério da escolaridade merece destaque ao analisar questões relacionadas ao mercado de trabalho. Isso porque, os índices de participação no mercado aumentam, proporcionalmente, aos anos de escolaridade do trabalhador. Assim, no período de 1992-2012 se observou que a participação do grupo mais escolarizado, ou seja, com onze anos ou mais de estudo, permaneceu constante, o que não foi verificado nos grupos menos escolarizados, em que foi apresentada uma tendência de queda, expressivamente na década de 2000. Porém, o que se percebe é a ampliação do acesso à escola por parte da população brasileira, demonstrada, a partir, do fato de que, se 2000, 56% da PIA do país não havia completado o ensino fundamental, atualmente houve uma inversão e a maior parte da PIA tem o ensino fundamental. (BARBOSA, 2014a).

No que tange os aspectos relacionados à situação conjugal, há uma prevalência de entrevistados casados, ou seja, 5 (cinco) deles estão nessa condição; 3 (três) declararam estar divorciados; 2 (dois) disseram ser viúvos; 1 (um) entrevistado afirmou ser solteiro.

Segundo Camarano e Fernandes (2014), analisando sob o aspecto da realidade demográfica do país, uma maior proporção de pessoas envelhecidas poderia acarretar no aumento da proporção de viúvos. Contudo, isso não ocorreu e, possivelmente, pelo aumento dos índices de separações e novos casamentos.

Camarano (et al 2014) chegou a demonstrar que a grande maioria do segmento entre 50 a 69 anos não trabalhavam, não procuravam emprego e não eram aposentados. Os denominados “nem nem⁸¹”. Sendo que, em 2012, 80,4% das mulheres nessa faixa etária

⁸¹“O fenômeno dos “nem nem” foi primeiro observado entre a população jovem, no caso jovens que não estavam e nem trabalhavam” (CAMARANO et al 2014b, p. 396).

estavam nessa categoria, o que leva a acreditar que exista um componente de gênero nesse fenômeno. Logo, no que abrange relação entre a situação conjugal e o mercado de trabalho, em torno de 78% dessas mulheres estavam casadas⁸². Por conseguinte, diante desses índices nota-se que umas das possíveis justificativas para que as entrevistadas estejam se mantendo atuantes no mercado pode estar relacionado ao estado civil delas, visto que, uma é viúva e a outra divorciada.

Além disso, as condicionalidades impostas pelo desemprego estrutural e até mesmo a precariedade do trabalho estaria resultando no aumento de mulheres viúvas que passaram a ser responsáveis pelos proventos de referência de suas famílias através de aposentadorias ou de pensões (MOTTA, 2004). O que pode ser confirmado através da fala da entrevistada 2, bem como a redistribuição dos benefícios entre parentes que não residem no mesmo local:

Eu ué? O filho que mora comigo depende do meu dinheiro, porque não trabalha”. [...] “Dô” eu “dô” “pra” dois, meninos, rapazes. Dois filhos, solteiros. Eles precisam, porque estão desempregados.

Abaixo, um quadro “perfil” que foi elaborado após a consolidação desses dados (acerca do sexo, idade, escolaridade e situação conjugal) voltados à identificação dos entrevistados e suas possíveis correlações com a atuação no mercado. Esse quadro foi tomado como referência ao longo da análise, sobretudo, quanto à referência do entrevistado, como foi o caso da exposição da fala da Entrevistada 2.

Quadro 1: Identificando os velhos trabalhadores entrevistados, através dos itens: sexo, idade, escolaridade e situação conjugal.

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Situação conjugal
Entrevistado 1	Masculino	72 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Divorciado
Entrevistada 2	Feminino	64 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Viúva
Entrevistada 3	Feminino	66 anos	Curso Técnico e Magistério	Divorciada
Entrevistado 4	Masculino	76 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Casado
Entrevistado 5	Masculino	76 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Divorciado
Entrevistado 6	Masculino	77 anos	Ensino Médio Completo	Viúvo

⁸² “A construção da variável casada foi realizada da seguinte forma: a mulher é considerada casada se for a chefe de família com o cônjuge ou o cônjuge feminino; a mulher é considerada solteira se for a chefe do domicílio sem cônjuge e se for a filha. Portanto, no grupo das solteiras é possível que existam mulheres divorciadas. Os gráficos A.3 e A.4 (apêndice A) mostram a composição das mulheres casadas e das solteiras ao longo do período 1992-2012. Tanto entre as casadas quanto entre as solteiras, nota-se um aumento significativo das mulheres chefes de família, ainda que entre as casadas a maior parte seja representada pelos cônjuges femininos” (BARBOSA, 2014b, p. 430).

Entrevistado 7	Masculino	62 anos	Ensino Médio Incompleto	Casado
Entrevistado 8	Masculino	72 anos	Ensino Médio Completo	Solteiro
Entrevistado 9	Masculino	72 anos	Ensino Médio Completo	Casado
Entrevistado 10	Masculino	73 anos	Ensino Médio Completo	Casado
Entrevistado 11	Masculino	72 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Casado

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017.

Quase todos os entrevistados, são proprietários da casa onde residem, afirmado por 10 (dez) deles. Apenas 1 (um) indicou a opção *outro tipo de moradia*, dentre as que compreendiam o item situação de moradia, a saber: *própria, alugada, cedida e outra*. Mais especificamente, uma entrevistada está arcando com o financiamento da Caixa Econômica Federal referente ao programa “Minha Casa, Minha Vida⁸³”. Interessante observar que nenhum participante reside na casa de parentes como filhos, irmãos, podendo ser apreendido como um dos fatores referentes à autonomia que esses indivíduos exercem em relação aos seus familiares, bem como que influenciar na própria composição familiar em que foi possível perceber nas relações intergeracionais nos domicílios destes idosos.

Logo, no que compreende a composição familiar, os arranjos familiares são bem diversificados. O maior índice verificado foi de 3 (três) participantes que declararam residir com esposa e outro parente e/ou agregado, ou seja, 1 (um) trabalhador declarou que residem ele, sua esposa, o neto e a namorada. 1 (um) trabalhador que afirmou morar com a esposa, a neta e a bisneta, e, 1 (um) trabalhador que reside com a esposa e a cunhada. Além disso, 2 (dois) dos entrevistados residem com a esposa e um filho.

2 (dois) dos entrevistados declararam morar com outros parentes e/ou agregados, sendo que, 1 (um) trabalhador divide a residência com suas irmãs e 1 (um) trabalhador mora com a ex-companheira e uma neta.

1 (um) entrevistado declarou residir com uma companheira; e 1 (um) entrevistado reside com um filho, Todos esses dados somados representam 9 (nove) dos entrevistados que

⁸³O programa *Minha Casa Minha Vida* é de iniciativa do Governo Federal e oferece meios para o financiamento de moradias nas áreas urbanas a famílias de baixa renda, ou a reforma e construção nas áreas urbanas e rurais. Dentro da proposta do programa, existem quatro modelos de financiamento de acordo com a faixa de renda das famílias. Nossa entrevistada é contemplada com a faixa 1, a qual se destina: “**Famílias com renda de até R\$ 1.800,00:** Faixa 1 - A Caixa oferece várias vantagens para a sua família. Conte com um financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar. A garantia para o financiamento é o imóvel que você vai adquirir. Assim, fica muito mais fácil realizar o sonho da casa própria”. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 20 fev 2017.

não residem sozinhos. Sendo que, o restante dos participantes, ou seja, 2 (dois) deles afirmaram residir sozinhos.

Quadro 2: Composição familiar dos velhos trabalhadores entrevistados.

Entrevistados	Situação Conjugal	Composição Familiar	Descrição
Entrevistado 1	Divorciado	Outros parentes e/ou agregados	Ex- companheira e a neta
Entrevistada 2	Viúva	Reside com filho	Um Filho
Entrevistada 3	Divorciada	Reside sozinha	Sozinha
Entrevistado 4	Casado	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa e a Cunhada
Entrevistado 5	Divorciado	Reside com a esposa	Esposa (união consensual)
Entrevistado 6	Viúvo	Reside sozinho	Sozinho
Entrevistado 7	Casado	Reside com a esposa e filha	Esposa e uma filha
Entrevistado 8	Solteiro	Reside com as irmãs	Duas Irmãs
Entrevistado 9	Casado	Reside com a esposa e filho	Esposa e um filho
Entrevistado 10	Casado	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa, uma neta e uma bisneta
Entrevistado 11	Casado	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa, um neto e a namorada do neto

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017.

Os resultados confirmam o que Motta (2000) afirmou acerca das recentes configurações familiares, nas quais há famílias ampliadas em combinações novas e de coexistência entre várias gerações. Como é o caso de alguns entrevistados que residem com irmãos, cunhados, filhos, netos, bisnetos, e em determinados casos, até com os companheiros desses três últimos. Envolvendo novas experiências de convivência, a ampliação da solidariedade familiar, além de novas contradições e conflitos. Na análise desses novos arranjos, deve haver cuidado com as generalizações e neutralidade que possam ser empregadas nos discursos que narram essas relações intergeracionais e o emprego da solidariedade familiar, uma vez que “os aspectos internos aos arranjos familiares são complexos e difíceis de ser analisados. Não se deve assumir que um número maior de pessoas morando juntas se traduza, necessariamente, em maior suporte aos idosos, principalmente em regiões carentes” (CAMARANO, 2004, p. 140).

No que diz respeito à composição dos arranjos familiares, observa-se o tamanho reduzido das famílias que aqui se apresentaram. Fato que foi estudado por Camarano (et al, 2004), ao afirmar que o tamanho médio das famílias brasileiras reduziu nos últimos tempos, sendo justificado pela redução no número de filhos nelas vivendo. É o fenômeno que Motta (2000, p. 4) chamou de “os seculares ciclos da vida modificando seu desenho tradicional”, em que há a saída tardia ou a não-saída dos filhos das casas dos pais; o retorno dos filhos adultos, com ou sem companheiros, as maternidades e paternidades sem a constituição de novo núcleo familiar ou unidade doméstica, além do que aqui se busca compreender: o papel dos velhos desse núcleo, pais e avós, como chefes e/ou provedores do seio familiar.

De tal modo, também direcionamos a pesquisa para compreender quem predominava como pessoa de referência econômica do domicílio. No que tange a possível contribuição desses trabalhadores, através de suas aposentadorias e/ou a renda do seu trabalho para com suas famílias, podendo inclusive, estas condições estarem ligadas as motivações para que eles se mantenham ou reingressem no mercado de trabalho.

Portanto, *quando questionados acerca de quem era a pessoa de referência⁸⁴ econômica do domicílio, por unanimidade, todos os entrevistados afirmaram serem eles.* Dados que seguem a tendência nacional, apresentada no item 2.2, em que grande parte das pessoas de 60 anos ou mais são consideradas a pessoa de referência do domicílio. Assim, as famílias que aqui se apresentam são as “*de*” idosos, em que ele é o chefe ou cônjuge e não as famílias “*com*” idosos, em que o mesmo reside na condição de parente do chefe, os denominados “vulneráveis que demandam ajuda de familiares” (CAMARANO, 2014b, p. 138).

Como os participantes gozam de autonomia e são independentes, a forma como ocorrerá a distribuição de suas rendas é decidida pelos próprios trabalhadores. Assim, os velhos trabalhadores aqui analisados não são aqueles compreendidos como “vulneráveis” e que necessitam da ajuda de seus familiares, mas aqueles que são considerados arrimo de família, que possuem o poder econômico da mesma, mantendo-se no mercado de trabalho ainda que aposentado.

Apesar de serem vistos como frágeis, os idosos vêm assumindo um papel de destaque no interior da família ao contribuir de forma significativa, com sua renda,

⁸⁴ Como foi demonstrado na introdução desse estudo, em 2013, (64,4) das pessoas de 60 anos ou mais era a considerada pessoa de referência do domicílio. Taxa que teve pouca variação em 2015, representando (63,7%) dessas pessoas. (Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, tabela 1.20). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 fev 2017.

para o orçamento familiar. Então, uma outra maneira de avaliar o papel que os idosos vêm assumindo em termos de apoio às famílias é através da participação da sua renda na renda familiar. No caso dos idosos juiz-foranos, verificou-se na abordagem quantitativa que 12,4% garantem seus sustentos através da ajuda de parentes e amigos; e 21,6% recebem ajuda financeira (dinheiro) da família, enquanto **54,6% oferecem esse tipo de ajuda aos familiares** (CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/UFJF, 2012, p. 94-95, grifo nosso).

Portanto, essa co-residência pode demonstrar uma transferência de apoio intergeracional, refletindo as necessidades que essas famílias estão enfrentando no contexto socioeconômico atual, em que se destacam as transformações no mundo do trabalho, assim como as mudanças de natureza demográfica que foram discutidas anteriormente e que vem gerando alterações nos papéis exercidos no núcleo familiar (CAMARANO *et al.* 2014). Prova disso, está nessa responsabilidade de manutenção das famílias assumidas pelos idosos e como também analisado no item 2.2, a tendência de crescimento na proporção de famílias que estão sendo chefiadas por mulheres

Essas residências conjuntas, em sua maioria, têm sido motivadas por parte dos mais jovens, visto que, estes estão mantendo-se “economicamente dependentes de seus pais por períodos mais longos, prolongando sua condição juvenil ou tornando-se adultos na casa dos seus pais em condições diferentes das anteriores” (CAMARANO; KANSO; MELLO; PASINATO, 2004, p. 140). O que foi constatado por meio das falas dos participantes, visto que, os filhos que residem com eles já estão na fase adulta, mas continuam dependendo do suporte dos pais, em que as justificativas e/ou necessidades perpassam desde a situação de desemprego, a dificuldade financeira de manter uma residência própria, até a “estabilidade” financeira proporcionada para que os filhos possam se dedicar aos dispêndios de realizações pessoais.

Elementos observados nas falas dos entrevistados, com destaque para o entrevistado 7, que reside com a filha e a esposa, sendo presenciada a saída tardia da filha da casa dos pais, que está se mantendo com eles para ter maiores possibilidades de juntar recursos para o investimento no enlace matrimonial.

Ela é solteira e está se preparando para o casamento. Por isso continua conosco para levantar dinheiro e economizar. “Só” que ela tem a renda dela (Entrevistado 7).

A entrevistada 2 expõe a situação de desemprego como justificada para a necessidade de coabitação, mas enfatiza que, independentemente, da condição do filho frente ao mercado de trabalho, a condição de moradia do filho ainda seria a mesma.

Meu filho depende de mim. Eu “mantenho ele” porque “ele” está desempregado. Vive procurando emprego, mas mesmo assim ele ia continuar morando comigo, porque precisa! (Entrevistada 2)

O entrevistado 10 explicita uma relação e convivência intergeracional pela coexistência entre várias gerações presente na sua composição familiar, dado que o mesmo reside com a esposa, uma neta e uma bisneta, sendo que ele exerce o papel de provedor do seio familiar. Assim, como expõe a ampliação da solidariedade familiar em meio a realidade atual fundamentada nas transformações no mundo do trabalho e na crise do capital.

A necessidade é delas. Ela é separada do pai da menina e não conseguiu pagar aluguel, então eu ajudo. O que ela ganha não dá para as duas, então eu ajudo com alimentação e deixo fica lá em casa. Ela tenta o que pode, mas “tá” difícil! Não tem vendido muito, então fica apertada durante o mês. Imagina se estivessem sozinhas? (Entrevistado 10)

De forma geral, independente desses trabalhadores residirem com jovens, adultos ou com pessoas na mesma faixa etária que eles, observa-se que *todos* os que residem com algum parente e/ou agregado, ou seja, 9 (nove) casos da pesquisa, apresentaram justificativas associadas às necessidades por parte desses parentes/agregados e não referente a si mesmo. Em algumas falas foi demonstrada a manutenção no mercado de trabalho tendo como fator determinante essa coabitação, em que o trabalhador busca aumentar ou manter a renda familiar. Reflexão que foi levantada no item 2.2, mediante as colocações de Camarano, Kanso e Fernandes (2014) acerca das variáveis que contribuem para a permanência no mercado de trabalho, que aqui se apresentam ligadas ao número de membros do domicílio e o fato desse idoso ser considerado o chefe do seio familiar

Analisando a fala do entrevistado 9, por exemplo, que reside com o filho e a esposa é possível constatar que o fato dele ser a referência econômica da família está correlacionado à dependência econômica dos parentes, tornam-se critérios relevantes na decisão de se manter no mercado de trabalho. Isso porque, a coabitação parte da necessidade que o filho apresenta frente a situação de desempregado e, por conseguinte, da dificuldade de arcar com despesas pessoais e a pensão alimentícia de seus filhos. Resultando na transferência de uma ajuda mensal, de caráter financeiro, por parte do entrevistado, além de ter à sua disposição o domicílio e os recursos básicos para a sua sobrevivência.

Meu filho tem que pagar pensão, mas “tá” desempregado. “Pra” ele não ser preso eu pago no lugar dele. Ele mora comigo e fora que dou “pra” ele R\$1000,00 de ajuda todo mês. Então, como vou fazer se não “tiver” trabalhando? (Entrevistado 9)

Em suma, esses resultados corroboram com a fala de Camarano, Kanso, Mello e Pasinato (2004) em que os apoios intergeracionais têm se apresentado como crescente estratégia de sobrevivência, ainda que sob formas diferenciadas, sendo que se destaca a co-residência. Contudo, “as transferências de apoio intergeracionais (...) não se restringem à co-residência. Incluem outros aspectos, tais como transferência de renda, bens e recursos, entre os quais uma parcela não-deprezível refere-se ao apoio emocional, cuidados pessoais e outros recursos intangíveis” (CAMARANO; KANSO; MELLO; PASINATO, 2004, p. 138).

Foi apresentado, assim, em outros relatos, vínculos de dependência que não exclusivamente estão relacionados à dependência financeira, mas devido a necessidades de outra natureza, como é o caso do entrevistado 8, que mesmo sendo o chefe da estrutura familiar destacou a necessidade que as irmãs possuem devido à condição de saúde delas e a relação de apoio mútuo entre todos eles.

Na minha casa nós somos muito unidos, sabe!? Isso é desde quando fomos cuidar dos nossos pais. Eu moro com as minhas irmãs para cuidar da saúde delas, mas quem tem a maior renda sou eu. Sendo assim, eu que “tive” que trabalhar para nossa renda dá. Entende? (Entrevistado 8)

Assim, como o entrevistado 4, que demonstrou existir sim, uma necessidade financeira na forma como se configura sua estrutura familiar e que é inclusive um dos fatores para que ele se mantenha no mercado de trabalho, mas que a necessidade de uma convivência por parte da cunhada contribuiu para que existisse a co-residência.

Minha cunhada não tem ninguém! Nós acolhemos “ela”. “Lá” eu que sou o responsável pela casa, as despesas, sabe!? Inclusive meu salário é importante “pra” manter as coisas, mas preciso juntar com o do meu serviço (Entrevistado 4).

Quadro 3: Síntese entre a composição familiar dos velhos trabalhadores, a pessoa de referência da família e a direção da necessidade de coabitação.

Entrevistados	Composição Familiar	Descrição	Pessoa de Referência	Necessidade de Coabitação por parte de:
Entrevistado 1	Outros parentes e/ou agregados	Ex- companheira e a neta	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistada 2	Reside com filho	Um Filho	O Próprio	Parentes e/ou agregados

Entrevistada 3	Reside sozinha	Sozinha	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 4	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa e a Cunhada	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 5	Reside com a esposa	Esposa (união consensual)	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 6	Reside sozinho	Sozinho	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 7	Reside com a esposa e filha	Esposa e uma filha	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 8	Reside com as irmãs	Duas Irmãs	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 9	Reside com a esposa e filho	Esposa e um filho	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 10	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa, uma neta e uma bisneta	O Próprio	Parentes e/ou agregados
Entrevistado 11	Reside com esposa e outro parente e/ou agregado	Esposa, um neto e a namorada do neto	O Próprio	Parentes e/ou agregados

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017.

Por conseguinte, ainda no que tange a existência de um vínculo de dependência ligado à necessidade financeira, alguns participantes direcionam parte do seu rendimento mensal a pessoas que não residem no mesmo domicílio que eles. Nesse caso, inclusive, foi observado os mesmos efeitos das realidades trabalhista atuais, na qual o desemprego acarreta na busca por parte de parentes e/ou agregados ao suporte dos velhos trabalhadores aposentados.

A entrevistada 2 tem sua renda distribuída entre ela, um filho residente com ela e mais dois filhos, que embora estejam em residências diferentes, dependem de recurso mensal. Esse auxílio financeiro, também é realizado pelo entrevistado 1, uma vez que, presta um auxílio financeiro de forma esporádica à filha, que assim como os casos citados anteriormente, está desempregada atualmente. Compete destacar que, esse participante da pesquisa tem direcionado “auxílio” à sua filha não somente na questão financeira, mas, sobretudo, nos cuidados com a neta, pois ele reside com a criança e divide a responsabilidade de sua formação com a ex-companheira.

Dou sim! [...] A milha filha é meio deslocada, né?! “Ajudo ela”. No caso aí, de vez em quando, porque ela “estourou” meu cartão. Ela não pagou e eu que tive que pagar, aí me apertou! (Entrevistado 1)

Ainda no que concerne à composição familiar buscou-se analisar como se apresentam as relações que a partir dela se estabeleciam, dado que são configurações familiares cada vez mais diversificadas e com a presença da coexistência intergeracional. Questionou-se desse modo, como os entrevistados se sentiam em frente aos seus familiares (entre valorizado e desvalorizado, questão do reconhecimento), e como avaliavam sua relação com os parentes (se existia a presença de diálogos constante). Indagações baseadas no fato de que, essas novas configurações estão resultando na compreensão de “que experiências e valores, bem como suporte financeiros e emocional estão sendo compartilhados entre várias gerações” (CAMARANO; KANSO, MELLO; PASINATO, 2004, p. 149).

Diante disso, a princípio, no que se refere à relação com os familiares e as trocas intergeracionais *todos* os entrevistados relataram de forma positiva, com a presença de uma convivência pacífica, embora em alguns momentos ocorram certas divergências de opiniões que são rapidamente superadas. Avaliação que se manteve inalterada ao serem questionados quanto à comunicação entre os membros e a predominância de diálogos constantes entre si. Destacam-se as falas do entrevistado 10 e o entrevistado 7:

Não, não! Vivemos bem! Relação boa! Combinamos bem, as vezes dá uns atritos, mas é coisa boba que resolve na hora (Entrevistado 10).

De maneira geral tranquila. Conversamos no dia-a-dia. Muito difícil brigarmos, só discussões pequenas mesmo (Entrevistado 7).

Todavia, cabe destacar a fala da entrevistada 2, que ao avaliar sua relação com seus familiares demonstrou a insatisfação para com um dos filhos que não reside com ela, e que só a procura quando necessita de algo, no caso recurso financeiro.

Pode falar de quem não mora com a gente? Porque tem esse meu menino, sabe?! Que só liga quando precisa de dinheiro, se não for isso nem “vejo ele”. A gente nem conversa (Entrevistado 2).

Articulado a essas questões que envolvem a relação familiar, perguntou-se se os participantes se sentiam valorizados ou desvalorizados por seus familiares, bem como se eles se viam enquanto referência para os outros, seja pelos aspectos econômicos, laços afetivos, apoio emocional ou dedicação aos cuidados. Por unanimidade, os entrevistados responderam que se sentem valorizados pelas pessoas que residem junto com eles.

Chama a atenção que, dois dos participantes associavam sua valorização à questão de dependência dos membros de sua família para com ele; ao fato de ser a pessoa de referência do domicílio e por estarem atuando no mercado de trabalho.

Valorizado. [...] Pelo desempenho do meu trabalho. Continuo trabalhando. Todo dia saio cedo e vou “pra” luta! (Entrevistado 9)

Valorizado. [...] Eles dependem de mim! Estou sempre ajudando. Já contam com minha “ajudinha” todo mês (Entrevistado 5).

Quanto a família tê-los por referência, vários relatos também se mantiveram positivos, ora relacionados à perspectiva de se sentirem úteis aos seus familiares, vinculados aos laços afetivos, ao direcionamento de apoios e dedicação aos cuidados.

Sim! Eu sou o alicerce da casa, a proteção deles (Entrevistado 11).

Sempre estamos juntos. Elas sabem que podem contar comigo (Entrevistado 8).

Ora relacionados aos aspectos cívico-morais de conduta na sociedade, como é o caso do entrevistado 7 e o entrevistado 1.

Sim, ué?! Tenho princípios, metodologia de vida. Elas vêm isso. Acabo sendo respeitado (Entrevistado 7).

Sim, cumpro com os meus deveres (Entrevistado 1).

Em suma, a partir das categorias analisadas neste subitem foi possível observar que nas famílias em que esses velhos trabalhadores estão inseridos, eles têm se sentido valorizados por seus familiares e/ou as pessoas com que convivem. Expondo de forma positiva as relações que vem sendo estabelecidas, que embora ocorram momentos de atritos, demonstram certa satisfação e o reconhecimento por parte dos familiares. Essa, inclusive, teria sido associada ao fato dos mesmos estarem no mercado de trabalho ou exercerem o papel de chefe do domicílio.

Quanto a este último item estudado, constatamos que *todos* os participantes se intitulam como a pessoa de referência econômica da família, sendo a dependência estabelecida no sentido das pessoas que residem com ele e não dele para com os familiares. Ainda atrelado a essa referência, demonstrou-se que a necessidade na coabitação também

parte do familiar e/ou agregado, resultando em arranjos familiares bem diversificados, em que encontramos a convivência de várias gerações na mesma residência.

3.4. Trajetória laboral e os determinantes da participação do velho trabalhador aposentado no mercado de trabalho.

Como foi refletido no Capítulo II, em que analisamos as transformações no mundo do trabalho, o período atual, marcado pelo modo de produção capitalista passou por um processo de reestruturação produtiva, ao passo que foram assumidas novas formas de organização e gestão da produção que impactaram diretamente na vida dos trabalhadores. Destaca-se assim, que o capitalismo regido pela lógica da acumulação flexível adere a uma nova racionalização do trabalho, que aposta na inserção massiva de novas tecnologias e na captura da subjetividade⁸⁵ do trabalhador. Dessa forma, observa-se o envolvimento desse último em processos que vão desde a execução de tarefas até a dedicação a ações proativas. Além de influenciar diretamente sobre a conformação e o processo de consciência da classe trabalhadora no cenário atual.

No que se refere à dimensão objetiva do trabalho com um (novo) e precário mundo do trabalho⁸⁶, acontece uma flexibilização do processo produtivo com a presença de condições empregatícias cada vez mais sucateadas, em que os próprios trabalhadores se submetem as condicionalidades impostas pela dinâmica capitalista *tentando* manter-se empregado, ou até mesmo, disputando uma vaga, visto que é indispensável para que ele e seus familiares possam suprir suas necessidades e obterem possibilidade para a sua manutenção.

Se, por um lado a reestruturação produtiva possibilitará o estímulo à economia de trabalho vivo e o aumento das taxas de lucro, por outro, resultará no crescimento do contingente de trabalhadores que ficam “disponíveis” para o capital, não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho. Essa “disponibilidade” nada mais seria do que o desemprego que vem atingindo propensões mundiais grandiosas e na situação enfrentada atualmente pelo país

⁸⁵Na sociedade atual, o trabalho ocupa uma posição de destaque na estrutura social, cabendo a ele o mérito de criador da sociabilidade humana. De tal modo, o mesmo envolve não apenas os aspectos objetivos de (re) reprodução, mas também os subjetivos. Compreende-se, aqui, como foi exposto no item 2.3., que o trabalho está para além do ato laborativo, ele envolve a humanização do homem, sua sociabilidade, em que são construídos valores que conformam o modo de vida dos sujeitos. Dessa forma, como afirma Alves (2000), essa “captura” da subjetividade dos trabalhadores é realizado de forma sutil, através de um conjunto de valores que abrange a percepção coletiva do ser inserido na sociabilidade do capital.

⁸⁶ Termo utilizado por Alves (2000).

representa segundo dados da PNAD de 2017, (13,7%) dos trabalhadores, ou seja, mais de 13 milhões de pessoas estavam sem emprego estável em março desse ano.

Nesse sentido, o modo como o trabalho é realizado na sociedade capitalista abarca realidades socioeconômicas fruto das condições de classe⁸⁷, que por sua vez vão criar distinções no processo de envelhecimento e na velhice dos indivíduos. Isso porque, na sociedade capitalista, o envelhecimento é perpassado por contrastes e desigualdades que, embora, possua características individuais, também, reflete situações que acomete todo um grupo etário, como é o caso de uma determinada classe social.

Frente a estas transformações no mundo do trabalho é que se busca compreender o lugar ocupado pelos velhos trabalhadores aposentados no mercado de trabalho. Tentando perceber o que eles, enquanto sujeitos individuais e coletivos, vivenciam, tanto em suas particularidades, como, também, nas situações que são as mesmas a toda classe trabalhadora.

Assim, os entrevistados foram questionados acerca dos motivos que os levaram a exercer a atividade atual, mesmo aposentado. Baseado em suas afirmações foi demonstrado como esse processo de busca pelo conhecimento de uma realidade social é algo surpreendente e absolutamente dialético. E, mesmo sabendo que haveria elementos de caráter material e social nos relatos dos participantes, os resultados apresentaram colocações bem equiparadas e ao mesmo tempo, ricas de determinações.

De tal modo, a grande maioria dos participantes associou a questão material (a *questão econômica*), como o motivo determinante que os levaram a se manterem no mercado de trabalho; ou seja, dos 11 (onze) entrevistados, 8 (oito) deles agregaram como justificativa para a sua manutenção no mercado de trabalho a questões ligadas a *condições materiais de reprodução de complemento de renda ou dificuldade financeira*.

Desses 8 (oito) participantes, 2 (dois) mencionaram diretamente a questão do valor recebido pelo benefício previdenciário, que giram em torno de 1 a 2 salários mínimos mensais, não possibilitando a cobertura total de suas despesas. Isso pode ser observado na fala dos entrevistados 8 e 5. No caso do entrevistado 1, este ainda relaciona essa manutenção no

⁸⁷Cabe observar a importância da categoria classe na análise proposta, porém essa classe faz parte de um conjunto de determinantes que, articulados, lhe confere significado. Ela está intrinsecamente relacionada a outras categorias, como gênero, geração, raça, rural, urbano etc., imprescindíveis ao apreendermos a vida social. Por isso, a categoria foi separada ao longo deste estudo a título de investigação e enquanto um recorte dentre tantos outros que se fizeram necessários. Mesmo porque, como afirmado no item 2.2 cada uma dessas categorias representa uma dimensão básica da vida social, mas nenhuma delas conseguem abranger sua complexidade se for analisada isoladamente, principalmente por serem “co-extensivos, isto é, “recobrem-se parcialmente uma à outra” (MOTTA, 2015, p. 193).

mercado de trabalho as realizações pessoais e a situação socioeconômica do país frente aos governos anteriores. Nas palavras do mesmo:

O motivo é porque o orçamento [pausa], né? “Pra” um salário! E na época eu “tava” construindo, construindo a minha casa na época, aí eu tive que trabalha “pra” construir. E agora eu continuo, porque não está dando ainda não. Depois que esse governo entrou aí, “cabou” com o resto. Esse aí nos arreventou. Tal de Temer! Quando era no tempo do Lula e da Dilma a gente ainda tinha jeito de comprar alguma coisa, hoje não dá “pra” comprar mais nada (Entrevistado 1).

A grande maioria dos aposentados no país ligados ao INSS possuem benefícios com valores baixos que vão diminuindo ao longo dos anos, dado que a correção não segue a inflação real, cadenciando na redução de seus valores e suas desatualizações. Assim, o retorno ao mercado de trabalho por parte do velho trabalhador pode estar associado a essa redução nos valores recebidos pelo benefício previdenciário que vão rebater nos rendimentos mensais das famílias, coagindo esse trabalhador a voltar ao mercado para contribuir ou manter as despesas da estrutura familiar. Assim, segue as falas dos entrevistados 8 e 5 que se direcionaram ao valor da aposentadoria para justificar sua manutenção no mercado de trabalho.

Porque o salário é baixo, baixíssimo! (Entrevistado 8)

Minha filha “cê” tem que avalia o seguinte: O salário não “tava” dando e não está dando (Entrevistado 5).

Os depoimentos acima deixam claro como os indivíduos, ao chegarem no momento de desfrutar do “descanso remunerado”, deparam-se com a realidade do sistema previdenciário, em que lhe é negado o direito a uma aposentadoria digna, que contemple os aspectos elementares de sua sobrevivência e possam abranger os aspectos de ordem sociocultural. Logo, o momento de descanso desse trabalhador é transformado em uma nova luta, a continuidade de suas batalhas cotidianas.

Por conseguinte, outros 5 (cinco) entrevistados, ainda que não tenham relacionado suas justificativas ao salário (benefício previdenciário) diretamente, são enfáticos ao afirmar que essa motivação foi baseada pelas dificuldades financeiras. Como afirma o entrevistado 10:

Eu sou responsável na minha casa. Cuido das coisas, pago as contas e o salário não dá. Gosto, também, de sair “pra” pescar e precisa ter dinheiro no bolso, com o dinheiro de lá não dá (Entrevistado 10).

Para a entrevistada 3, a manutenção no mercado de trabalho estaria atrelada as despesas com tratamento de saúde, que envolve, sobretudo, a compra de medicamentos e em determinados momentos o auxílio de um acompanhante.

Necessidade, necessidade! Financeira, claro! Porque eu gasto muito remédio, tenho que ter uma alimentação melhor. Às vezes dependo de alguém “pra” ficar comigo, então tenho que soltar dinheiro, paga passagem e tem que ser bacana com as pessoas, né? (Entrevistada 3)

Compete destacar, que o Estatuto do Idoso (Lei de número 10.741/2003), preconiza que o idoso tem o direito de exercer atividade profissional respeitando suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Porém, sob a perspectiva do relato anterior, o termo *direito* do Estatuto poderia ser substituído pelo termo *necessidade*. Pois, devido aos poucos rendimentos da aposentadoria e as necessidades daí decorrentes, o velho trabalhador tem sido pressionado a permanecer em atividade para manter suas condições de vida e garantir a sua sobrevivência.

Até o momento considerou-se as questões objetivas do trabalho, ou seja, os determinantes objetivos que se ligam à reprodução física do trabalhador. Contudo, a amostra também apresentou motivações que envolviam *questões subjetivas* relacionadas ao bem-estar e a objetivos pessoais representadas por 3 (três) entrevistados, mas que nem por isso deixaram de estar vinculados a dimensão material de reprodução, como foi relatado pelo entrevistado 7.

Primeiro que eu ainda tenho objetivos pessoais, né?! Que era “pra” esse ano, mas eu já cumpri. O primeiro passo! E mais, é fazer uma reserva prudente, para que a hora que eu parar “colocar” os projetos pessoais em prática (Entrevistado 7).

Na fala do entrevistado há valores que são relacionados a uma concepção coletiva, que é funcional, a dinâmica exposta na sociedade capitalista, que também influencia nas questões ligadas as necessidades subjetivas, como realizações e satisfações de cunho pessoal. Além, é possível observar outros tipos de valores que estão em alta no cenário atual, ao promover a auto-responsabilização do trabalhador pela sua reprodução. Visto que o entrevistado afirma que tem como objetivo “fazer uma reserva prudente” para quando encerrar suas atividades, deixando claro os determinantes econômicos vinculados a sua sobrevivência.

Ainda acerca desses valores, o entrevistado 4 e a entrevistada 2 associaram sua manutenção no mercado de trabalho diretamente a questão da ocupação do tempo livre pós-aposentadoria e ao fato de se manterem “ativos”. Segundo eles:

O outro é a ocupação, né? “Pra” passar o tempo! Ter uma ocupação, um compromisso, uma responsabilidade, entendeu? (Entrevistado 4)

Pra” não ficar parado, né? Muito atoa. Dentro de casa. Porque a gente que “tá” nessa idade tem que movimenta (Entrevistada 2).

As falas anteriores se relacionam ao que Beauvoir (1999) analisou sobre a categoria trabalho afirmando que a mesma teria a capacidade de preencher um vazio quando se está velho. Logo, considera-se, os determinantes que podem ter fundamentado o reingresso no mercado de trabalho do entrevistado 4 e da entrevistada 2, em que, como apresentado no item 1.1, tem ocorrido a propagação de discursos que visam um envelhecer com saúde, mantendo-se produtivo e ativo. O mesmo tem por princípio, o conceito de uma velhice ativa envolvida pelas ideias da qualidade de vida e da produtividade, em que é propagada a ideologia da “*terceira idade*”. Uma lógica que insiste em pregar o uso de novas nomenclaturas, como elemento facilitador para a transformação da realidade desigual a que esses sujeitos estão submetidos.

Para tanto, essa racionalidade de uma etapa cheia de possibilidades, pode ser concedida em qualquer sociedade que não a capitalista, dado que, na nessa sociedade, o modo como o trabalho é realizado articula valores no cotidiano dos indivíduos de ordem econômica, social e até mesmo moral que transmite aos mesmos uma percepção de obrigatoriedade para estarem ativos.

Esses valores envolvem questões, tanto objetivas, quanto subjetivas, em que essas últimas não são percebidas de imediato pelos sujeitos, resultando em ações imediatas, mecânicas, isentas de uma consciência plena. Exemplo disso foi a constatação de que *todos* dos entrevistados responderam não se sentirem pressionados a se manterem no mercado de trabalho realizando suas atividades por *gostar*, ainda que o determinante principal desse (re) ingresso tenha sido indicado pelo fator econômico. Isso demonstra como as relações sociais de produção conseguem ocultar seus princípios e padrões no meio cotidiano, que para além da esfera produtiva que envolve outras dimensões da sociedade e acabam por influenciar no modo como os indivíduos compreendem a realidade na qual estão inseridos.

Ademais, quando questionados como se dava a relação com os outros companheiros de trabalho e se passaram por alguma situação de preconceito com relação à idade, *todos* também foram categóricos em negar a iminência dessa situação. Dessa forma, assim como no questionamento anterior alguns completavam a frase afirmando que “*eles nunca haviam*

percebido”, o que deixa claro que eles sabem que existe, mas nunca conseguiram *identificá-lo* no seu cotidiano laboral.

Como analisado no item 1.4., essa percepção também influencia nos significados ligados ao direito à aposentadoria, em que os sujeitos são valorizados quando produzem e pelo o que produzem. Portanto, a aposentadoria seria relacionada ao fim da participação do trabalhador com determinada idade, ou característica, no processo de produção capitalista. Quando o indivíduo passa da categoria dos ativos à dos inativos (BEAUVOIR, 1990).

Logo, por mais que a sociedade pregue esses valores para a velhice de forma homogênea e estereotipada, predomina ainda no Brasil diferenças cruciais nos acessos aos bens e serviços públicos que acirram as desigualdades entre as classes e, conseqüentemente, a na forma de se chegar a velhice.

Nessa perspectiva e considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais de existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobreza, e exclusões sociais lhe são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador (TEIXEIRA, 2007, p. 3).

De tal modo, os relatos desses trabalhadores demonstraram como os valores das aposentadorias são insuficientes para suprir suas necessidades básicas, em questões ligadas à saúde, em que uma entrevistada afirmou necessitar da compra extensa de medicamentos, além de questões vinculadas a alimentação, moradia, e porque não, de lazer, que, inclusive, é possibilitado a poucos devido a situação socioeconômica.

Essa pesquisa contempla os sujeitos que foram explorados pelo capital durante toda a sua vida, contribuindo para a acumulação sem que isso resultasse em uma contrapartida para si, e, em contrapartida, foi lhes recusado o acesso a vários direitos e bens sociais. São trabalhadores que não careciam mais, se assim fosse a sua *vontade*, de permanecer no mercado de trabalho, já que, construíram uma trajetória laboral firmada na utilização de sua força de trabalho em proveito do capital. De tal modo, deveriam conciliar a ação com as suas vontades, mas que lamentavelmente devido à realidade a que estão expostos sob a lógica do capital não possuem condições de abster-se de suas atividades.

Vêm da dupla exigência do trabalhador: descansar e viver decentemente. Ele é obrigado a sacrificar um ou outro. Os trabalhadores manuais ficam

contentes de não mais trabalhar, mas preocupam-se com problemas de dinheiro, saúde, de habitação. Mais que os colarinhos brancos, eles são vítimas do isolamento ao qual os condena a queda de seu nível econômico (BEAUVOIR, 1999, p. 331).

Ainda que o item 2.3 demonstrou-se que os índices de velhos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho venham reduzindo ao longo dos anos, podemos destacar que uma parcela significativa de pessoas de 60 anos ou mais permanecem ativos nesse mercado. De acordo com os últimos dados divulgados pela PNAD de 2015 (14,1%) das pessoas de 60 anos ou mais que estavam aposentadas declararam estar ocupadas, seguidas de (13,2%) para as pessoas de 65 anos ou mais e (10,5%) as de 70 anos ou mais.

Mudanças que também se fizeram presente no que se refere à PEA. Isso porque, ocorreu um aumento da participação dos considerados mais adultos, incluindo aqueles com idade de 60 anos ou mais, em detrimento da redução da participação dos mais jovens. Fato que tem relação com os índices de desemprego em meio à maior competitividade no mercado de trabalho, as elevadas taxas de ociosidade destes jovens brasileiros e uma maior proporção destes na condição de população *mais pobre*, a despeito do aumento contínuo de sua escolaridade, para aqueles que têm acesso a ela.

Voltando a PEA, em 2015 do total de 104.205.000 PEA, 24.236.000 correspondem as pessoas de 50 anos ou mais, sobrepondo as faixas etárias de 16 a 24 anos e 40 a 49 anos que apresentaram a quantidade de 18.078.000 e 22.683.000, respectivamente. Apenas os na faixa etária de 25 a 39 anos superaram essas pessoas, representando um valor de 39.207.000. Logo, conclui-se, assim que os velhos trabalhadores continuam trabalhando e de forma significativa.

Em suma, é possível considerar que as motivações para a manutenção ou reingresso dos velhos trabalhadores no mercado de trabalho perpassaram questões que vão desde a necessidade financeira, com as privações dos valores recebidos pelas aposentadorias até determinações ligadas a questões particulares, referentes a realizações pessoais e devido a algumas ideologias de cunho capitalista que propagam a ideia do bem viver e de se sentir produtivo, ativo.

Também foi observado que essas questões de natureza econômica têm sido responsáveis pela contribuição desses trabalhadores através de suas aposentadorias e/ou a renda do seu trabalho para com seus familiares, determinando inclusive a sua manutenção ou reingresso no mercado de trabalho. Além, de estarem sendo associados ao papel de chefe ou provedores econômicos de suas famílias Associado à essa questão, está o cenário atual, em que os jovens e filhos adultos, devido a dificuldades financeiras e de se inserirem no mercado de trabalho

retornam ou até mesmo permanecem por um período maior na casa dos pais ou parentes. Percebe-se, também, que essas dificuldades demonstram a ampliação das coabitações em que várias gerações estão por precisão morando na mesma residência.

Indiscutivelmente, foi observado que 8 (oito) dos entrevistados afirmaram que sua permanência no mercado de trabalho estaria ligada a questões objetivas (condições materiais de reprodução do trabalhador), enquanto que *todos* afirmaram serem eles a pessoa de referência econômica da família.

Desse modo, destaca-se a importância que a aposentadoria e a renda das atividades desses trabalhadores tem atingido no interior da estrutura familiar em que a presença de idosos ao invés de resultar em um maior grau de pobreza entre os não-idosos, tem sido, no seu inverso, o responsável por reduzir o índice de pobreza (AEROSA, 2008).

Assim, quando os entrevistados elencaram os possíveis motivos para exercerem uma atividade remunerada, mesmo estando aposentados, proporcionaram o objetivo principal dessa dissertação. No caso da exposição da questão econômica como o principal fator que determinou a sua manutenção ou retorno ao mercado de trabalho, entre a maioria dos participantes da pesquisa, pode ser destacado o aspecto do valor recebido pelo benefício previdenciário. Sendo essa uma remuneração insuficiente no cobrir das despesas. O que pode ser observado nas colocações do entrevistado 8, ao salientar que a aposentadoria veio reduzindo ao longo dos anos a ponto de quase não atingir o valor de um salário mínimo, o que estaria associada a sua vinculação com o mercado de trabalho.

Quantos? “Num” dá um! A minha aposentadoria hoje era \$1025,00, antes era \$962,50. Aí eu “tive” pelo governo 9,27%, foi quando ela foi para \$1025,00. Por isso que eu permaneço trabalhando até hoje. São 40 anos aqui dentro! (Entrevistado 8)

Evidencia-se em sua fala a defasagem do sistema previdenciário, em que o valor inicial recebido pela aposentadoria vai perdendo dígitos com o transcorrer dos anos. 5 (cinco) dos pesquisados afirmaram receber de 1 a 2 salários mínimos, seguidos de 4 (quatro) que recebem apenas 1 salário mínimo de aposentadoria e 2 (dois) que tem um recebimento em torno de 2 a 3 salários mínimos.

Contudo, compete destacar que ainda que o valor referente a aposentadoria tenha sido mencionado pelos entrevistados como um elemento determinante para sua realidade laboral atual, em alguns relatos foi possível observar que o sustento vindo da aposentadoria recebe destaque para esses participantes, mesmo que não seja a maioria. Logo, 4 (quatro) afirmaram

que a aposentadoria é o recebimento principal, base para o custeio das despesas diárias, contra 6 (seis) que dão esse significado ao salário do trabalho atual e 1 (um) que afirmou ter em ambos os rendimentos a importância desse custeamento. Assim, no que se refere aos que afirmaram e direcionaram essa relevância, a aposentadoria como recebimento principal, segue as suas considerações e posicionamentos.

Um salário mínimo, que é a aposentadoria. Já foi difícil aposentar por invalidez. Hoje em dia se eu ficar sem ela, posso passar necessidade. Então só com o salário que eu “conto” (Entrevistada 3).

O principal é a aposentadoria. Todo mês eu só “conto” com o meu salário. Porque o muito que eu ganho com o meu trabalho “em um” dá “pras” despesas, aí eu espero o que recebo (Entrevistado 5).

Em que sentido você quer dizer? [...] mais importante é a aposentadoria. É fixo, todo mês “tá lá” (Entrevistado 6).

O principal é o meu, né?! O da aposentadoria, que é o certo. Porque tem hora que ao mesmo tempo que elas tão querendo meu trabalho, elas “para”, né?!” (Entrevistada 2).

Esses dados não estão distantes da realidade nacional, visto que segundo as estatísticas apresentadas pelo IBGE (2013), foi constatado que (67,6%) das pessoas de 60 anos ou mais destacaram a aposentadoria e/ou pensão como a fonte dos rendimentos, em contrapartida de (28%) que atrelam esse papel ao trabalho e (4,1%) a outras fontes. Assim como que, (77,3%) das pessoas de 65 anos ou mais que atribuem a fonte de rendimentos à aposentadoria e/ou pensão, em compensação (18,1%) dedicam essa importância ao trabalho, e (4,6%) a outras fontes.

Índices que também estão presentes na realidade municipal, onde foi constatado, em 2012 pelo Diagnóstico Socioeconômico do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, que (77,7%) dos idosos entrevistados indicaram o sustento principal vindo da aposentadoria e (16,3%) vindo do trabalho atual, além dos (45%)⁸⁸ da pensão/ajuda do (a) seu (sua) esposo (a).

Mediante os relatos coletados na pesquisa, pode-se inferir que um dos fatores atribuídos pelos entrevistados ao caracterizar a aposentadoria como recebimento principal estaria no fato de que ela seria um sustento fixo, que pode ser aguardado todo mês, ainda que

⁸⁸De acordo com o Diagnóstico, os dados não somam 100% porque, na época, foi permitido a indicação de diferentes formas de sustento articuladamente, englobando: aposentadoria, seu trabalho atual, aluguéis/investimentos, da pensão/ajuda do (s) seu (sua) esposo (a), ajuda de parentes ou amigos, auxílio doença ou outro benefício do governo, outras fontes.

baixo, passando a ter considerável importância nas despesas diárias. Outro fator que pode estar associado aos que a consideraram de grande relevância refere-se à situação trabalhista atual, visto que, do total de 4 (quatro) entrevistados que fizeram tal afirmativa, 3 (três) estão na condição de trabalhador informal e 1 (um) declarou atuar de forma autônoma o que poderia estar ligado a inconstância dos rendimentos mensais.

Ainda sobre os rendimentos, é possível destacar que no que tange a remuneração da atividade atual, foi percebido que a faixa salarial entre 1 a 2 salários mínimos correspondeu a 6 (seis) dos entrevistados, enquanto que a faixa de 2 a 3 salários mínimos representa 2 (dois) dos entrevistados, seguidas da faixa de menos de 1 salário mínimo com 2 (dois) participantes e faixa a salarial de 5 ou mais salários mínimos que é a menor de todas, representada por 1 (um) entrevistado.

No que concerne a esse recebimento mensal, para a maioria desses trabalhadores esse valor é maior se comparado com o recebido pelo benefício previdenciário, sendo que, para as mulheres essa renda estaria abaixo de um salário. Desse modo, essas diferenças saltam aos olhos, em razão das desigualdades de recebimento entre mulheres e homens entrevistados. Ao comparar o valor recebido pelas Entrevistadas (no caso a 2 e a 3), percebe-se que as duas são as únicas que recebem menos de 1 salário mínimo pela atividade atual. Além de não ultrapassarem a renda mensal dos homens, nem se somarem seus dois rendimentos, pois também recebem valores no limite de 2 salários mínimos pela aposentadoria. Tal informação acerca da renda individual por sexo corrobora com os dados da realidade municipal:

A maior parte das mulheres apresenta renda individual inferior a dos homens: ao passo que metade dos homens recebem até 2 SM, a mesma renda aparece para $\frac{3}{4}$ das mulheres. Enquanto apenas 14,3 % das mulheres têm renda individual superior a 3 SM, esse percentual sobe para 36,8% entre os homens. (...) A renda das mulheres é majoritariamente de até R\$2000,00. O número de mulheres com renda individual inferior a 1 SM é quase 3 vezes maior que o de homens: 28 mulheres e 10 homens (Centro de Pesquisas Sociais/UFJF, Perfil do Idoso de Juiz de Fora – 2012, p. 85-85).

Essa realidade desigual, não envolve apenas as mulheres em sua velhice, mas se trata de algo presente ao longo de todo o seu histórico laboral. Estamos nos referindo à divisão sexual do trabalho em que há formas organizativas socialmente construídas que resultam em uma separação entre as condições de trabalho dos homens e das mulheres, sobretudo, desfavoráveis a estas últimas, no que tange a baixas remunerações e aos cargos que são ocupados. Partimos da compreensão de que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre sexo; mais do que isso, é um fato prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Segundo Antunes (2005) quando se trata da temática salarial a expansão do trabalho feminino tem um sentido inverso, posto que, trata de um espaço em que a desigualdade presente nas remunerações das mulheres se opõe a sua crescente participação no mercado de trabalho. “Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 105). Em síntese, a mulher em sua velhice está submetida a um duplo processo de *vulnerabilidade*: a de ser mulher e idosa (AEROSA, 2008).

Ainda no que concerne à atividade atual, era importante, também, saber sobre a situação trabalhista na profissão atual. Logo, em relação à situação trabalhista *formal* 6 (seis) disseram trabalhar sob esse regime, sendo eles, os entrevistados da empresa que nos abriu essa possibilidade e o entrevistado que atua como porteiro. Dos demais, 4 (quatro) se classificaram como trabalhador *informal* e, somente 1 trabalhador afirmou apresentar uma situação *autônoma* na sua atividade, no caso o comerciante. Esses últimos são os trabalhadores indicados pelo Centro de Convivência do Idoso “Dona Itália Franco”.

Ainda que os dados da pesquisa tenham demonstrado que a maioria permanece no mercado pelo regime formal, deve ser considerado que dos 6 (seis) entrevistados que fizeram tal afirmação, 5 (cinco) eram os vinculados à empresa participante da pesquisa. Esses casos devem ser entendidos como uma exceção, pois no contexto atual, com uma crise de grandes proporções na dinâmica capitalista, que atinge, principalmente, o mundo do trabalho em que está cada vez mais escassa a inserção em postos de trabalho formais. É, assim, que há aumento de pessoas exercendo atividades de natureza informal, temporárias e restritas ao âmbito doméstico. Além, do mencionado desemprego, dos baixos salários e os subempregos.

Cabe observar que, conforme descrito no capítulo II, a situação para aqueles que atuam em regime formal não é nada tranquila, dado que, esses trabalhadores também se deparam com as transformações e exigências do novo modelo de produção que busca um perfil de profissional polivalente, multifuncional e flexível para cumprir com suas tarefas de forma satisfatória pressupondo a sua substituição por outro trabalhador assim que houver sinais de descumprimento da ordem vigente

Por conseguinte, o quadro a seguir tem a proposta de clarificar sob quais aspectos estão relacionados os dados analisados até agora, no que competem os índices de remuneração dos entrevistados, comparados com o valor de recebimento da aposentadoria e do trabalho atual. Assim como a qual regime esses trabalhadores estão vinculados ao mercado de trabalho.

Quadro 4: Síntese do salário recebido pelo benefício previdenciário e da atividade atual, bem como que da situação trabalhista atual.

Entrevistados	Valor da Aposentadoria	Renda mensal da Atividade atual	Situação Trabalhista
Entrevistado 1	De 01 a 02 salários mínimos	De 01 a 02 salários mínimos	Informal
Entrevistada 2	De 01 salário mínimo	Menos de 01 salário mínimo (cerca de R\$400,00#)	Informal
Entrevistada 3	De 01 a 02 salários mínimos	Menos de 01 salário mínimo (cerca de R\$300,00#)	Informal
Entrevistado 4	De 01 a 02 salários mínimos	De 01 a 02 salários mínimos	Formal
Entrevistado 5	De 01 salário mínimo	De 01 a 02 salários mínimos	Informal
Entrevistado 6	De 01 a 02 salários mínimos	De 02 a 03 salários mínimos	Autônomo
Entrevistado 7	De 02 a 03 salários mínimos	De 05 ou mais salários mínimos	Formal
Entrevistado 8	De 01 salário mínimo	De 01 a 02 salários mínimos	Formal
Entrevistado 9	De 01 salário mínimo	De 02 a 03 salários mínimos	Formal
Entrevistado 10	De 01 a 02 salários mínimos	De 01 a 02 salários mínimos	Formal
Entrevistado 11	De 02 a 03 salários mínimos	De 01 a 02 salários mínimos	Formal

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017

No que tange a atividade em que se aposentaram e a que exercem atualmente, os participantes foram questionados se houve alguma mudança de ramo de atuação, ou para aqueles que, possivelmente se mantiveram na mesma profissão, se eles observavam alguma diferença em sua rotina laboral. Logo, 6 (seis) deles afirmaram que se mantiveram no mesmo ramo em que atuavam antes da aposentadoria, sendo eles: o entrevistado 4 (porteiro), o entrevistado 6 (comerciante), o entrevistado 7 (área de reposição/compra de mercadoria), o entrevistado 9 (marceneiro), o entrevistado 10 (metalúrgico) e o entrevistado 11 (tintureiro). Além, de serem, também, os que atuam de forma *estável* (que possuem acesso a direitos garantidos por meio da carteira assinada) na empresa e na portaria de um prédio. Quanto aos

demais, 3 (três) deles mudaram completamente de atividade. É o caso dos entrevistados 1, 5 e 8. Contudo, a realidade que envolve essa mudança possui características distintas ao analisarmos o relato de cada um deles. Isso porque, o entrevistado 8 demonstra uma progressão de suas atividades dentro da empresa, sendo promovido ao longo dos anos até se estabelecer e permanecer na atividade atual.

Eu entrei como pedreiro, depois passei “pra” classificação de metalúrgico. Fui montador, passei por vários setores e hoje estou como monitor, ali na porta! “Tô” bem perto da rua! Só saio se eles me mandarem embora! (Entrevistado 8)

Já os entrevistados 1 e 5, mudaram de ramo devido as exigências que as atividades anteriores à aposentadoria os deixavam expostos, dado que, o entrevistado 1 era ajudante de carga e descarga antes de se aposentar e atualmente assumiu a profissão de fotógrafo. Por conseguinte, o entrevistado 5, trabalhava como carpinteiro e hoje em dia assumiu a profissão de promotor de excursões. Compete destacar, que essas exigências (físico, emocional, etc.) podem ser consideradas como um fator determinante para que esses homens tenham se aposentado por invalidez, visto que, em seus próprios relatos apresentam elementos ligados ao desgaste físico, complicações de saúde e diminuição da capacidade laborativa. Fatores que resultaram na necessidade de uma mudança na natureza de suas atuações. Como afirmam:

É porque enquanto eu trabalhava como auxiliar, eu tinha força “pra” trabalha, depois eu perdi, tá entendendo? A perna não ajudou mais, comecei a mancar, puxar da perna. Aí “num” teve jeito mais de [pausa] (Entrevistado 1).

Porque na minha profissão não posso mais trabalha. Eu tive que escolhe, fazia o que gostava. Só que trabalho com excursões a mais de 40 anos, então agora só faço isso! (Entrevistado 5)

Para tanto, resta evidenciar que 2 (dois) se mantiveram no mesmo ramo, ou seja, estão em atividades correlacionadas às que se aposentaram, mas que agora agregam novas determinações ou até mesmo são associadas à outras atividades. Referimo-nos, a entrevistadas 2, que antes da aposentadoria era trabalhadora doméstica⁸⁹ e atualmente atua como diarista

⁸⁹A critério de esclarecimento, desde 2015 a Lei Complementar 150 regulamenta os direitos e deveres, tanto dos empregadores quanto dos empregados domésticos determinando que a empregada (o) doméstica (o) é aquela (e) que exerce serviços em âmbito residencial por mais de dois dias por semana, caracterizando relação de emprego, enquanto que a (o) diarista (o) é aquela (e) que exerce eventualmente (por no máximo dois dias da semana) para uma ou mais pessoas e não possui vínculo empregatício. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm> Acessado em: 22 de mar de 2017.

associando sua mudança a disponibilidade de tempo que a atividade atual possibilita para realizar outras atividades, dentre elas as que são ofertadas pelo Centro de Convivência “Dona Itália Franco”.

Não! Não! “Num” queria trabalha muito. Antes não tinha tempo “pra” fazer as atividades. Se precisar fazer “a atividade a gente” tem tempo. Quando a gente trabalha não tem. Quando eu trabalhava não tinha tempo, era trabalho, família, casa, doença [...] Ih nossa! (Entrevistada 2)

Essa fala da entrevistada acerca do tempo e da possibilidade de se dedicar as atividades do Centro de Convivência nos remete ao que Motta (1999) afirmou acerca da influência da categoria gênero no processo de envelhecimento, que foi analisado no item 1.2. As mulheres buscam ocupar seu tempo com atividades proativas e agradáveis, dividindo suas experiências nos grupos de convivência da *terceira idade* onde elas dão muito do tom que esses lugares assumem. Enquanto que os homens estão mais ligados a associações de aposentados e pensionistas, os quais remetem essa liberdade de tempo a outros aspectos dependendo da situação econômica dos mesmos. Logo, para aqueles que a autora denomina de *classe média* essa liberdade se vincularia à “independência” ou “tranquilidade” financeira. À medida que “para os mais pobres, essa “liberdade geracional” guarda um forte sentido de classe: falam como ex-trabalhadores que atingiram uma época de descanso em que, desobrigados do trabalho, têm mais tempo para o lazer” (MOTTA, 2015, p. 213, grifo da autora).

Pesquisas recentes vêm revelando que grande número de mulheres, independente da classe social, considera sua etapa atual de vida, como idosas, o momento mais tranquilo, feliz e livre que já tiveram. O fato de a maioria das velhas atuais não ter alcançado uma vida profissional ativa e, ao mesmo tempo, ter tido uma vida social muito mais limitada que os homens da sua geração, conduziu-as a um sentimento de maior satisfação e plenitude. Justamente na velhice, um tempo de consolidação de experiências, de libertação das obrigações e controles reprodutivos, tendo encontrado um tempo social propício à mudança, inclusive fermentado no caldo de cultura do feminismo, podem experimentar modos de vida novos. Essas mulheres falam, então, em liberdade, como se uma “liberdade de gênero” se sobrepusesse à condição (menos favorável) geracional de classe (MOTTA, 2015, p. 213).

Já a entrevistada 3 que também relatou a mudança na sua atividade, mas agora sob aspectos diferentes, posto que, antes da aposentadoria ela era costureira e ultimamente associou essa atividade a de acompanhante de idosos. A entrevistada é enfática ao afirmar que essa atividade de acompanhante não está relacionada ao de cuidador de idosos, ela acompanha

uma senhora, para quem já havia trabalhado, em seus afazeres diários, a eventos e em determinado momento até foi acompanhante de seu marido no hospital. De acordo com a entrevistada:

Agora eu aprendi a cuidar, acompanhar pessoas. “Num” é cuidadora não, é acompanhante! Acompanho uma senhorinha que ficou viúva recentemente. Aí, como nós nos encontramos, porque eu trabalhei para ela quanto eu tinha 17 anos, nesse mundão. Então eu faço, eu “acompanho ela”. Quer “ir em” uma missa, no banco, eu fiquei até no hospital com o marido dela (...) ninguém procurou, ninguém. Foi a rua, a rua! Porque eu faço muita coisa, cursinho, hidroterapia, então um dia eu encontrei com ela no SESC e foi surgindo (Entrevistada 3).

Ainda acerca da atividade atual, os participantes foram questionados se houve alguma dificuldade em se inserirem nesta atividade ou se manterem na atividade habitual. Todos dos entrevistados afirmaram não haver nenhuma restrição para que eles fossem mantidos no mercado de trabalho. Essa afirmação deve ser analisada sob a perspectiva de que a maioria deles não mudou de ramo, como foi demonstrado, permanecendo de certa forma, nas mesmas atividades.

Contudo, os que afirmaram ter mudado de atividade (Entrevistado 1 e Entrevistado 5), o fizeram devido à aposentadoria por invalidez que os restringiu a certas atividades ligadas ao esforço físico, mas sem muita dificuldade em se *inserir* na atividade atual. Mesmo porque, como foi mencionado, eles não se *inseriram* nela após a aposentadoria, o trabalho atual já vinha sendo exercido em conformidade com a profissão em que se aposentaram, tornando-se agora a atividade *principal*. Apresenta-se a seguir, as falas desses entrevistados:

Eu não tive dificuldade! Em 1970 eu comecei trabalhar. Trabalhei no Granbery, “batia” umas “fotinhas” de crianças, lá! Aí fui acostumando e entrando na profissão. Não sei se fui um grande fotógrafo, mas eu já bati uns 30 a 40 mil casamentos. Fazia casamento, fazia batizado, festa, tudo, tudo! Mas parei de fazer serviço mais pesado, à noite, essas coisas eu passo “pra” minha filha (Entrevistado 1).

Não! “Num” tive dificuldade nenhuma! Porque eu já “mexo” com isso há 40 anos (Entrevistado 5).

Apenas a entrevistada 2 afirmou ter passado por um período de reabilitação após o tratamento de um câncer de mama, ao qual a mesma avaliou como um elemento dificultador para retomar suas atividades e iniciar o serviço de acompanhante. Segundo a mesma:

A única coisa que eu custei a adaptar novamente foi depois que eu adoeci. Que eu fiquei com os movimentos muito encurtados, né?! Mas devido ao auxílio de algumas pessoas bacanas que me levaram a hidroterapia, fiz muita hidroterapia! A encurtada que eu tive “num” é que eu fiquei tortinha nem nada não, foi o câncer de mama! Não consegui escovar dente, por roupa no varal (Entrevistada 3).

É interessante destacar, que não houve uma ruptura dessas atividades com a chegada da aposentadoria, tornando o processo que envolve a atividade atual e o mercado de trabalho em algo ininterrupto. O que demonstra ainda, como o rendimento mensal desses trabalhadores proporcionado pela aposentadoria é insuficiente para as despesas diárias, posto que, o entrevistado 1 e o entrevistado 5 mantiveram dois empregos ao longo de anos, em que o primeiro atuou como fotógrafo desde 1970 em concomitância com a função de ajudante de carga e descarga e o segundo, que quando trabalhava como carpinteiro, já realizava suas excursões o que, para ele, completa cerca de 40 anos.

Essa ininterruptão foi confirmada por 9 (nove) dos entrevistados, em que alguns afirmaram inclusive que não houve “baixa” em suas carteiras, permanecendo assinadas até o momento. As demais entrevistadas deram continuidade e/ou iniciaram suas atividades atuais recentemente, sendo 1 (uma), no segundo semestre de 2016 e a outra, 5 (cinco) meses antes da entrevista. Quando questionadas do porquê de não terem dado continuidade ao trabalho, imediatamente após a aposentadoria, uma (entrevistada 3) destacou novamente a questão do tratamento oncológico e a outra (entrevistada 2) disse que dedicou esse período a um descanso, mas que com a crise econômica do país e a necessidade de auxiliar os filhos foi direcionada a retornar ao mercado de trabalho.

Tal continuidade em suas atividades (pelo menos para a maioria) influenciou demasiadamente na construção das identidades desses sujeitos, que por não terem cessado suas atividades acabaram por desconsiderar a situação de aposentados, assumindo que são trabalhadores “*porque nunca pararam de trabalhar*”. Menção realizada em *todas* as falas.

Logo, a critério de observação, no que se refere ao tempo na condição de aposentado⁹⁰ foi constatado que, 5 (cinco) participantes estão aposentados há mais de 10 anos, seguidos de

⁹⁰Segundo dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, (59,1%) das pessoas de 60 anos ou mais são aposentados, (24,5%) estão na categoria outros, que poder ser os contemplados pelo benefício da Assistência Social, o BPC – LOAS, que já fora mencionado no item 1.1.4. Além, dos (9,1%) que são pensionistas e os (7,4%) representados pelos aposentados e pensionistas. Todavia, quando analisado sob a categoria gênero, esses números mudam consideravelmente, dado que, (72,3%) dos homens são aposentados, contra (48,6%) das mulheres, seguidos (23,7%) dos homens na categoria outros e (25,1%) das mulheres. Já quando os benefícios são as pensões, as mulheres lideram com (15,2%) em referência aos homens (1,3%), e, liderando também quando refere-se a aposentadoria e pensão com (11,1%) frente a (2,7%) dos homens. (Fonte:

4 (quatro) entrevistados que se aposentaram há mais de 20 anos, e 2 (dois) que se aposentaram há menos de 4 anos. Para tanto, o motivo de suas aposentadorias é bem diversificado⁹¹, sendo 6 (seis) aposentados por tempo de contribuição/trabalho, ou seja, como foi destacado no item 1.4, como aquela que mediante a comprovação de tempo mínimo de contribuição entre 35 anos para homens e 30 anos para mulheres, independentemente da idade podem solicitar a aposentadoria. Demonstrando que a maioria dos trabalhadores, cerca de 6 (seis) entrevistados tiveram o seu direito a aposentadoria vinculado aos anos de vida que os mesmos penosamente contribuíram para o INSS, que são, inclusive, os que atuaram sob o regime formal de trabalho.

Seguidos de 2 (dois) que aposentaram por idade, sendo eles o entrevistado 6 (comerciante) e a entrevistada 2 (exercia trabalho doméstico e passou a atuar como diarista), que podem não ter sido frequentes nas contribuições ou até mesmo não terem tido condições de arcar com o valor mensal referente a taxa e tiveram que se aposentar por idade. Nesse caso, o trabalhador deve comprovar o tempo de 11 a 15 anos de contribuição, além da idade de 65 anos para homens e 60 para mulheres, caso desejar pleitear essa aposentadoria por idade.

Dos 11 (onze) entrevistados, 3 (três) se aposentaram por invalidez, o entrevistado 1 (fotógrafo), o entrevistado 5 (promotor de excursões) e a entrevistada 3 (costureira e acompanhante de idosos). Diante das leis da Previdência Social, a invalidez refere-se ao trabalhador que mediante a perícia médica do INSS apresenta a incapacidade para exercer qualquer atividade laborativa, além de não ser reabilitado em outra profissão. Logo, o benefício é pago enquanto persistir essa incapacidade, podendo ser avaliado a cada dois anos pelo Instituto.

Assim, se junto a este órgão público esses trabalhadores não estejam aptos para exercer uma atividade laborativa, como e por que os mesmos estão inseridos no mercado de trabalho? Tal questionamento pode ser justificado nos relatos anteriores por meio dos quais nos aproximamos da realidade a que estão submetidos esses velhos trabalhadores aposentados, em que não estão conseguindo manter seu sustento apenas com o recebimento do benefício.

Aposentei por invalidez, “probrema” no joelho quando trabalhava como ajudante [...] porque tinha que arriar duas caixas nas costas e em cima do

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, tabela 3.21). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em 15 de fev de 2017.

⁹¹ Constata-se que, embora as mulheres sejam menos contempladas com o benefício da aposentadoria, as mesmas estão acima nas taxas quanto a: pensão, ao recebimento de ambos os benefícios e a categoria outros, o que pode ser justificado dentre as várias motivações: pela inserção tardia das mulheres no mercado de trabalho, no caso da aposentadoria e outros, e ao processo de feminização da velhice, na qual as mulheres têm vivido mais anos em relação aos homens, tornando-se viúvas, verificado no recebimento de ambos os benefícios e no índice de pensões.

joelho, aí a cartilagem dele foi tudo embora [...] Mas eu não tenho como vive só com a aposentadoria, por isso que sou fotógrafo (Entrevistado 1, 72 anos).

Meus parentes tem casa de aluguel e às vezes eu tenho que pedir “algum”, só que as vezes sou negada. Eles falam: não, não tenho não, estou apertado agora! Ainda sou aposentada por invalidez, por que tive câncer de mama, então fica difícil, preciso de uma renda extra. Tenho que fazer meus “bicos”, porque o salário não “dá” antes de chegar “o fim de mês” (Entrevistada 3, 66 anos).

A minha aposentadoria é por invalidez, já passei por muita coisa [pausa], tenho problema no coração, pressão alta, fiz três cirurgias, aí me aposentei. [...] O salário não “tava” dando e não está dando (Entrevistado 5, 76 anos).

Salientamos que, a todo o momento, tivemos que ressaltar a questão do sigilo, dado que, os entrevistados receavam quanto a exposição de seus dados de identificação que poderia acarretar numa possível perda do benefício. Logo, ainda que esses velhos trabalhadores estejam em desacordo com a lei, devido a sua idade atual, é certo que estes receberiam um benefício de aposentadoria. Além de que, não é o foco dessa pesquisa problematizar tal situação, nem se dedicar a esse legalismo, mesmo porque estamos mais interessados a compreendê-los enquanto membros de uma classe, que vivenciam dificuldades presentes no âmbito socioeconômico e que ficam escancaradas no período de suas velhices.

A velhice dos operários aposentados aponta para a ineficiência dos projetos de assistência social para os idosos na sociedade brasileira, denuncia a contradição entre as metas dos “programas para idosos” e a qualidade do fim da vida dos menores contribuintes da Previdência Social. Aponta também para a resistência ao modelo preconizado pelo Estado, isto é, ao esquema de homogeneização da velhice (HADDAD, 1995, p. 157).

Porquanto, os entrevistados que declararam ter se aposentado por invalidez são trabalhadores, que assim como os demais participantes da pesquisa estão buscando meios alternativos para manter sua sobrevivência por meio de (re) ingressar no mercado de trabalho, sobretudo, em virtude dos baixos salários recebidos pelas aposentadorias, as limitações a que são expostos no mercado de trabalho (como as formas de acesso aos postos de trabalho) e pela vinculação dos mesmos ao papel de provedor de suas famílias.

Ainda que tenha sido possível compreender nessas últimas análises, questões fundamentais no modo como estes sujeitos envelhecem, principalmente, quando analisado sob a perspectiva do retorno ou manutenção no mercado de trabalho, é necessário refletir acerca do primeiro trabalho, a idade que iniciaram essa atividade e a influência que a categoria trabalho possa ter exercido no modo como esses se identificam e vivenciam suas vidas.

De tal modo, quando foram questionados acerca da atividade em que começaram a trabalhar, muitos demonstraram certa dificuldade, por remeterem suas falas as atividades mais recentes. Para tanto, depois de estimulados com algumas colocações e uma breve exposição de como seriam essas atividades, os entrevistados conseguiram recordar tanto da idade em que se inseriram no mercado de trabalho, como da atividade que exerciam.

Assim, foi observado que grande parte deles associaram esse início a atividades informais, com pré-requisitos baixos de escolaridade, ou até mesmo inexistentes, e com idades muito precoces, havendo, inclusive, a presença do trabalho infantil. Dentre os quais observamos por ordem cronológica: 6 (seis) anos - entrevistado 5, como retireiro, 7 (sete) anos - entrevistado 8, como cortador de lenha, 10 (dez) anos - entrevistado 7, como balconista de bar, 11 (onze) anos - entrevistada 3, como costureira, 12 (onze) anos - Entrevistado 9, como vendedor de laranjas e 12 (doze) anos- Entrevistada 2, como trabalhadora doméstica. Logo, verificamos que os relatos acerca do trabalho infantil têm como fator responsável a questão da necessidade econômica da família, em que os adultos não possuíam condições financeiras de sustentar os filhos através de sua própria atividade, precisando que os mesmos também trabalhassem para garantir a sobrevivência familiar.

O entrevistado 5 foi o que iniciou mais cedo suas atividades, como retireiro com o pai, além de ser o único que fez menção ao trabalho rural, no qual as atividades rotuladas como trabalho abrangem a vida tanto das crianças como dos adultos, independentemente da situação socioeconômica destes.

Ih tem muito tempo, desde os 6 anos. A gente precisava, sabe? Eu comecei como retireiro, buscar a criação no pasto, colocar no curral e tirar leite. Trabalhei por muitos anos assim, até os 18 anos. Depois fui “pra” usina trabalhar de motorista 2 anos, depois vim para Juiz de Fora e hoje mexo só com turismo. “Em um” quero parar de trabalhar não (Entrevistado 5).

Seguido do entrevistado 8, que com 7 (sete) anos cortava lenha e pintava casas, para ajudar no orçamento familiar. Segundo o entrevistado:

Minha primeira atividade aqui ou lá fora⁹²? (...) Eu comecei a trabalhar desde os 7 anos de idade, para ajudar meus pais, rachava lenha, pintava casa “pros” outros. Inclusive eu já tive uma carteira chamada IAPTC⁹³, não era INSS, era

⁹²“Lá fora” significa para o entrevistado uma referência às atividades fora da empresa onde ele está trabalhando atualmente.

⁹³Cabe salientar que, o relato do entrevistado, contém elementos que nos remete ao período da “cidadania regulada”, período aqui apreendido no item 1.1.3., em que foi promovida a classe trabalhadora direitos trabalhistas e previdenciários por meio da inserção profissional em ocupações que fossem reconhecidas por lei.

aqui na Praça Agassis, isso em 1950. Quando eu vim trabalhar aqui, a minha representação era o meu serviço, eles gostaram de como eu fazia as coisas em um galpão, aí me trouxeram “pra” aqui. E continuo até hoje (Entrevistado 8).

Em sua fala, o entrevistado 7 remeteu o início desse contato com o mercado de trabalho por meio de diversas atividades ligadas ao setor de serviço e comércio.

Eu comecei a trabalhar com 10 anos, era criança com 10 anos. Trabalhava como balconista de bar, depois em agência de automóvel limpando carro, faxineiro, fazia de tudo desde criança. Para ajudar meus pais eu estudava e trabalhava. Trabalhava de dia e estudava à tarde (Entrevistado 7).

Já a entrevistada 3 destaca como começou através das atividades que davam suporte à sua mãe. Foi, então, estabelecida a relação que proporcionou a formação da sua profissão (costureira), que inclusive hoje é exercida por ela.

Eu pregava as coisas para mamãe, para ela ter tempo de cuidar da casa e poder pegar mais encomendas. Tinha que ajuda! “Nóis” desde os 11 anos ajudava ela, a cortar, marcar, pregar, costura e ela era minuciosa. “Daí” que aprendi minha profissão, costureira (Entrevistada 3).

A situação apresentada pela entrevistada 3 é parecida com a do entrevistado 9, que iniciou sua carreira como vendedor de laranja, passando a buscar e entregar roupas que sua mãe lavava até conhecer uma marcenaria e se encantar com a profissão. Atividade que também é exercida nos dias atuais.

Mãe fazia “nóis” ajuda ela. Então eu já vendi laranja com 12 anos, já busquei roupa “pra” ela e entregava também. Ganhava e entregava tudo “pra” ela. Só que um dia fui entrega “pra” marceneiro e olhando o que ele fazia, quis fazer também. Pronto! Virei marceneiro [risos] (Entrevistado 9).

E por último dos que demonstraram uma inserção precoce no mercado de trabalho, destacamos a entrevistada 2, que junto com a entrevistada 3 foram as únicas a mencionarem o trabalho doméstico, que é associado a uma atividade feminina. No caso da entrevistada 2 articula-se a ênfase na necessidade dessa inserção por questões econômicas, e do aprendizado daí adquirido. A mesma apresenta ainda, uma trajetória laboral repleta de atividades e encerra frisando a necessidade de sua continuidade nessa busca pelos meios de sua sobrevivência.

Quanto ao IAPTC, refere-se ao Decreto de Lei nº 7.720, de 9 de julho de 1945, que passou a incorporar Instituto dos Empregados em Transportes e cargas ao de Estiva, passando a ser denominado de Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

Não tínhamos condições! Aprendi com meus pais que era necessário! Eu fazia de tudo, lavava, passava, cozinhava. De tudo! Eu tinha 12 anos e trabalhava o dia todo, só trabalhei em lugar que era o dia todo, nunca trabalhei em lugar flexível. Eu aprendi muito da vida, sabe? Também trabalhei em conservadora, faxineira, lancheira em bar, fui cozinheira e hoje continuo na luta. Tem que ser, né? (Entrevistada 2)

Por meio de suas falas, esses entrevistados realizaram um retrospecto de suas vidas, a sua história, sobretudo, o seu cotidiano laboral, fundamentado na justificativa de que havia a necessidade de auxiliar os pais, seja para ajudar nas atividades domésticas, seja em atividades ligadas ao meio rural. Em alguns dos relatos, observa-se o quão diversificado foram essas atividades, que inclusive determinaram a sua profissão atual. Também ficou demonstrada uma inserção no mercado em idades precoce a despeito de uma etapa da vida compreendida como um período na qual as pessoas deveriam dedicar-se a atividades recreativas, ao estudo e ao fortalecimento dos laços afetivos, mas que devido ao pertencimento a uma classe e às condições socioeconômicas atreladas a elas esses homens e mulheres foram direcionados a dar preferência aos itens de primeira necessidade, relacionados à sobrevivência.

Assim, é possível compreender, inclusive, que para os entrevistados o trabalho esteve ligado diretamente às dimensões de sua vida, definindo suas trajetórias desde a infância, passando pelo momento da aposentadoria e até os dias atuais, em que ainda se identificam como *trabalhadores* por permanecerem em atividade.

Ainda que os entrevistados acima não tenham associado nenhuma implicação negativa resultante dessa inserção precoce no mercado de trabalho, é possível observar que no quesito escolaridade a entrevistada 2, o entrevistado 5 e o entrevistado 7 que demonstraram não concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, respectivamente, são os mesmos que se dedicaram desde a infância a atividades em tempo integral, além de terem se inserido muito cedo no mercado de trabalho a fim de garantir a sua sobrevivência e de suas famílias. De tal modo, isso pode ter sido um dificultador para que eles prosseguissem com seus estudos, uma vez que, o entrevistado 9, que também começou a trabalhar na infância e possui Ensino Médio Completo, realizava suas atividades apenas em período parcial. E a entrevistado 8 e a entrevistada 3 se formaram há pouco tempo e vêm dando continuidade aos seus estudos.

Dessa forma, o quadro sintetiza as atividades no início da carreira, as idades em que ocorreu esse início, as profissões que os participantes se aposentaram e as atividades atuais.

Quadro 5: Relação entre as atividades no início da carreira, a idade desse início, as profissões em que se aposentaram e as atividades exercidas atualmente.

Entrevistados	Atividade que começou a Trabalhar	Idade em que começou a trabalhar	Profissão em que se aposentou	Atividade atual
Entrevistado 1	Cobrador de ônibus	16 anos	Ajudante de carga e descarga	Fotógrafo
Entrevistada 2	Trabalho doméstico remunerado	12 anos	Trabalho doméstico remunerado	Diarista
Entrevistada 3	Costura	11 anos	Costureira	Costureira e Acompanhante de idosos
Entrevistado 4	Marceneiro	16 anos	Porteiro	Porteiro
Entrevistado 5	Retireiro	6 anos	Carpinteiro	Promotor de excursões
Entrevistado 6	Balconista de Comércio	18 anos	Comerciante	Comerciante
Entrevistado 7	Balconista de Bar	10 anos	Área de reposição/compra de mercadoria	Área de reposição/compra de mercadoria
Entrevistado 8	Cortador de Lenha	7 anos	Montador de móveis	Monitor de pessoal
Entrevistado 9	Vendedor de Laranja	12 anos	Marceneiro	Marceneiro
Entrevistado 10	Metalúrgico	16 anos	Metalúrgico	Metalúrgico
Entrevistado 11	Cobrador de ônibus	17 anos	Tintureiro	Tintureiro

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017

Na análise do quadro com as funções exercidas pelos entrevistados, observa-se como as naturezas dessas atividades diferem-se quando apreendidas sob a categoria gênero. Se na reflexão acerca dos rendimentos dos entrevistados já tinham construções histórico-sociais que geraram e demonstraram a existência de relações distintas entre homens e mulheres no mundo do trabalho, nesse caso, com relações desiguais de trabalho entre esses sujeitos essa diferença se torna ainda mais evidente.

Isso porque, no caso das mulheres participantes, desde a sua inserção no mercado de trabalho até quando se aposentaram, agora, e no trabalho atual, desenvolveram atividades que são consideradas tipicamente do “âmbito feminino”, ainda que venham as realizando por motivações que também perpassam o universo masculino. Sendo, inclusive, atividades que sofrem certo desprestígio junto à sociedade, latente no recebimento mensal como está presente na fala das entrevistadas:

Como costureira às vezes eu dou assistência nas lojas. Eu não estipulo preço, também não. Às vezes eu ganho mais do que eu pensei! Mais que eu quis pedir para ganhar. Isso aí “em um” tem como falar. Em uma loja, é o tipo de serviço mais corrido [...] dependendo da “mulé”, que tem umas “mulé” que são miseráveis toda vida, né?! Paga assim tipo: R\$5,00. Aí outros já são “legal” me pagam o dia. Outros já falam assim: uma porcentagem na peça e outra porcentagem “pra” mim (Entrevistada 3).

Quanto que eu pego? Se for quatro vezes “no” mês eu pego R\$400,00, porque me pagam R\$100,00 por vez (Entrevistada 2).

São atividades que analisadas sob o aspecto sociocultural são compreendidas como tipicamente femininas, Costureira, Diarista, Professora, Enfermeira, Assistente Social, dentre outras, mas que devem ser compreendidas sob a perspectiva das necessidades de ordem socioeconômica e não especificamente de categoria gênero ou a realizações de cunho pessoal. Cabe salientar, que os cargos ligados à liderança ou à chefia até pouco tempo só eram exercidos por homens. As mulheres eram restritas, nas indústrias e no comércio às funções mais básicas, mais gerais. Essa desvalorização da força de trabalho feminina está assentada em uma sociedade que construiu seus valores em cima dos homens, da imagem masculina, em detrimento das mulheres, que devem atuar no espaço privado, nos cuidados com os filhos e com a família.

A atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Essa bipolarização não surge apenas nos países europeus desenvolvidos, mas também em países semi-industrializados como o Brasil. [...] A bi-polarização cria dois grupos de mulheres com perfis sociais e econômicos opostos. Kergoat teoriza o antagonismo político potencial entre esses dois grupos. Uma das questões controversas é o fato de que um dos grupos usa os serviços do outro para ascender na escala profissional e ter uma carreira (HIRATA, 2001, p. 148-149, grifos da autora).

Acerca dessa divisão sexual do trabalho, também há as reflexões de Antunes (2005), sendo que o autor descreve que dentro do espaço fabril, por exemplo, as atividades de maior qualificação (fundadas no capital intenso) são destinadas aos homens enquanto que as de menor qualificação, as mais elementares (que na maior parte das vezes são fundadas no trabalho) são direcionadas as mulheres. Assim, o autor adverte que:

As relações de *gênero e classe* nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivemos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho* (ANTUNES, 2005, p. 109, grifos do autor).

No que concerne à jornada de trabalho foi questionada em relação à atividade *inicial*, de quando começaram a trabalhar, possibilitando-nos identificar que: 7 (sete) dos participantes afirmaram que essa atividade era exercida em tempo integral, ainda que, naquela época, os mesmos estivessem em período escolar. Já os demais 4 (quatro) trabalharam em um determinado horário, ou seja, parcial.

Essas dedicações exclusivas que alguns dos entrevistados tiveram que exercer ao trabalho, durante a sua infância, marcou a trajetória de vida deles, tendo como resultado a baixa escolaridade, visto que, não frequentavam a escola. Essa situação, também, pode ter influenciado nos empregos a que eles se vincularam e na conclusão dos seus estudos apenas durante a suas velhices (no caso de dois entrevistados).

Contudo, em relação à jornada de trabalho da atividade *atual* verificamos que 6 (seis) afirmaram cumprir uma jornada integral (de dois horários), sendo a carga horária semanal de trabalho entre 10 h e 12 h. Os que realizaram tal afirmação são os que trabalham vinculados a empresa que participou da pesquisa e o entrevistado 1, que embora trabalhe na condição de informal busca dedicar-se a sua atividade de forma integral.

Eu saio de casa de manhã com esse objetivo, trabalhar até de tarde. Como se estivesse “numa” empresa, até de tarde (Entrevistado 1, fotógrafo).

Quanto a um dos que atuam na empresa, a fala do entrevistado 8:

Eu abro esse portão 5 h 30 min da manhã e fecho ele as 17 h da tarde. Quando “apita” eu já “tô” pensando lá na rua (Entrevistado 8, Monitor de pessoal).

Dos demais entrevistados, 3 (três) afirmaram ser uma atividade de turno parcial (um período), no caso a entrevistada 3 (costureira /acompanhante de idosos), o entrevistado 5 (promotor de excursões) e o entrevistado 4 (porteiro). De acordo com esse último:

Ele é seis horas por dia. De 6 h da manhã às 12 h. Meu horário é fixo, de 6h às 12h e trabalha cinco folga um (Entrevistado 4, porteiro).

Um deles, mais precisamente o entrevistado 6 (comerciante), declarou que a atividade é estabelecida de forma livre, ou seja, ele monta seu horário. A última, a entrevistada 2 (diarista) se encaixou no roteiro da entrevista⁹⁴ por meio da categoria *outros* afirmando que quando consegue realizar a atividade, ou seja, quando é chamada para atuar no seu ramo, trabalha *no dia* um turno integral correspondente a 12 h de serviço. Relatando da seguinte maneira:

Quando tem, é o dia todo, dia todo! Eu pego às 8 h e saio às 18 h (Entrevistada 2, diarista).

Acerca do histórico ocupacional, os participantes foram questionados quanto a forma como diferenciavam a *primeira* atividade que haviam caracterizado como trabalho e a atividade *atual*. Dentre as colocações, a que mais se sobressaiu foi a que caracterizava a atividade atual como *melhor* em referência a de antigamente, com 7 (sete) relatos. Principalmente, associada ao “maquinário” da atualidade, que podemos evidenciar através do progresso da ciência e da tecnologia.

Hoje em dia, máquina, máquinas, são melhores que meu tempo! Inclusive eu tenho lá em casa as máquinas, coitadas! Eu já chamo elas de sucata em relação as lojas, né? (Entrevistada 3)

Também houve entrevistados que valorizaram a atividade *atual* devido a *questão financeira e estabilidade* que esta proporcionava, no caso, o entrevistado 9. A entrevistada 2 afirmou que seria a *mesma coisa*, sem nenhuma mudança significativa, lembrando que o seu histórico ocupacional sempre esteve ligado a atividades domésticas. Assim como o entrevistado 8 que associou a *ambas* atividades um sentimento de *gratidão* quanto ao construto que por meio delas foi proporcionado.

Perfeitíssima! Continuo fazendo meu trabalho com responsabilidade até hoje. Bom! Bom! Bom! Ela me deu progresso, ela me deu conhecimento, ela me deu muitas amizades. Desde os 8 anos de idade. São iguais, sabe por causa de que as pessoas gostavam do meu serviço, até que “vim” pra aqui (Entrevistado 8).

Enquanto que, o entrevistado 1 valorizou a atividade *inicial*, relacionando a época em que detinha maior rigor físico e a facilidade que a sua atividade possuía frente ao mercado de trabalho.

⁹⁴ Vide Anexo I.

Ah! A diferença é muito grande, nossa nem se fala! Eu hoje com 72 anos eu queria estar naquela época, como fotógrafo. Naquela época dos meus 14 anos. Aí a habilidade era maior, né? A facilidade de trabalhar como fotógrafo naquela época era maior, bem melhor (Entrevistado 1).

Ainda no que se refere a esse processo comparativo, os entrevistados foram direcionados a avaliar o trabalho *atual* em relação ao exercido *antes da aposentadoria*, mesmo para aqueles que se mantiveram na mesma atividade. Logo, verificamos que 6 (seis) deles associaram à atividade atual a sensação de tranquilidade, porém com fundamentos diferentes os quais envolveram a questão do *tempo* relacionado a disponibilidade de realizá-la e correlacionado a outras coisas, o *tempo* disponível para exercer a atividade que sempre gostou e o *tempo* associado a uma “estabilidade”, mas com o agravante das dificuldades impostas pelo mercado de trabalho. Segundo o entrevistado 5:

É mais tranquilo! Quando eu era carpinteiro, que eu fazia? Ao invés “deu” ir “pra” casa eu ia correr atrás. Agora o tempo meu é mais livre, eu posso sair a hora que eu quiser. Só que é mais difícil, não é como era! Tem mais concorrência (Entrevistado 5)

Assim sendo, 3 (três) disseram não sentir mudança alguma e a caracterizaram como a “*mesma coisa*”, seguidos de 1 (um) que relacionou a atividade atual como *melhor* se comparada à questão do acesso à tecnologia. Associação parecida com a comparação em que 1 (um) afirmou que o trabalho atual demandou *novos cuidados* que no anterior não eram precisos, sobretudo, questões relacionadas à segurança (pública e privada).

Esse último dado é do entrevistado 4 (porteiro) que exerce sua profissão há muitos anos e avaliou que, atualmente, a questão que mais mudou em relação à atividade antes da sua aposentadoria foram questões ligadas à segurança pública, mas que, de modo geral, o serviço é tranquilo. Ele ainda relaciona essa tranquilidade com o recebimento fixo da aposentadoria, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de trabalhar, explicando como os produtos estão caros.

Agora “tá” mais trabalhoso! Agora ficou mais perigoso, entendeu? A moçada ficou mais rebelde! A gente não pode arriscar levantar cedo de madrugada para ir “pro” serviço. Mas fico mais tranquilo com a aposentadoria, só que as coisas estão muito caras, né? (Entrevistado 4)

Seguindo o roteiro de entrevista, sobre como avaliaram a capacidade para o trabalho, *todos* os entrevistados classificaram-na como “*Boa*”, em uma escala que compreendia: Muito

Boa, Boa, Razoável, Ruim e Muito Ruim. Majoritariamente os relatos estavam relacionados com o *envelhecimento ativo, a manter-se trabalhando*, em que a categoria trabalho ocupa um espaço determinante na vida desses sujeitos.

Eu estou bem! Posso continuar trabalhando. Em plena disposição. Quero me manter agindo, fazendo as coisas, participando daqui. Ainda aguento mais alguns anos (Entrevistado 8).

A lógica capitalista dissemina o ideário da competência, direcionando os sujeitos a terem que se sentir úteis e a julgar sua capacidade de execução do trabalho, ainda que na velhice. Portanto, como analisamos no capítulo II, as formas como vem se apresentando o modo de produção capitalista na atualidade, mais do que nunca, camuflam seus preceitos e subtraem a subjetividade do velho trabalhador aposentado no que concerne à sua reprodução material e social, bem como sua compreensão daí subsequente.

Essa colocação é baseada no fato de que, em suas falas, houve sempre a presença de queixas ou desabafos quanto às dificuldades físicas, as enfermidades, os procedimentos de saúde a que tiveram que se dedicar em suas vidas, sobretudo, ao cotidiano laboral, mas quando indagados se achavam que aquilo teria sido causado e/ou contribuído pelo trabalho, eles não viam associação, pelo contrário, acreditavam ser algo relacionado à forma como encontram-se na velhice ou a outras determinações.

Isso fica ainda mais evidente quando algumas características foram indicadas para que os mesmos avaliassem quais estavam presentes nas atividades do início de suas trajetórias e se as mesmas apresentavam a possibilidade de terem interferido nas condições de saúde e no modo como vivenciavam suas velhices.

Quadro 6: Como avaliavam a situação da atividade no início de suas trajetórias laborais.

Característica	Escala primeiro trabalho
Alta exigência física	9
Alta exigência mental	3
Exige escolaridade	3
Exige treinamento formal	2
Contato com agentes tóxicos	4
Presença de fortes ruídos	2
Presença de perigo	8
Posturas que geram dores ou problemas musculares	7
Liberdade para decidir como fazer o trabalho	5

Liberdade para desenvolver novas habilidades	7
Fornecer suporte adequado em situações difíceis	1
Salário adequado aos meus esforços	3
Produzir muito em pouco tempo	4

Fonte: Entrevista com os Velhos trabalhadores aposentados mantidos ou reingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG. Abril de 2017

Todas as características foram indicadas, sendo a *alta exigência física* a que se sobressaiu às demais, apresentando o índice de 9 (nove) indicações dos 11(onze) entrevistados, seguidas da *presença de perigo* com 8 indicações e *posturas que geraram dores ou problemas musculares* com 7 indicações. Desse modo, por mais que esses trabalhadores tenham sido expostos, desde o início das suas carreiras, a determinantes e situações precárias que podem ser relacionadas às condições de saúde que estes estão apresentando na atualidade, a associação só acontece pelo fator idade, como alguns disseram.

A ausência de saúde como podemos perceber nestas construções, não é interligada por estes velhos à marginalização, exploração, desgaste físico e emocional relacionados à sua condição de classe trabalhadora na sociedade (para alguns, como vimos, até pelo contrário) e aqui novamente a velhice é tomada como uma “opção individual”. Portanto, o ser saudável ou o estar doente, está relacionado a fatores externos, associados a hábitos e costumes individuais (CUNHA, 2009, p. 188).

As colocações da autora corroboram com a fala do entrevistado 11 que ao ser questionado quanto à relação entre as condições de trabalho a que foi exposto durante a sua vida e a forma como estaria vivenciando sua velhice franziu a testa e sob um tom seguro avaliou da seguinte maneira:

Nem um, nem outro filhinha! Estou bem, ótimo para trabalhar. Isso é coisa da idade. “Tô” velho. Melhor, trabalhador. Velho “é” aqueles que ficam nas pracinhas e nos clubes sem “faze” nada. Eu me cuido, mas tem coisa que com a idade não adianta (Entrevistado 8).

Por último, três indagações ainda se fizeram presente neste estudo, sendo a primeira relacionada à compreensão de quais atividades os entrevistados se dedicavam no seu “*tempo livre*” (período de folga), em que a maioria, ou seja, 6 (seis) citaram a companhia de seus familiares e atividades correlacionadas e 5 (cinco) indicaram futebol, assistir televisão, pescaria, trabalhos comunitários e dormir. Contudo, é importante salientar que ainda que, neste período, os trabalhadores estejam fora de seu ambiente de trabalho, não ficam apartadas da lógica capitalista e das limitações que esta resulta para o seu envelhecer; ou seja, são

envoltos pelos mesmos determinantes que são estabelecidos na produção de riqueza e que cerceiam os meios para que eles tenham uma reprodução digna e satisfatória de suas necessidades.

Nessa perspectiva, a ampliação do tempo de vida, ou do *tempo livre* nunca significará enriquecimento do gênero humano, na ordem do capital, mas sempre gerará pseudovalorização de uns e a completa desvalorização de outros. Isto porque, há muito, o *tempo livre* serve de *stock* de mercadorias, de bens e de serviços necessários à reprodução do capital (TEIXEIRA, 2009, 76).

O outro questionamento envolvia compreender se os trabalhadores participavam dos programas e instituições, referidas no item 1.1., que prestam atendimento os velhos cidadãos do município. Como já esperado, apenas os indicados pelo Centro de Convivência “Dona Itália Franco” tinham esse vínculo, sendo eles os entrevistados 1, 4, 5, 6 e as entrevistadas 2 e 3. Os demais não tinham vinculação nenhuma com estas “*atividades para a terceira idade*”, sendo aqueles que ainda estavam empregado na empresa.

Por último, foi perguntado a eles quanto à participação em algum sindicato, movimento social ou associação de aposentados e pensionistas obtendo a afirmação majoritária, 9 (nove), de que não havia essa inscrição, nem sabiam das ações. Mesmo no caso daqueles que já haviam sido do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, mas que atualmente cancelaram seu cadastro. Quanto aos 2 (dois) restantes, o entrevistado 8 e o entrevistado 7 continuam com o seu cadastro ativo, mas nunca participaram de nenhuma atividade ou nem sequer sabem onde está localizada a sede, frisando de forma negativa acerca da taxa que é descontada de seus contracheques. Esse dado se articula a pesquisa realizada por Motta (1995) na cidade de São Paulo com operários aposentados.

Nenhum dos entrevistados demonstrou conhecer as organizações que representam seus interesses, isto é, as associações de aposentados e pensionistas e o significativo Movimento por elas desencadeado. Levantou-se a hipótese do que a desinformação é decorrente em primeiro lugar do fato deles não terem participado da luta operária, não terem mantido ligações próximas com os sindicatos e, secundariamente, em virtude da ausência quase total de veiculação de informações sobre o Movimento de Aposentados e Pensionistas pelos meios de comunicação (MOTTA, 1995, 162).

Em síntese, este subitem revelou que ao serem questionados quanto ao seu histórico profissional, acerca das atividades ao longo da vida e na atualidade, foi percebido que,

preponderantemente, esses trabalhadores ocuparam e ocupam postos de trabalho com níveis de remuneração e qualificação baixos, com a presença de esforço físico e em atividades bem diversas umas das outras. Elemento que ganha evidência se comparada à questão de gênero, uma vez que, para as entrevistadas essa realidade sofre distinções ainda mais latentes e desiguais.

Definitivamente foi possível compreender questões fundamentais no modo como estes sujeitos envelhecem, sobretudo, quando analisado a influência determinante da categoria trabalho no modo como esses se identificam. De tal modo, os entrevistados demonstram o valor que o trabalho possui na trajetória de vida deles, influenciando nas suas construções acerca dessa categoria, posto que desde muito cedo ela recebeu papel de destaque em suas realidades.

Ainda no que tange o trabalho, essa categoria está presente em suas vidas, sendo confirmado através dos relatos e na afirmação de que, mesmo aposentados, esses sujeitos se identificam como *trabalhadores*. Sendo inclusive, justificada pela ininterrupção de suas atividades. Além, de avaliarem a relação estabelecida com o ato do trabalho de forma positiva, em quase todas as colocações, sejam elas: sobre as dificuldades de se (re) inserir no mercado de trabalho, a comparação com as condições atuais de trabalho e as anteriores, e a própria capacidade laboral. Não encontraram relação entre as condições de trabalho a que foram expostos ao longo da vida e a forma como estariam vivenciando a velhice que lhes foi negada substancialmente

Por fim, foi traçado um “perfil” do velho trabalhador no que tange ao: gênero, idade, escolaridade, histórico ocupacional, situação atual, aposentadoria, composição familiar, e, finalmente, as motivações que os levaram a exercer a atividade atual, ainda que aposentado, bem como se buscou compreender se pontos estariam interligados com o objetivo deste estudo.

Logo, foi verificado que as transformações de natureza social, econômica e cultural, evidenciadas no capítulo II, interferiram diretamente sobre o cotidiano laboral do velho trabalhador nos dias atuais, que diante do seu *descanso remunerado* fica inclinado a se manter ou se reinserir no mercado de trabalho devido às necessidades de ordem financeira motivada por duas vertentes: *o valor recebido pela aposentadoria que não é suficiente para o seu sustento, e ainda, pelo comprometimento e importância que sua renda tem recebido junto aos membros de sua família.*

Nesta lógica, em meio às falas dos entrevistados foi possível apreender uma realidade, que se apresenta no país e no município, na qual o velho trabalhador aposentado está

assumindo a condição de pessoa de referência econômica da família, passando de *assistido* a *provedor*⁹⁵, dado que, vem distribuindo seus rendimentos, de forma parcial ou total, com filhos, parentes, agregados e até os denominados como *outros*, sem que necessariamente, estes residam no mesmo domicílio que o trabalhador. Sendo que, aparentemente, o que não se observa é a “mediação”⁹⁶ (direta ou indiretamente) que o velho trabalhador aposentado vem exercendo entre o mercado e esses sujeitos, posto que, ao partilhar dos rendimentos da sua atividade atual com os integrantes da estrutura familiar, mantendo-os, ele, ao mesmo tempo, “intermedia” a relação deste com o Estado, pois também reparte os proventos de sua aposentadoria com eles.

⁹⁵ Termo empregado por Aersa e Bulla, 2008. Vide referências.

⁹⁶ Maior aprofundamento em Aersa e Bulla, 2008. Vide referências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico e empírico que foi traçado nesta dissertação se dedicou a análise da realidade social vivenciada pelos velhos trabalhadores aposentados, que mesmo aposentados ainda permanecem no mercado de trabalho. Por ora, gostaríamos de retomar alguns apontamentos que foram levantados através da (re) construção teórica-analítica de algumas categorias expostas nos capítulos I e II e, pela análise dos dados da pesquisa empírica que possibilitarão o encerramento dessa exposição e a conclusão da reflexão estabelecida ao longo deste estudo.

De imediato, achamos oportuno destacar a categoria velhice, que aqui foi compreendida como um processo de natureza histórico-social presente na vida dos sujeitos, sob aspectos que tendem a evidenciar características vividas individual e socialmente, ou seja, “conversar sobre velhice, é, também, estabelecer uma distinção entre os velhos em geral e a experiência pessoal” (DEBERT, 1999, p. 183). De tal modo, ao definir essa categoria buscávamos demonstrar nossa percepção, embutida no uso do termo *velho* ao designar nossos participantes, que para além de algo simples, envolve um processo complexo e repleto de determinações, que prescinde a dedicação à apreensão de todas as suas características.

Compreendermos que essa reflexão é de extrema importância para àqueles que se dedicam ao estudo do processo de envelhecimento, devido ao risco de se perder o foco na perspectiva de totalidade que abrange essa categoria e restringi-la a discursos que valorizam apenas o seu fator biológico. Discursos que vão influenciar na construção de algumas das “representações sociais” da velhice, demarcando suas concepções e os meios de gestão do processo de envelhecimento na sociedade capitalista.

Quanto a essas “representações” e concepções, demonstramos como o uso de certas nomenclaturas pode interferir na forma como a sociedade passa a compreender essa categoria e como até mesmo os sujeitos pertencentes a ela passam a se (auto) identificar. Nesse sentido, apresentamos a transformação da imagem da pessoa envelhecida no transcorrer da história, em que presenciamos a associação do termo velho a estereótipos negativos, o uso do termo idoso com os indivíduos de direitos, ativos politicamente e o atualmente utilizado *terceira idade* visto como um período de realizações pessoais e a dedicação constante ao bem-estar, que, na verdade está direcionada a disseminação do consumismo e ocultação dos efeitos da dinâmica capitalista sobre a vida da população.

Além de não considerar que, foi devido à associação da velhice a um conjunto de imagens negativas, compreendendo o avanço da idade como um processo repleto de perdas e dependência que possibilitou a visibilidade das demandas e situações a que padeciam seus sujeitos, passando a ser considerada um elemento crucial na legitimação de direitos sociais, como foi o caso do direito à aposentadoria.

Contudo, vimos que esses discursos buscam trocar as condições socialmente construídas por nomenclaturas ou “representações” que podem ser concebidos em qualquer sociedade que não a capitalista. No caso das disparidades econômicas presentes na realidade brasileira, elas acabam por não permitir que o velho trabalhador desfrute desse período com absoluta qualidade, pelo fato de ter sido desapropriado desde quando se inseriu no mercado de trabalho de grande parte das condições materiais e sociais de sobrevivência. Assim, por mais que a sociedade pregue valores para que a velhice seja concebida de forma homogeneizada e estereotipada, predomina, ainda, no Brasil diferenças cruciais nos acessos aos bens e serviços públicos que acirram as desigualdades entre as classes e conseqüentemente afetam o processo de envelhecimento e forma como se encontra na velhice.

Em meio a essas reformulações da sua imagem, evidenciamos que este público envelhecido tem se apresentado em números cada vez mais expressivos na sociedade, devido ao processo que está em andamento e resultará no superenvelhecimento da população, em contrapartida da sua diminuição como um todo. Sendo que predomina a visão negativa quanto à essa realidade demográfica, visto que, o envelhecimento populacional nas proporções em que vem se apresentando resultará em índices de dependência alta devido ao aumento no contingente da população considerada muito idosa, demandando cuidados típicos da idade avançada, bem como acarreta maior transferência de recursos e demandas por políticas e serviços públicos envolvendo intervenções diretas do Estado.

Isso sem mencionar que, as mulheres tem apresentado expectativa de vida maior que a dos homens e inclusive em um contingente maior em relação a eles. Fenômeno que no Brasil e no Mundo vem revelando o direcionamento para um processo de *feminização* da velhice, em que o público envelhecido é consideravelmente feminino. Essa tendência também foi apresentada e mantida na realidade municipal. Todavia, como foi exposto a despeito dessa longevidade e realidade demográfica, as mulheres, bem como os homens de 60 anos ou mais, não tem permanecido no mercado de trabalho, pelo contrário, estão saindo sem que necessariamente seja dada entrada na aposentadoria. Também evidenciamos o envelhecimento da força de trabalho que resultará na saída da idade “ativa” e a entrada na

idade “improdutiva”, sem que existam trabalhadores que possam repô-los, pois também se associa ao contexto atual a queda nas taxas de fecundidade a níveis de uma sub-reposição.

Ainda, articula-se a este cenário, sobretudo, o da estrutura familiar, outras mudanças que foram apontadas por Camarano (*et al.* 2014) acerca do aumento das coabitações, dos domicílios unipessoais e o aumento de famílias chefiadas por mulheres, mesmo que na presença de seus cônjuges. Coabitações que foram constatadas através da pesquisa empírica em que encontramos a coexistência de várias gerações e novas combinações em que os entrevistados residiam com irmãos, filhos, cunhados, netos, bisnetos e em determinados caso até com os companheiros desses últimos. A necessidade dessa coabitação partiu, *majoritariamente*, por parte do familiar e/ou agregado do velho trabalhador, demonstrando a tendência nacional na qual os idosos brasileiros estão residindo na condição de pessoa de referência econômica do domicílio.

Como foram analisadas no Capítulo I, essas mudanças estão ocorrendo em pleno período de transformações nas ações do Estado brasileiro, prevalecendo uma lógica assistencialista e privatista, em que os serviços se tornaram sucateados e as políticas sociais estão voltadas à garantia de “mínimos sociais”, permitindo a reprodução das desigualdades sociais de forma ampliada e o direcionamento das demandas a uma atenção quase que exclusiva dos “prestadores de serviços”. Ademais, vem sendo propagadas investidas adversas às conquistas constitucionais, em que este mesmo Estado e os setores ligados aos interesses do capital promovem uma verdadeira flexibilização de leis e direitos dos mais variados segmentos como meio de garantir vantagens ou formas de lucro, dentre as quais destacamos a PEC 287/2016 em tramite no Congresso Nacional que poderá ocasionar perdas significativas para o conjunto dos trabalhadores.

Foi exposto ainda que o contexto atual também é perpassado pela mundialização do capital, no qual o modo de produção capitalista vem acompanhado de novas técnicas de produção que garantem uma significativa economia de trabalho vivo, alimentando as taxas de desemprego que agora se apresentam sob uma perspectiva estrutural, possibilitando que os empregadores ofertem oportunidades e remunerações de acordo com seus critérios, em que a quantidade, se sobressai à qualidade, desses novos postos de trabalho. Tal dinâmica, afeta consideravelmente as formas de organização do trabalho e o processo de consciência do trabalhador resultando na conformação atual de sua classe.

Essa realidade esteve presente em vários momentos das falas dos entrevistados em que destacaram a competitividade do mercado de trabalho, a necessidade de se manterem na PEA como forma de complementar as aposentadorias ou para contribuir com o rendimento familiar

e a situação de desemprego a que seus familiares e/ou parentes estão submetidos. Sendo verificado que em muitos dos relatos a situação ocupacional foi um fator decisivo para que esses familiares buscassem o auxílio dos sujeitos da pesquisa.

Diante da situação atual no mundo do trabalho, observamos que a aposentadoria dos velhos trabalhadores não representa necessariamente a saída destes do mercado de trabalho. Ao contrário, verificou-se que os mesmos continuam trabalhando em seguida a essa aposentadoria. Logo, buscando compreender as motivações de tal fenômeno, nos deparamos com duas questões: uma de ordem objetiva e outra de ordem subjetiva. Partindo do entendimento de que ambas estão imbricadas na realidade social, sendo separadas apenas para critério de análise.

Referente às questões objetivas destacamos nas falas dos participantes que a justificativa para o (re) ingresso no mercado de trabalho se centrara na *questão econômica* ligada a dificuldades financeiras devido à limitação despendida do valor recebido pelo benefício previdenciário. Quando 9 (nove) dos 11 (onze) entrevistados recebem de 1 a 2 salários mínimos, o relato é que o trabalho continua sendo uma realidade em suas vidas.

Ainda no que diz respeito a estes índices de recebimento, fizemos uma análise da condição da mulher nesta relação, em que verificamos na pesquisa, que a desigualdade entre os gêneros se manifesta nos valores das remunerações. As mulheres entrevistadas apresentaram renda mensal inferior à dos homens, mesmo somado seus dois rendimentos. Outra observação feita foi que as duas seriam as únicas a receber menos de 1 salário mínimo pela atividade atual. Realidade que não envolve as mulheres apenas em sua velhice, já que está presente ao longo de todo seu percurso laboral.

Observa-se aqui, que a renda dos velhos trabalhadores pesquisados expressa as características já evidenciadas em pesquisas realizadas em Juiz de Fora e no Brasil, em que está havendo uma maior participação desses idosos no orçamento familiar, isso quando não são a única renda responsável pelas despesas, como apresentado no relato da entrevistada 2. Cabe ressaltar que, o papel exercido pelo velho trabalhador dentro da estrutura familiar também se apresentou como outro determinante para que ele retorne ou permaneça em atividade, posto que, todos se autodeclararam como chefe socioeconômico da família, afirmando que sua renda ocupa função expressiva e fundamental na contribuição dos rendimentos das famílias. Por certo, estamos diante da realidade de um sujeito que embora tenha dedicado sua vida ao ato do trabalho, *desde que nasceu começando com o trabalho infantil*, na sua velhice e no período de sua aposentadoria se percebe obrigado a manter-se em

atividade devido a sua necessidade de sobrevivência e a continuidade de manutenção econômica dos membros de sua composição familiar.

Essa configuração de sua renda, redistribuída entre seus familiares sejam eles residentes no mesmo domicílio ou não, tem representado uma imagem do velho trabalhador que passa a ser compreendido de forma diversa daqueles que necessitam da ajuda de seus familiares e das gerações que o antecederam, visto que eles são considerados arrimo de família (passando de *assistidos* a *provedores*)⁹⁷. Mudanças de percepção que também foram geradas pela ampliação do direito previdenciário, a flexibilização do mundo do trabalho, a situação de desemprego enfrentada pelos jovens e a permanência desses em períodos mais longos na casa dos pais e/ou parentes.

No que se refere à trajetória laboral dos entrevistados, devemos destacar a inserção prematura dos participantes no mercado de trabalho, em que 6 (seis) deles se inseriram com idades que vão desde dos 6 até os 12 anos, caracterizando o trabalho infantil, que é um traço da classe trabalhadora e daqueles que não gozam de melhores condições socioeconômicas e culturais. Assim, devido à necessidade de auxílio no sustento de suas famílias, essa inserção se fez necessária em detrimento de um período que era para ser demarcado por atividades voltadas ao estudo, a recreação e o fortalecimento dos laços afetivos. Desse modo, esses trabalhadores se viram obrigados a se submeterem a atividades bem diversificadas, com a presença constante de esforço físico, atividades informais e de remunerações distintas que corroboraram para que eles realizassem a construção do que seria o significado do trabalho, posto que, o este prematuramente já recebeu papel de destaque em suas vidas mantendo-se ao longo de suas trajetórias.

No que tange o trabalho atual, percebemos que a maioria se manteve no mesmo ramo de atuação em atividades ligadas ao setor de serviço, em que grande parte dos entrevistados disseram atuar sob o regime formal de trabalho. Destaca-se o fato de que a classe trabalhadora tem sido sujeita a postos de trabalho cada vez mais precários, insalubres e informais, isso quando os conseguem, em vista da realidade do mercado de trabalho com o já citado desemprego estrutural.

Além disso, vimos que a escolaridade foi um fator que demonstrou ter influência direta nesses postos de trabalho. Em um movimento recíproco, o trabalho também recebeu influência dessa baixa dedicação dado que, a maioria dos entrevistados possuía Ensino

⁹⁷ Buscamos demonstrar nesta dissertação, como existe uma mistificação do processo de envelhecimento da classe trabalhadora em torno da Ideologia da “terceira idade” que é (re) produzida pela sociedade capitalista e seus mecanismos, ocultando a realidade desses sujeitos, como se o que eles enfrentassem fosse articulado ao fato deles “serem velhos” e porque o processo de trabalho é cruel em todas as etapas da vida do trabalhador.

Fundamental Incompleto, tendo cursado apenas os anos iniciais e abrangendo aqueles que iniciaram suas atividades precocemente se dedicando a jornadas de trabalho integral.

Compete salientarmos, que em muitos dos casos relatados pelos participantes não houve uma interrupção dessa atividade com a chegada da aposentadoria, uma vez que, atividades que eram exercidas em concomitância com a profissão a que se aposentaram e, então, passaram a ser desempenhadas de forma exclusiva, ou seja, os entrevistados 1 e 5 que se dedicaram a mais de uma atividade durante suas vidas, por diversas razões ligadas as condições objetivas de sobrevivência, passaram a realizar apenas uma dessas atividades.

Logo, percebemos que a categoria trabalho esteve presente na realidade desses sujeitos sendo confirmada através de suas falas e na ratificação de que, mesmo aposentados se (auto) reconhecem como trabalhadores. Além disso, avaliaram de forma positiva sua trajetória, agregando valor moral ao trabalho enquanto propulsor das realizações pessoais de suas vidas. Afirmando ainda que não percebem impedimentos para se manter no mercado, possuindo condições de trabalho melhores se comparada aos recursos tecnológicos atuais e de estarem em plena capacidade laboral.

No âmbito da compreensão que temos acerca as questões subjetivas, verificamos em alguns relatos que as motivações que os fizeram se manter no mercado de trabalho perpassam questões relativas à necessidade em ter uma ocupação, a satisfação e realizações pessoais. De forma geral, o trabalho recebeu características positivas dos entrevistados, não possuindo relação com as condições de saúde em que se encontram atualmente e sendo associado ao envelhecimento ativo, que é destacado por eles como ser participativo, sem dependência (tanto econômica quanto socialmente) e a jamais “parar” (com atividades físicas, sociais, laborais).

Para tanto, devemos partir do pressuposto de que na sociedade capitalista as relações sociais que são produzidas possuem a tendência a captura da subjetividade dos homens através de discursos que valorizam a dinâmica produtiva. Essa disseminação de valores encontra meios de se desenvolver pelo, aqui referido, processo de alienação que possibilita o encobrimento das bases da exploração e dominação dessa dinâmica. Discursos coerentes com a proposta da *melhor idade*, que molda os interesses dos sujeitos para uma vida produtiva, em que se valoriza o ativo dando-lhe *status* diverso do improdutivo; associando o valor dos homens ao valor do seu trabalho. Tendência que ficou evidente ao indagarmos os entrevistados se sentiam pressionados pela sociedade a se manterem trabalhando, uma vez que, em *coro*, afirmaram que não se sentiam dessa forma e que a natureza do que realizavam era devido a motivações individuais e porque os faziam se sentirem bem e ativos.

Em suma, pode-se afirmar que os trabalhadores entrevistados não possuem consciência plena da realidade a qual estão inseridos, da mesma maneira que não possuem a compreensão de que a determinação da configuração atual da sociedade capitalista define claramente seu modo de vida e reprodução. Isso porque, dentre as várias observações, verificamos em suas falas a influência dos discursos que fortalecem a “dissociação” entre a aposentadoria e velhice, analisado no item 1.1., que vem envolvendo níveis diferentes de aspirações e consumo, devido à ampliação do trabalho assalariado, bem como a dificuldade de reconhecerem que essas atividades laborais perpassaram diversos aspectos de sua vida, principalmente, na forma como estes estão vivenciando sua velhice frente a presença de doenças que podem ter relação com o trabalho.

Assim, ao buscarmos compreender a velhice do trabalhador em profundidade fomos direcionados ao entendimento das condições sob as quais a classe trabalhadora, de forma geral, está envelhecendo no país, considerando a lógica capitalista que se interessa pela elevação das taxas de lucro em detrimento do trabalhador que envelhece, resultando em um ciclo ininterrupto de suas atividades. Sob essa perspectiva, este estudo nos possibilitou compreender que o sujeito que envelhece é um trabalhador e como está subjugado à lógica capitalista não lhe resta outra alternativa a não ser (re) ingressar no mercado de trabalho, seja pela sua necessidade de reprodução material e/ou de sua família, seja pela necessidade de reconhecimento e pertencimento social.

Diante disso, além dessas considerações anteriores e da análise que realizamos ao longo desse estudo foi percebido que o velho trabalhador tem recebido função de destaque no seio familiar, que pode ser evidenciada pela configuração atual da sociedade capitalista delimitada pelo sucateamento e flexibilização do trabalho, tal como desemprego estrutural que foi um dos determinantes para que ocorresse a dependência de várias gerações ao suporte deste trabalhador.

Notou-se ainda que, a condição de explorado atinge esses trabalhadores, através dos baixos salários, da informalidade de seus empregos, a baixa escolaridade, a alienação de seus direitos e/ou insatisfatória conquista desses, como é o caso do valor recebido pelas aposentadorias que atendem somente as necessidades imediatas voltadas à sobrevivência e que vem resultando no retorno ou manutenção dos mesmos ao mercado de trabalho. Portanto, como foi observado por Teixeira (2007), parte significativa dos velhos trabalhadores estão sendo obrigados a retornar para o mercado de trabalho ou nem se quer podem se desvincular dele, ainda que na sua velhice.

Contudo, esta condição do velho trabalhador, sobretudo, da classe trabalhadora como um todo, diante da realidade capitalista, tem perdido espaço e ao mesmo tempo não tem sido tratada com a mesma relevância que as preocupações quanto ao expressivo crescimento do contingente populacional considerado idoso e suas possíveis implicações para os cofres públicos e os interesses do capital.

Desse modo, como argumentamos em outras passagens desta dissertação, quando falamos em mudanças nas ofertas dos serviços e na garantia de direitos para os velhos trabalhadores, referimo-nos, essencialmente, a mudanças estruturais nas condições de vida dos sujeitos, nas distintas etapas da vida, sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, sendo necessário possibilitar meios de acesso digno ao longo de todo o processo de envelhecimento.

Por fim, esse estudo não tem a pretensa ideia de uma palavra final acerca das condições de vida do velho trabalhador aposentado (re) ingresso no mercado de trabalho, visto que, a sociedade é um todo estruturado repleto de determinações que se engendram no movimento dialético da realidade, passando assim por constantes modificações.

Assim, nossa análise, não encerra as possibilidades de interpretação nos dados que aqui foram levantados, pelo contrário, apresentamos as questões consideradas mais relevantes ao que nos propusemos a pesquisar tendo por meio das falas dos entrevistados a condição de analisar a vida destes sujeitos, compreendidos aqui, como chefes de família pertencentes à classe daqueles que vendem sua força de trabalho buscando os recursos necessários para dar continuidade as suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Condição de Proletariado**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. São Paulo: Editora Práxis, 2009.

_____. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: Reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999. 6ª Edição.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

AREOSA, V. C.; BULLA, L. C.. O envelhecimento humano e as novas configurações familiares: o idoso como provedor. In: **Psicologia**. Lisboa: Colibri, 2010. v. 24, n. 1, p. 161-171. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087420492010000100008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 27 set 2016.

BARBOSA, A. L. N. H. Participação Feminina na Força de Trabalho Brasileira: evolução e determinantes. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014a. p. 407-445.

_____. Um Retrato de duas Décadas do Mundo do Trabalho Brasileiro. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014b. p. 271 – 313.

BARROS, M. M. L. Trajetória dos Estudos de Velhice no Brasil. In: **Sociologia Problemas e Práticas**. Lisboa, 2006. n. 52 Disponível no site: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/sp/n52/n52a06.pdf>> Acesso em: 23 mar 2016.

BEAUVOIR, S. **Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BENEDITO, J. C. A Velhice no Cenário da Reestruturação Produtiva. In: **Anais. XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**, 2009. Guayaquil. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos>> Acesso em: 15 jun 2016.

BRASIL.. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 15 jan 2017.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 de jul de 2016.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. (Estudos e pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 de jul de 2016.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 de jul de 2016.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> Acesso: 03 abr 2016.

CAMARANO, A. M.; FERNANDES, D. Mudanças nos Arranjos Familiares e seu Impacto nas Condições de Vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 117 - 153.

CAMARANO, A. M.; KANSO, S.; BARBOSA, P.; ALCÂNTARA, V. S. Desigualdades na Dinâmica Demográfica e as suas Implicações na Distribuição de renda no Brasil. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 241- 270.

CAMARANO, A. M.; KANSO, S.; FERNANDES, D. A População Brasileira e seus Movimentos ao Longo do Século XX. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014a. p. 81- 116.

_____. Menos Jovens e mais Idosos no Mercado de Trabalho? In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014b. p. 377-406.

CAMARANO, A. M.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. M. (Org.) **Os Novos Brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CUNHA, E. S. **Velhices: múltiplas faces de um processo socialmente construído.** Dissertação de Mestrado. Serviço Social. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2893>> Acesso em: 30 ago 2016.

_____. Política de Atenção à Velhice: pressupostos e significados – uma análise sob a ótica cultural. In: **Revista Libertas.** Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 187-202 Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/bj6rjvm5a8duue9/Vol2-2+e+3-1+e+2.pdf>> Acesso em: 22 mai 2016.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: Edusp, 1999.

DURIGUETTO, M. L.; MONTÃO, C. **Estado, Classe e Movimento Social.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010, v. 5.

FALEIROS, V.P. Direitos da pessoa idosa: sociedade, política e legislação. In: DANTAS, B. et al. (Org.). **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois.** v. 5. Brasília: Senado Federal. 2008.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R. Políticas Públicas e Direitos do Idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. In: **Achegas.** Revista da Ciência Política, nº 34 (Março/Abril). Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf> Acesso em: 13 mar 2016.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos (1910 – 1920).** Volume 1. Edição, Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HADDAD, E. G. M. **A Ideologia da Velhice.** São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos Pagu.** Campinas: Unicamp, 2002. n. 17-18, p. 139-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Set. 2015.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: USP, 2007. v. 37, n. 132, p. 595-609, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Set 2016.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 16-50. Disponível em: <http://www.approbare.com.br/.../O_SERVIÇO_SOCIAL_NA_CENA_CONTEMPORÂNEA.do...> Acesso em: 12 mai 2016.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. A Questão Social no Capitalismo.. In: **Temporalis**. Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.fea.br/Arquivos/Servico_Social/Aulas/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf> Acesso em: 23 mai 2016.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2004.

MAIA, D. M.; VARGAS, I. C. L.; TAVARES, S. M. Velhice e Trabalho: Uma análise a partir da realidade dos idosos aposentados de Juiz de Fora/MG. 2013. Monografia. Universidade Federa de Juiz de Fora.

MARX, K. H. **O Capital: crítica da econômica política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, 30º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. H; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Trad. Luciano Cavini Martorano et al. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto Comunista**. Trad.: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Manuscritos Econômicos- Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A Miséria da Filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MATTOS, M. B. Classes Sociais e Lutas de Classes: a atualidade de um debate conceitual. In: **Em Pauta**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007 v. 1, n. 20. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/158>> Acesso em: 17 fev 2017.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa: história e intervenção. In: **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2014, v. 1, n. 12. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_18_artigo_do_dossi_Marcelo_Badar.pdf>. Acesso em: 17 fev 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLJO, C. B. La Historia Oral y su Relación con el Trabajo Social. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, 2012. n. 63, . p. 94-119. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000057.pdf>> Acesso em: 23 mar 2017.

MONTÃO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, A. B. Sociabilidades Possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (org). **Família e Envelhecimento** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 109-144.

_____. Relações de Família dos Mais Idosos. In: **Anais**. 24º Encontro Anual da ANPOCS, 2000, Petrópolis: Livro de Programa e Resumos, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt05/00gt0533.doc>> Acesso em: 15 mar 2016.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, 2015. n. 13, p. 191-221 Disponível em: <<https://periodicos.sbu.uunicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327/3129>> Acesso em: 25 set 2016.

_____. Chegando pra idade. In: BARROS, M. M. L. (Org). **Velhice ou terceira idade Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. – reimpr. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NASCIMENTO, M. R. Feminização da Velhice Populacional: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. In: WONG, L. L. R. (Org.) **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade**. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Temporalis**. Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.fea.br/Arquivos/Servico_Social/Aulas/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf> Acesso em: 23 mai 2016.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo: 2012. n. 111, p. 413-429. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set 2016.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4 ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2008.

PEIXOTO, C. In: Barros, M. M. L. (org). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 69 – 84.

POCHMANN, M. Mercado Geral de Trabalho: o que há de novo no Brasil? In: **Parcerias e Estratégias**. Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004). Brasília: 2006. v. 11, n. 22. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/284> Acesso em: 30 jun 2016.

_____. **O Trabalho sob o fogo Cruzado**. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RANIERI, J. Alienação e Estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. In: **Conferência Internacional Karl Marx y los desafios Del siglo XXI**. Havana: 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf>>. Acesso em: 26 de fev de 2017.

SANTANA, N. C. G.; LIMA, I. M. S. O. A Nova Velhice do Provedor. In: **Mediações**. Londrina: 2012. v. 17. n. 2, p. 181-195. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14029>> Acesso em: 15 mai 2016.

SCHNEIDER, M. Além do consenso de Washington: “reflexões” sobre equidade, democracia e conflito na América Latina. In: **Debates**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. v. 2, n. 1. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2594>> Acesso em: 15 jun 2016.

SILVA, M. A. M. **A Semente e o Girassol**: Pró-Idoso 25 anos de História. Juiz de Fora: Funalfa, 2013

SIMÕES, J. A. **Entre o lobby e as ruas**: movimento de aposentados e politização da aposentadoria. 2000. 273 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000781658>>. Acesso em: 31 mar 2016.

TAFNER, P., BOTELHO, C., ERBISTI, R. A Transição Demográfica e o Impacto Fiscal na Previdência Brasileira. In: CAMARANO, A. M. (org.). **O Novo Regime Demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 539-570.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do Trabalhador e as Tendências das Formas de Proteção Social na Sociedade Brasileira. In: **Argumentum**. v. 1. n 1. Vitória: Editora UFES, 2009.

Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13>> Acesso em: 25 jun 2016.

_____. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. As Condições de Vida dos Velhos Trabalhadores Aposentados no Brasil. In: **Anais**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/049ff0a4836f644bfd89SOLANGE%20MARIA_TEIXEIRA.pdf> Acesso em: 29 jun 2016.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, I: a árvore da liberdade. (1987/1988). 4ª ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Relatório Executivo**: “Diagnóstico Socioeconômico da População Idosa de Juiz de Fora. Centro de Pesquisas Sociais Pró-Reitoria de Extensão. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/files/2012/12/Relatorio-executivo-Diag-Pop-Idosa-JF.pdf>> Acesso em: 20 de mai de 2016.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, 2012. n. 110, p. 288-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA



Faculdade de Serviço Social

Programa de Pós- Graduação – Mestrado em Serviço Social

Pesquisador (as): Danielle Moreira Maia / Prof^ª. Dr^ª. Carina Berta Moljo

“VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS: Uma análise dos impactos da sociabilidade capitalista no cotidiano laboral dos velhos trabalhadores aposentados (re) ingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG.”

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Entrevista n^o: _____ Data: ___/___/___

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado _____

1.1.Sexo: () Feminino () Masculino

1.1.2. Data de nascimento: ___/___/___

1.1.3 Idade: _____

1.1.4 Estado Civil: _____

1.1.5.Tipo de moradia:

() própria

() alugada

() cedida

() outra: _____

1.1.6. Escolaridade:

() ensino fundamental incompleto

() ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto

() ensino médio completo

() ensino superior incompleto

() ensino superior completo

() pós-graduado

() sem escolaridade

2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR (PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA):

Nº	PARENTESCO	SEXO	IDADE	OCUPAÇÃO	RENDA APROXIMADA

2.1. Em caso de residir com outros familiares, compreender se a necessidade de dessa coabitação partiu do entrevistado ou do parente/outros?

2.1.2. Qual a renda domiciliar? _____

2.1.3. Quem é a pessoa de referência econômica do domicílio?

2.1.4. O Sr. (a) direciona alguma ajuda financeira para pessoas que não residem no mesmo domicílio que você? Em caso positivo, explicar qual parentesco e vínculo empregatício dos mesmo.

2.2 Como o Sr. (a) avalia sua relação com os seus familiares, há presença de diálogos constantes?

2.2.1 O Sr. (a) se sente valorizado ou desvalorizado pelos seus familiares?

2.2.2 O Sr. Se vê enquanto uma referência para seus familiares? (Seja no aspecto econômico, seja pelos laços afetivos, seja pela dedicação aos cuidados, dentre outros.)

3. APOSENTADORIA

3.1. Profissão em que se aposentou _____

3.2. Há quanto tempo? _____

3.3. Valor da aposentadoria: () 01 Salário⁹⁸ () de 01 a 02 Salários () de 02 a 03 Salários () 03 a 04 Salários () 05 ou mais.

3.4. Qual o motivo da sua aposentaria?

() Idade

() Tempo de contribuição/trabalho

() Compulsória

() Invalidez

3.5. Se por invalidez, esta foi ocasionada pelo trabalho?

⁹⁸*Base pelo salário mínimo vigente, valor de: \$937,00.

4. SITUAÇÃO OCUPACIONAL ATUAL

4.1. Atualmente, o Sr (a) desenvolve alguma atividade remunerada? Em caso positivo, explicar qual.

4.2. Quais motivos o levaram a exercer esta atividade, mesmo aposentado?

4.3. Qual é a sua situação trabalhista nesta atividade?

- Trabalhador formal
- Trabalhador informal
- Trabalhador autônomo
- Outra: _____

4.4. Há quanto tempo após a aposentadoria? _____

4.5. Qual a renda mensal deste trabalho/atividade? () 01 Salário () de 01 a 02 Salários () de 02 a 03 Salários () 03 a 04 Salários () 05 ou mais.

4.6. Qual é a jornada deste trabalho?

- Tempo integral (dois horários)
- Tempo parcial (um horário)
- Livre (monta seu horário)
- Outros _____

4.7. Este trabalho exige rodízio de turnos? _____

4.8. No caso de ter mudado de atividade, o que levou a esta mudança?

4.9. Em relação ao valor da aposentadoria e o salário do trabalho atual, qual é o recebimento principal, base, para o custeamento das despesas diárias?

4.10. Houve alguma dificuldade para se inserir neste trabalho? Qual (is)?

4.11. Como considera o trabalho atual em relação ao anterior a aposentadoria?

4.12. Como o Sr. (a) se identifica: trabalhador, aposentado ou ambos?

4.13 O Sr. (a) observa uma relação entre as suas condições de trabalho ao longo da vida e a forma como está vivenciando a velhice? (Aspectos como situação financeira, expectativa de vida, autonomia).

4.14. Como o Sr (a) avalia a sua capacidade atual para o trabalho:

- Muito boa
- Boa
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

4.15. O Sr. (a) se sente pressionado a manter-se ativo?

4.16. Como se dá a relação com os outros companheiros de trabalho? Há situação de preconceito relativo à idade?

5. HISTÓRICO OCUPACIONAL

5.1. Com que idade Sr. (a) começou a trabalhar? _____

5.2. Em qual atividade?

5.3. Nesta atividade, a jornada era:

- Tempo integral (dois horários)
- Tempo parcial (um horário)
- Livre (montava seu horário)
- Outros _____

5.4. Esta atividade exigia rodízio de turnos? _____

5.5. O Sr (a) considera que esta atividade tinha quais características: (marcar todas as opções consideradas)

- Alta exigência física
- Alta exigência mental
- Exige escolaridade
- Exige treinamento formal
- Contato com agentes tóxicos
- Presença de fortes ruídos
- Presença de perigo
- Posturas que geram dores ou problemas musculares
- Liberdade para decidir como fazer o trabalho
- Liberdade para desenvolver novas habilidades
- Fornece suporte adequado em situações difíceis

- () Salário adequado aos meus esforços
- () Produzir muito em pouco tempo
- () Outros.

5.6. Como o Sr. (a) diferenciaria essa primeira atividade da atividade desenvolvida atualmente?

6. CONVÍVIO SOCIAL E ACESSO A DIREITOS:

6.1. Participa de algum programa municipal de atendimento a idosos? Se sim, qual?

6.2. Em seu período de folga a quais atividades gosta de dedica-se?

6.3. Participa de algum sindicato ou movimento social, além da Associação dos Aposentados e Pensionistas?

7. ANOTAÇÕES/OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Faculdade de Serviço Social
 Programa de Pós- Graduação – Mestrado em Serviço Social
 Pesquisador (as): Danielle Moreira Maia / Prof^ª. Dr^ª. Carina Berta Moljo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS: Uma análise dos impactos da sociabilidade capitalista no cotidiano laboral dos velhos trabalhadores aposentados (re)ingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG.**”. Nesta pesquisa pretendemos compreender o processo de envelhecimento do trabalhador e a sua respectiva velhice, partindo para a análise dos determinantes responsáveis pelo reingresso desses ao mercado de trabalho, bem como que, do papel exercem enquanto provedor socioeconômico de seus familiares

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O Sr. (a) responderá a uma entrevista em um breve período de tempo e somente haverá a gravação da mesma após sua autorização.

Ao participar deste estudo o Sr. (a) deve saber que alguns direitos lhe são garantidos, dentre eles: * Não haverá custos financeiros, como também não terá danos físicos, psíquicos ou morais. Contudo, caso verifique e sejam comprovados danos provenientes da mesma, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. *O Sr. (a) receberá esclarecimento sobre qualquer aspecto dessa pesquisa, se assim o desejar. * O Sr. (a) possui total liberdade para negar-se a responder qualquer pergunta ou divulgar qualquer informação que julgue prejudicial a sua integridade moral. Cabendo lhe inclusive, interromper sua participação ou retirar o consentimento sem que isso possa acarretar em alguma penalidade. *O Sr. (a) está resguardado pelo sigilo absoluto, que ocultará seu nome e as demais informações que possam resultar na sua identificação. *O Sr. (a) fica ciente de que os dados aqui obtidos serão analisados e divulgados no estudo. *O Sr. (a) confirma ter recebido uma via impressa desse “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e estar ciente de todas as informações constantes neste. * A segunda via deste termo, assim como os dados e instrumentos utilizados serão arquivados pelo pesquisador responsável e ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos (após esse tempo serão destruídos).

Sendo assim, firmo o presente: Juiz de fora ____/____/2017.

Participante:_____.

Documento de Identidade _____.

Assinatura do (a) Pesquisador (a)_____.